



ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Cadernos de
Estratégicos



2010/Nº 09

Estudos

Cadernos de

estratégicos

ISSN 1808-947X



9 771808 947002

Junho - 2010

Cadernos de Estudos Estratégicos. Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra (Brasil) - N. 09 (jul. 2010) – Rio de Janeiro : CEE - ESG, 2010 - p.v.; 21cm.

Anual
246 p.

ISSN 1808-947X - Cadernos de Estudos Estratégicos

1. Cultura. 2. Relações Internacionais. 3. Modernidade. 4. Axiologia. 5. Praxiologia. 6. Polemologia. 7. Cratologia. 8. Segurança.

Cadernos de Estudos Estratégicos

Publicação semestral do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra. Com tiragem de 1.000 exemplares, circula em âmbito nacional e internacional.

Comandante e Diretor de Estudos

Tenente-Brigadeiro-do-Ar
Carlos Alberto Pires Rolla

Subcomandante e Subdiretor de Estudos

General-de-Divisão
Celso José Tiago

Diretor do Centro de Estudos Estratégicos

Brigadeiro-do-Ar R/1
Mentre em Ciência Delano Teixeira Menezes

Conselho Editorial

Brigadeiro-do-Ar R/1 Delano Teixeira Menezes
Professor Doutor Jorge Calvario dos Santos
Professor Doutor José Amaral Argolo
Capitão-de-Mar-e-Guerra (CA-RM1) Caetano Tepedino Martins
Capitão-de-Mar-e-Guerra (CA-RM1) Carlos Alberto de Abreu Madeira
Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN-RM1) José Cimar Rodrigues Pinto

Editor Responsável

José Cimar Rodrigues Pinto
Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN-RM1)

Revisão Editorial

Maria da Glória Chaves de Melo

Padronização Bibliográfica

Cleide S. Souza
(CRB-7/3381)

Diagramação e Arte Final

Anério Ferreira Matos

Projeto, Produção Gráfica e Impressão

Gráfica da Escola Superior de Guerra

Sumário

Apresentação.....	1
A Batalha Automatizada: Um Sonho Exequível?.....	3
<i>José Carlos Albano do Amarante</i>	
O Estado-Nação e o Mundo Atual.....	19
<i>Jorge Calvario dos Santos</i>	
Instituto Tecnológico de Aeronáutica: A Estratégia do Conhecimento	50
<i>Delano Teixeira Menezes</i>	
Golbery: Preâmbulo para um Enigma.....	70
<i>José Amaral Argolo</i>	
A Importância Estratégica do Mar para o Brasil no Século XXI.....	118
<i>Luiz Henrique Caroli</i>	
O Mundo Não Vai Acabar em 2010 (A Crise e a Reestruturação do Brasil).....	159
<i>Luiz Alfredo Salomão</i>	
San Tiago Dantas: Democracia, Autonomia e Desenvolvimento.....	185
<i>Williams Gonçalves</i>	
Vantagens e Desvantagens das Rotas de Produção de Biodiesel para o Brasil.....	200
<i>Donato Alexandre Gomes Aranda</i>	
<i>Nelson Cesar Chaves Pinto Furtado</i>	
<i>Yordanka Reyes Cruz</i>	
<i>Ana Paula Gama Encarnação</i>	
Guia para Colaboradores.....	237

Apresentação

Diógenes de Sínope, também conhecido como o Cínico, tinha o costume de caminhar pelas ruas de Corinto em plena luz do dia empunhando uma lamparina que, segundo ele próprio, o ajudaria na busca pela verdade, o conhecimento e (relatam os historiadores) um homem honesto.

Esta edição dos Cadernos de Estudos Estratégicos apresenta oito trabalhos enfileirando temas atuais, personagens e fatos relevantes. Para tanto contribuíram pesquisadores externos ao ambiente do CEE, como os Profs. Drs. José Albano do Amarante (A Batalha Automatizada e Posfácio), Luiz Alfredo Salomão (O Mundo não vai Acabar em 2020), Donato Aranda (Vantagens e Desvantagens das Rotas de Produção de Biodiesel para o Brasil), Williams Gonçalves (Santiago Dantas) e o Contra-Almirante Luiz Henrique Carolli (A Importância Estratégica do Mar para o Brasil no Século XXI).

Originários do CEE, três artigos/ensaios: O Estado-Nação e o Mundo Atual (Prof. Dr. Jorge Calvário dos Santos), A Estratégia do Conhecimento (M.Sc. Delano Teixeira Menezes) e Golbery: Preâmbulo para um Enigma (Prof. Dr. José Amaral Argolo).

Os Cadernos do CEE refletem um pouco da curiosidade do pensador grego. Com efeito, o conhecimento somente pode ser encontrado à luz de muito esforço e dedicação, honestidade de propósitos e seriedade no trato das questões por mais difíceis que sejam.

Boa leitura, portanto!

Delano Menezes
Diretor do CEE

A Batalha Automatizada: Um Sonho Exequível?¹

José Carlos Albano do Amarante

Professor visitante no Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (UFF), com ênfase em Ciência&Tecnologia e Defesa, é General de Divisão da Reserva do Exército e Doutor em Aeronáutica e Astronáutica pela Stanford University.

Resumo

Em face da corrente explosão tecnológica, o autor procura observar como os futuros comandantes terão condições de obter informação relacionadas com as ameaças, de processar uma vasta quantidade de dados de maneira a tomar decisões precisas e de aplicar o poder disponível para neutralizar essas ameaças.

Palavras-Chave: Batalha Automatizada. Tecnologia do Armamento e da Informação. Processamento de Dados. Ameaças.

Abstract

Given the current technological explosion, the author observes how future commanders will be able to obtain information related to threats, to process a vast amount of data in order to make accurate decisions and to apply the available power to neutralize these threats.

Keywords: Automated Battle. Weapons and Information Technology. Data Processing. Threats.

A Guerra do Golfo Pérsico, com seus ingredientes de tecnologia de ponta, criou um irresistível impulso para levantar a questão sobre a ocorrência de uma guerra “totalmente automatizada”.

¹ O texto original “The Automated Battle: A Feasible Dream?”, publicado na *Military Review* (versão inglesa), May 94, v. 74, Issue 5, p. 58, foi vertido para o português pelo autor e é publicado nesta edição dos Cadernos de Estudos Estratégicos pela importância adquirida *a posteriori*, a qual fica melhor entendida em Posfácio de autoria do CMG (RM1) Fernando M. Athayde Reis e constante deste mesmo texto.

Diante dos aprimoramentos na tecnologia militar que serviram para reduzir a participação humana em conflitos armados da atualidade, aumentando a taxa de sobrevivência, argumenta-se sobre até que ponto a tecnologia irá realmente eliminar a necessidade de participação do homem.

Com o objetivo de melhor compreender como a tecnologia impacta as condições de combate, são apreciadas aqui as seguintes funções básicas de combate:

- Detectar – para obter informação sobre possíveis ameaças;
- Processar – para trabalhar a informação com vistas à tomada de decisão e implementação; e,
- Atirar – para implementar a decisão e neutralizar a ameaça.

Imagine-se um atirador *sniper*. Para cumprir o seu papel no combate, ele emprega as três funções básicas – detectar, processar e atirar (D-P-A) – quando engaja com o inimigo. A tecnologia, atualmente, promete um sistema de armas inteiramente automático que vai realizar as três funções.

Evolução das Funções Tecnológicas de Combate

Considerem-se quatro conflitos que ocorreram durante os dois últimos séculos: as Guerras Napoleônicas (1803-1815); a Primeira Guerra Mundial (1914-1918); a Segunda Guerra Mundial (1939-1945); e a Guerra do Golfo Pérsico (1990-1991).

Detectar

Durante as Guerras Napoleônicas, os exércitos ainda se valiam da visão e do som como o meio de *detecção*. A visão foi expandida pelo uso da luneta. No que concerne ao som, é famosa a exortação para “avançar na direção do troar dos canhões inimigos”. O som proveniente da linha de tiro denunciava facilmente a localização do centro de gravidade da formação inimiga, uma vez que o alcance dos canhões daquela época atingia irrisórios mil metros.²

Na Primeira Guerra Mundial, o avião aumentou consideravelmente o campo de visão e a invenção da fotografia tornou possível, pela primeira vez, a gravação da informação.

² História da Doutrina Militar (da Antiguidade às Guerras Mundiais), Academia Militar das Agulhas Negras, Rio de Janeiro, 1979.

Na Segunda Guerra Mundial, o sonar, empregado em operações navais, expandiu o alcance do sensoriamento auditivo. Mas foi o radar que descerrou as cortinas para exploração de outras faixas do espectro eletromagnético, ampliando o conceito de visão óptica para visão eletromagnética. Os ingleses, na “Batalha da Inglaterra”, devem a vitória a este notável avanço tecnológico, encontrando-se, assim, a chave para o progresso exponencial da função sensoriamento.

A Guerra do Golfo expandiu enormemente o uso de satélites, com sistemas tão sofisticados e potentes que os iraquianos não tinham como se esconder. A tecnologia de satélites permitiu às forças norte-americanas a navegação impecável de vastas extensões do previamente não navegável deserto, o mapeamento de posições defensivas iraquianas até o nível de trincheiras individuais e, com a introdução do Sistema de Radar Conjunto de Vigilância e Ataque do Alvo, o mapeamento da retirada iraquiana, em tempo real e em verdadeira grandeza.

Processar

A habilidade do comandante em *processar*, ou operar com a informação detectada, experimentou um similar processo de evolução.

Durante as Guerras Napoleônicas, os oficiais de ligação trabalhavam como mensageiros com a capacidade de modificar o conteúdo de uma ordem em face da realidade do campo de batalha.

Na Primeira Guerra Mundial, a telefonia e o telégrafo vieram prestar uma contribuição significativa para as comunicações, enquanto os aprimoramentos da Segunda Guerra Mundial em radiofonia trouxeram reflexos profundos, aumentando a distância e o número de pessoas atingidas pela difusão da informação e das ordens. O espectro eletromagnético permitiu a evolução das funções de combate, atingindo também o processamento.

Novamente, como ocorreu com a detecção, a Guerra do Golfo foi o palco de uma enorme explosão nos meios de comando, controle, comunicações e inteligência (C³I). Este fato foi tão importante que a arte da guerra presenciou o início de um processo de reformulação estrutural e operacional do Estado-Maior.

Os sensores instalados em aviões, satélites e veículos remotamente pilotados transmitiam, instantaneamente, informações para os Estados-

Maiores nos diversos níveis. Os múltiplos dados podiam ser acumulados, tratados e atualizados em computadores para serem apresentados, em tempo real, na tomada de decisão. Este processo era acelerado pelo uso de computadores na exploração de jogos de guerra, permitindo a simulação de desenlaces prováveis da batalha.

Atirar

A cada inovação na tecnologia de armamento, o homem tem adotado contramedidas técnicas que negam a vantagem obtida. Essas contramedidas tomaram a forma de diferentes táticas, mais proteção, poder de fogo aumentado ou maior mobilidade.³

Nas Guerras Napoleônicas, as armas ainda eram rudimentares. O maior poder de fogo era conferido à artilharia de alma lisa, que atirava sem precisão até distâncias de um quilômetro. A cavalaria constituía importante atuador, mantida em reserva, pronta a ser empregada na decisão do combate. Naquele tempo, o normal eram as guerras de choque entre tropas de infantaria, com alta densidade, e suas manobras prevaleciam, virtualmente sempre, sobre o errático poder de fogo da artilharia.

Na Primeira Guerra Mundial, um importante avanço tecnológico se fez sentir. A metralhadora mudou a feição do combate, fazendo com que o poder de fogo preponderasse sobre o movimento. Isso veio originar a “guerra de trincheiras” onde o arame farpado e as pás assumiram grande importância. Outros atuadores dessa época foram: a artilharia de alma raiada (com uma precisão sensivelmente melhorada e batendo alvos a distâncias de até seis quilômetros), o submarino e o foguete.

Na Segunda Guerra Mundial, o principal atuador convencional foi o carro de combate – que já havia aparecido timidamente na Primeira Guerra Mundial – vindo a conferir uma enorme mobilidade e dando origem à “guerra de movimento”, caracterizada pela famosa “*blitzkrieg*” alemã. O avião aumentou a velocidade de combate e, juntamente com as forças aeroterrestres, tornou possível o envolvimento tridimensional, quando acoplado ao movimento de pinça de tropas terrestres. Além do carro de combate e do avião, a tecnologia militar produziu o míssil balístico, o porta-aviões, o lançador múltiplo de foguetes e a bomba

³ Major Anthony M. Coralles, “The Master Weapon: The Tactical Thought of J.F.C.Fuller Applied to Future War”, *Military Review*, January 1991, p. 62-72.

atômica, com sua imensa capacidade letal, contra a qual não se dispunha de proteção.

Na Guerra do Golfo, em presença da avalanche tecnológica, o Iraque se quedou imobilizado a uma distância inofensiva em relação às forças aliadas. Foi uma guerra de *stand-off* – manutenção do adversário a distância – em que o poder de fogo e o movimento da coalizão preponderaram sobre as vencidas forças iraquianas. Ela também reverteu uma tendência histórica, na qual o fogo tinha sempre contribuído para o sucesso da manobra. Durante a ofensiva terrestre da Guerra do Golfo Pérsico, os papéis inverteram-se e a manobra concorreu para a eficácia do fogo, compelindo a concentração das forças iraquianas para fazer face ao movimento de envolvimento das forças aliadas.

A humanidade está ingressando na Idade Tecnológica e a Guerra do Golfo foi o primeiro conflito característico desse novo período de evolução da espécie humana. Os “maravilhosos” sistemas de armas, que desfilarão na vitrine do Golfo, são produtos de primeira geração da Idade Tecnológica. Dentro de alguns anos, eles serão vistos como relíquias ultrapassadas, da mesma forma, que, atualmente, são vistos os carros do tipo “ford-de-bigode”.

A Batalha do Futuro

Usando a tecnologia exibida na Guerra do Golfo Pérsico como ponto de partida, uma apreciação de futuras características das batalhas pode nos conduzir a algumas conclusões:

- O míssil irá desempenhar papel cada vez mais importante como uma arma de alta letalidade, precisão e crescente inteligência; a tendência é em direção a um míssil verdadeiramente “*fire-and-forget*”.
- O carro de combate principal (CCP), devido ao seu tamanho avultado e à sua pequena mobilidade, transformou-se em alvo fácil para os mísseis anticarro. Possivelmente, os carros de combate tornar-se-ão mais leves e mais móveis e irão reduzir a assinatura eletromagnética.
- O helicóptero, com sua mobilidade e poder de fogo, permanecerá como um instrumento de reconhecimento e ataque.
 - Os sistemas de armas tenderão a possuir meios de navegação, de detecção de ameaça e de autodefesa.
 - A integração em tempo real de equipamentos de C³₁ entre os vários níveis de comando continuará a ser uma alta prioridade.

- Surgirão novos sistemas de vigilância e de aquisição de alvos.
- Novas tecnologias defensivas irão emergir, inspiradas no sucesso do sistema de mísseis *Patriot* e na Iniciativa de Defesa Estratégica.
 - A dimensão eletromagnética da guerra, a quarta dimensão, terá o seu papel ampliado para incluir o emprego de armas de energia dirigida (laser, micro-ondas e feixe de partículas). O seu conteúdo energético poderá ser ajustado para níveis não-letais ou letais.
 - O satélite será empregado como arma, tanto ofensiva como defensiva.
 - O espectro eletromagnético será varrido por equipamentos operando nas funções bélicas D-P-A e passará a exercer um domínio total da guerra.
 - A tecnologia proporcionará o combate em profundidade com identificação, designação e destruição do inimigo, mediante o uso de munições inteligentes e seletivas.
 - A densidade das forças em combate continuará a diminuir como uma função do aumento do volume e da precisão do fogo. O resultado será um campo de batalha não-linear, fragmentado, menos estruturado e com crescentes espaços vazios.⁴

A Dimensão Humana do Campo de Batalha

Com o avanço da capacidade tecnológica, a pergunta permanece: pode a natureza da guerra ser conformada pela tecnologia de tal forma que a dimensão humana desapareça do futuro campo de batalha? Tentativas para compreender a natureza da guerra poderão aportar argumentos de suporte ou de desaprovação a tais cenários robóticos.

No século XIX, Carl von Clausewitz via a guerra como um instrumento racional de política estrangeira, um “ato de violência intencionado a compelir o oponente a cumprir nossa vontade.”⁵ As teorias contemporâneas da guerra são divididas, a grosso modo, em duas principais escolas: a *escola humana* atribui à guerra a certos mecanismos inatos de impulsão biológicos e psicológicos; enquanto a *escola sociopolítica* acopla a guerra a certas instituições e relações sociais.⁶

⁴ Major General Stephen Sylvasi Jr., “Airland Battle Future: The Tactical Battlefield”, *Military Review*, Edição Brasileira, 4º Trimestre 1991, p. 2-14.

⁵ Carl von Clausewitz, “On War”, Princeton, NJ: University Press, 1976.

⁶ The New Encyclopedia Britannica, Macropedia, 15ª Edição, v. 19, p. 538-98.

Em realidade, a guerra é um fenômeno extremamente complexo resultante de diferentes influências: filosóficas, políticas, econômicas, tecnológicas, jurídicas, sociológicas e psicológicas. Em todas essas esferas, o homem é o principal ator porque a guerra está diretamente relacionada a expectativas e determinada pelo seu comportamento.

Por esta razão, concorda-se com a asserção de Wesley K. Roberts de que as causas, a natureza e o desenlace da guerra serão sempre determinados pelo elemento humano da sociedade.⁷ O campo de batalha é, em análise final, um ambiente humano, um lugar de sucesso ou fracasso, dando contornos ao destino dos antagonistas. Relacionados a este cenário, dois pontos devem ser enfatizados:

- Primeiro, o campo de batalha é um lugar de choque de vontades, envolvendo fatores pessoais. Tanques, navios e aviões não são tão importantes quanto os indivíduos que os operam. O principal objetivo é subjugar a mente do adversário. Consequentemente, a presença do elemento humano será sempre necessária para que exista um campo de batalha.

- Segundo, o campo de batalha é o palco onde imagens e percepções, ao invés da realidade física, podem geralmente determinar o desenlace final. Neste sentido, é como qualquer lugar no qual um drama individual é representado.⁸

No futuro distante, alguém pode visualizar um campo de batalha automatizado, onde as funções de combate “D-P-F” experimentam uma total e efetiva integração. Informação coletada por sensores de vigilância e de aquisição de alvos seria enviada, automaticamente, por uma rede de comunicações para ser analisada, em tempo real, por um sistema de computadores que iria, então, selecionar a arma apropriada e endereçá-la contra o alvo, sem nenhum envolvimento humano. De fato, o primeiro passo nesta direção foi o sistema de defesa aérea *Patriot*, adaptado como um instrumento antimíssil durante a Guerra do Golfo. O *Patriot* é, no entanto, um rudimentar e automático sistema de armas de primeira geração.

A alta letalidade do futuro campo de batalha pode inibir a participação de soldados, e a tecnologia oferecer “humanóides”

⁷ Wesley, K. Roberts, “Battlefield Leaders for the Twenty-First Century: the Razor’s Edge of Leadership”, *Military Review*, November 1988, p. 2-16.

⁸ Coronel Frederick W. Timmerman Jr., “Human dimensions of the Battlefield”, *Military Review*, Edição Brasileira, Jul-Ago 1989, p. 2-9.

robóticos para substituir os infantes. Esses humanóides poderiam operar com armamentos e veículos terrestres robóticos autônomos. A crescente complexidade das novas armas, no entanto, irá demandar operadores com consideráveis habilidades técnicas, e o treinamento necessário tenderá a ser mais caro.

As ideias apresentadas sugerem a possibilidade de uma futura guerra robótica. Mesmo que se possa visualizar um campo de batalha automatizado, ainda existe um longo caminho a percorrer. Não se deveria esquecer que a guerra é um processo de extremo desacordo, apresentando como componentes essenciais o risco de morte e a aceitação de sacrifícios em defesa de vitais interesses da sociedade. O homem irá utilizar todos os meios disponíveis para impor sua vontade ao seu adversário, mas, provavelmente, não vai aceitar um destino baseado na luta entre robôs. Conseqüentemente, a presença do homem será sempre necessária para que exista um campo de batalha.

Posfácio

Fernando M. Athayde Reis

Doutorando em Estudos Estratégicos pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Ciências com Pesquisa em Análise de Sistemas e Aplicações (INPE) e Capitão-de-Mar-e-Guerra Reformado da Marinha do Brasil.

1. Sobre o Artigo

O artigo, acima apresentado, coloca o General-de-Divisão José Carlos Albano do Amarante em um seleto grupo de pensadores militares incluído na lista de contribuintes para a Revolução em Assuntos Militares (RMA), provavelmente o mais importante trabalho de prospecção em relação à Arte da Guerra realizado nos dias atuais.

Este trabalho vem sendo realizado nos Estados Unidos da América (EUA), maior potência militar mundial, que aproveitou a vitória na Guerra Fria e o contexto da globalização para ampliar o seu poder bélico. Para isso, concebeu a RMA, que reúne pesquisas militares sobre vários temas, de onde extrai recomendações tecnológicas, operacionais e organizacionais, as quais poderão ser aplicadas na mudança do seu setor militar e na manutenção de sua liderança e que ganhou renovado interesse após a impressionante vitória desse país na Guerra do Golfo,

em 1991, contra o Iraque.

Na realidade, a RMA está provocando uma grande mudança na natureza da guerra, trazida pela contribuição de inovadoras tecnologias militares que, combinadas com “dramáticas mudanças na doutrina militar e em conceitos operacionais e organizacionais”⁹, modificam a conduta e o caráter da guerra.

Como está sendo concebida, a RMA realça a dimensão e o emprego de quatro áreas da guerra, apoiadas pelas conquistas da Idade Tecnológica¹⁰:

- guerra de informação,
- ataque em precisão,
- manobra dominante, e
- guerra espacial.

Neste contexto, esse trabalho elege como prioritárias a evolução da tecnologia do armamento, a tecnologia da informação, a organização militar e a doutrina militar. Na sua estruturação, por ter acolhido vários movimentos imprimindo força e vigor às mudanças, é considerado uma revolução.

Recentemente, a reflexão e o debate em seu seio passaram a focar a “guerra centrada em redes (*netcentric war*)” e a explorar o conceito de “sistema dos sistemas”, ardentemente defendido pelo Almirante William Owens¹¹, ex Vice-Chefe do Estado-Maior Conjunto dos EUA. Esses dois movimentos objetivaram realizar a conexão funcional dos diversos níveis das tropas no campo de batalha (Comando de Operações, Brigada, Batalhão, Companhia e Pelotão), coordenada pelo Sistema Militar, empregando processamento digital.

Owens identificou três setores tecnológicos para aumentar a qualidade do Sistema Militar:

- inteligência, vigilância e identificação;
- comando, controle, comunicação e processamento inteligente; e
- força em precisão.

Estes três setores, defendidos pelo Almirante Owens, são, nada mais nada menos, as Funções Tecnológicas de Combate apresentadas

⁹ The Information Warfare Site, <http://www.iwar.org.uk/rma/> .

¹⁰ “Program for Joint Education”, Academic Year 1996, U.S. Army War College, Carlisle Barracks, PA; <http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA309Location=U2&doc=GetTRDoc.pdf> .

¹¹ Admiral William A. Owens, “The Emerging U.S. System-of-Systems”, Strategic Forum banner, nº 63, Feb 1996, http://www.ndu.edu/inss/Strforum/SF_63/forum63.html .

e conceituadas pelo General Amarante, em 1994, no artigo acima. Essas funções trazem concisão ao modelo de tomada de decisão, proporcionando à ideia moderna da guerra uma mudança fundamental em relação ao modelo anterior, oriundo dos primórdios do estudo teórico da guerra, introduzido classicamente por Clausewitz, e potencializado durante a Segunda Guerra Mundial, por meio dos trabalhos de vários grupos especializados, sendo um dos mais importantes a conhecida *Rand Corporation*.

O artigo em pauta constou de inúmeras listas de *papers* recomendados como referências da RMA pelas escolas de guerra do Exército, da Marinha e da Força Aérea dos EUA, sendo citado em pelo menos dois livros sobre a Teoria da Guerra. Da literatura ostensiva levantada e descrita abaixo, pode-se constatar que o trabalho do General Amarante contribuiu decisivamente para a RMA, levando vários outros pesquisadores a utilizarem suas teorias para o progresso do assunto:

a. Em agosto de 1995, foi relacionado na bibliografia selecionada para as pesquisas sobre o papel da Visão Estratégica na RMA, a serem realizadas no *U.S. Army War College*¹²;

b. Em maio de 1996, foi relacionado na bibliografia selecionada para a “*Revolution in Military Affairs*”, pelo *U.S. Army War College*¹³, nas áreas abaixo:

c. Conceito, análise e aspectos focados – selecionados 68 artigos em periódicos;

d. Guerra da Informação – selecionados 379 artigos em periódicos;

e. Em dezembro de 1996, foi relacionado na bibliografia selecionada para a “*Revolution in Military Affairs*”, pelo *U.S. Air University*¹⁴, na área de Guerra de Informação. Na apresentação do trabalho na lista de artigos recomendados, a chamada da biblioteca faz saber que: “O autor olha como futuros comandantes terão a capacidade de obter informação acerca das ameaças; de processar a vasta quantidade de informação de modo a tomar decisões acuradas; e de aplicar o poder de fogo para

¹² <http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA298078&Location=U2&doc=GetTRDoc.pdf>.

¹³ <http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA309789&Location=U2&doc=GetTRDoc.pdf>.

¹⁴ <http://www.au.af.mil/au/aul/bibs/inforwar/inforper.htm>.

neutralizar aquelas ameaças”;

f. Em 1997, foi relacionado na “*Pré-1997 Infowar Reference List*”, da *U.S. Air Force*¹⁵, com 590 artigos selecionados em todos os EUA;

g. Em 2008, manteve-se relacionado na bibliografia para pesquisa em Guerra da Informação e Operações de Informação, na *Dudley Knox Library*, da *Naval Postgraduate School*¹⁶.

Até hoje, o artigo está relacionado na *EBSCOhost Connection*¹⁷, como uma referência para a RMA, nos assuntos Tecnologia da Informação e Automação (da Arte e Ciência Militares).

2. Contribuição à Ciência Militar em Geral

1. Em dezembro de 1994, o Major Lori L.S. Colodney¹⁸ publicou “Getting Command and Control System back into the Digitized Battlefield”, no *U.S. Army Command and General Staff College, Fort Leavenworth*. O artigo de 1994 é citado na bibliografia.

2. Em 14 de junho de 1996, o Tenente-Coronel William J. Powell submeteu ao *Naval War College* e ao *Joint Military Operations Department* a dissertação com o seguinte título: “The Influence of Sensor to Shooter Technology on Theater Level Decision Making”¹⁹.

No seu trabalho, Powell sugere a substituição do paradigma de tomada de decisão em vigência nos Estados Unidos em meados da década de 90, conhecido como ciclo OODA pelo ciclo DPF, proposto pelo general Amarante no artigo de referência.

3. Em 7 de junho de 1996, a Major Elizabeth A. Hurst, do Exército Americano, defendeu a tese de mestrado em Arte e Ciência Militares junto ao *U.S. Army Command and General Staff College* e apresentou dissertação com o seguinte título: “Shaping the Battlefield with Command and Control Warfare”²⁰.

¹⁵ <http://www.scribd.com/doc/1486511/US-Air-Force-infowarpre97>.

¹⁶ <http://www.carlisle.army.mil/DIME/documents/IWallrev2007.pdf.pdf> .

¹⁷ <http://connection.ebscohost.com/content/article/1026327348.html>

¹⁸ <http://stinet.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=A293459&Location=U2&doc=GetTRDoc.pdf> .

¹⁹ Lieutenant Colonel Powell, William J., USMC, “The Influence of Sensor to Shooter Technology on Theater Level Decision Making”, paper submitted to the Faculty of the Naval War College in partial satisfaction of the requirements of the JMO Department, May1996.

²⁰ Major Elizabeth A. Hurst, U.S. Army, “Shaping the Battlefield with Command and Control Warfare”, paper submitted to the Faculty of U.S. Army Command and General Staff College in partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Military Art and Science, June1996.

Hurst, em seu estudo, examina a aplicação da guerra em comando e controle (GC²) como uma estratégia de apoio no campo de batalha e faz uma revisão da literatura relacionada, que apresenta potencial para atuar como fontes suplementares para futuras pesquisas.

Adotando o nome mais simples, o de operações de informação, o seu conceito visa a obter e manter o domínio da informação, mediante uma completa consciência situacional e visão expandida, negando ao inimigo tal capacidade. Para diminuir a confusão conceitual, Hurst constata que os teóricos militares assumem posições diferentes em relação à guerra de informação e os divide em três grupos.

O primeiro grupo, ocupado por futuristas como Alvin e Heidi Tofler e Winn Schwartau, vê a Terra no limiar de uma revolução na guerra contemporânea. Entende que, no futuro, como a informação e o conhecimento vão se tornar o núcleo das economias avançadas, o mundo assistirá ao triunfo do *software* sobre o aço. O grupo dos futuristas inclui:

- Alvin e Heidi Tofler, "War and Anti-War: Survival at the Dawn of the 21st Century",
- Winn Schwartau, "Information Warfare: Chaos on the Electronic Superhighway",
- Douglas Waller Washington, "Onward Cyber Soldiers", e
- Major Kevin B. Smith, "The Crisis and Opportunity of Information War".

O segundo grupo coloca-se em oposição ao primeiro; é cético quanto à velocidade da revolução da informação, baseando-se nos trabalhos de:

- Martin C. Libicki, "What is Information Warfare?",
- Colonel Alan D. Campen (Retired), "Rush to Information-Based Warfare Gambles with National Security", e
- Commander George F. Kraus (Retired), "Information Warfare in 2015".

Um terceiro grupo adota uma perspectiva mais balanceada, evitando a sedução de fantasiar uma futurística guerra cibernética, focando na manipulação da aplicação da informação de forma menos sensacionalista para efetivamente apoiar as necessidades do comandante no campo de batalha. Este grupo, mais equilibrado, é composto por:

- Lieutenant Colonel Norman B. Hutcherson, "Command & Control

Warfare: Putting Another Tool in the War-Fighter's Data Base",

- Colonel Jim Gray, "Turning Lessons Learned into Policy",
- Mary C. Fitzgerald, "Russian Views on Electronic Signals and Information Warfare",
- **Colonel José Carlos Albano do Amarante**, "The Automated Battle: A Feasible Dream?",
- Kerry A. Blount and Lauren D. Kohn, "C2 Warfare in FM 100-6",
- Lieutenant Commander Dan Strubel, "What is Command and Control Warfare?", e
- Colonel Richard F. Riccardelli, "The Information and Intelligence Revolution".

Na sua tese, Hurst classificou o General Amarante, por causa do seu trabalho de referência, como um pensador militar versado sobre a guerra de informação, integrando o terceiro grupo de teóricos militares norte-americanos. É o único estrangeiro selecionado como pensador militar.

1. Em 1997, foi citado como referência no livro: "The Clausewitzian dictum and the future of western military strategy", escrito por G.C. de Nooy²¹. No livro (referência 41), de Nooy argumenta que "unidades robóticas, tanto teleoperadas como autônomas, oferecem grande potencial para as forças ocidentais engajadas em operações militares".

2. Em 2001, foi referenciado por Mark Osiel²² no livro "Obeying orders: atrocity, military discipline & the law of war", com a seguinte observação: "para um espécime recente, veja coronel José Carlos Albano do Amarante, "A Batalha Automatizada: Um Sonho Exequível?" argumentando que em futuro presumível "a tecnologia poderia oferecer humanóides robóticos para substituir os soldados de infantaria".

3. Contribuição à Ciência Militar Brasileira

Com relação ao conteúdo científico e tecnológico da guerra do futuro, explorado em artigo de base publicado na *Military Review* (MR) em 1994, o general Amarante produziu a seguinte trilogia:

a. Em 1992, a revista brasileira de assuntos de defesa, a *Defesa Nacional*, publicou o seguinte artigo, ponto focal de toda contribuição

²¹ de Nooy, G.C., "The Clausewitzian dictum and the futur of western military strategy", 1997.

²² Osiel, Mark, "Obeying orders: atrocity, military discipline & the law of war", 2001.

para a ciência militar correlata nesta investigação: Amarante, JCA, “A Tecnologia Militar – Repercussões da Guerra do Golfo”, A Defesa Nacional, nº 755, Jan/Mar-92, Rio de Janeiro, RJ.

A matéria analisa as repercussões da tecnologia militar na Guerra do Golfo, provoca a reflexão do leitor e extrai ensinamentos para uma melhor compreensão sobre os futuros rumos do país, no contexto de um mundo incerto, mutante e adverso.

Procurando entender como os avanços tecnológicos podem proporcionar melhores condições para o combate, Amarante propõe uma visão holística e funcional, com base em funções bélicas, sob o enfoque aplicação da tecnologia: o *Sensoriamento* (S); o *Processamento* (P), ou a *Comunicação, Comando, Controle e Informação* (C³I); e a *Atuação* (A).

b. Em 1994, lançou o artigo de base: Albano do Amarante, José Carlos, “The Automated Battle: A Feasible Dream?”, publicado na *Military Review*, May94, vol. 74, Issue 5, p58, 4p.

c. Em 2003, a *Military Review*, publicou o artigo final da trilogia, que fundamenta as funções tecnológicas do combate: Amarante, José Carlos Albano do, “O Alvorecer do Século XXI e a ciência e tecnologia nas forças armadas”, *Military Review*, (1º Trim 2003), p 3-18.

Naquela oportunidade, o General Amarante aprofundou a investigação da guerra do futuro, procurando responder a questionamentos do tipo: Com um ambiente de crescimento exponencial da tecnologia militar, o que se pode esperar em termos de repercussões na arte da guerra? Quais as características norteadoras da evolução das funções tecnológicas do combate? E como a evolução de cada função irá causar impacto na capacidade operacional das Forças Armadas?

Explorando a trilogia, os seguintes trabalhos foram realizados:

a. Luís Alexandre Fuccille em “A Guerra na “Sociedade da Informação”: permanência e mudança”²³, IFCH-Unicamp, UFSCar, transcreveu um trecho da referência de 1992, argumentando como a avalanche tecnológica estabeleceu uma guerra de *standoff* – manutenção do adversário a distância.

b. Em 2008, o Tenente Coronel Armando Morado Ferreira publicou o seguinte trabalho: “Cenário de Aplicação de Veículos Não Tripulados de Interesse da Defesa”²⁴.

²³ http://www.seufuturonapratica.com.br/intellectus/_Arquivos/Jan_Jul_04/PDF/Artigo_Alexandre.pdf .

²⁴ http://www.d2ars.org/d2ars/system/files/Paper_Invited.pdf .

Textualmente, disse que “para estudar o impacto da tecnologia militar na guerra do futuro, tomou por base o trabalho do general Amarante [MR-2003], que apresenta um excelente apanhado do contexto da tecnologia militar no começo do século XXI”. “De particular interesse para o seu estudo foi uma proposta do General Amarante de decomposição do combate em três funções básicas: D-P-A. Tais funções são interligadas em um ciclo fechado, em que a decisão do processamento (comando e estado-maior), aciona os atuadores (peças de manobra), enquanto as informações da situação capturadas pelos sensores são realimentadas para o processamento. Não por acaso, estas são as funções básicas de um sistema automático, o que proporciona uma base conceitual conveniente para a abordagem do combate automatizado, que é uma característica marcante dos Sistemas de Combate do Futuro”. “Ressalta-se ainda que as funções de combate podem ser identificadas em todos os níveis, desde o nível político-estratégico até o nível do combatente individual, e, mais do que isso, observa-se que os ciclos de combate nestes diversos níveis se entrelaçam, seguindo a arquitetura hierárquica típica de organizações militares”.

c. O Major Art William da Silva Pereira, em seu trabalho de doutorado em Ciências Militares, publicou “O Sistema de Comunicações do Grupo de Artilharia Antiaérea: Uma Proposta”²⁵, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro. O artigo de 2003 é referência.

d. O Major Inf Alexandre Ribeiro de Mendonça, em seu trabalho de doutorado em Ciências Militares, publicou “A Dissimulação Tática nas Operações Ofensivas nos Escalões Brigada e Divisão de Exército: Uma Proposta”²⁶, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro. O artigo de 2003 é referência.

f. Em 2008, o Major Art Marcelo Jorge dos Santos e o Tenente Coronel Art Marcos Peçanha da Cruz publicaram o seguinte trabalho científico: “A Necessidade do Emprego da Artilharia Antiaérea de Média Altura e sua Adequação às Operações da Força Terrestre no Contexto da

²⁵ <http://www.eceme.ensino.eb.br/portalicee/arquivos/2006/ope/o%20sistema%20de%20comunicacoes%20do%20grupo%20de%20artilharia%20antiaerea%20uma%20proposta.pdf>.

²⁶ <http://www.eceme.ensino.eb.br/portalicee/arquivos/2006/ope/a%20dissimulacao%20tatica%20nas%20operacoes%20ofensivas%20nos%20escaloes%20brigada%20e%20divisao%20de%20exercito%20uma%20proposta.pdf>.

Doutrina Delta”²⁷, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro. O artigo de 2003 é referência.

g. Em 2009, o Major Cav Ádamo Luiz Colombo da Silveira, em seu trabalho de doutorado em Ciências Militares, publicou o seguinte trabalho científico: “Condicionantes Tecnológicas do Sensoriamento para a Doutrina da Brigada de Cavalaria Mecanizada”, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro. O artigo de 2003 é referência. Textualmente, ele afirma: “Em cada avanço percebido no campo de batalha, em cada tecnologia empregada, três funções básicas são identificáveis: Sensoriamento, Processamento e Atuação (SPA) (Amarante, 2003)”.

e. Em 2006, o artigo de 2003 passou a constar do Guia do Investigador da Military Review²⁸, Edição Brasileira, de 2001 a 2005, Fort Leavenworth.

²⁷ <http://www.eceme.ensino.eb.br/portaallee/arquivos/2008/dou/Marcelo%20Santos.pdf> .

²⁸ <http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Brazilian%202001-2005%20Research%20Guide.pdf> .

O Estado-Nação e o Mundo Atual

Jorge Calvario dos Santos

Doutor em Ciência, Coronel da Força Aérea Brasileira, Assessor Permanente do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra e Professor da Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense.

O Estado Nacional é produto de pacto realizado entre homens que possuem a mesma visão de mundo, em função da necessidade de viverem juntos, em segurança e na busca do desenvolvimento e da sobrevivência comuns.

Resumo

O texto pretende apresentar as origens do Estado Nacional, por meio de autores que formularam teorias ao longo do tempo, o Estado no mundo moderno, suas possibilidades, restrições, controles sobre a vida das pessoas e a interferência cultural a que está submetido, o qual, se não tiver seus princípios fundamentais preservados, pode vir a sofrer convulsão social e mesmo fragmentação territorial, em face da sua descaracterização cultural.

Palavras-chave: Estado Nacional. Modernidade. Interferência Cultural.

Abstract

The present paper present the sources of the National State, trough the thinkers ideas and theories and how it's being in the modern world, their possibilities, restrictions, controls over the people's life and the cultural interference that is suffering, which, without the preservation of its fundamental principles, has the possibility to suffer social convulsion and territorial fragmentation due to cultural mischaracterization.

Keywords: National State. Modernity. Cultural Interference.

O Estado-Nacional

A noção de Estado estava implícita no antigo conceito de cidade, *polis*, *civitas*, que representava o sentido de corpo político, não tendo sido, porém, bem definida na Antiguidade.

Norberto Bobbio nos ensina que foi pela difusão e pelo prestígio de o “Príncipe”, de Maquiavel, que o termo Estado se impôs. A obra inicia com as palavras: *“todos os estados, todos os domínios que imperaram e imperam sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados”* (Bobbio, 1992, A). No entanto, não foi Maquiavel quem criou o termo ou o introduziu, ele já existia, ainda que não fosse de uso corrente, pois, até a publicação de “O Príncipe”, muitas expressões eram utilizadas para designar a máxima organização de um grupo de indivíduos, sob um comando, num território.

Para Jean Bodin (Dows, 1969), o Estado teve origem na força. Justifica sua tese através de exemplos ocorridos ao longo da história. A política começou quando indivíduos fortes conquistaram e estabeleceram domínio político sobre seus vizinhos. A teoria da origem do Estado forte é atualmente aceita por ampla maioria dos cientistas políticos.

Com o surgimento da Monarquia absoluta, a ideia de soberania começou a se firmar na Europa. Na Idade Média, não havia uma noção correspondente, pois, durante o feudalismo, o rei era apenas o suserano; possuía os seus próprios direitos e poderes.

A mais importante contribuição de Jean Bodin à filosofia política é o seu conceito de soberania. A ele é atribuído o privilégio de ter sido o primeiro a usar a expressão. Bodin (Maritain, 1959) a entende com o sentido de *“o poder absoluto e perpétuo de uma República”*, o mais alto poder de comando. Segundo sua teoria, o Estado deve ter o mais absoluto controle sobre as pessoas e corporações dentro de seu território e, em contrapartida, os indivíduos devem possuir, potencialmente, poder absoluto sobre o Estado e suas atividades legislativas. Para Jean Bodin, a soberania é perpétua, enquanto os regimes de governo são mutáveis. Ela existe enquanto existe o Estado. *“A soberania não é limitada, nem em poder, nem em encargos, nem por certo tempo”* (Maritain, 1959).

A Escola Superior de Guerra (ESG), em seus Fundamentos Doutrinários, tem a Soberania como um dos seis Objetivos Nacionais Permanentes, e, assim, a define:

“Manutenção da intangibilidade da nação, assegurada a capacidade de autodeterminar-se e de conviver com as demais nações em termos de igualdade de direitos, não aceitando qualquer forma de intervenção em seus assuntos internos, nem participação em idêntico processo em relação a outras nações. Enfim, é busca de seu próprio destino; igualmente, a soberania significa supremacia da ordem jurídica do Estado em todo o seu território”.

Jean Bodin (Dows, 1969) alerta que *“há muitas causas de revolução nas estruturas da comunidade”*; destacando, entre elas, a *“extrema pobreza da grande massa do povo e a riqueza excessiva de um pequeno grupo, ou grande desigualdade na distribuição das propriedades e honrarias”*.

William Ebenstein (Dows, 1969), professor de Ciência Política na Universidade de Princeton, faz uma importante análise da tese de Jean Bodin:

“O Estado de Bodin é forte, mas não agressivo; monárquico, mas não tirânico. Tornou-se o modelo para os novos Estados nacionais, em que os interesses da monarquia aliavam-se aos dos comerciantes e das classes médias ascendentes, contra a Igreja e a aristocracia. Nesse novo Estado, a burguesia aceitava de bom grado um governo forte, sob o comando de um rei, contanto que lhe fosse permitido ganhar dinheiro e gozar de razoável segurança política e legal. Essa aliança duraria mais de duzentos anos, até a Revolução Francesa propor a pergunta fundamental sobre se a soberania deve ser investida no povo ou no soberano”.

Para Hegel (Cassirer, 1992), o Estado é a essência da vida política. A sua base é o poder da razão realizando-se como vontade. O Estado é a razão, que como fruto da razão humana, é desejado pelos homens. É o fim do processo dialético da história, a realização de princípios morais e da liberdade concreta, o todo, e o indivíduo é sua parte, pois o indivíduo, quando dissociado do Estado, deixa de ter sentido. No entanto, não é o acúmulo de indivíduos separados, unidos artificialmente por um acordo consciente, mas uma racionalidade divina pela qual e para a qual os seus membros existem.

A concepção do Estado decorre da concepção de história. Hegel diz que não é possível falar de vida histórica sem considerar o Estado.

“As nações podem ter vivido uma longa vida antes de chegar a este destino, e durante esse período podem ter alcançado uma cultura notável em algumas direções [...]. Porém, o marco desses acontecimentos, tão profundos em aparência, fica fora dos limites da história [...]. Porém, é o Estado o primeiro a oferecer uma matéria que não só é apropriada à prosa da história, senão que inclui a produção da dita história no progresso do próprio ser”.

Diz ainda Hegel (Cassirer, 1992) que a realidade é melhor em termos de história do que em termos de natureza. Se o Estado é requisito prévio da história, disso se infere que devemos considerá-lo como realidade suprema e perfeita. Estabelece ainda que a importância do Estado seja total, porque não apenas representa, mas é a encarnação do “espírito do mundo”. Esta é uma teoria política inédita. Já Santo Agostinho considera que a “*civitas terrena*” é uma deformação e desfiguração da “*civitas divina*”. Hegel entende a “*civitas terrena*” agostiniana como a “*idéia divina*”, tal como existe na terra.

Até o início do século XX, a opinião corrente era que o Estado teve sua origem num contrato submetido a certas condições, a restrições legais ou morais, previamente admitidas. Para evitar esta dificuldade, Hegel alterou o conceito de “moralidade” que prevalecia há alguns séculos. Afirmou que essa ideia, com uma concepção puramente subjetiva, não poderia aspirar a um elevado valor objetivo. A “moralidade”, no sentido em que a entendiam os sistemas éticos anteriores a Hegel, pretendia ser uma lei universal.

Hegel considera que o Estado não tem nenhuma obrigação moral. As normas de moralidade perdem sua pretendida universalidade ao passar dos problemas da vida e da conduta privada para a conduta dos Estados. A ordem ética, a substância ética, não pode ser encontrada num simples preceito moral. Está explícita com um sentido mais elevado, com uma realidade concreta, na vida do Estado que, segundo Hegel (Cassirer, 1992), em seu “*System der Sittlichkeit*”, “*é o mesmo espírito absoluto e verdadeiro, que não reconhece nenhuma regra abstrata do bem e do mal, do vergonhoso e do mesquinho, da astúcia e do engano*”.

Dessa forma, o Estado não tem nenhuma obrigação moral. Ela é válida para a vontade individual, não para a vontade universal do Estado. O único dever do Estado é o de conservar-se a si mesmo (Cassirer, 1992).

“É um princípio geralmente conhecido e admitido, diz Hegel em seu Tratado sobre a Constituição da Alemanha, que o interesse particular do Estado é o que importa acima de tudo. O Estado é o espírito que habita no mundo, e se realiza a si mesmo mediante a consciência, enquanto que na natureza o espírito se atualiza somente como austeridade de si mesmo, como adormecido ... A marcha de Deus pelo mundo é o que constitui o Estado ... Ao conceber o Estado, não há que pensar em estados particulares, mas contemplar apenas a idéia: Deus como realidade na Terra”.

O Estado, segundo Hegel (Cassirer, 1992), possui uma unidade orgânica que tem o sentido de uma unidade dialética; uma unidade dos contrários e que comporta tensões e oposições poderosas.

“Cada Estado, ainda que possa ser declarado ruim de acordo com os princípios de alguém, ainda que deva reconhecer-se que tem esta ou outra imperfeição, possui sempre, se pertence aos Estados avançados de nossos tempos, os elementos essenciais de sua verdadeira existência. Porém, como é mais fácil descobrir defeitos que compreender características positivas, é fácil cair no erro de esquecer-se do organismo interno do Estado, enquanto tratamos de suas fases extrínsecas. O Estado não é uma obra de arte; existe no mundo, e, portanto, na esfera da opção, do acidente e do erro. Daí que o mau comportamento de seus membros possa desfigurá-lo de muitas maneiras. Porém, o ser humano mais deformado, o criminoso, o inválido, o aleijado, continuam sendo sempre seres humanos: o afirmativo, a vida subsiste apesar de todos os defeitos, e aqui nos ocupamos do afirmativo apenas”.

Hegel (Cassirer, 1992) entende que

“o fim supremo que o Estado possa alcançar consiste em que a arte e a ciência se desenvolvam com o espírito do povo. Este é o objetivo principal do Estado; porém é um objetivo que o Estado não deve produzir como uma obra externa, que deva surgir de si mesmo”.

Para ele, o Estado é legítimo, quando o cidadão vê na vontade do Estado sua própria vontade. Isto é fundamental, pois o objetivo de tudo é o indivíduo e seu bem-estar.

Treitschke entende que o Estado situa-se acima dos indivíduos e

tem o direito de ser onipotente sobre eles. O Estado é poder, pois é o órgão supremo da moralização e humanização (Guibernau, 1997).

No que se refere à relação do indivíduo com o Estado, Treitschke afirma *que*

“aqui o alto ideal moral da honra nacional é um fator legado de uma geração a outra, venerando algo positivamente sagrado e compelindo o indivíduo a sacrificar-se por isso. Esse ideal está acima de qualquer preço e não pode ser reduzido a libras, xelins e pence” (Guibernau, 1997).

Mas Treitschke vai além, e, assim, se exprime quanto ao Estado cosmopolita:

“A idéia de um Estado mundial é odiosa; o ideal de um Estado que contenha todo o gênero humano não é absolutamente um ideal ... o conteúdo inteiro da civilização não pode ser compreendido num único Estado ... Todos os povos, exatamente com os homens no plano individual, são desiguais, mas na verdadeira plenitude dessa desigualdade vê-se a riqueza da raça humana. Todo povo, portanto, tem o direito de acreditar que certos poderes da razão divina se revelam nele em seu mais alto grau” (Guibernau, 1997).

Já Weber define Estado como sendo *“uma comunidade humana que pretende o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um dado território”* (Guibernau, 1997). Observa-se, na ênfase dada por Weber quanto ao uso da força num dado território, a existência de uma relação legítima entre Estado e poder. A nação, para Weber, representa o conjunto de valores que os indivíduos têm a obrigação de nutrir e desenvolver, ou seja, esta é a visão weberiana de nacionalidade.

Segundo ele, ainda que não exclusivamente, as estruturas de grande potência são determinadas pela economia. Ressalta ainda que o comércio, em si, não é fator decisivo para a expansão política, mas o que determina a estratégia da projeção política é a estrutura econômica. A esse respeito, é importante questionar se é a estrutura política e sua concepção estratégica que determinam a estrutura econômica adequada à projeção política.

Para Max Weber, na formação do Estado moderno, existe um fenômeno de expropriação por parte do poder público dos meios de

serviço, como as armas, fenômeno paralelo ao processo de expropriação dos meios de produção, possuídos pelos artesãos, pelos detentores de capitais. Bobbio nos diz que

“desta observação deriva a concepção weberiana, hoje tornada communis opinio, do Estado moderno definido mediante dois elementos constitutivos: a presença de um aparato administrativo com a função de prover a prestação de serviços públicos e o monopólio legítimo da força” (Bobbio, 1992, A).

Durkheim entende que o Estado não realiza nada; requer, antes, ação a ser considerada. Sua principal função é pensar com o fim de guiar o comportamento coletivo. *“O Estado é acima de tudo um meio de reflexão ... é a inteligência tomando o lugar do instinto obscuro”*. Afirma também que a natureza do indivíduo tende a ser revelada pelo Estado. Em *L'État*, diz que *“O Estado torna-se mais forte e mais ativo quando o indivíduo se torna mais livre. É o Estado que liberta o indivíduo. O Estado criou e organizou os direitos individuais: O homem é homem somente quando se civiliza”* (Guibernau, 1997).

Segundo Durkheim, libertar os indivíduos é a função maior do Estado. Para ter as condições de realizar tal tarefa, ele deve permear, estar presente em todas as instituições, seja a família, a Igreja, a economia e outras mais.

Os direitos individuais, para ele, estão em permanente evolução. Acentua ainda que o Estado pode tornar-se despótico, em função do tipo de relacionamento existente com os indivíduos. Por isso, observa que *“O Estado também precisa ser contido pela totalidade das forças secundárias que são subordinadas a ele, mas sem o que, como qualquer organismo incontido, ele se desenvolve excessivamente, torna-se tirânico e poderoso”* (Guibernau, 1997).

Bobbio considera que o Estado nasceu das necessidades que as comunidades primitivas, fundadas sob os laços de parentesco, tiveram para formarem comunidades maiores, de modo a permitir sua sobrevivência. Dessa forma, podiam ter melhores condições de se defenderem das ameaças externas. Alguns historiadores contemporâneos têm no início da Idade Moderna o momento em que ocorreu o surgimento do Estado, que representa a passagem do fim da Idade Primitiva. Entretanto, parece ter surgido, quando foram criados os Exércitos regulares como recurso

para garantir a sobrevivência das comunidades.

H. Kelsen (Bobbio, 1992, A) entende o Estado como um ordenamento coercitivo: *“O Estado é uma organização política porque é um ordenamento que regula o uso da força e porque monopoliza o uso da força”*. Já para Chantebout (Chantebout, 1977), ele existe quando *“há uma diferenciação entre o poder social exercido pela oligarquia dominante e a função governamental confiada a especialistas da ação política. O Estado é um fenômeno que nasce da profissionalização da política”*.

John W. Burgess considera que (Maritain, 1959) *“O Estado é uma parte especial da humanidade considerada como unidade organizada”*. Pode-se, também, entendê-lo como um instrumento a serviço da nação, que tem como fim a busca do bem comum.

Para Bobbio (Bobbio, 1990), o

“Estado de direito em sentido forte é aquele próprio da doutrina liberal, em que são parte integrante todos os mecanismos constitucionais que impedem ou obstaculizam o exercício ilegal do poder. Desses mecanismos, os mais importantes são: 1) o controle do Poder Executivo por parte do Poder Legislativo; ou, mais exatamente, do governo, a quem cabe em última instância o Poder Legislativo e a orientação política; 2) o eventual controle do parlamento no exercício do Poder Legislativo ordinário por parte de uma corte jurisdicional, a quem se pede a averiguação da constitucionalidade das leis; 3) uma relativa autonomia do governo local em todas as suas formas e em seus graus com respeito ao governo central; 4) uma magistratura independente do poder político”.

O liberalismo, sendo uma doutrina do Estado limitado, conduz a uma concepção particular, tanto com respeito aos seus poderes quanto às suas funções. Quanto aos limites de seus poderes, tem-se o Estado de Direito. Quanto aos limites de suas funções tem-se o Estado Mínimo.

O Estado liberal é fundamentalmente para as elites privilegiadas. Nele, tais elites tendem a confundir-se com o governo, com as Instituições governamentais. Normalmente, situam-se acima da população, com direitos e privilégios especiais.

A Europa medieval, dominada por dois poderes, encerrou seu ciclo com os Tratados de Westefália, que, em 1648, põem fim à Guerra dos Trinta Anos. Os grandes perdedores foram o Papa e o Imperador

do Sacro Império Romano da nação germânica. O Papa Inocêncio X condenou esses tratados, que implicam a secularização dos Estados, sejam eles católicos, luteranos ou calvinistas.

A partir de então, o conceito de Estado-Nação evolui rapidamente para encontrar seu sentido pleno no século seguinte, o XVIII, desabrochando com a Revolução Francesa: a nação e não mais seu príncipe é, a partir desse momento, sujeito de direito.

Apenas no início do século XIX, o Estado Nacional passa a ser visto como a unidade do poder político. A condição de Estado nacional soberano, com efetivo poder nacional, é condição para exercer autonomia no concerto internacional das nações.

À Revolução Francesa coube o mérito de gerar ideias novas. Uma das mais importantes foi a de *nação*. A palavra nação tem sua origem no latim, a partir do termo *nasci*, que representa a noção de nascimento. A luta contra certas imagens pode levar à criação de novas imagens. Um dos resultados da Revolução Francesa é a substituição da pessoa do Rei, que assumia caráter mitológico, por outra entidade de caráter mitológico, que é a nação, como afirma Jouvenel. Um ser transcendente, a nação, passou a ocupar o lugar de um ser imanente, o Rei. Com a consolidação do conceito de nação, surgiu o sentimento nacional, que gerou a ideia de interesse nacional, em substituição à de interesse do soberano.

Em 1789, às vésperas da Revolução, o abade Sieyès, em seu célebre opúsculo “*Que é o terceiro estado?*”, dá nova definição de nação. Trata-se, segundo Sieyès, de “*um corpo de associados que vive uma lei comum, representados pelo mesmo legislador*” (Garaudy, 1981).

Quanto a este tema, veja-se uma citação de Guizot (Jouvenel, 1978):

“Por certo o devotamento à pátria, o dever para com a pátria não são sentimentos novos, que nossos pais não tivessem conhecido; no entanto existe uma diferença profunda entre suas idéias e as nossas, entre seu estado de ânimo e o nosso em relação a esse objeto. A fidelidade entre as pessoas, dirigida tanto para os superiores como para os iguais era, na antiga sociedade francesa, o princípio e o sentimento dominante; está nas suas origens e na base de suas principais instituições; os laços pessoais eram os laços sociais. No longo curso de nossa história a civilização expande-se; as diversas classes passaram por um processo de aproximação e de assimilação; o número de pessoas independentes e influentes sofreu um crescimento enorme; os indivíduos retiraram-se

dos grupos particulares aos quais antes pertenciam para ingressar e viver numa esfera geral; a unidade nacional elevou-se acima da organização hierárquica. O Estado, a nação, a pátria, esses seres coletivos e abstratos tornaram-se, tal quais os seres vivos e reais, objeto de respeito e desafeição. O dever para com a pátria, o devotamento à pátria assumiram, no espírito da maior parte das pessoas, força superior à dos antigos devotamentos, à do antigo dever de fidelidade para com as pessoas. Também foram sentimentos nobres e desinteressados que animaram o exército republicano e o exército de Condé durante os combates deploráveis que travaram nas margens do Reno; mas diferente era sua fé moral e política, tanto na natureza como no objeto: uns sofriram e morriam para conservarem-se fiéis a seu Rei, a sua classe, a seu nome, outros para defender e servir a pátria, uma idéia sem corpo, um nome comum a todos, pátria esta da qual nada haviam recebido além da honra de nascer em seu seio e à qual acreditavam dever entregar-se totalmente, tão só por ser ela a França. A mesma transformação realizou-se na vida civil; a preocupação do interesse público, dos perigos públicos, tornou-se mais generalizada e mais forte que a das relações e dos afetos individuais. Foi em virtude de causas profundas e sob o império dos grandes fatos sociais que, sem qualquer premeditação, por puro instinto, os dois partidos em luta se designaram, em 1789, como partido realista e partido patriota: num estava vivo o dever para com o Rei e o devotamento ao mesmo, como chefe e representante da pátria; noutro, o dever e a dedicação voltada diretamente à própria pátria constituíam o princípio, o laço de união, o sentimento dominante”.

Para Amoroso Lima, são as necessidades da natureza humana que levam o homem à sociedade, e são os imperativos da natureza social, que levam a sociedade ao Estado. Entretanto, é importante assinalar que não há passagem direta de uma comunidade de homens para a instituição jurídica-política denominada Estado. Entre uma e outra, encontra-se a nação, que é essencial e fundamental para a sua formação. A essência do Estado é a agregação voluntária em torno de um objetivo comum (Amoroso Lima, 1956).

Ainda sobre a origem do Estado, Wilhelm Smidt afirma que

“Não o Estado, mas a família foi o primeiro na ordem da evolução da sociedade; seus direitos são mais antigos que os do Estado, sendo ela o berço de toda a evolução social da humanidade e com isso também do Estado. Essa sentença, que fora de certo modo obscurecida pela sociologia dos últimos séculos, posta em dúvida

ou mesmo rejeitada, está de novo, pelas pesquisas exatas da nova orientação (etnológica), posta acima de qualquer dúvida”.

São Tomás de Aquino diz que *“É manifesto que a sociedade política contém as outras associações; porque a família e os grupos de população estão compreendidos no Estado e assim a comunidade política é a comunidade principal por excelência”* (Amoroso Lima, 1956). Por via de consequência, a linha de evolução histórica do Estado é a família, tribo, nação e Estado. O elo, o vínculo comum e a instituição comum e a que todos direcionam total fidelidade é a cultura.

Considerando suas origens surge a questão das funções do Estado que não é nem um fim, nem um princípio por si mesmo. É, sim, um meio com sua existência justificada pelo objetivo a que tem de atingir. Esse objetivo é dar garantias de sobrevivência à nação, proporcionando as melhores condições de vida, e de futuro, aos nacionais. Para tal, tem bem definidas suas principais funções que, ao menos teoricamente, variam em razão de cada autor. Entretanto, uma das principais, senão a mais relevante é a de garantir a segurança ou a soberania da nação. Para tanto, cabe ao Estado a iniciativa de conduzir os empreendimentos necessários ao bem-estar da nação.

O surgimento da nação, normalmente anterior ao Estado, é um fenômeno fundamental na história. Sua importância na ordem internacional deve-se ao fato de que as modificações geográficas espontâneas se processam no sentido de congruência com as nacionalidades. A estrutura que deu forma à nação, produzida a partir da cultura, geografia, tradições e interesses comuns, foi responsável pela nova e despersonalizada forma de lealdade.

Para Jacques Maritain (Maritain, 1959), a nação não é uma sociedade, mas, sim, uma comunidade. Uma comunidade das mais complexas, completa e importante, gerada pela civilização. Ao tratar de nação, Émile Boutroux (Renouvin, 1967), assim se expressa sobre o sentimento nacional: *“A vontade que tem os homens de viver conjuntamente, de cultivar as mesmas reminiscências, de se propor os mesmos fins”*. Este conceito baseia-se no princípio de autodeterminação dos povos, surgido na filosofia política no século XVIII. É entendido como o direito que cada nação tem de escolher seu futuro político, converge com o preceito constitucional brasileiro de autodeterminação dos

povos.

A partir da Revolução Francesa, a nação não é mais somente uma herança, um passado comum, mas um futuro comum, um projeto de futuro.

Neste final de milênio, o surgimento de novas nações, ou melhor, o renascimento de antigas é fortemente motivado pelo retorno às raízes da identidade nacional, como forma de garantir a unidade em reação ao processo de homogeneização cultural, em andamento. O resgate da nação possibilita aos nacionais organizar o presente em preparação para enfrentar o futuro incerto, mas promissor.

Existem palavras que representam a cristalização de um sentimento numa ideia. Nacionalismo é uma delas. Do despertar progressivo de uma consciência nacional, a partir da Revolução Francesa, surge uma característica da história moderna, que é o Nacionalismo. O jornalista e livreiro Rodolphe Zacharie Becker (Jouvenel, 1978), preso por Napoleão, em 1812, atribuiu especial valor ao Nacionalismo, e assim se expressou:

“Todos sabem que a nação germânica não forma um Estado único, como acontece com a nação francesa, espanhola, inglesa e outras mais. Divide-se em numerosos Estados diferentes, e parte desses Estados acha-se incorporada a outros Estados, como o Império Francês, a Hungria, a Rússia, a Suíça, a Dinamarca, os Estados Unidos da América do Norte. Ao exortar, portanto, os alemães em geral a cultivarem as virtudes nacionais e a soterrarem os ressentimentos provinciais, não se lança qualquer apelo político. É como se exortássemos os gascões, os normandos, os habitantes da Champanha, os borguinhões, os naturais de Beaune, a desistirem do rancor que os habitantes das diversas regiões da França manifestam uns contra os outros, por meio de epítetos ultrajantes. Os membros de minha sociedade ideal devem cumprir as leis do lugar em que se encontrem: cada um deve exercer a velha lealdade e fidelidade germânica para com o Governo do qual é súdito. É o que os alemães realmente fizeram no curso dos séculos, e é o que fazem hoje na Hungria, na Transilvânia, na Livônia, Holstein e principalmente na Alsácia; e é o que não deixarão de fazer de sua vez os habitantes das províncias recém-incorporadas ao Império Francês, da mesma forma que os refugiados franceses que se encontram em Berlim, Leipzig, Hanover ou Cassel contam-se entre os melhores cidadãos dos Estados alemães, sem que tenham deixado de ser franceses e de se sentirem honrados com isso. Essa ligação com a nação, que poderíamos chamar de nacionalismo, harmoniza-se perfeitamente

com o patriotismo voltado para o Estado do qual se é súdito ...”.

A ideia mais vigorosa dos nossos tempos é o nacionalismo. Ainda que fato evidente, não foi previsto pelos pensadores dos séculos XVIII e XIX. No prefácio que escreveu para *“Le Nationalisme Français”*, 1871 -1914, Raoul Girardet assim o definiu: *“O desejo de conservar a independência, de manter íntegra a soberania e de afirmar a grandeza do Estado-Nação”*.

À ideia de nacionalismo juntam-se os conceitos de sociedade, de nação e de Estado, que se reforçam mutuamente se o Estado é legitimado por sua origem nacional e pela função que desempenha para dar condições à nação de buscar e garantir os seus Objetivos Nacionais Vitais.

Um dos mais significativos valores do nacionalismo reside na capacidade de refletir a vontade dos nacionais quanto à honra nacional, à dignidade, aos destinos da nação, à autonomia nacional, à preservação da cultura nacional e, fundamentalmente, quanto à conquista e manutenção da soberania.

O progresso da nação é realizado através de suas Instituições, que, junto com o Homem e a Terra (no sentido de território, base geográfica), formam o que a Escola Superior de Guerra conceitua como os Fundamentos do Poder Nacional. A criação das Instituições depende de um corpo político. Com a formação de um corpo político, no seio de uma nação, surge o Estado Nacional, diferente da antiga noção de Estado. O Estado Nacional perfeito é formado por apenas uma nação em sua base geográfica, onde impera uma relação biunívoca entre a Nação e o Estado. O Estado de uma só nação. Um é a imagem do outro. Existem alguns que possuem duas ou mais nações em sua base geográfica. Isso é uma forma de imperfeição, o que é fonte de conflitos e instabilidades. A nação tem uma vocação, uma missão, que é a imagem da vontade dos indivíduos que a formam, que é a vocação do ser humano ao desenvolvimento e à plena manifestação de suas potencialidades. Quanto mais educados e qualificados os indivíduos, maior e mais pujante será esta nação.

Sendo a globalização um processo concentrador de riqueza e poder, o discurso dos seus apologistas é no sentido de considerarem que o poder não está contido nela. Para eles, a globalização é um processo que caminha pela mão do mercado e tende, por isso mesmo, a diminuir

progressivamente o espaço e a presença da política na economia e, por decorrência, provocar, de forma suave e positiva, o afastamento dos Estados nacionais na condução das políticas econômicas.

A Transformação do Mundo

Dentre os mais significativos choques que a humanidade tem sofrido ao longo da história, os que foram provocados pela economia parecem que não trouxeram qualquer ensinamento. O tempo passa e o mesmo choque se repete.

A globalização na era moderna tem seu marco inicial com as grandes navegações do século XV. A dimensão econômica teve papel relevante. Porém, foram a ciência e a tecnologia que possibilitaram a expansão europeia para outras regiões do mundo.

Os descobrimentos de outras regiões e a consequente colonização dessas novas terras provocaram o surgimento de novos polos de poder, que definiram uma nova ordem. O monopólio dos conhecimentos técnicos e científicos da navegação e cartografia pelos portugueses, mais tarde também pelos espanhóis, permitiu-lhes adquirir grande poder e riqueza.

Situação semelhante se repete nos dias de hoje. Entretanto, a diferença está na existência de organismos multilaterais que atuam no sentido de garantir o monopólio desse tipo de conhecimento, por parte daqueles que o possuem.

O período em que o mundo presenciou a Guerra Fria foi também um período de transformações. Transformações ocorridas nas áreas “patrimoniais” norte-americanas e soviéticas. Transformações de ordem política, econômica e militar, principalmente. A estruturação desses dois mundos atendia aos interesses das duas superpotências.

Com o fim da Guerra Fria e o desmembramento da União Soviética, o sistema internacional efetivamente passou a ser estruturado em função dos interesses da única nação hegemônica. Nessa estruturação, diversos organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e outros passaram a atuar diretamente em função dos interesses hegemônicos

em vigor, ainda que, de certa maneira, atuassem dessa forma desde que foram criados, após a segunda Grande Guerra.

Para Gilpin (Gilpin, 1993), após a derrocada da União Soviética, surgiram duas correntes de opinião. Para a primeira, os Estados Unidos passaram a ser a única superpotência. Os valores capitalistas triunfaram e o mundo inicia uma era de prosperidade, democracia e paz sem precedentes. Para a segunda corrente, a “estabilidade” do mundo bipolar está sendo substituída por um mundo multipolar, que é caracterizado por novas formas de intensos conflitos étnicos, políticos e econômicos.

Nenhuma das duas correntes parece firmar-se. Parece que ambas estão corretas. Yalta dividiu o mundo conforme a vontade dos vencedores da Segunda Guerra Mundial, tal como a *Bula Inter-Coetera* dividiu o mundo da época, entre Portugal e Espanha. A divisão não respeitou qualquer tipo de fronteira nacional ou geográfica. Com isso, foram criados Estados imperfeitos, que abrigaram mais de uma nação em seu território. Muitos deles se dividiram por esse motivo, sob certo aspecto existiam fronteiras dentro de fronteiras. Após o desmembramento da extinta União Soviética, muitas nações passaram a lutar por sua autonomia política.

A globalização, que interessa à nação hegemônica, até certo ponto, e conta com aliados entre as nações mais ricas e industrializadas, tem provocado conflitos de ordem econômica. Os interesses políticos dos Estados Unidos são consolidados em detrimento das demais, seja com a colaboração ou o apoio do grupo das sete nações mais ricas e industrializadas (G-7), seja com a aparente legitimação de suas ações, políticas, econômicas ou militares, por meio de organismos multilaterais que controlam, tais como a ONU, o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), FMI, A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), o Banco Mundial e outros mais.

Dentre essas políticas, um dos principais objetivos estadunidense é a proteção ampliada da propriedade intelectual, incluindo *softwares* e patentes, com os direitos de patente se estendendo tanto ao processo quanto ao produto. A Comissão de Comércio Internacional estadunidense estima que suas companhias devam ganhar cerca de sessenta e um bilhões de dólares por ano, provenientes do Terceiro Mundo, devido à aceitação no GATT/ OMC das exigências protecionistas dos Estados Unidos. Surgem agora as pretensões com o chamado Acordo

Multilateral de Investimentos para completar a hegemonia liberal e, por seu intermédio, a supremacia do capital financeiro em escala mundial.

Esse processo faz com que as nações que compõem a periferia tenham seus interesses ou, até mesmo, suas necessidades não atendidas, face ao poder ou a desigualdade de oportunidades que regem o relacionamento internacional. Essas nações voltam ao passado, retornando à condição de exportadoras de matérias-primas ou de produtos primários. É a colonização em sua nova apresentação.

Esse quadro faz acreditar que a segunda corrente de opinião seja a primeira etapa do processo que pretende, ao seu final, levar paz e prosperidade às nações centrais, à custa do sofrimento e em detrimento das nações periféricas. Tudo isso gera a confusão, a discórdia, os conflitos armados ou não e o exercício do poder hegemônico, de forma globalizante.

A estrutura do sistema global e a ordem surgida após a Segunda Guerra Mundial ou após o desmembramento da antiga União Soviética passam por profundas transformações. Dentre essas, as mais importantes são: um mundo unipolar com uma potência hegemônica; a intensificação de uma interdependência global; o ressurgimento do liberalismo; requisitos para estruturas de governo regional e global; o crescimento da importância das organizações transnacionais; a integração dos Estados numa economia global e o processo de formação dessa sociedade. Isso leva ao discurso do declínio da importância do Estado nacional moderno e suas funções, que seriam transferidas às estruturas administrativas regionais e globais. Dessa forma, decisões de governo estariam submetidas aos condicionamentos no plano de ações externo.

Quanto à formação de uma sociedade global, assim se expressou Alexander King, cofundador do Clube de Roma: “Estamos no meio de um processo longo e penoso que conduzirá à emergência, sob uma forma ou outra, de uma sociedade global, cuja estrutura provável ainda não é possível imaginar” (Ramonet, 1998).

Esse é o cenário tendencial do processo globalizante, que é patrocinado pelas nações mais industrializadas, apresenta contradições e crises maiores. É um modelo de futuro com contradições graves e insustentáveis na ordem econômica, no aprofundamento da fragmentação cultural e ideológica; na desintegração da ordem; na abusiva interferência ecológica; na intensidade da insegurança internacional, na

crise territorial do Estado nacional e na existência do Estado Nacional soberano, como tal.

A globalização constitui-se num processo que conduz à construção de um mundo só, de uniformização institucional e de convergência de valores, impostos ou induzidos pelos detentores do poder, que têm como veículo os mais variados meios de difusão. Um mundo em que a ilusão do mercado se propõe a ordenar e a satisfazer as necessidades da sociedade. Para tornar possível esse intento, é fundamental o desmantelamento do Estado Nacional soberano e de suas Instituições. O mercado tem como ideologia a globalização, e a economia, nesse contexto, é meio importante para determinados fins. O mercado global, instrumento de ideologia, é indiferente ao destino das nações que não possuem significativo poder nacional para garantir seu destino, é forte e eficaz instrumento de poder.

A globalização, a modernização ou a nova ordem não conseguem modificar ou superar a principal regra prática do relacionamento entre as nações: aquela na qual sempre que uma das partes ganha é porque a outra perde.

Alguns autores e, sob certos aspectos, a mídia, procuram mostrar a existência de uma comunidade global. Isso, se verdade fosse, ainda assim não representaria a existência dessa sociedade. A utilização de uma infraestrutura de comunicações em âmbito mundial não transforma as inúmeras sociedades existentes em uma comunidade global (McGrew, 1992).

A comunidade nacional tem sua unidade preservada pela existência do Estado Nacional soberano. A soberania nacional, a integridade territorial e as Instituições nacionais são preservadas pelas nações. Terra (território) e Instituições, junto com o Homem, são os fundamentos do Poder Nacional, tal a sua importância.

O processo de globalização, para conquistar mercados, mentes e corações, necessita colocar em crise o Estado Nacional. A crise do Estado Nacional, junto aos questionamentos quanto à necessidade da soberania territorial, soberania compartilhada, é dirigida apenas àqueles mais fracos, sem significativo Poder Nacional. Ao mesmo tempo, verifica-se o fortalecimento dos mais desenvolvidos, dos Estados Diretores, com grande poder e riqueza.

Um dos pontos notáveis da história da humanidade, neste século

XXI, é a contínua internacionalização de muitas das atividades existentes. Dentre elas, destacam-se como as mais significativas, a política, a produção industrial, o comércio, finanças, segurança, comunicações, certas formas de educação e cultura. A tecnologia se internacionaliza apenas no seu emprego e não no conhecimento técnico, que fica restrito às nações detentoras do saber específico. A maior consequência disso é que a mútua penetração da economia, da política e das forças sociais entre as nações, é incrivelmente notável. Esse quadro faz com que os governos dos Estados, especialmente os menos favorecidos, percam progressivamente graus de controle direto sobre as forças que os afetam (McGrew, 1992).

A globalização coloca em xeque e questiona a autonomia do Estado e preconiza mudanças no seu papel e na sua natureza. O processo de globalização traz dramáticas consequências para o moderno Estado Nacional, pois afeta a soberania dos Estados mais fracos, sem significativo Poder Nacional. Não existe uma ampla consciência a esse respeito no seio da população, mesmo entre os mais qualificados intelectualmente. Esse fato se torna grave, porque não é um problema conjuntural, mas estrutural, que está absorvendo a todos, tal como uma bolha que cresce infinitamente, ocupando o espaço.

O capitalismo selvagem impeliu as nações mais poderosas ao controle do mundo e à formação de uma economia mundial, orientada por suas regras, poderosíssima e verdadeiramente global. Nesse aspecto, é importante observar a fusão singular do Estado com o capital. Por tal razão, principalmente, vê-se o enfraquecimento do conceito de Estado nacional, e, de certo modo, a sua “privatização”, nos países periféricos. A esse respeito, Braudel diz que: *“O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado”*.

Naturalmente, os Estados sempre atuaram sob pressões de toda ordem. Nenhum teve ou tem completa independência das pressões externas. Entretanto, a globalização vem impondo novos limites ao exercício da soberania, como o que se refere ao tamanho do Estado, sugerindo a criação do Estado mínimo. O Estado nacional existe em função da Nação e a ela deve reportar-se e atender suas necessidades e aspirações. Tem que estar capacitado a cumprir seus objetivos, de buscar e manter os Objetivos Nacionais Permanentes. O Estado Mínimo, sem poder, sem estatura, tende a transformar-se em opressor, a serviço de

outro, de setores privilegiados da respectiva nação ou ainda de ideologias nocivas à segurança e ao bem-estar do homem. O Estado perfeito não deve ser mínimo nem máximo, mas adequado a cada nação em função de sua estatura estratégica, de seu potencial, de suas responsabilidades, de suas riquezas, de suas necessidades e do momento histórico.

Autonomia pode ser definida como a capacidade de agir independentemente, dentro de limites, de modo a atender a objetivos políticos domésticos e internacionais. Autonomia do Estado é diferenciada no que diz respeito ao alcance e domínio no qual ela é exercitada. Alcance significa o nível de óbices à ação do Estado, enquanto domínio são as áreas de atividade ou cenário político em que os óbices atuam. A questão da autonomia é importante, porque nos permite distinguir a diferença entre autonomia e soberania. Ambos os conceitos são importantes no relacionamento entre globalização e Estado.

A globalização traz as seguintes e principais consequências: restringe o quadro de opções possíveis à atuação do Estado na política externa e doméstica; permite ao Estado hegemônico maior autonomia em relação a outros periféricos; e, também, maior independência em certas áreas. Sendo assim, ela conduz os Estados periféricos à perda da autonomia, enquanto alguns, os mais poderosos, ganham maior autonomia. Estando esta comprometida pela globalização, a natureza e o papel do Estado certamente não se manterão incólumes.

Göran Ohlin, no ensaio “O Sistema Multilateral de Comércio e a Formação de Blocos”, lembra que um importante estudo sobre a história do comércio exterior britânico, em fins de século XIX, intitulado “O Imperialismo do Livre Comércio”, mostra como o protecionismo tinha poderosos defensores na maioria das nações, entre as quais os Estados Unidos (Ohlin, 1992).

Nos últimos anos tem ocorrido uma clara transformação no sentido da liberalização do comércio exterior. Evidentemente, essas mudanças convergem para um modelo de política econômica fundamentada em diretrizes do FMI e do Banco Mundial. É fácil constatar que cresce o número de pessoas que manifestam preocupação com o fato, já que elas nos levam na direção da liberalização, da privatização, da desregulamentação e do desmantelamento do Estado Nacional.

Para adaptar-se às condições da globalização econômica, o Estado é obrigado a cumprir uma agenda que não representa o que é desejado

e, muitas vezes, necessário e expresso em manifestações populares.

As nações sem significativo Poder Nacional têm a desnacionalização do Estado acompanhada pela satelitização das elites e a contestação toma a forma de negação da ordem política. A ideia de nação e o sentimento nacional vão se ofuscando com o passar do tempo, o que podem conduzir a perda da unidade e identidade nacional e, por fim, ao desmembramento e à purificação étnica. Isso já ocorreu na África e na Europa Central.

Os poderes do Estado, principalmente na política econômica, têm sido de fato corroídos e, portanto, perdendo a condição de formular e conduzir a política econômica necessária e adequada ao desenvolvimento. Estando a sua autonomia comprometida pela globalização, a natureza e o papel do Estado, certamente, não se manterão incólumes.

Quanto à postura do Estado em relação à economia, vale a pena lembrar as palavras do ex-presidente norte-americano General Ulysses Simpson Grant, na Câmara de Comércio de Manchester, Inglaterra, em 1873, quando o governo fazia enorme pressão para a abertura da economia americana ao comércio inglês (idêntica à que fazem hoje ao Brasil):

“Durante séculos, a Inglaterra usou o protecionismo exacerbado para alcançar os seus objetivos. Não há a menor dúvida de que a esta postura deve o seu poderio atual. Agora, tendo conquistado o lugar de maior potência do mundo, julga a Inglaterra que é chegado o momento de adotar o livre comércio, por considerar que o protecionismo não lhe trará quaisquer benefícios adicionais. O crescimento do meu país faz-me acreditar que, dentro de duzentos anos, quando os Estados Unidos da América tiverem extraído do regime protecionista tudo o que ele pode dar, então lutará também a favor do livre comércio”.

Não foram necessários os duzentos anos. A atitude independente adotada levou os Estados Unidos a alcançar uma posição em que passou a beneficiar-se do livre comércio muito antes, como a maior potência econômica mundial. Estas palavras mostram as verdadeiras intenções da abertura de mercado, liberalização e o sentido proposto pelo processo da globalização.

Casanova observa que

“Os governos associados ao projeto de transnacionalização apresentam sua política como se fosse compatível com a soberania, o desenvolvimento, a justiça social e a democracia. A mentira se converte objetivamente numa forma oficial de se comunicar e de pensar. Pensar é mentir. Ao mesmo tempo, o pensamento oficial dos Estados, com o apoio dos meios de massa e dos centros de excelência, torna público, sustentado pela argumentação tecnocrática dos grandes intelectuais, que ele é inibitório de um processo alternativo e que se entusiasma diante da nova época história do colonialismo atualizado” (Casanova, 1995).

A transferência, com o consentimento das classes dirigentes, de decisões privativas do Estado para organismos multilaterais traz graves consequências para a sociedade nacional. As políticas sociais, de emprego, salarial, saúde pública, industrial, agricultura, científica e tecnológica e outras são profundamente afetadas. Como resultado, tem-se o aumento da desigualdade interna, do chamado desemprego estrutural e conjuntural, a desindustrialização, o desemprego, a falência do serviço público, a ausência de saúde pública e, portanto, o crescimento da mortalidade, da marginalidade e do crime.

Uma das manifestações públicas contra os efeitos nefastos do processo ocorreu às vésperas da reunião anual, em 1996, do Grupo dos 7 (G-7), em Lyon, na França, onde predominaram as manifestações contra os efeitos da globalização. Na oportunidade, o sindicalista Jean-Michel Drevon assim se pronunciou: *“Os direitos pelos quais os trabalhadores europeus lutaram durante um século estão sendo minados pela globalização”* (Jornal do Brasil, 1996).

O desenvolvimento é retirado da pauta das preocupações e discussões. Em nome da modernidade, o governo motiva a importação indiscriminadamente. Com esse comportamento, favorece a criação de empregos nos locais de fornecimento de produtos que importa e desemprega nos compradores ou importadores. Exportam-se empregos e importa-se capital.

Os recursos financeiros são dirigidos aos setores secundários, ao sistema financeiro, e, não, para o setor produtivo. É a política neoliberal de desestruturação e desmantelamento do setor produtivo e do parque industrial.

O processo de reestruturação do Estado serve apenas para desvincular o Estado da nação, aumentar a extrema pobreza, desestruturará-

lo e reassumir a antiga condição de colônia ou de total dependência, além de enfatizar o seu papel repressivo, em todo o espectro da vida nacional.

O fim do Estado nacional soberano é exigência da globalização. Ianni (Ianni, 1995) nos diz que *“A idéia de sistema mundial reconhece as novas realidades da Globalização, mas persiste na tese das relações internacionais, o que reafirma a continuidade, vigência ou preeminência do Estado-Nação”*. Talvez isso possa vir a acontecer, mas certamente será de acordo com os ditames dos patrocinadores da globalização. Sua soberania, certamente, será limitada, de modo a atender aos interesses das nações mais poderosas. A esse respeito, o *“Livre Blanc sur la Défense”*, publicado pelo governo francês, em 1995, quando analisa o processo de globalização conclui (Meira Mattos, 1996): *“A sobrevivência da Nação representa o interesse vital do país; em última instância deve ser preservada contra qualquer ameaça, seja qual for a origem”*. O Estado transnacional não é fato consumado, mas é parte do processo onde a submissão dos Estados mais vulneráveis, obtida por pressões e coações, leva à total dependência, à desigualdade e ao controle dessas nações com todas as suas consequências. Nas nações que possuem alguma possibilidade de reação ao processo globalizador, o nacionalismo começa a surgir como entidade aglutinadora das forças vivas que procuram defender a soberania e promover o desenvolvimento autônomo e a justiça social.

O Estado nacional, forte, autônomo, soberano é um óbice à globalização. Por isso, o seu desmantelamento estrutural e em suas atribuições tradicionais precede o processo. A soberania é atingida, quando o Estado é fragilizado. Apenas num Estado fraco, num Estado privado, sob o domínio dos interesses especulativos, o mercado nacional pode ser absorvido pelo grande mercado mundial.

A consequência da rotação do eixo de máxima confrontação estratégica e um dos objetivos dos centros mundiais de Poder, tendo a necessidade de viabilizar a globalização, com um mínimo de resistência nesse início de século XXI, fica caracterizada por três crises que atingem diretamente o Estado nacional soberano, e estão na gênese das relações conflituais, conforme apresenta Isabel Ferreira Nunes (Nunes, 1996).

A crise dos paradigmas, que se refere aos modelos orientadores e integradores das relações entre Estados da última metade do século XX,

quer dizer: a inexistência ou a dificuldade em encontrar um paradigma das relações internacionais alternativo à ideologia da confrontação bipolar. O componente ideológico, que regulava as relações entre blocos durante a Guerra Fria, ao perder a sua capacidade unificadora e mobilizadora, veio facilitar o desenvolvimento de outros valores de mobilização dos atores do sistema internacional, limitando-os simultaneamente nas suas capacidades para controlar novas forças desagregadoras.

A crise do referencial, que decorre da mudança da ideologia e da dificuldade em identificar inimigos e aliados e angariar solidariedade para a gestão e mobilização de esforços conducentes à resolução de crises internacionais. A consequente perda dos tradicionais valores que orientavam e justificavam as suas políticas externas, com profundas repercussões em nível da atuação do Estado e até da própria direção das relações internacionais, a agravar-se, poderá gerar um sistema tendencialmente anárquico subordinado a uma lógica do poder mundializada.

A crise da liderança, que deriva da mutação das ideologias de ordem e da crise da centralidade do poder, a partir das quais se desenvolveu todo um conjunto de questões relacionadas com a legitimidade, confiança e autoridade do Estado para a resolução da conflitualidade, tem afetado a capacidade dos Estados de legitimarem soberanamente ações externas em situações envolvendo interesses que afetem mais do que um personagem internacional. Portanto, como vetor da conflitualidade, ela assume contornos específicos quando associada à presença de entidades étnicas em países atingidos por convulsões políticas e sociais.

Surgem também as falsas crises, como por exemplo, a de identidade, onde a predominância ou a prevalência de valores culturais das nações centrais tem modificado as culturas das nações periféricas, no sentido de homogeneizá-las, com o desenraizamento dos indivíduos e perda de sua identidade cultural e nacional, com sérias consequências para o Estado Nacional.

A falsa crise do Estado nacional, onde a soberania, a autoridade e a territorialidade têm condicionado a ação do Estado à resolução de conflitos. Nos dias atuais, as nações centrais fomentam essa situação nas nações periféricas. Nesses países são impostas restrições à soberania, às funções do Estado e à autoridade, além de questões como o direito de ingerência, de emprego de força militar, sem consentimento das partes

em litígio, soberania compartilhada, dentre outras (Nunes, 1996).

Como corolário dessas crises, verdadeiras ou falsas, mas que atendem aos adeptos da globalização, muito se fala em reforma do Estado, nova forma do Estado ou o fim do Estado Nacional. Talvez o Estado Nacional, tal como o conhecemos hoje, formado durante longo período histórico, tenha dificuldade em manter suas características. Entretanto, a globalização não conseguirá dissolvê-lo. Passará por períodos difíceis, de fragilidade ou mesmo de impotência, e, como Fênix, será reconstituído, e ressurgirá com força total para reassumir suas funções. A nação, como unidade cultural e linguística com a mesma história, retornará às suas raízes e fortalecerá o Estado nacional.

No processo de globalização, os Estados fortes passarão ao exercício da hegemonia. As nações mais fracas serão submetidas às mais fortes, o que caracteriza a ausência de uma convivência democrática.

Interferência Político-Cultural

A globalização, a internacionalização ou o processo que caminha no sentido de aumentar o cinturão de riqueza e poder em torno das nações mais industrializadas, condenando à míngua as nações periféricas, tem na cultura seu grande campo de atuação. Uma atuação articulada que desterritorializa o indivíduo, deixando-o sem suas verdadeiras raízes, logo sujeito a ter sua conduta definida por uma cultura que não a sua. As consequências em termos de nacionalidade, de soberania, de patriotismo são por demais danosas à nação.

Essa situação mostra que o quadro globalizador, controlado e conduzido pelas nações centrais, induz a um cenário de divisão do mundo, que não envolve as nações, não reconhece fronteiras, atinge organizações e indivíduos e agrava a divisão entre ricos e pobres. A facilidade, oferecida pelos meios de comunicação, possibilita a homogeneização de conhecimentos, padronizando formas de comportamento.

Internacionalização das ideias, mercados e movimentos, como diz Petras, é uma das grandes ilusões de nosso tempo. Modernidade e globalização são termos em moda para inibir qualquer forma de solidariedade ou valores sociais. Formas culturais, que levam à despolitização e à banalização da existência, são promovidas. Imagens da mobilidade individual, da pessoa que se faz sozinha, do egocentrismo

são difundidas maciçamente pelos meios de comunicação. O processo que conduz à subordinação cultural parece ignorado pelos dirigentes nacionais, pois contribui para consolidação de seu poder.

As diretrizes culturais em que o privado predomina sobre o público, o individual sobre o coletivo e social contribuem para apregoar valores egocêntricos que solapam a ação coletiva. O cultivo das imagens, das experiências transitórias e efêmeras, da conquista sexual, trabalham contra a reflexão, o envolvimento e os sentimentos de afetividade e solidariedade. O novo modelo cultural ataca as tradições de solidariedade em nome da modernidade, ataca a lealdade de classe em nome do individualismo, enquanto a massa de cidadãos subordina-se ao capital corporativo.

O conteúdo principal da cultura global é a combinação consumo-sexo-conservadorismo, cada qual apresentado como reflexo ideal da vontade ou necessidade individual.

Um dos grandes objetivos da globalização, do liberalismo modernizante, além do lucro material, é a conquista da mente, da consciência dos indivíduos, seja pelos meios de difusão, seja pela conquista de seus intelectuais e de seus dirigentes.

Um poderoso instrumento do novo estilo de dominação, a parte mais sofisticada dele, é o controle dos meios de comunicação de massa e o domínio, pelos referidos centros de decisão, do sistema global de telecomunicações. Assim, todo o processo de informação que se passa numa nação e no mundo, em todos os ramos de atividade, fica nas mãos de uma minoria, que, com a alta tecnologia, elimina a capacidade, em cada nação, de preservar sua cultura, sua identidade e sua soberania.

Os meios de comunicação de massa, empregando todos os recursos científicos da psicologia, da psicanálise, bem como da reflexologia, pavloviana e de Becherev, atuam como agentes da alienação e desculturação dos povos das nações periféricas, os chamados “Novos Bárbaros”. Os formadores de opinião pública, bem como a grande maioria da população dessas nações, dentre elas o Brasil, estimulados por “imagens virtuais” da realidade, perdem, pouco a pouco, a capacidade de pensar e refletir, interiorizando tudo aquilo que aos centros de decisão ou centros de poder, ou melhor, os senhores ocultos do mundo, interessa à moldagem das mentes, de modo a que o público alvo passe a aceitar a dominação.

Uma das funções da cultura de massa é a de provocar a sensação

naqueles que estão num nível social inferior de que pertencem ao nível social superior. Para tanto, o consumismo desempenha um papel diversionista: o de atenuar os estados de tensão social. As culturas nacionais são deterioradas pela introdução da cultura de massa que, com o suporte dos meios de comunicação social, principalmente os meios audiovisuais, faz com que a imagem, trabalhada, contribua para dispensar a reflexão.

A aceitação generalizada da globalização ou da modernidade rotulada de neoliberalismo, com seus apêndices da economia de mercado, da interdependência econômica e a uniformização das sociedades, é o exemplo típico e de fácil verificação. É a aldeia global. A influência dos meios de comunicação, homogeneizando conhecimentos e padronizando formas de comportamento, faz com que parcela afluente da população das nações centrais não seja substancialmente diferente das minorias ricas existentes nas nações periféricas. Os ricos, em qualquer nação, tenderiam a ter uma forma comum de pensar que, no limite, se ajustaria como classe, defenderiam seus privilégios, independente da nação a que pertencessem.

O conflito do Golfo Pérsico marcou uma nova fase nas relações internacionais. Os principais protagonistas do conflito Leste-Oeste tomaram posições comuns. Pela primeira vez, constata-se que a Organização das Nações Unidas (ONU) ostensivamente defende os interesses das grandes potências e passa a ser controlada diretamente pelo seu Conselho de Segurança. É o controle centralizado do processo globalizante, de forma a conferir “legitimidade” às suas ações.

Dentre as lições apreendidas da Guerra do Golfo Pérsico, a mais importante é a que nos mostrou a verdadeira intenção das grandes potências mundiais. Intenção essa travestida de globalização, de modernidade ou de uma nova ordem mundial, na verdade uma nova era.

Segundo George Bush, ex-presidente dos Estados Unidos, essa nova era pode ser entendida como um império mundial controlado pelos membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (Estados Unidos, Inglaterra, França, União Soviética e China), liderados ou cooptados pelos Estados Unidos. Essa nova era submete as nações periféricas à vontade das nações centrais.

George Bush também afirmou, em discurso na Assembléia Geral da ONU, em 23 de setembro de 1991, que passa a vigorar um novo conceito

de soberania, controle dos recursos naturais e a adoção de políticas econômicas idealizadas pelas nações mais industrializadas e ricas. As nações do Terceiro Mundo continuarão submetidas ao Fundo Monetário Internacional. Seus problemas só poderão ser resolvidos com a abertura de suas economias, o livre comércio e o acesso ao livre mercado. Para Bush, as únicas aparentes ameaças à nova era são o nacionalismo e o fundamentalismo, católico ou não.

A globalização, a modernidade ou a chamada nova ordem mundial constituem parte das intenções dos centros de poder, dos senhores ocultos do mundo, para, sob a cobertura do Conselho de Segurança da ONU, manter um condomínio de poder que permita às nações centrais sobreviver às suas convulsões internas, particularmente no campo econômico.

O princípio fundamental da globalização, da modernidade ou da nova era está na implantação mundial de um sistema de soberanias limitadas, que permita o domínio de amplas regiões do planeta, em especial aquelas ricas em recursos naturais, especificamente energéticos e minerais. Para tanto, são utilizados os mais variados pretextos, como a suposta ameaça do crescimento populacional, o narcotráfico, a degradação do meio ambiente, o que justificaria a preservação de vastas áreas do planeta, como a Amazônia brasileira, na qualidade de patrimônio da humanidade e, até mesmo, intervenções militares.

As nações mais desenvolvidas, todas localizadas no hemisfério norte, procuram ampliar poder e riqueza. Ao adotarem essa postura, passam a ter as nações do hemisfério sul como dependentes e procuram neutralizá-las, adotando a estratégia de concentração de poder para dominá-las, que inclui (dos Santos, 1994):

1. Fortalecimento da ONU, através do seu Conselho de Segurança, liderada pelos Estados Unidos;
2. Restrição ao acesso a armamentos;
3. "Apartheid" tecnológico;
4. Ambiente multinacional;
5. Desgaste do conceito de soberania;
6. Forças de intervenção do Primeiro Mundo;
7. Desmantelamento das Forças Armadas das nações não industrializadas; crescimento do poder das Organizações Não Governamentais; e

8. Apoio à implantação de governos liberais nos países não desenvolvidos.

Dentre os que detêm o poder, incluem-se as grandes empresas transnacionais. Essas empresas, a serviço de seus Estados nacionais, promovem a internacionalização da economia, exercendo o controle dos respectivos mercados. Do grupo, também, fazem parte os poderosos da informação. Por isso, as notícias em todo o mundo são controladas na fonte. A opinião pública é formada. As eleições são conduzidas para que vença o candidato de interesse do poder mundial. Isso porque o processo eleitoral é manipulado pelo dinheiro e pela mídia.

Como dito por George Bush, as políticas econômicas das nações em desenvolvimento, como o Brasil, são impostas pelo Fundo Monetário Internacional. Tais políticas são perversas e destinam-se a retardar o desenvolvimento e a manter essas nações em Estado de pobreza e dependência. Para formar a opinião pública, são desenvolvidas campanhas de distorção da realidade de suas intenções. Tais campanhas também se apoiam no falso êxito econômico de nações que nos são apresentadas como exemplo. Dentre elas, pode-se, infelizmente, citar o México e a Argentina que se encontram em estado lastimável. Elas nos antecederam na aplicação da política imposta pelo FMI.

Esse grupo de poder pressiona os governos das nações periféricas a fazerem todo tipo de concessão, sem nada em troca, na área de serviços e de investimentos. É na verdade um clube fechado das nações mais industrializadas e ricas, não aceita o ingresso de novos membros; e os que não fazem parte são enquadrados na nova ordem econômica mundial, o que significa abrir o mercado e ser, cada vez mais, controlado pelo capital internacional. Isso leva as nações em desenvolvimento e as subdesenvolvidas a uma dependência crescente e à transformação de suas economias em exportadoras de recursos naturais, a preços aviltantes.

Aquelas que resistirem a tais pressões, às políticas nefastas impostas pelo FMI, às interferências em seus assuntos internos, tornam-se alvos de intervenções, que podem ser militares ou não. Certamente são econômicas, principalmente sob a forma de taxação de produtos comercializados, restrições ao comércio e outras. Em decorrência do isolamento a que são submetidas, normalmente são levadas a capitular

e a se renderem à volúpia malthusiana dos que detêm o poder.

Todas as discussões, envolvendo organização social, ideologias políticas e sistemas econômicos estão, na verdade, orientadas pelo conflito relativo à posse ou acesso aos bens naturais necessários ao progresso das nações e ao bem-estar do ser humano.

A Geopolítica cede espaço à Geoeconomia, no que se refere à redistribuição do poder no mundo. As grandes corporações transnacionais são protegidas pelo poderio militar e tecnológico das nações hegemônicas, que controlam, cultural, econômica e politicamente, as periféricas, segundo seus interesses. Essa dominação silenciosa, possível graças à Geoeconomia, agrega as elites empresariais das nações periféricas aos interesses das que compõem as regras econômicas nas nações hegemônicas.

O Presidente Arthur Bernardes (Pereira, 1954) já alertava, quando disse: “O imperialismo político está substituído pelo imperialismo econômico. As nações expansionistas viram que o domínio sobre povos de outra raça, outra língua, outra religião e outros costumes é odioso e desperta o orgulho pela Pátria, que o nacionalismo incita os ânimos, a revolta e as reivindicações da liberdade. A experiência ensina assim aos povos fortes um outro caminho, que os leva, sem aqueles inconvenientes, à mesma finalidade: é o da dominação econômica, que prescinde do ataque de frente à soberania política. Os fortes passaram então a apossar-se das riquezas econômicas dos povos fracos, reduzindo-os à inoperância e, pois à submissão política”.

Ao tratar da liberdade, Benjamin Constant (Jouvenel, 1978) em “De la Liberté des Anciens Comparée à celle des Modernes”, em discurso no Ateneu de Paris, em 1819, assim se manifestou:

“O objetivo dos antigos consistia na partilha do poder social entre todos os cidadãos de uma mesma pátria. Era a isso que davam o nome de liberdade. O objetivo dos modernos consiste na segurança da fruição dos direitos privados; e dão o nome de liberdade às garantias que as instituições proporcionam a essa fruição”.

Quanto a esse tema, Sismondi (Jouvenel, 1978) parece tratá-lo de forma mais incisiva: “A cada dia que passa, mais nos haveremos de convencer de que os antigos tinham uma compreensão infinitamente

mais perfeita que nós outros da liberdade e das condições dos Governos livres ... Ensinavam a todos os cidadãos que fizessem do amor à pátria uma religião, em vez de ver na pátria tão somente uma associação na qual se calculam os lucros e as perdas, e da qual o participante procura retirar-se assim que o balanço seja desfavorável". ("Études sur les Constitutions des Peuples Libres", Paris, 1836) (Jouvenel, 1978).

Num mundo continuamente submetido à pressão globalizante, no rumo da "modernidade", a noção de Pátria perde o sentido, significando, na verdade, o sentimento de fidelidade que cada empresa nacional tem pelas transnacionais. Em nome da modernização e da competitividade, estamos constatando a transformação do Brasil em centro produtor de matérias-primas e de artigos industriais, cuja tecnologia não implique em ameaça à hegemonia das nações centrais. Estamos regredindo ao início deste século. Voltará o Brasil a ter sua economia dependente da agricultura do café?

Referências

AMOROSO LIMA, Alceu. *Política*. Rio de Janeiro: Agir, 1956.

_____. 1983. "Aspirações e Interesses Nacionais", in *Revista da Escola Superior de Guerra*, ano I, n. 1, v. 1, dez. 1983. Rio de Janeiro.

BARNET, Richard J. & MÜLLER, Ronald. 1974. *Poder Global*. Rio de Janeiro: Record, 1974.

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade: Para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *A Teoria das Formas de Governo*. Brasília: Universidade de Brasília, 1992.

CASANOVA, Pablo Gonzalez. *O colonialismo Global e a Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1995.

CASSIRER, Ernst. *El Mito del Estado*. Fondo de Cultura Económica. México: 1992.

CHANTEBOUT, Bernard. *Do Estado: Uma tentativa de desmistificação*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1977.

DOWS, Robert B. "O Estado bem Organizado" in *Fundamentos do Pensamento Moderno*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1969.

GARAUDY, Roger. *Apelo aos Vivos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

GHALIOUN, Burthan. *La Déstabilisation du Monde in Défense Nationale*. avr. France: 1996.

GILPIN, Robert. "A Nova Ordem Política e Econômica Mundial" in *A Nova Ordem Mundial em Questão*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

GUIBERNAU, Monserrat. *Nacionalismos: O Estado Nacional e o Nacionalismo no Século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

JORNAL DO BRASIL. Matéria sobre a reunião anual do Grupo dos 7. 26/06/96. Rio de Janeiro: 1996.

JOUVENEL, Bertrand de. *As Origens do Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MARITAIN, Jacques. *O Homem e o Estado*. Rio de Janeiro: Agir, 1959.

McGREW, Anthony G. et al. "Conceptualizing Global Politics" in *Global Politics*. Cambridge: Polity Press, 1992.

_____. 1992. "Global Politics in a Transition Era" in *Global Politics*. Cambridge: Polity Press, 1992.

NUNES, Isabel Ferreira. "Os conflitos regionais e a segurança internacional" in *Nação e Defesa* n. 80, out. dez. 1996. Portugal: Instituto de Defesa Nacional, 1996.

OHLIN, Görran. 1992. "O sistema Multilateral de Comércio e a Formação

de Blocos”, in *Política Externa*, v. 1, n. 2.

PEREIRA, Osny Duarte. *A Desnacionalização da Amazônia*. Rio de Janeiro: Ed. Atualidade, 1954.

RAMONET, Ignácio. *Geopolítica do caos*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

RENOUVIN, P & DUROSELLE, J. B. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

SANTOS, Jorge Calvário dos. *A Interferência Cultural das Novas Ideologias*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1994. (Trabalho Especial)

Instituto Tecnológico de Aeronáutica

A Estratégia do Conhecimento

Delano Teixeira Menezes

Brigadeiro do Ar (R1) da Força Aérea Brasileira, Diretor do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra e Mestre em Ciência em Sociologia.

Resumo

Inicialmente, o artigo contextualiza a sociologia do conhecimento, sua importância como instrumento de poder e sua utilização pelo Estado-Nação como elemento de afirmação da nacionalidade. Em seguida, analisa como uma invenção pode ser usada com o mesmo propósito, usa o avião como exemplo na comparação das culturas de Santos Dumont e dos irmãos Wright e destaca a visão estratégica do inventor brasileiro sobre as suas realizações. Em continuidade com as assertivas anteriores, o trabalho trata do projeto dos militares para a modernização industrial do país e como a construção de aviões foi incluída nesse projeto, chama à reflexão sobre a burocracia estatal, em uma rápida comparação entre as praticadas nas instituições civis e militares e ao tratar das suas influências na continuidade administrativa durante a implantação de grandes projetos. Por fim, oferece uma visão da *genesis* do Centro Tecnológico da Aeronáutica, do ineditismo das práticas acadêmicas e de pesquisa, dos frutos que geraram para o processo de industrialização e para a ciência e a tecnologia do país e destaca esta iniciativa como sendo a obra mais estratégica da Força Aérea Brasileira.

Palavras-chave: Poder. Sociologia do Conhecimento. Instituição de Ensino. Estratégia.

Abstract

Initially, the article analyzes the sociology of knowledge, its importance as an instrument of power and its use by the nation state as part of statement of nationality. It then analyzes how an invention can be used for the same purpose, uses the airplane as an example in the comparison of cultures of Santos Dumont and the Wright brothers and highlights the strategic

vision of the Brazilian inventor on their achievements. In continuity with the previous assertions, the work addresses the design of the military to modernize the country's industrial and how the construction of aircraft was added to the project, calls for reflection on the state bureaucracy, in a quick comparison between those applied in civil institutions and when dealing with the military and their influence on management continuity during the implementation of large projects. Finally, it offers an insight into the genesis of the Centre of Aeronautical Technology, the novelty of the practices in academic and research, the fruits that led to the industrialization process and to science and technology in the country and highlights this initiative as the more strategic work made by Brazilian Air Force.

Keywords: Power. Sociology of Knowledge. Education Institution. Strategy.

A Nacionalidade do Conhecimento

Quando Michel Foucault se refere ao exercício do poder como uma fonte “perpétua” de conhecimento, nos faculta admitir que ele também gera efeitos de poder. Mas não é suficiente entender o poder do conhecimento sem nos fazer primeiro a pergunta “mas o que é o conhecimento?”, para penetrarmos em toda a sua abrangência e daí tentar captar as limitações que ele mesmo impõe ao poder. De imediato somos conduzidos a classificações simplistas, pois parece existir duas formas de conhecimento, uma passiva – *saber alguma coisa*, em seu estado bruto, sem criar nenhuma relação ou associação com o já adquirido ou com a realidade (na expressão de Lévi-Strauss: o conhecimento em seu estado “cru”); e a outra, pró-ativa: *saber como* (mais usada pelo termo em inglês *know how*), que implica em associações com outras áreas do saber e pressupõe a produção de um efeito diante do mundo real - ainda lembrando Lévi-Strauss esse seria um conhecimento “cozido”.

Ainda que a primeira categoria do conhecimento possa ser finita, no sentido de que se encerra em si mesmo e transforma indivíduos em enciclopédias, ela é indispensável para se chegar à segunda. É na categoria do *know-how* que estão todos os segredos e temperos de um bom “cozido” (novamente Lévi-Strauss) e, para onde, convergem todos os interesses de quem deseja exercer poder.

Por um bom tempo a Igreja, por temor à heresia, controlava a disseminação do conhecimento com rigor e levava para a fogueira exatamente aqueles indivíduos capazes de “cozinhá-los” porque detinham o tipo mais revolucionário. Os arquivos das várias Inquisições, particularmente as da Espanha e da Itália, constituíram-se em verdadeiros “depósitos” de saber e a ação dos inquisidores foi um exemplo importante da busca do conhecimento para fins de controle no início da Era Moderna.

Porém esta prática não era exclusiva da Igreja, mas também objeto da atenção de reis e imperadores que tinham enormes interesses em se manterem informados sobre a vida de seus súditos. Caso clássico ocorreu no reinado de Felipe II da Espanha, conhecido como “o rei do papel” (*el rey papelero*), que criou um sofisticado aparato para exercer o controle das informações obtidas em seus domínios e no exterior, dando origem ao que hoje se pode chamar de burocracia de Estado.

Não é totalmente sem sentido imaginar-se que os acervos e o controle dos conhecimentos acumulados não eram de domínio público. A nobreza tratava-os, mais do que ninguém, como um capital de poder e diferenciação, negando-os a todos, especialmente aos concorrentes da corte. Corriqueiramente os nobres eram mecenas de quem produzia conhecimento, dando-lhes proteção, conforto e algumas regalias. Cada intelectual ou cientista era dono do seu próprio acervo reunido em sótãos e bibliotecas particulares para uso próprio, no entanto, não controlavam a sua disseminação.

O surgimento do Estado-Nação acrescentou um novo ingrediente nessa receita de poder: o sentimento nacional do cidadão, onde o indivíduo passava a ser submisso e a exigir proteção de uma entidade despersonalizada, o Estado. Mas, agora, a submissão é voluntária e os elementos de adesão mais fortes. Se por um lado o Estado necessita sistematicamente de conhecimento para exercer o controle, por sua vez se criou entre os cidadãos uma *intelligentia* nacional como um dos ingredientes de afirmação da nacionalidade e um fator de diferenciação do “outro”. Para Gelner¹, é a cultura comum que dá uma ideia ao indivíduo de pertencer a um determinado grupo. Segundo ele, é nesse processo de criação da *intelligentia* resultante da “ligação entre o Estado e uma cultura ‘nacionalmente’ definida” que o nacionalismo se propaga

¹ GELNER, in BALAKRISHNAN, Gopal (Org). Um Mapa da Questão Nacional

com bastante eficiência. Durkheim vai mais além, pois é enfático quanto às bases sociais da cognição, a qual Fleck considera “*a atividade mais socialmente condicionada do homem e é o conhecimento a primordial criação social. A própria estrutura da linguagem apresenta uma característica consistente filosófica dessa comunidade e até uma única palavra pode representar uma teoria complexa.*”²

Nesse contexto parece que a forma de pensar dos indivíduos é determinada pelos fatos sociais daquele grupo, criando uma espécie de estilo próprio de pensar, o qual estabelece os pré-requisitos de qualquer cognição, determina o contexto e estabelece os limites para o juízo sobre a realidade objetiva que define uma comunidade nacional. Portanto, desprezar os fatos históricos determinantes da realidade presente de uma nação seria como assistir a uma peça teatral sem cenário.

A cultura nacional acaba transferindo, também, mais poder ao Estado, porque a massa de conhecimento criada no país confere-lhe soberania em áreas de importância relevante à sua existência, e influi nas relações com outros Estados. “Todos Estados foram ‘sociedades da informação’, pois a geração do poder de Estado pressupõe a reprodução reflexivamente monitorada do sistema...”³. Resta saber a maneira pela qual o conhecimento e o poder se apóiam mutuamente, assunto instigante, mas sem espaço para ser aprofundado nesse trabalho.

Mas, de fato, foi o advento do Estado-Nação que atribuiu o *status* estratégico ao conhecimento científico e tecnológico. O acervo básico da tecnologia moderna que circula nos meios científicos em escala mundial, potencializado pelos recursos de comunicação modernos, somente está disponível para os países detentores de suficiente massa crítica intelectual em engenharia e ciências básicas, o que possibilita transformá-lo em ciência aplicada aos interesses da sociedade. Entretanto, à medida que esse conhecimento foi ganhando relevância econômica e militar, intensificou-se a tendência de limitar a sua difusão e a de os Estados de assumirem a sua propriedade. Ainda que eles não tenham se mostrado capazes de exercer um efetivo controle sobre todo o espectro do conhecimento científico produzido em suas fronteiras, algumas tecnologias militares ainda podem ser controladas por eles. E, uma vez que as inovações de peso, decorrentes do domínio dessas tecnologias,

² Fleck, Ludwik, p. 42, in DOUGLAS, Mary - Como pensam as instituições.

³ Burke, pag. 111

somente podem ser custeadas por poucos países, os demais ficam à margem do processo decisório mundial. Essa marginalização implica em limitações à soberania dos Estados nas suas decisões estratégicas e na própria capacidade de autodefesa.

A Nacionalidade de uma Invenção

Na história nada acontece por acaso. Há uma interdependência de fatos e acontecimentos passados que se entrelaçam, cruzam-se e criam a realidade presente com uma identidade ímpar, só compreendida no quadro referencial de todo conjunto. Não se deve acreditar que a soma de eventos produza um novo, nem parece ser esta uma equação de resultado zero. Aliás, a matemática não se presta a boas metáforas quando se trata de olhar o mundo a partir de uma perspectiva humanista. A reunião em um determinado espaço, físico e de tempo, de *habitus* coletivos, de anseios, frustrações decorre de demandas reprimidas de determinados grupos sociais que encontram, ao mesmo tempo, uma fissura nas estruturas arcaicas e as rompem. O momento dessa ruptura, esse rito de passagem, a expansão desses “gases” comprimidos, é capaz de criar expectativas alucinadas e efêmeras. Os líderes dos grupos sociais, sensíveis às mudanças ou às possibilidades representadas por elas, certamente serão os que projetarão e darão um caráter, no longo prazo, à satisfação ou insatisfação da comunidade ou até de grupos de comunidades que compõem uma nação, conforme as decisões funcionais tomadas em função das suas interpretações do mundo.

Nas ciências ocorre algo parecido. Muitos cientistas trabalham num mesmo tipo de projeto, em vários lugares diferentes; há um elo informal de comunicação entre eles através da linguagem científica, mas “chegará” primeiro ao invento pretendido aquele que estiver imerso no “caldo” mais denso de circunstâncias favoráveis ao objeto da investigação; mesmo assim a possibilidade de chegarem juntos é real, pois as ferramentas que a ciência lhes oferece são as mesmas, por isso existem as lutas de reivindicação de invenções ou descobertas. As minúcias que conferem, a um ou a outro, o galhardete da primazia é de somenos importância para o curso da história. Sobreviverá à “competição” o objeto que for mais que uma teoria e puder atender anseios pessoais e estratégias que facilitem a criação de um bem coletivo. Aliás, citando Roberto Merton, Mary Douglas salienta que “os problemas difíceis e as boas soluções andaram

por aí aos solavancos durante séculos e quando alguém faz a descoberta não deve ficar espantado que não foi o primeiro”⁴. O próprio Durkheim era enfático quanto às bases sociais do conhecimento, atribuindo uma origem social às categorias do tempo, espaço e causalidade.

E a história tem mostrado que tudo tem um tempo certo para ser criado, descoberto ou inventado, no campo das ciências. O avião é um exemplo real: ainda que a vontade do homem de voar seja mitológica, e sempre foi tema dos sonhos da humanidade, por diversas razões, não poderia ter sido inventado muito tempo antes do que foi realmente. As condições tecnológicas, materiais e o próprio estágio de desenvolvimento das ciências

limitavam os cálculos dos engenheiros. A maior parte das funções da engenharia não poderia ser desenvolvida antes que os cálculos integrais e diferenciais, por exemplo, fossem demonstrados. Outros desenvolvimentos em diversas áreas do conhecimento entrelaçados na complexidade da construção de uma aeronave ainda precisavam ser expandidos.

A invenção do avião foi possível graças a uma convergência de ideias e recursos materiais e intelectuais, cujo amadurecimento aconteceu entre os anos de 1900 e 1906, sobressaindo-se, em especial, os experimentos de Santos Dumont e dos irmãos Wright. Mas, certamente ele seria inventado por aquela época de qualquer maneira. Havia muitas outras pessoas com esse mesmo propósito. Se isso não fosse verdade, durante aqueles anos, o Aeroclube de Paris não estaria realizando competições para incentivar as atividades nessa área, com requisitos crescentes de dificuldade técnica a cada concurso. Talvez a existência desses atos públicos de exibição das conquistas de cada inventor (é como eram chamados os cientistas naquele período) tenha criado as controvérsias quanto ao verdadeiro “Pai da Aviação”. A única diferença entre os irmãos Wright de Santos Dumont está na cláusula, estabelecida pela *Fédération Aéronautique Internationale*, que considera aeroplano o aparelho capaz de “decolar por seus próprios meios”, acrescentando-se a essa a real falta de comprovação do voo realizado pelos norte-americanos em 1903. Fora esses três indivíduos, não se têm notícia de outro que tenha conseguido colocar para voar um veículo mais pesado que o ar.

Entretanto, Santos Dumont deixou escapar a propriedade do

⁴ DOUGLAS, 2004, p. 97.

seu invento, ao passo que os irmãos Wright, em 1909, já haviam vendido o seu primeiro avião, o modelo “A”, para o Corpo de Sinais do Exército Americano. E, em 1910, formaram a *Wright Company*, produzindo aviões em série, agora sobre rodas, com registro de patente de sua autoria. E, em seguida, desenvolveram diversos outros modelos.

Fica claro que todos os processos e objetos “econômicos” criados adquirem este cunho através do sentido que a ação humana lhe dê como objetivo, diria Max Weber. A genialidade de Santos Dumont e os recursos da família não foram capazes de se fundirem num projeto industrial. Ainda que o seu sobrinho, Henrique Santos Dumont, tenha fundado a Empresa Aeronáutica Ypiranga, em 1932, com o propósito de projetar, construir e vender aeronaves. Entretanto, ela não conseguiu passar da construção de um protótipo de avião, o EAY-201. As dificuldades de importação de motores e peças indispensáveis à fabricação de aviões fizeram com que a empresa montasse somente alguns planadores e, em seguida, cessasse suas atividades⁵.

Os efeitos da Revolução Industrial, no final do século XIX, dramatizaram e deram visibilidade ao conflito de interesses entre inventores, empresas e investidores sobre a questão do registro de patentes. E nos Estados Unidos, no início do século XX, a corrida por registro de patentes produziu lances históricos de apropriações desonestas. Por causa disso, os irmãos Wright faziam testes em sigilo. Na concepção norte-americana a verdadeira paternidade ficava registrada na data da patente e, não propriamente, na demonstração do invento. Santos Dumont preferia a notoriedade e a posteridade; assim, não tinha motivos para trabalhar escondido do público e da comunidade científica⁶. Além disso, ele estava inserido na concepção francesa de cultura e trabalhava os seus inventos na “Meca” (Paris) de uma concepção humanista da ciência, em que as questões monetárias são menos relevantes que o alcance social do invento, no contexto do amplo processo civilizador da humanidade.

Portanto, atribuir nacionalidade a um invento somente atende aos apelos da construção do sentimento nacional, mas não responde ao efetivo controle do conhecimento que realmente dá poder à nação do

⁵ História Geral da Aeronáutica Brasileira, 1990, vol. 2, p. 512.

⁶ Para saber mais sobre a questão Santos Dumont – Wright ver Gastambide, 1914.

inventor.

O Pensamento Estratégico de Santos Dumont

Desde os primórdios da aeronáutica no Brasil, Santos Dumont tinha a percepção da importância do domínio do conhecimento tecnológico que nascia com o seu invento. Em 1918, no seu livro *O que vi, o que veremos* identificava no “aeroplano uma poderosa arma de guerra” e aconselhava a criação de uma escola que reunisse os conhecimentos atinentes à nova tecnologia. Entrou em detalhes ao descrever esse projeto. Esse livro chegou a ser lido por alguns membros da elite dirigente do País, a quem o autor remeteu exemplares nominalmente endereçados. Entretanto, não há indicações de que as suas recomendações tenham merecido ou suscitado qualquer manifestação, a favor ou contra as suas ideias. Durante muitos anos, outras vozes fizeram coro a Santos Dumont, apontando aquela nascente tecnologia, não somente como um futuro adorno ao orgulho nacional, mas como uma ferramenta estratégica para a unidade de um país-continente. Percebiam que o avião não poderia ser parado por nenhum dos muitos obstáculos geográficos naturais do imenso território nacional na ação de unir comunidades remotas e levar a nacionalidade aos mais distantes rincões.

As previsões de Santos Dumont foram colocadas num momento em que as elites do País andavam ocupadas com outros aspectos do jogo de poder nacional, em que o sentimento regional egoísta se sobrepunha ao sentimento maior de nacionalidade. Ainda que a unidade do Brasil fosse assunto de debates acalorados, considerava-se, naquele momento, que a questão podia ser adiada. Somente trinta anos depois formou-se no ventre de um grande movimento, que acompanhou o Estado Novo, nacionalismo fértil facilitador da germinação de iniciativas empreendedoras que foi capaz de romper com o imobilismo e os interesses difusos que ocupavam as elites nacionais.

Embora nesse período, e em breves momentos anteriores a ele, tenham aparecido alguns industriais que investiram na produção de aviões, a iniciativa de alguns funcionários do Estado foi a que se mostrou mais duradoura.

O poder central, fortalecido pelo Estado Novo, incentivando e apoiando empreendimentos que buscassem uma identidade nacional,

associado à vontade de oficiais que desde jovem carregavam um plano de modernização para as Forças Armadas, criaram as condições necessárias ao desenvolvimento do projeto de criação de um centro de alta tecnologia aeronáutica no País.

O plano de modernização das Forças Armadas, engendrado pela jovem oficialidade, só poderia se tornar uma realidade consistente e duradoura se o País se modernizasse como um todo. Existia, entre os militares, a convicção de que a modernização do aparato bélico apenas seria sustentável e soberano caso o segmento industrial do Brasil acompanhasse a demanda de sofisticação exigida pelos equipamentos bélicos. De nada valeria mais uma tentativa de implantação de fábricas de aeronaves, por exemplo, se a dependência de conhecimento (*know-how*) e tecnologia do exterior permanecesse. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ampliou essa percepção por causa das dificuldades de importações de materiais estratégicos e direcionou o projeto industrializante do Estado Novo e as iniciativas militares de busca de tecnologia para a influência do modelo institucional norte-americano.

A partir das ideias de um grupo de oficiais, sob a influência da Missão Francesa que instruía o Exército Brasileiro na época, nasceram o Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA) e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). Esse grupo, que concluiu, em 1941, o primeiro curso de Engenharia Aeronáutica do Brasil realizado na antiga Escola Técnica do Exército (atual Instituto Militar de Engenharia – IME), liderado por Casimiro Montenegro Filho, trouxe para o recém criado Ministério da Aeronáutica, a ideia de se construir uma escola de engenharia aeronáutica (aquela mesma que Santos Dumont já sonhava!). No novo Ministério havia mais recursos, motivação aeronáutica, espaço e, principalmente, um ambiente mais “arejado”, pela junção de oficiais aviadores da Marinha, cuja doutrina tinha forte influência inglesa, e de aviadores provenientes do Exército, cuja doutrina era predominantemente francesa. O projeto não previa reproduzir o curso realizado no IME e, sim, criar um centro que reunisse num mesmo campus todos os conhecimentos e laboratórios associados à tecnologia aeronáutica. Mas como criar um empreendimento tão complexo partindo do zero? Como implantar algo tão inovador no campo do

ensino superior e da pesquisa científica que não estivesse preso às amarras conservadoras do ensino superior do País?

As bases lançadas por esse grupo de oficiais eram inéditas no país, pois previam que a pesquisa científica e tecnológica, deveria ser orientada para o setor produtivo e alicerçada no estabelecimento de um novo modelo institucional e conceitual de ensino superior que se autoalimentasse. O caminho natural indicava a continuidade do modelo francês já implantado em outros setores do Exército. Existiam até defensores da visão *francesa*, como a do Tenente-Coronel Antônio Guedes Muniz, graduado em 1930 pela *École National Supérieure d'Aeronautique* de Paris, que desenhou alguns modelos de aviões, que chegaram a ser produzidos pelo Exército. Entretanto, a eclosão da Segunda Guerra Mundial, que mergulhou a Europa, particularmente a França, num período de desordem e autonomia nacional, empurrou os idealizadores do CTA/ITA para o modelo norte-americano.

Construir Aviões no Brasil – Uma Ambição dos Militares

“Construir aviões no Brasil”, numa linguagem weberiana, seria o sentido da sociologia compreensiva das origens do CTA/ ITA. Era esta uma ideia que “andava por aí” desde Santos Dumont:

“É tempo, talvez, de se instalar uma escola de verdade em um campo adequado... Os alunos precisam dormir junto à Escola, ainda que para isso seja necessário fazer instalações adequadas... Penso que, sob todos os pontos de vista, é preferível trazer professores da Europa e dos Estados Unidos, em vez de para lá enviar alunos...Meu mais intenso desejo é ver verdadeiras escolas de aviação no Brasil. Ver o aeroplano, hoje poderosa arma de guerra, amanhã meio ótimo de transporte, percorrendo as nossas imensas regiões, povoando nosso céu, para onde, primeiro levantou os olhos o padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão”⁷.

Mesmo sem estarem ainda sistematizados os conhecimentos do campo científico da aeronáutica, vários brasileiros se lançaram

⁷ op. cit. in “Histórico Analítico do CTA”, Vol. III, p.379 (mimeografado) – “O que vi, o que vemos” de Alberto Santos Dumont, 1918.

na construção de aviões, num esforço individual que, não tardava, desvanecia.

O primeiro avião construído no Brasil, concepção, projeto e materiais nacionais, foi obra do J. D'Alvear em 1914⁸. D'Alvear, apesar de não ser engenheiro, usou como guia, para os seus cálculos fundamentais e aerodinâmicos, o tratado sobre aviação do francês Victor Tatin – “*Théorie et pratique de l'Aviation*”, que era um verdadeiro *vade-mecum* para quem se lançasse num projeto de construção aeronáutica.

A D'Alvear, seguiu-se o Tenente de Infantaria Marcos Evangelista Vilela Junior que, em 1911-1912, construiu dois aviões tipo “Bleriot”, um projeto francês, que serviu de ensaio para um modelo de avião maior de sua concepção, o “Alagoas”, apresentado oficialmente em 1918⁹, que “tinha a célula de madeira nacional, e nela empregara a *gameleira*, a *itapecerica*, o *jenipapo* e a *ingarana*. Chegou mesmo a fazer o trem de aterragem de jenipapo. Acreditem ou não, o fato é que, até 1924, ainda existiam uma das asas desse avião e o trem de pouso. Foram, também, construídas por ele, as hélices, a tela, sendo de sua composição até o verniz”¹⁰. É interessante a aparente “simplicidade” da construção aeronáutica daquela época, se comparada com apenas uns vinte anos mais adiante.

Em 1920 e 1922, os estaleiros de Henrique Lage construíram os aviões “Rio de Janeiro” e “Independência”, em colaboração com o capitão francês Laffay¹¹, entretanto “não fora o meu esforço correspondido pelos governos daquela época...”¹².

Mas, na década seguinte, “os propósitos do Presidente Getúlio Vargas, de ajudar a quem trabalha, encorajam-me novamente e por isso vamos meter mãos à obra!”¹³ conclui Henrique Lage. Em 1935, ele

⁸ SOUZA, 1944, p. 413 – “conforme os relatórios descritivos e desenhos depositados sob cartapatente n.º12572, trata-se de um novo tipo de monoplane, denominado “D'Alvear”, revestido de faia, idealizado e construído por J. d'Alvear.”

⁹ Cf. “Meio Século de Navegação Aérea” in Jornal do Brasil do dia 9 de abril de 1941.

¹⁰ SOUZA, 1944, p. 427

¹¹ Capitão Etienne Lafay era componente da Missão Militar Francesa de Aviação. Foi instrutor chefe da primeira turma de pilotos militares formada na Escola de Aviação Militar no Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro. In Souza, 1944, p. 186.

¹² É importante salientar que, em 1921, Henrique Lage comprara na Inglaterra licença para fabricar no Brasil os aviões “Blackburn” e os motores Bristol, e que toda a maquinaria adquirida ficou na Ilha do Viana, no Rio de Janeiro, de 1922 até 1935, quando criou a Companhia Nacional de Navegação Aérea.

¹³ Entrevista de Henrique Lage a José Garcia de Souza in SOUZA, 1944, p. 442.

fundou a Companhia Nacional de Navegação Aérea que foi, de fato, a primeira grande indústria de aviões no Brasil.

Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA) – A Primeira Obra Estratégica da Aeronáutica

O invento de Santos Dumont despertou a vontade de construir aviões no País, mas pouca atenção foi dada ao conjunto do seu pensamento que considerava como base do desenvolvimento aeronáutico a educação e a pesquisa tecnológica. E insistia que a multidisciplinaridade envolvendo a construção de aeronaves não podia estar dispersa.

Entretanto, o Estado amparava uma estrutura acadêmica onde o ensino profissional e a investigação científica atuavam isoladamente e distribuídas aleatoriamente por diversos centros educacionais do País. Tampouco existiam canais unindo a pesquisa ao setor industrial e este era dependente do governo por causa da fraca competência tecnológica na busca de mercados¹⁴. Além do mais, a indústria aeronáutica, pela sua complexidade e interdisciplinaridade, é a ponta de toda uma estrutura industrial que o Brasil ainda não dispunha.

Um olhar sobre a história do País torna fácil perceber que a ideia de industrialização polarizava as iniciativas governamentais do Estado Novo. Por outro lado, faltavam pessoas qualificadas em quantidade suficiente para sustentar, no longo prazo, tal projeto. *“Era um paradoxo o Governo querer fazer engenharia sem engenheiros, medicina sem médicos, ciência sem cientistas e pesquisa e tecnologia em geral sem técnicos superiores nem de grau médio”* disse, posteriormente, o Brigadeiro Joelmir Campos de Araripe Macedo, que pertencia à primeira turma de Engenheiros Aeronáuticos formados na antiga Escola Técnica do Exército (ETE), hoje Instituto Militar de Engenharia¹⁵.

Naquela época o ensino e a doutrina no Exército e na Marinha passavam por um período de revisão diante das novas possibilidades tecnológicas à disposição do emprego militar. O avião, que teve a eficiência bélica comprovada na Primeira Guerra Mundial, foi rapidamente aperfeiçoado durante a Segunda Guerra Mundial. A Aviação Militar, sob o comando do General Eurico Gaspar Dutra, passava por uma grande

¹⁴ Para saber mais sobre o assunto ver SHWARTZMAN (2001).

¹⁵ Histórico Analítico do CTA, vol. III, p. 386.

reestruturação, ascendendo ao *status* de Arma no Exército, ao lado da Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia de Combate, e precisava, assim, de um aparato tecnológico mais sofisticado. A necessidade de engenheiros e técnicos era enorme, particularmente em aeronáutica, metalurgia, mecânica e química, e o mundo científico brasileiro ainda não oferecia profissionais dessas áreas em número suficiente.

A criação do Centro Técnico de Aeronáutica (CTA) ocorreu nesse período e desenvolveu-se, portanto, em paralelo ao projeto de industrialização no Brasil, cujo pináculo foi a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Entretanto, diferentemente de receber uma siderúrgica construída, a criação do CTA significou a importação de uma forma totalmente nova de produzir conhecimento. Enquanto uma indústria siderúrgica acabada produzia efeitos materiais, práticos e imediatos ao processo industrializador por que passava o País, a criação de um centro produtor de conhecimento significava algo incerto quanto aos resultados, porque estes dependeriam de capacidades ainda pouco exploradas no Brasil – a vocação tecnológica e a pesquisa científica.

O projeto de industrialização do governo tinha o fulcro de enriquecimento material do país e os idealizadores do CTA desejavam investir numa instituição acadêmica que transmitisse e reproduzisse uma espécie de “capital cultural” para ser investido numa rede, a mais ampla possível, de conhecimento aeronáutico e também criar uma “massa crítica”¹⁶ desse conhecimento para que ela mesma produzisse, no futuro, pressão suficiente, no campo da tecnologia, de forma a alavancar o desenvolvimento da construção de aviões no Brasil. Ainda que essa ideia ganhasse força no contexto nacionalista do Estado Novo, a verdade é que os militares já sonhavam com essa possibilidade há algum tempo, tendo em vista as necessidades estratégicas de defesa nacional.

Nesse contexto, parece válido levantar a suspeita sobre os propósitos dos militares na Era Vargas: eles visavam a construção do progresso nacional com um fim social ou estavam apenas em busca dos seus objetivos de defesa nacional? Entretanto, parece estar embutido no discurso da época o ideia de que o Brasil só seria forte militarmente se houvesse um significativo desenvolvimento nas áreas econômica e tecnológica, sendo esta uma posição recorrente do pensamento militar

¹⁶ Expressão usada pelo Marechal do Ar Casimiro Montenegro Filho em seu depoimento fazendo analogia à quantidade mínima de partículas físeis do átomo, necessárias para sustentar uma reação em cadeia.

brasileiro.

Com essa visão de futuro foi criado o curso de engenharia aeronáutica na Escola Técnica do Exército (ETE) em 1939. Entretanto, a ETE formou somente duas turmas de engenheiros aeronáuticos, num total de quinze engenheiros. Com a criação do Ministério da Aeronáutica em 1941, a atribuição de formação desses técnicos passaria para o novo Ministério, interrompendo, assim, o curso na ETE. Mas, entre 1943 e 1947, quando voltou a funcionar, precariamente no Rio de Janeiro, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica com o curso de engenharia aeronáutica, alguns poucos militares e civis foram em busca do diploma no exterior.

Por essa época, a aviação encarnava um conjunto de tecnologias novas e incipientes carentes de desenvolvimento e o avião como meio de transporte disputava espaço com o trem e o navio. As possibilidades estratégicas e econômicas da aeronáutica tinham sido reveladas entre as duas Guerras Mundiais, mas, exceto o trabalho apresentado, em fevereiro de 1935, no Clube Militar, pelo Capitão Aviador Militar Antônio Alves Cabral¹⁷, não existia no Brasil qualquer estudo com abrangência sobre o futuro da aviação no país e, tampouco, sobre o modelo de transporte que suportaria a logística do desenvolvimento nacional pretendido. As tentativas anteriores de construção aeronáutica no País deixaram bem claro que a dependência do exterior de uma série de materiais e de conhecimentos necessários fragilizava qualquer iniciativa de se produzir aviões no Brasil.

Os militares percebiam que essa deficiência afetava a soberania e a defesa nacional, pois a presença do Estado no interior do vasto território dependia tão somente de sua própria capacidade de penetrar em regiões inóspitas e de orografia acidentada. Nenhum setor da burocracia estatal estava suficientemente organizado e não havia uma articulação entre eles para levar adiante tal empreitada. As populações que viviam nos rincões mais distantes precisavam ser assistidas e as fronteiras mais remotas defendidas.

As instituições militares eram, de fato, as únicas que estavam minimamente organizadas e articuladas para levarem ao interior do País tanto a função assistencial do Estado quanto de defesa, e o avião era o meio mais adequado para fazê-lo. Mas esse ato soberano de promover a ocupação do território nacional poderia ser enfraquecido por uma dependência excessiva do exterior, segundo os militares. Nesse sentido,

¹⁷ Ver Souza, José Garcia de - "A verdade sobre a História da Aeronáutica".

a introdução do curso de engenharia aeronáutica na Escola Técnica do Exército representou o primeiro passo na busca de uma autonomia tecnológica no promissor campo aeronáutico.

A vinda para o Brasil de professores e cientistas do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) para a “montagem” do Centro Técnico de Aeronáutica fez parte de um momento favorável ao Brasil nas suas relações com os Estados Unidos, resultante das artimanhas políticas de Vargas para aproveitar-se das pretensões dos norte-americanos em usar bases no território brasileiro, como ponto de apoio às estratégias aliadas na guerra contra os nazifascistas. Foi também o último ato de uma época em que o Estado ainda não exercia controle efetivo no fluxo do conhecimento, como passou a ocorrer a partir da Guerra Fria.

Conclusão

As transformações operadas no ramo aeronáutico no Brasil, a partir da fundação do ITA e do CTA, produziram efeitos profundos na competência dos recursos humanos necessários à sustentabilidade da indústria de alta tecnologia, instalada no Vale do Paraíba, nos últimos cinquenta anos. A primeira constatação é que esta já está de tal forma incorporada ao ambiente produtivo do País, e é tão naturalizada a sua eficiência, que se torna imperceptível aos desatentos a qualidade funcional e intelectual dos recursos humanos formados pelo ITA.

A segunda é a realidade da consistente indústria aeronáutica que, gradativamente, foi se consolidando no Vale do Rio Paraíba desde a década dos anos 50, iniciada com a capacitação de profissionais e pela demanda de conhecimento tecnológico, criadas a partir do complexo do Centro Tecnológico da Aeronáutica e seus Institutos.

Estas transformações da realidade tecnológica nacional e no cotidiano de uma vasta região não ocorreram da noite para o dia ou por um decreto irreversível da natureza e nem por uma transformação social caótica. A realidade foi transformada por uma revolução silenciosa se comparada com o estardalhaço de outros empreendimentos governamentais de efeito míope. Foi a inovadora forma de ensinar e educar, implantada por Casimiro Montenegro e pacientemente alimentada e protegida pelos seus seguidores, que assegurou tanta transformação na competência tecnológica. Este quadro hoje já está perfeitamente

incorporado à rotina de um país em franco desenvolvimento e, em especial, uma indústria aeronáutica com reconhecida competência internacional.

A revolução no ensino superior iniciada no ITA tornou-se perceptível graças as novas formas didáticas e da vida acadêmica trazidas com os professores estrangeiros que formaram os primeiros quadros do Instituto. Destacando-se, nesse contexto, os Reitores, todos norte-americanos, que introduziram práticas inéditas no Brasil de relacionamento professor-estudante-escola, adotadas nas universidades dos Estados Unidos. Estas experiências cotidianas criaram novas formas de sociabilidade, incomuns no meio acadêmico nacional da época que, certamente, influenciou na distribuição e, até mesmo, na produção do conhecimento.

As razões que levaram Montenegro a optar pela “importação” de cientistas e professores podem ser atribuídas, principalmente, ao fato de ele acreditar, como era comum na época, que a transmissão de conhecimento era de difícil percepção apenas na sua forma escrita, do que, certamente a uma suposta falta de valores intelectuais no Brasil. Para ele, a migração de técnicas deveria estar acompanhada, também dos responsáveis pelo seu gerenciamento. Era um tempo em que se compravam as máquinas e levavam-se junto os operadores, sem os quais as próprias máquinas seriam inteiramente inúteis¹⁸.

Os percalços enfrentados pelo CTA/ITA ao longo destes quase sessenta anos e que não conseguiram inviabilizar os seus propósitos, servem para fortalecer a ideia de que somente pela educação, os projetos, capazes de promover revoluções, alcançam sua verdadeira dimensão estratégica.

O Instituto de Tecnologia da Aeronáutica desenvolveu um modelo único de educação, de efeito propagador mais eficiente. A forma de socialização adotada gera um profundo vínculo aluno-professor-escola que se mantém mesmo quando essa cadeia se desfaz após a graduação. A disseminação dessa cultura no parque industrial aeronáutico criou um diferencial entre tantas outras cadeias produtivas do País.

Por fim, vale citar a questão da burocracia estatal que esteve por detrás de toda essa revolução.

É comum estar inserida em análises sobre o desenvolvimento,

¹⁸ Burke, 141

dirigida pelo Estado, a descrição de um emaranhado de decisões e batalhas políticas das quais participam muitos funcionários que circulam pela burocracia estatal. Entretanto, pouco se sabe sobre o funcionamento dos mecanismos que operam no universo da burocracia civil e da militar ou nos seus bastidores e que incentivam, coordenam e facilitam esta miríade de decisões, além dos fatores que determinam quem, no âmbito da política burocrática, sai vencedor no processo de construção das instituições nacionais.

Uma comparação entre do Centro Tecnológico da Aeronáutica e a Universidade do Brasil, criados na mesma época, permitirá compreender como ocorreu a luta entre as forças políticas e as amarras institucionais que atuam encobertas pela burocracia estatal nas instituições civis e nas militares. Nesse processo pode-se compreender, ainda que parcialmente, as razões que fizeram o projeto desenvolvido no seio da instituição militar mais duradouro que o do Ministério da Educação. Não se trata de olhar a burocracia estatal em si, mas entender como as forças, operando por detrás dela e se valendo dela, conseguiram se impor num ambiente militar e noutro civil e, daí, identificar o que as aproxima e as separa. O Estado e sua burocracia (sistemas de controles) são instrumentos específicos de um sistema de poderes que não estão exatamente nele instalado, mas que o ultrapassa, e é complementado pela ação de seus agentes como indivíduos portadores de vontades, ambições e ideais. Aí está uma questão, objeto de pesquisa, que surge também com a criação do CTA/ ITA.

O Brasil foi relativamente bem sucedido no período de industrialização do pós-guerra empreendido pelo Estado, a partir das reformas promovidas por Getúlio Vargas. O País teve um crescimento extraordinário com uma média de 7% ao ano de 1945 a 1980, saltando de quadragésima para oitava maior economia do mundo capitalista. Os recursos naturais abundantes e diversos outros componentes naturais, como clima, solo fértil, favoráveis, aliados a uma cultura política de poucos ressentimentos que atenuam os efeitos danosos das polarizações de classe, raça e ideologia contribuíram para essa escalada.

O ambiente internacional, pelo menos até a década de 1980, também se mostrou bastante receptivo para uma nação em vias de desenvolvimento. Entretanto, a enorme demanda de técnicos, cientistas, pesquisadores, gestores, etc. criada pela nova dinâmica da

economia nacional, manteve-se à frente da capacidade de formação de recursos humanos pelo sistema de ensino superior. Apesar disso, a indústria aeronáutica de alta tecnologia conseguiu passar por todas as turbulências que a economia viveu depois de 1980, e, hoje, ocupa posição privilegiada no mercado mundial. Parece que não é difícil deduzir que os frutos produzidos pelo CTA/ ITA multiplicaram-se e geraram os resultados idealizados por Casimiro Montenegro.

Os fatores, que facilitaram e condicionaram o processo de industrialização do Brasil, por si só, não foram suficientes para dirigir ou orquestrar diretamente o desenvolvimento da educação e da pesquisa científica e, nesse particular, esteve presente a mão do Estado através da persistente e paciente ação de Montenegro.

Planejamento minucioso, recursos abundantes e o empreendedorismo do setor privado possivelmente teriam talhado algum modelo de pesquisa e ensino no país, no entanto, o ensino superior e a pesquisa científica e tecnológica no campo aeronáutico foram muito mais o resultado de uma intervenção estatal consciente e deliberada de um de seus agentes mais determinados e com uma visão estratégica bastante clara.

Sendo assim, fica a questão para uma reflexão mais profunda: como e por que alguns empreendimentos estatais, gestados na mesma época, num mesmo ambiente político, sob a égide da mesma burocracia, dão certo, e, outros, de tão distorcidos ao longo do tempo se descaracterizam? Quais as forças que se moveram por detrás da burocracia civil e da burocracia militar que produziram resultados tão diferentes?

Bibliografia

BALAKRISHNAN, Gopal (Org). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2002.

BURKE, Peter. *Uma História Social do Conhecimento – De Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

COSER, Lewis. *Nuevos aportes a la teoría del conflicto social*. Buenos

Aires: Amarrortu Editores, 1967.

DOUGLAS, Mary. *Como Pensam as Instituições*. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. 2 Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – Acervo de História Oral no site www.fgv.br. Entrevista de Casimiro Montenegro Filho.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*, 26 Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *Microfísica do Poder*, 18 Ed. São Paulo: Graal, 2003.

GASTAMBIDE, Robert. *L'Envol*. Paris: Librairie Gallimard, 1914.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

HARRISON, Lawrence E. e HUNTINGTON, Samuel P. *A Cultura Importa*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA. *História Geral da Aeronáutica Brasileira*. Vol.2, 3 e 4. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: INCAER.

MARTINS, Carlos Estevam. *Tecnocracia e Capitalismo: Política dos Técnicos no Brasil*. São Paulo: Editora brasiliense, 1974.

MARTINS, Luciano. *Industrialização, burguesianacional e desenvolvimento (Introdução à crise brasileira)*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MONTENEGRO FILHO, Casimiro. *Casimiro Montenegro Filho* (depoimento, 1988. Rio de Janeiro, CPDOC, 2006. 41p. dat.) Acessível no site www.fgv.br/CPDOC.

MOTTA, J.E. Magalhães. *Força Aérea Brasileira – 1941 – 1961, Como eu a*

vi...Rio de Janeiro: INCAER, 1992.

SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. Simon Schwartzman, Helena Maria Bousquet Bomeny, Vanda Maria Ribeiro Costa. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

_____. *Um Espaço para A Ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

SILVA, Ozires. *Casimiro Montenegro Filho: a trajetória de um visionário: vida e obra do criador do ITA*, 1 Ed. São Paulo: Ed. Do Autor, 2006.

SIMMEL, Georg. *Sociologia 1 – Estudos sobre las formas de socialização*. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

_____. *Sobre la Individualidad y las formas Sociales – Escritos Escogidos* (Introducción y edición por Donald N. Levine). Universidad Nacional de Quilmes Ediciones: (Bernal) Buenos Aires, 2002.

SOUZA, José Garcia de. *A Verdade sobre a História da Aeronáutica*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1944 .

_____. INSTITUTO TECNOLÓGICO DE AERONÁUTICA – Catálogo de Graduação em Engenharia 2006. São José dos Campos, 2006.

_____. INSTITUTO TECNOLÓGICO DE AERONÁUTICA – 50 Anos – 1950-2000. Publicação Comemorativa. São Paulo: ETC. Marketing Promocional, 2000.

_____. ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DO ITA – Histórias para Contar Amigos para Encontrar (Catálogo). São José dos Campos: AEITA, 2005.

_____. O Iteano – Órgão Oficial do Centro Acadêmico Santos Dumont. Números 7, 8, 9, 10, 11, 12, 32, 35, 36. Biblioteca Central do ITA.

_____. Comando Tecnologia da Aeronáutica. Portaria CTA n.º 65/ITA

de 19/06/2007. Normas Reguladoras para o Curso de Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica.

_____. MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA – *Histórico Analítico do Centro Técnico Aeroespacial*. (Mimeografado) Vol. 3 e 4. Biblioteca Central do ITA.

Golbery: Preâmbulo para um enigma

José Amaral Argolo

Doutor em Comunicação e Cultura (ECO-UFRJ), Pós-Doutorado em Jornalismo (ECA-USP), Professor Associado da Escola de Comunicação da UFRJ e Assessor Permanente do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra.

Resumo

Anotações sobre as relações entre Golbery do Couto e Silva e a Imprensa durante os governos militares — Para uma tentativa de (des)construção da mais conhecida *Eminência Parda* do Regime que se seguiu à deposição do Presidente João Goulart — A Escola Superior de Guerra e sua importância na formulação de políticas de Estado.

Palavras-Chave: História das Revoluções Brasileiras. Pensamento Político e Militar no Brasil Contemporâneo. Imprensa Brasileira. Governos Militares Pós-1964. Jornalismo Especializado.

Abstract:

Notes on relations between Golbery do Couto e Silva and the Press during the military governments — In an attempt to (de)construction of the best known *eminence grise* of the Regime that followed the overthrow of President João Goulart — The National War College and its importance in the formulation of state policies.

Keywords: History of Brazilian Revolutions. Brazilian Military and Political Thought in Contemporary Brazil. Brazilian Press. Military Post-1964 governments. Specialized Journalism.

Personagem emblemática, Golbery do Couto e Silva projetou-se como estrategista político e autor de uma tese polêmica e premonitória intitulada *Conjuntura Política Nacional — O Poder Executivo*, apresentada em 1980 durante conferência na Escola Superior de Guerra (ESG), cujos extratos sobre os movimentos pendulares de compressão e decompressão do Poder no Brasil foram publicados como apêndices

à Geopolítica do Brasil (Editora José Olympio [trabalho esse ainda hoje debatido nas universidades]).

“Gênio da Raça”, na acepção de Glauber Rocha; *eminência parda* do Regime Militar para muitos cientistas políticos e parlamentares; fabricante de nuvens e mago da abertura, segundo jornalistas, trabalhou árdua e continuamente junto de algumas das maiores expressões da vida pública nacional.

À luz do noticiário, procura-se ressaltar neste artigo a participação discreta e eficiente do ex-ministro-chefe do Gabinete Civil em alguns momentos importantes da História Política do País. Seja durante o turbilhão provocado pela intempestiva renúncia do Presidente Jânio Quadros (1961); na arquitetura da articulação contra o Presidente João Goulart (até 1964); como oficial altamente qualificado e criador do Serviço Nacional de Informações (SNI); sobre o qual veio comentar tempos depois: “criei um monstro”; na qualidade de bem sucedido diretor de uma empresa transnacional; no terremoto militar que culminou com a exoneração do ministro do Exército, general Sylvio Frota — em plena administração Ernesto Geisel; e até sua morte em 1987, sempre procurado (e, muitas vezes, adulado!) nas épocas de crise; ora estimulando a conciliação nacional, ora avaliando com a precisão de um relojoeiro as marés da conjuntura.

Golbery integrou o Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (ESG) em um período marcado por duas turbulências de intensidade máxima na História Republicana; resumidamente: deposição do Presidente Getúlio Vargas (1954) e o denominado *Putsch Lott* (1955). Nesse ínterim, atuou com dedicação e em tempo integral para a consolidação de uma Doutrina de Segurança Nacional autóctone, elaborada graças ao empenho de brasileiros ilustres por ele próprio citados. Seu relato:

Sob a orientação de homens como Juarez Távora e Cordeiro de Farias — espírito empolgado e visionário, um; inteligência pragmática e sutil, o outro — mourejavam lado a lado, horas a fio e até varando noites, militares como Ernesto Geisel, Jurandir de Bizarria Mamede, Antonio Herrera, Rodrigo Octavio e Dorval Reis, diplomatas como Jose Eulálio e Mario Escorel, técnicos como Fábio Macedo Soares Guimarães, ao estímulo do convívio de estagiários da estatura de um Mario Pedrosa ou de um José Honório Rodrigues, para não citar nomes de quem se viria a afastar de nós por contingências dissociadoras naturais dos períodos dinâmicos das revoluções, sempre apaixonantes e sempre dramáticas, quase nunca justas.

Complementando:

Aqui senti, então, a trepidação contagiante da criatividade que inspirava esta Escola, na Elaboração de uma Doutrina de Segurança Nacional novinha em folha, autóctone de fato, por mais que nada alheia ao que se formulava justo naquele momento nos laboratórios estratégicos mais adiantados do mundo.

Curiosamente, embora Golbery do Couto e Silva tenha assegurado prestígio como pesquisador da Geopolítica e das questões nacionais, seus livros não representaram fenômenos de vendagem. Contraditoriamente, o que se observou foram tiragens reduzidas e esparsos comentários nas mídias (o mais abrangente: *Tese e Prognóstico*, elaborado por José Honório Rodrigues e publicado no Jornal do Brasil, versando exatamente sobre a conferência supra-assinalada).

De inestimável valia para a elaboração desse texto foram as consultas às coleções de O Globo, Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo, Veja e IstoÉ. Da mesma forma que esse, outros trabalhos prospectivos, seja na esfera acadêmica e/ou jornalística somente puderam ou poderão vir a ser materializados graças às informações difundidas e/ou disponibilizadas por intermédio dos Centros de Memória e Documentação da Imprensa Brasileira.

Golbery, a Escalada

Golbery do Couto e Silva nasceu (sob a égide de *Leão*) no dia 21 de agosto de 1911, na cidade gaúcha de Rio Grande. Governava o País, na época, o marechal Hermes da Fonseca, o mesmo oficial que, um ano antes, reprimira a *Revolta dos Marinheiros* liderada por João Cândido.

Aos dezesseis anos, em abril de 1927, ingressou na Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro. Começava, naquele momento, a *escalada* que levaria o filho do professor Jacintho do Couto e Silva Júnior e de Henriqueta Menezes do Couto e Silva a ocupar, 37 anos depois, funções de destaque na administração da República.

Aluno dedicado classificou-se em primeiro lugar na sua turma e, em 22 de dezembro de 1930, foi declarado aspirante a oficial da Arma de Infantaria. Após indicação para servir no 9º Regimento de Infantaria em Pelotas, foi promovido a segundo-tenente e, imediatamente, lotado no QG da 6ª Brigada de Infantaria. Um ano depois, já como primeiro-

tenente (1932), participou de operações militares durante a *Revolução Constitucionalista*. Em seguida ao conflito, veio transferido para a Diretoria de Material Bélico, no Rio de Janeiro.

Conquistadas, em maio de 1937, as estrelas de capitão, Golbery foi para a Artilharia Divisionária da 5ª Região Militar (Curitiba). Era intensa a turbulência política no Brasil; tanto assim que Belmiro Valverde e outros integralistas chefiados por Plínio Salgado planejaram um ataque ao Palácio do Governo com o propósito de assassinar Getúlio Vargas. Este, por intermédio de um *coup de main*, determinara o fechamento dos partidos políticos.

Em 1939, quase às vésperas do ataque da *Wehrmacht* à Polônia (fato que desencadeou a Segunda Guerra Mundial), Golbery publicou um pequeno volume intitulado *O Tiro de Morteiro*, prontamente enviado a todas as unidades do Exército no País e, um ano depois, em 1940, foi redistribuído para o 13º Batalhão de Caçadores em Joinville, Santa Catarina.

Em dezembro de 1941, aprovado nos exames de admissão à Escola de Estado-Maior e concluindo o curso em 1943, serviu no Estado-Maior da 3ª Região Militar, em Porto Alegre. Em junho de 1944, já promovido a major, estagiou em *Fort Leavenworth* nos Estados Unidos da América. Em seguida, como oficial de Informações, participou da campanha da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália.

De volta ao Brasil, em outubro de 1945, foi designado oficial de Operações da 3ª Região Militar; em maio de 1946, retornou ao Rio de Janeiro para servir no Estado-Maior do Exército. De 1947 a 1950 integrou a *Missão Militar Brasileira* no Paraguai e, ao regressar ao País, exerceu a função de Adjunto da Seção de Informações do Estado-Maior.

Promovido, em 1951, por merecimento, a tenente-coronel, trabalhou, em uma primeira fase como Adjunto no Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra (Divisão de Assuntos Educacionais) e, posteriormente, na Divisão Executiva. Comandava, então, a ESG o general Juarez Távora, indubitavelmente um dos mais politizados oficiais do Exército Brasileiro.

Em 1952, engajou-se em uma surda luta política. Acredita-se que tenha sido ele um dos redatores do *Manifesto dos Coronéis*. Este documento firmado, em 1954, por 82 coronéis e tenentes-coronéis, e encaminhado ao Ministro da Guerra, general Ciro do Espírito Santo Cardoso, forçou o Presidente Getúlio Vargas a demitir o seu Ministro do Trabalho, João Goulart.

O motivo: Goulart recomendara ao Presidente o aumento de 100 por cento sobre o salário mínimo, fato este confirmado pelo próprio Vargas em seu Pronunciamento à Nação no dia Primeiro de Maio.

A autoria de dois outros manifestos de importância histórica foi atribuída a Golbery. O primeiro contra o Presidente Getúlio Vargas e o segundo, divulgado em agosto de 1961, assinado pelos ministros militares: Grün Moss (Aeronáutica), Silvio Heck (Marinha) e Odílio Denys (Exército)¹. Neste último, consumada a renúncia de Jânio Quadros, eram apresentados argumentos destinados a impedir a posse de João Goulart. Alguns dos seus críticos dizem que ele teria inclusive solicitado a juristas a elaboração de um *Ato Adicional* com o propósito de bloquear a sucessão presidencial.

Tempos depois, Golbery admitiu, numa de suas raras entrevistas, ao historiador Alfred Stepan, que os esforços destinados a impedir a posse de João Goulart tinham sido ineficazes. Golbery:

Mas a partir daí nós decidimos que somente tentaríamos derrubar Goulart quando a Opinião Pública estivesse claramente a nosso favor².

Em 1955, contrário ao *Putsch* Militar deflagrado pelo general Henrique Duffles Teixeira Lott (ministro da Guerra), Golbery do Couto e Silva foi mantido preso durante oito dias e, em seguida, transferido, à semelhança de outras centenas de oficiais redistribuídos para unidades distantes do centro de decisões da República, para o QG da Artilharia Divisionária da 4ª Região Militar, em Belo Horizonte. Sua promoção a coronel foi assinada um ano depois, em março de 1956. Classificado no Estado-Maior do Exército, ali permaneceu até 1960, quando passou a chefiar a Seção de Operações do Estado-Maior das Forças Armadas.

A animosidade política contra João Goulart não o impediu — vitorioso o *Movimento Militar de Março de 1964* — de enviar um passaporte brasileiro ao ex-presidente da República, ao saber que estava sendo ameaçado de morte na Argentina.

A Longa Espera

Antes de março de 1964, Golbery foi um dos coordenadores do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), criado por lideranças

empresariais paulistas e cariocas. No Rio de Janeiro ele chefiava o Grupo de Levantamento de Conjuntura (GLC), considerado o cérebro do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBADE). O cientista político e historiador René Dreifuss (1964 — *A Conquista do Estado*) observou que competia ao GLC:

*Analisar a evolução dos temas políticos a nível nacional e internacional em setores relevantes. Seus integrantes desenvolviam, também, trabalhos e estudos nos campos social e econômico*³.

Fundamentado nesses estudos, o IPES tinha, entre as suas diretrizes, influenciar os demais campos de atuação que se fizessem necessários. Outras seções do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (que ocupava 13 salas no 27º andar do Edifício Avenida Central e dispunha de gravadores especiais e equipamentos capazes de proceder à escuta de aproximadamente três mil telefones no Rio de Janeiro, como assegurou Glycon de Paiva, um dos fundadores do IPES) eram orientadas em relação aos objetivos fixados dentro de prazos determinados.

A participação de Golbery do Couto e Silva foi destacada. O próprio Glycon de Paiva disse, certa vez, que o general fez a parte cerebral da tomada do poder, acrescentando: “sem o seu trabalho não teria sido possível a *Revolução de Março de 1964*”⁴.

Golbery elaborou ainda um estudo minucioso no qual explicava o modo como os comunistas influíam na administração do ex-presidente João Goulart e elencava os procedimentos que deveriam ser adotados para combatê-los.

Incansável, coordenava o *Grupo de Opinião Pública* que (cf. René Dreifuss) tinha como atribuições:

*Proteger a segurança do Instituto, disseminar as observações dos grupos de estudos e doutrina do Rio de Janeiro e São Paulo, projetar doutrina — o que envolvia a realização dos princípios e objetivos básicos do IPES — e retroalimentar com avaliações e dados o GLC*⁵.

Cabia finalmente a Golbery apresentar os oficiais conspiradores aos empresários e industriais que, secretamente, ajudavam financeiramente o IPES⁶.

“Vale o escrito”

À semelhança de outros oficiais, Golbery era arredo à Imprensa. Raramente concedia entrevistas e resumia assim o seu pensamento: “tudo o que acho e penso está retratado em meus artigos”⁷.

Luiz Nassif, secretário de Redação da *Folha de S. Paulo*, na época, escreveu, certa vez, que Golbery era normalmente avesso a entrevistas por motivos de ordem prática: “porque nunca lhe faltaram porta-vozes e porque o mistério lhe fazia bem”, acrescentando:

*Não fosse o mistério, há muito que a Opinião Pública teria tomado conhecimento de que o estrategista infalível, o pensador capaz de esculpir a Nação, não passava de invenção de uma certa Imprensa*⁸.

O articulista referia-se àqueles jornalistas que disputavam as frases e pensamentos do general com a “voracidade das viúvas apaixonadas”⁹, arrematando:

*Um deles, em uma exemplar demonstração de perspicácia, descobriu que Golbery gostava do verbo arrostar. Outro, pescou da boca do seu lugar-tenente, Heitor de Aquino, a definição segundo a qual Golbery não fazia chover, mas sabia formar nuvens*¹⁰.

Mordaz, o ex-governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, costumava espicaçá-lo com alguns comentários do gênero: “tudo o que ele faz dá errado”¹¹, ou “O SNI não funciona às segundas-feiras porque nesse dia não circulam os principais jornais e não há o que recortar”¹².

Lacerda, tribuno brilhante, acabou tendo os seus direitos políticos cassados quando enfrentou, atabalhoadamente, o general Humberto de Alencar Castello Branco e, em seguida, o general Arthur da Costa e Silva.

Outros parlamentares também despejavam, sempre que possível, farpas na direção do ministro-chefe do Gabinete Civil, principalmente durante as administrações Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo. Frequentemente aludiam à sua pretensa volúpia pelo Poder. Ulysses Guimarães e Tancredo Neves incluíam-se entre os mais ferinos; o primeiro, porém, conhecia-lhe o talento; quanto ao segundo, antes de iniciar a breve caminhada que o levaria à Presidência da República... e à morte, afirmou:

...Depois do presidente Getúlio Vargas, ao longo da minha vida política, não conheci outro homem que tivesse tanta fome de poder, um poder que ele exerce com competência e volúpia¹³.

Aliás, a respeito, comentou Walder de Góes em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*:

É verdade que Golbery sempre se esmerou, competentemente, na arte de manter o poder. No entanto, jamais deixou de legitimar essa habilidade, ao apresentar-se como um formulador político que impressionava ouvintes sofisticados ao expor seus projetos de desenvolvimento para o Brasil¹⁴.

O jornalista Hélio Fernandes costumava atacá-lo constantemente, chamando-o provocativamente de Golbery do *Colt* e Silva. Em um dos seus inúmeros artigos contrários ao regime, ressaltou a pretensão do ex-chefe do Gabinete Civil de se transformar em teórico “seja lá do que for”, ressaltando sua ambição extrema pelo Poder:

Ele tinha o sonho do Poder, a ilusão do Poder, a fome desmesurada do Poder. Que só foi surgir no fim da vida, pelo menos no fim da vida militar, quando já estava na Reserva, pela certeza de que não passaria jamais do posto em que estava¹⁵.

Ao discorrer sobre o tempo, que julgava necessário, para a deflagração de um golpe de Estado, ele próprio, Hélio Fernandes, considerou essencial, para tanto, o somatório da competência individual além de um mínimo de três anos de articulação. O jornalista enfatizou (injustamente, penso!) que todos os movimentos que, por algum motivo, receberam a participação ou apoio de Golbery, não tiveram preparação e aconteceram ao acaso.

No artigo supra-assinalado, Hélio Fernandes argumentou: “o general Golbery somente ajudou a empurrar os carros dos conspiradores de 1964”, citando Jayme Portella, Arthur da Costa e Silva, Syzeno Sarmiento e os irmãos Orlando e Ernesto Geisel, finalizando:

Só assim ele ganhou a partida saindo do ostracismo no qual vivera a vida toda. E até hoje vive dos juro do golpe, curiosamente no qual não investiu capital algum. Nem a segurança e a estabilidade da própria carreira militar, pois estava na Reserva, de pijama, há três anos¹⁶.

Formando o Poder Militar

A amizade com Ernesto Geisel constitui outro subtópico importante na trajetória de Golbery do Couto e Silva. Ambos trabalharam muito tempo juntos e, durante o Governo Eurico Gaspar Dutra, contribuíram significativamente (de *per si*) para a implantação da Escola Superior de Guerra.

Em seguida, por ocasião da campanha política em que o marechal Henrique Lott e Jânio Quadros disputaram a Presidência da República, o primeiro foi substituído, no Ministério da Guerra, pelo general Odílio Denys, o qual convidou o, então, coronel Ernesto Geisel para chefiar seu Gabinete.

Vitorioso Jânio Quadros, Odílio Denys teve assegurada a permanência no cargo enquanto Ernesto Geisel era designado para o Comando Militar de Brasília. Por sua vez, Golbery assumiu a chefia do Gabinete do Conselho de Segurança Nacional (desse modo reportando-se diretamente ao Presidente), cargo que ocupou até o dia 25 de agosto de 1961, data da renúncia de Jânio Quadros. Desiludido com a posse de João Goulart, solicitou passagem para a Reserva, beneficiado (na época, essa era praxe) com o soldo de general-de-divisão. Quanto aos irmãos Ernesto e Orlando Geisel, mantiveram-se no serviço ativo.

Vitorioso o *Movimento de Março de 1964*, Golbery recebeu convite para estruturar e chefiar o novo Serviço de Informações; deixando o cargo no final da administração Castello Branco, devido a divergências com o general Arthur da Costa e Silva (seu sucessor à frente do SNI foi o general Emílio Garrastazu Médici). Afastado do *centro de decisões*, mas não dos amigos que sempre o apoiaram, foi nomeado para uma vaga de ministro do Tribunal de Contas da União, ali permanecendo até 1969.

Golbery atuou, em seguida, durante algum tempo, no campo da consultoria e presidiu a *Dow Química*, empresa subsidiária da *Dow Chemical*, uma das maiores multinacionais do setor petroquímico.

Retornou ao Poder em 1974, para ocupar uma vaga de Ministro do Superior Tribunal Militar, quando Ernesto Geisel, que pedira exoneração do cargo devido à escolha de Arthur da Costa e Silva para a Presidência da República, sucedeu o general Emílio Garrastazu Médici na chefia do Executivo.

Pelo interesse histórico vale recordar esta que foi uma das mais complexas operações de desinformação nos bastidores palacianos, como

registrou A. C. Scartezini em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*¹⁷:

Seria difícil negar a versão histórica de que Figueiredo foi colocado como chefe do Gabinete Militar do então presidente Médici para manter seu apoio à candidatura Geisel. Se Médici tivesse a certeza da ligação entre Golbery e Geisel, vetaria este como seu sucessor. Mas encarregando Figueiredo de verificar se a relação ainda existia, o chefe do SNI informou ao presidente que tal havia desaparecido, favorecendo a aceitação de Geisel como presidente.

Esse plano foi bem sucedido porque, naquele instante, eram notórios os esforços destinados a alavancar a candidatura João Baptista Figueiredo para substituir Ernesto Geisel. Fortalecido com a ascensão do antigo companheiro de lutas, Golbery recuperou sua importância como *eminência parda* do Regime.

Aliás, sobre esse qualificativo, o próprio Ernesto Geisel observou:

A figura de Golbery como eminência parda não passava de uma lenda. Ele era apenas uma pessoa competente e franca que adquiriu repulsa à idéia de que conduzia diretamente às decisões¹⁸.

Esta condição persistiu quando Golbery, já exercendo a chefia do Gabinete Civil, convocou para atuar na administração federal a sua equipe de confiança. Na gestão de Ernesto Geisel, ele e o general-presidente empreenderam o projeto de *distensão lenta e gradual* que buscava sustentação na sociedade civil e apoio junto ao *Movimento Democrático Brasileiro*, o qual, por sua vez, congregava a oposição parlamentar ao Governo contra a chamada *linha-dura* liderada pelo general Sylvio Frota.

A primeira grande vitória, nessa direção, foi a exoneração *ad nutum* do comandante do 2º Exército (SP), general Ednardo D'Ávila Mello, após as mortes — em circunstâncias mais do que suspeitas, nas instalações do Centro de Operações de Defesa Interna (Codi) — do jornalista Vladimir Herzog da *TV Cultura* de São Paulo (outubro de 1975), e do operário Manuel Fiel Filho (janeiro de 1976).

O segundo grande embate, decidido a portas fechadas por Ernesto Geisel, aconteceu na tarde de 12 de outubro de 1977, e resultou na demissão do Ministro do Exército, general Sylvio Frota, que pretendia candidatar-se à Presidência da República e contava com forte apoio entre os militares.

Esse combate à *linha-dura* proporcionou compensações políticas a Golbery. Por exemplo, levou o cineasta Glauber Rocha a ingressar no partido do Governo, mas não sem antes rotular o general de “*gênio da raça*”. Todo esse esforço destinado a viabilizar a *abertura*, incluindo a articulação para colocar um ponto final na vigência do Ato Institucional número 5, levou o próprio Golbery a comentar:

*Ou dá certo, o que não é fácil, ou começará um período de endurecimento que durará um tempo indefinido, ao fim do qual estaremos todos nos postes. Todos não, porque eu estou velho*¹⁹.

No temporal

Durante o governo do general João Baptista Figueiredo, seu velho companheiro de lutas políticas, Golbery do Couto e Silva desempenhou papel relevante como articulador junto à corrente liberal que conquistava terreno entre os militares.

Carlos Chagas, articulista político da *Folha de S. Paulo*, costumava ressaltar as diferenças na metodologia de trabalho de Ernesto Geisel e de João Figueiredo. Segundo o jornalista, Ernesto Geisel apresentava figurino diverso dos presidentes anteriores no pós-64.

*Concentrou tudo, ou quase tudo, primeiro deixando de manter o irmão (Orlando Geisel) no Ministério do Exército, depois, cuidando pessoalmente da administração e da economia. Não era apenas o presidente, mas o ministro de todos os ministérios, o diretor de todos os departamentos, o chefe de todas as seções do serviço público e privado*²⁰.

O mesmo articulista observou que, embora “onipotente e até tronitoante, o ex-presidente Ernesto Geisel nem por isso enfeixava sozinho o Poder”.

*A seu lado, como estrategista e conselheiro, via-se o general Golbery do Couto e Silva, reconduzido do ostracismo para o primeiro plano das elaborações estratégicas. Mais do que formalmente, no entanto, o chefe do Gabinete Civil se subordinou ao presidente, este não apenas com a última, porém quase sempre com a primeira palavra*²¹.

De outra parte, a propósito de João Figueiredo, escreveu Carlos

Chagas que *ele era o Poder*, mas com a seguinte ressalva:

No entanto, se ele não se apresenta — como Emilio Garrastazu Médici — tão indiferente diante dos fatos, ou sensível a todas as sugestões de seus auxiliares, também não repete Ernesto Geisel, ou seja, não enfeixa todos os processos e decisões. Divide o Poder, reservando-se às deliberações formais e finais, ainda que, conscientemente, deixando-se suggestionar tanto pela inteligência, competência e experiência do general Golbery do Couto e Silva, quanto por necessidades do sistema, encarnadas pelo ministro do Exército, Walter Pires, ou pelo chefe do SNI, general Octávio Medeiros²².

Contra os dois ex-presidentes, Golbery arremessou tempos depois uma série de farpas. Definiu João Figueiredo como um “homem politicamente morto que não soube assumir a função de estadista”²³, e condenou Ernesto Geisel por sua indefinição tanto no processo da *Distensão* política como na sucessão de João Figueiredo (ocasião em que Paulo Maluf, candidato do PDS, foi derrotado por Tancredo Neves no *Colégio Eleitoral*).

A bem da verdade, o governo João Figueiredo foi prejudicado por uma série de ações extremistas que desaguararam no *Episódio Riocentro* (na noite de 30 de abril de 1980), ocasião em que morreu o sargento especialista Guilherme Pereira do Rosário e ficou gravemente ferido o capitão Wilson Luiz Chaves Machado, ambos classificados no Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) do 1º Exército.

A saída repentina de Golbery do Governo a 6 de agosto de 1981, após nele permanecer — incluindo a administração Ernesto Geisel — exatamente sete anos, quatro meses e vinte e um dias, foi traumática e deixou surpresas algumas personalidades da vida pública. *Veja* registrou:

O ministro do Trabalho, Murillo Macedo, jantava na casa do empresário Dilson Funaro, em São Paulo, quando lhe foi servida a notícia. O ministro da Marinha, Maximiano da Fonseca, estava num cinema em Brasília quando o resto do País foi posto bruscamente diante de um drama que poderá mudar o curso de sua História. O presidente do Senado, Jarbas Passarinho, permanecia entretido em assuntos políticos, no Pará. O senador José Sarney recebeu a notícia no fim da noite de quinta-feira. E o estrondo da revelação demorou a ecoar no Congresso, imerso na sonolência que marca os prolongados fins de semana na Capital federal²⁴.

Como de hábito, não faltaram especulações. Velho amigo de Golbery, o médico Guilherme Romano enumerou algumas razões: a crença de que o processo de desestatização deveria obedecer a critérios

políticos; a hesitação do Governo em conceder o décimo - terceiro salário ao funcionalismo público; a constatação de que medidas saneadoras não tinham sido tomadas em relação à Previdência Social; o descontrole de algumas empresas e o insucesso nas gestões feitas para *desaquecer* o Programa Nuclear²⁵.

Outros fatores teriam igualmente contribuído para acelerar essa decisão: o constrangimento manifestado por Golbery em face de uma reprimenda do Presidente João Figueiredo, no sentido de que *admitia sugestões, mas não tutela*, e a não aceitação de uma proposta de reforma administrativa devido à incapacidade de alguns em sua formulação, e do interesse de outros em candidatarem-se a cargos eletivos²⁶. Na esfera militar, Golbery desaprovava a indicação do general Coelho Neto para o cargo de chefe de gabinete do Ministro Walter Pires (Exército) e a saída do general Henrique Beckmann Filho no comando do 2º Exército (São Paulo).

Como consequência do impacto provocado junto à cúpula do Governo, somente em 8 de agosto, ou seja, dois dias depois de encaminhar ao Presidente João Figueiredo sua carta de demissão, o Gabinete Civil da Presidência da República divulgou breve comunicado à Imprensa informando que *“Por motivo de caráter estritamente pessoal, em grande parte de foro íntimo — objeto de confiança feita ao senhor presidente da República em meados do mês findo — o ministro Golbery do Couto e Silva solicitou dispensa do cargo de chefe do Gabinete Civil”*.

De todos os que se pronunciaram sobre a *exoneração* do general Golbery e a relevante perda para o Governo Figueiredo, o comentário mais veemente foi o do senador Tancredo Neves, em Belo Horizonte: *“Estamos todos perdidos!”* exclamou, tão-logo soube da notícia²⁷.

Antes do crepúsculo

Na *Babel* política subsequente, Golbery apoiou Paulo Maluf, o qual, por sua vez, *pulverizou* o ex- Ministro dos Transportes, Mário Andreazza, na Convenção do PDS, e foi derrotado logo depois no *Colégio Eleitoral* por Tancredo Neves, candidato da *Aliança Democrática*.

Presumia o ex-chefe do Gabinete Civil que a reeleição de João Figueiredo (hipótese largamente cogitada) seria desastrosa para o País e, segundo essa mesma lógica, sequer admitia como válida a prorrogação do mandato presidencial. Como tantas outras expressões do meio

parlamentar e do mundo empresarial, sabia que o quadro político nacional estava realmente confuso. Se eleito Presidente da República, Mário Andreazza representaria a continuidade do sistema.

Andreazza tinha, na ocasião, o apoio declarado de três ministros: Octávio Aguiar de Medeiros (SNI), Danilo Venturini (Assuntos Fundiários) e Leitão de Abreu (Gabinete Civil).

Paulo Maluf, embora não dispusesse do apoio popular, poderia sugerir, segundo Golbery, modificações substanciais na superestrutura do Poder. Outra alternativa seria o vice-presidente Aureliano Chaves, cujas bases políticas eram frágeis em relação a Tancredo Neves.

Ao endossar a campanha pelas *Diretas Já* em todos os níveis, imaginava Golbery do Couto e Silva que essa concessão proporcionada pelo regime satisfaria as aspirações de muitos parlamentares, contribuiria para a educação política da sociedade e respaldaria o futuro governante.

Disse ele (em 1984) ao jornalista Élio Gaspari:

*A campanha das Diretas tem um lado atraente e outro perigoso. Vamos começar pelo atraente. Os comícios e as marchas foram um magnífico espetáculo de civismo. Foram manifestações raras e empolgantes, com entusiasmo, alegria e humor. Havia neles um agradável tom de festa popular. Foi admirável a ordem mantida pela autodisciplina dos cidadãos, da mesma forma que as manifestações foram bem organizadas e bem comandadas. Foram verdadeiros showmícios. Deu-se uma demonstração de alta maturidade das massas (...)*²⁸.

Quanto ao lado perigoso:

*Ele está na crescente incitação e na escalada de intoxicação emocional verificada durante as manifestações, nas quais se sentiu também uma mudança gradativa de tom nos palanques. Com o tempo cresceram a agressividade e a arrogância de muitos oradores. A arrogância deu-se, sobretudo, quando se acenou à multidão com a certeza de uma vitória que os organizadores da campanha e os oradores inflamados sabiam improvável, para não dizermos impossível. Mistificou-se também o número de manifestantes. Sem dúvida, essa campanha mobilizou o maior número de pessoas já visto no País, mas ainda assim ficamos longe das cifras pantagruélicas que ajudavam a aumentar o entusiasmo dos comícios seguintes. O slogan fácil — Diretas Já — ajudava, numa repetição intoxicante e mágica, mas a esses ingredientes, que podemos chamar de emocionais, juntaram-se ameaças concretas e desarrazoadas*²⁹.

Reconheceu, embora tardiamente, que o período de autoritarismo não somente fora excessivamente longo, como a fase mais oportuna para as eleições acontecera durante o Governo Médici, quando “além da

euforia permanente, havia satisfação econômica”³⁰.

Vitorioso Tancredo Neves, Golbery explicou que o tempo seguinte seria de reflexão. E, entre os preciosos volumes da sua biblioteca — onde podiam ser encontradas curiosidades como *Os pintores italianos do Renascimento* (do crítico Bernard Berenson), textos de James Joyce e, até mesmo, as *Obras Completas* de Josef Stalin — aguardou que a tempestade serenasse.

Esse fenômeno realmente aconteceu, embora de forma imprevista. Na véspera da solenidade de posse como Presidente da República, Tancredo Neves sentiu-se mal e teve que ser hospitalizado às pressas.

A morte de Tancredo, trinta dias depois, comoveu o ex-chefe do Gabinete Civil, que assim se pronunciou: “eu vejo a cristianização de um mito histórico, o símbolo superando a morte”³¹, após assistir pela televisão o momento em que aspirantes e cadetes das Forças Armadas e das forças auxiliares, em uniformes de gala, ergueram o caixão com o corpo do presidente e subiram com ele a rampa do Palácio do Planalto.

O funeral de Tancredo Neves foi descrito por Golbery como um momento de *inspiradora comunhão nacional*. E ressaltou em seguida, diante de tais representações populares, que não haveria mais qualquer retrocesso político no País.

O tempo comprovou o acerto da sua previsão. E ainda que o Governo José Sarney apresentasse considerável *brandura* e fragilidade, açodado que estava por greves em profusão e desacertos na política econômica, a redemocratização não foi interrompida.

Golbery do Couto e Silva não teve tempo de observar os resultados práticos da *Distensão*. O câncer (nos pulmões) o matou antes mesmo do término dos trabalhos da *Assembleia Nacional Constituinte*.

Não fosse pela doença, talvez se dispusesse a reaparecer no cenário político, como escreveu o jornalista Coriolano Gatto. Não por intermédio de um mandato de deputado, “mas como um dos principais representantes do pensamento liberal”³².

Subsídios ao Resgate do Pensamento de um Estrategista do Poder

Ao destacar a personalidade do general Golbery do Couto e Silva, na manhã de 21 de agosto de 1979, o general Moraes Rego (chefe do

Gabinete Militar da Presidência da República na administração Ernesto Geisel e um dos sustentáculos do Regime) assinalou quatro aspectos fundamentais:

*O militar de carreira brilhante com trabalhos doutrinários que até os economistas conhecem e hoje são citados dentro e fora do País; o empresário de importância; o atual chefe do Gabinete Civil que se realiza; e uma quarta faceta seria a do filósofo irônico, que gosta às vezes de divertir-se à custa da humanidade, sempre com a mesma inteligência e o mesmo brilho que apresenta nas outras três facetas*³³.

A esse ensaio histórico e jornalístico interessa, muito especialmente, o quarto aspecto, porque, como observou Oliveiros S. Ferreira em seu comentário sobre a *Geopolítica do Brasil*,

*O general Golbery do Couto e Silva é, talvez, um dos últimos discípulos de Hobbes, mesmo a contragosto. Por isso, para ele, a liberdade, da mesma forma que a propriedade, é instrumental. Por isso, para ele, como para o general Andrade Serpa (outro condestável entre os militares, grifo do Autor), o povo não é ator da História*³⁴.

Discípulo ou tão-somente admirador, Thomas Hobbes foi citado inúmeras vezes por Golbery no primeiro capítulo da *Geopolítica do Brasil*: “O problema vital da segurança nacional”. Segundo ele, foi o filósofo inglês quem descobriu e apontou “a adoração reverente e temerosa dos povos, o novo *Leviatã*, esse deus portentoso, embora mortal, da soberania e do poderio absoluto”³⁵, destacando que

*o Estado soberano e surgido das fontes profundas do medo para prover a segurança individual e coletiva na terra, passaria a afirmar sua vontade onipotente sobre os destinos de todos os súditos que o haviam criado, assim mesmo, inigualável e autárquico*³⁶.

Mais à frente, no mesmo capítulo, ressaltou que, em Thomas Hobbes, os defensores do autoritarismo mais rigoroso encontrariam, inteiramente modelada e em linhas inflexíveis,

*A teoria que lhes absolveria os desmandos e lhes encobriria os caprichos insanos, enquanto se pudessem manter, pelo poder de coação, como governos de fato*³⁷.

E acrescentou que Thomas Hobbes pode ser considerado o

patrono — reconhecido ou inconfessado — das modernas ideologias políticas, “que ameaçam por todos os lados o mundo decadente de um liberalismo impotente e exausto”³⁸.

Ao tempo em que *Geopolítica do Brasil* era elaborada, a bipolaridade gerada a partir da *Conferência de Yalta* atingia proporções monstruosas. Tanto assim (cf. Golbery) que os novos mestres da ideologia política, à semelhança de Thomas Hobbes, acabaram presos de idêntica angústia, *do grande medo vindo da insegurança do homem*.

Ele explicou que essa insegurança era a mesma e até maior, de modo que,

*Ao som das novas mitologias totalitárias, tanto da direita como esquerda, as quais incitam e buscam seduzir a humanidade desvalida e temerosa, os cidadãos de cada nação e inseguros face à visão onipresente da guerra, guerra civil ou guerra subversiva ou guerra internacional, mostram-se dispostos até a escravizar-se a quaisquer senhores e a quaisquer tiranias, desde que lhe ofereçam (...) um pouco de segurança e paz*³⁹.

Esse temor levou Golbery — entre outros militares influenciados pelos ensinamentos recebidos no *War College* e instituições congêneres (ver, a propósito, COMBLIN, Joseph, *A Ideologia da Segurança Nacional*) — a trabalhar na elaboração de uma *doutrina autóctone* que, acreditava, preservaria o Brasil da ameaça representada pelo comunismo internacional.

De início, Golbery do Couto e Silva não partilhava da corrente ideológica segundo a qual essa doutrina apresentava viés ditatorial. Tanto assim que, em agosto de 1967, bem antes, portanto, da decretação do Ato Institucional Número 5, declarou à equipe de reportagem de *O Jornal*:

*A doutrina e a política de segurança não são absolutamente instrumentos para afundar o Brasil na ditadura ou no militarismo. Elas não possuem princípios antidemocráticos, ranço militarista ou espírito ditatorial*⁴⁰.

(Corte no tempo).

Anos depois, já afastado do Regime que em muito contribuiu para instalar no País, resumiu, numa única frase dirigida ao general Octávio Aguiar de Medeiros, chefe do Serviço Nacional de Informações

do Governo João Figueiredo, qual seria doravante a sua meta já que, naquele momento da História, fora cogitada a hipótese de o presidente candidatar-se à reeleição, por intermédio do voto indireto, no *Colégio Eleitoral*:

*Vou passar o resto dos meus dias tratando de impedir que vocês tomem a Presidência da República*⁴¹.

Um artista

Ainda hoje surpreende o fascínio que Golbery do Couto e Silva exercia sobre algumas expressões da cultura nacional. Glauber Rocha, por exemplo, publicizou um estranho sonho com a *participação* do ministro:

*(...) Eu estava com Golbery numa velha garagem. Fora, estouravam bombas e gritos da Terceira Guerra Mundial. Eu estava inquieto, mas o general mantinha-se tranqüilo e sua imagem se confundia, de perfil, com a do escritor Jorge Luiz Borges. Ele desenhava, com a ponta do guarda-chuva, intrincados mapas geopolíticos. Em seguida, depois da guerra, ele desapareceu num carro vermelho. Minhas relações com ele são mitológicas*⁴².

Pode parecer estranha essa admiração de Glauber Rocha, mas a justificativa é simples: naquele exato momento, Golbery do Couto e Silva era interpretado como uma das raras luzes no Regime Militar. Em contrapartida, nem mesmo o imenso prestígio do cineasta baiano fez com que escapasse incólume às críticas das *patrulhas ideológicas* que grassavam no País.

A admiração pela habilidade política do general suscitava polêmicas. Embora reconhecendo a sua vasta cultura, o jornalista e escritor Paulo Francis — transcorridos poucos dias da morte de Golbery — fez um breve comentário sobre os seus livros: “tentei ler trabalhos dele e desisti, rindo, entediado. Meu velho amigo Antonio Houaiss é coloquial perto dele”⁴³.

Em seguida, redimiou parcela da culpa atribuída a Golbery pelas *patrulhas ideológicas*, relativamente ao quesito repressão:

Golbery depôs numa Auditoria Militar em favor de Ênio Silveira, que havia publicado um livro chamado “O golpe veio de Washington”, e estava enquadrado na Lei de Segurança Nacional. O depoimento de Golbery salvou Ênio, com quem

*ele não tinha afinidades ideológicas*⁴⁴.

De todo modo, ao longo da sua extensa vida política, Golbery deixou dúvidas sobre quais seriam, de fato, as suas pretensões.

Novamente aflora a lenda de Golbery do Couto e Silva como *eminência parda* do Regime Militar. Esta, surgiu concomitantemente à ascensão à Presidência do general Humberto de Alencar Castello Branco. E ele trabalhou bastante neste sentido, com a colaboração de amigos fiéis, entre os quais Heitor Ferreira e Mário Henrique Simonsen.

Apesar do intenso trabalho, seja no Gabinete Civil ou — antes disso — na iniciativa privada, Golbery fazia questão de se manter atualizado sobre praticamente todos os setores do interesse nacional, inclusive a Literatura. Também não é segredo que, eventualmente, conversava ao telefone com o escritor argentino Jorge Luiz Borges.

Discreto, pouco loquaz e freqüentemente irônico, guardava certa distância dos interlocutores. Em contrapartida, por sua dedicação aos estudos, adquiriu renome junto à oficialidade, como bem observou o general Idálio Sardemberg, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas durante o Governo Emílio Garrastazu Médici:

*(...) Desde tenente trata-se de um grande estudioso dos problemas brasileiros. Ele se interessou pela Escola (ESG), participou da sua fundação e nela serviu por muito tempo. Tem, ainda, um passado político pessoal importante que não se confunde com a Escola. É o passado dele como pessoa. Distingo o general Golbery como pessoa do general Golbery que pertenceu à ESG*⁴⁵.

Golbery concordava com a máxima fixada por Niccoló Machiavelli, segundo a qual *era melhor ser temido que odiado*. Certa vez comentou com os repórteres que não fora ele o responsável pela implantação das medidas de exceção no Brasil, mas julgava oportuno que acreditassem na sua capacidade de fazê-lo, arrematando:

*Sou apenas uma pessoa discreta, e agora que inventaram isso, fiquei com o mistério incorporado à minha personalidade. Tem lá as suas vantagens*⁴⁶.

Golbery era uma pessoa obstinada. Karl von Clausewitz, o *filósofo da guerra*, dizia que essa qualidade podia ser interpretada como um defeito da inteligência, termo que — segundo ele — definia a “insubmissão a um entendimento superior, recusa que não se poderá atribuir à inteligência, que é precisamente a capacidade de entendimento”⁴⁷.

Para os que não o conheciam suficientemente bem, custava crer

que aquela frágil estrutura física abrigava tanta determinação. Quem o visse de perto, “com os óculos sem aro e os cabelos grisalhos cortados bem rentes”, dificilmente acreditaria — num primeiro momento — que o homem que caminhava sozinho, tarde da noite, pelas ruas do Centro do Rio de Janeiro (após cansativas e tensas reuniões no Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais - IPES), no início dos anos sessenta, era um dos principais articuladores do movimento contra João Goulart.

Pessoa de hábito modesta, não retroalimentava os comentários daqueles que consideravam o seu nome incorporado à História do Brasil. E rejeitava a hipótese de publicar um livro de memórias, pois, segundo ele, num raro momento de descontração, acreditava que os escritores mentiam muito quando descreviam e/ou redigiam as suas lembranças.

Imprensa

O perceptível distanciamento com a Imprensa começou no tempo do IPES. Entretanto, após o êxito do *Movimento de Março de 1964* e assegurada a sua força e prestígio nos governos subsequentes, suas opiniões foram conquistando espaço no noticiário. Em 1975, por exemplo, durante visita ao Comitê de Imprensa do Palácio do Planalto, um repórter lhe perguntou o motivo pelo qual não gostava de dar entrevistas.

Ao que respondeu:

Eu não sou avesso à Imprensa, mas vocês compreendem a minha posição e sabem que não posso falar muito, sob o risco de ser confundido com o Governo (...) às vezes até gostaria de falar mais⁴⁸.

Sua forte personalidade provocava opiniões divergentes. Élio Gaspari, ex-correspondente da revista *Veja* nos Estados Unidos e, atualmente, articulista de *O Globo* e da *Folha de S. Paulo*, costumava — segundo a própria Imprensa — endeusá-lo em seus artigos⁴⁹. Por sua vez, o historiador José Honório Rodrigues descrevia Golbery como um “homem sisudo, introvertido, fechado, que só se abria nas conversas sobre assuntos culturais quando percebia que o seu interlocutor seria capaz de acompanhá-lo no raciocínio e na argumentação”⁵⁰.

Leitor de Jorge Luiz Borges, Alejo Carpentier e Anáís Nin, Golbery — cujo prenome, dizia, vinha da Rússia czarista — utilizava metáforas no dia-a-dia com rara habilidade, estudando cuidadosamente as palavras

antes de empregá-las. Um exemplo: durante a sequência de atentados registrados no final dos anos setenta e início da década de oitenta, principalmente no Rio de Janeiro, disse que o Governo adotaria “*métodos de Poirot*” para identificar e punir os responsáveis.

Golbery acreditava que os terroristas deixaram vaziar muitas pistas, fato que permitiria às autoridades prendê-los facilmente. Entretanto, negou que o Governo tivesse conhecimento prévio da atuação clandestina de grupos paramilitares, como chegou a ser noticiado.

Por sua longa experiência na área de Informações, percebia com facilidade as armadilhas que, vez por outra, certos articulistas inseriam (nos diários) para provocá-lo.

Dizia ele que as notícias podiam ser *verdadeiras ou falsas*, argumentando:

*as verdadeiras valem por si, refletem algo imutável, que é a verdade. Já as falsas são mais ricas. Elas refletem a vontade e o interesse de quem as transmite*⁵¹.

Seu senso analítico era tão acurado que, suprimida a *Censura Prévia*, e tendo o jornal *O Estado de S. Paulo*, à época, todos os motivos para assumir uma forte confrontação com o Governo, antecipou que essa linha editorial não seria adotada pelo jornal, pois este jamais abriria mão da sua tradição conservadora.

Reflexões

A decepção com o Regime Militar fora, preliminarmente, admitida por Golbery, em 1975, em entrevista publicada no *Jornal do Brasil*:

*Qualquer processo revolucionário não dá certo mais que seis anos. 1964 deveria ter acabado no ôba-ôba do milagre brasileiro. Ah! Que beleza! A Revolução teria acabado completamente vitoriosa, em todo o seu esplendor*⁵².

Nos registros sobre Golbery publicados pela Imprensa existem algumas tantas considerações que ajudam a compreender o seu pensamento político. Uma delas, apresentada em 1978, quando agradeceu o discurso de saudação do general Moraes Rego pela passagem do seu 67º aniversário. Disse ele:

Tempo de aniversário é tempo de balanço do que se fez, do que se pretendia

fazer e não se conseguiu⁵³.

Reportou-se, em seguida, à época em que pretendia seguir carreira como professor de Matemática e, depois, como estudioso da Literatura, acrescentando que:

Aqueles sonhos se viram superados mais tarde na vida militar, enquanto estive sujeito ao hábito do enquadramento na corporação homogênea e unida (o Exército), que fez com que assumisse um ideal coletivo a toda a sua geração (...) que veio, desde 1930, sofrendo, em 32 amadurecendo, em 35, 37 no Golpe Integralista subsequente e que depois, afinal, se afirmou e começou a influir no País, em 1945, vindo até 1964, quando participou com muito interesse e muita determinação na Revolução, por cujos acertos e erros se sente igualmente responsável⁵⁴.

Enfatizou, a propósito, que — na turbulência política da primeira metade deste século — a oficialidade brasileira, como um todo, acatava os princípios do exército francês “de Forges e De Gaulle”, segundo os quais os militares deviam ter o ideal de:

(...) servir à corporação a que pertence, ao grupo social em que se insere e à Pátria, com o desejo de fazê-la grande, tão grande como o próprio De Gaulle sonhou para a França⁵⁵.

Naquela oportunidade, Golbery do Couto e Silva lembrou a penúria e o subdesenvolvimento do País antes da deflagração do *Movimento de Março de 1964*, acrescentando que era fundamental superar o descompasso existente entre os setores político, social e econômico.

Mais tarde, durante a administração do general João Baptista Figueiredo, Golbery manteve, embora por pouco tempo, posição bastante firme. A sua auto-exoneração do Governo provocou um impacto extraordinário e suscitou dúvidas quanto aos motivos mais prováveis. Para muitos cientistas políticos, ainda hoje, a hipótese mais provável teria sido a insistência demonstrada na apuração imediata do *quase-atentado* no Riocentro, em 1981 (ver ARGOLO, José Amaral, FORTUNATO, Luiz Alberto e RIBEIRO, Kátia, *A Direita Explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 1996, 332 p.).

O ex-presidente João Figueiredo contestava, porém, essa versão. Segundo ele, Golbery não apreciara a nomeação do general José Luiz

Coelho Neto (identificado com a “linha dura”) para chefiar o gabinete do ministro do Exército, Valter Pires.

João Figueiredo observou que, na ocasião, indagara ao seu ministro-chefe do Gabinete Civil se realmente acreditava que “Coelho Neto era um torturador, ao que Golbery respondera negativamente”.

O que faria se fosse ministro do Exército e não pudesse nomear seu próprio chefe de Gabinete. O próprio presidente respondeu – sempre de acordo com sua versão – se demitiria, não é?⁵⁶.

Mais uma, dentre as tantas versões: a de que o então chefe do Gabinete Civil teria sido admoestado pelo presidente por intermédio do deputado Léo Simões e, melindrado com a reprimenda, demitiu-se.

Qualquer que tenha sido a justificativa, quando deixou o Poder por sua própria vontade, Golbery reproduziu (numa dimensão menos trágica) o gesto de Adolf Abramovich Yoffe, que se suicidou no interior do *Kremlin* no dia 16 de novembro de 1927.

Ao seu camarada e amigo Leon Trotsky, Yoffe encaminhou uma última carta, na qual enfatizava que o político revolucionário devia saber quando afastar-se:

(...) e afastar-se no momento em que adquire consciência de não poder ser útil à causa que servira (...). Passaram-se mais de três anos desde que adotei a opinião de que a vida humana só tem sentido na medida em que é empregada a serviço do infinito. Trabalhar com qualquer outro objeto finito – e tudo o mais é finito – não tem sentido⁵⁷.

Conhecendo a habilidade política do general Golbery, não é difícil supor que tenha planejado a melhor e mais complexa das retiradas, aguardando talvez por dias mais amenos que, no seu caso, não aconteceram.

Sobre Golbery do Couto e Silva, a melhor definição provavelmente seja, ainda hoje, a do jornalista José Nêumanne Pinto — publicada imediatamente após a morte do “Mago da Abertura”:

O ouvinte de Beethoven, o estagiário de (Fort) Leavenworth (EUA). O adido militar em Assunção, Paraguai, o assassino do AI-5, o diabólico e maquiavélico leitor de Dostoiévski que não gostava de exibir seus livros (porque quem vê a livralhada de uma pessoa pode ler a sua cabeça), foi uma das mais fascinantes personalidades da vida política brasileira. O homem displicente no vestir, deselegante no escrever e habilidoso no conversar representou, como poucos outros exemplos tem tido

*a história política brasileira, o tipo acabado de construtor do Estado brasileiro contemporâneo. Ao levar a escola à caserna e a informação ao Gabinete Presidencial, construiu um estilo e marcou uma presença na vida conturbada desta República veterana*⁵⁸.

Concluindo, com a perspicácia de hábito:

*Golbery morreu. Resta saber que proveito ele queria tirar disso (...). Poucos homens no Brasil mereceriam a adaptação dessa frase do príncipe austríaco Metternich, a respeito do falecimento de Talleyrand. Mas certamente o general Golbery do Couto e Silva, gaúcho do Rio Grande, onde nasceu em 28 de agosto de 1911, general R-1 do Exército, emérito conspirador e cultivador permanente do poder como estilo e forma de vida, não apenas a merece, mas parece ter sido talhado para ela*⁵⁹.

Golbery — O Vôo do Falcão

A posse do Presidente Fernando Collor de Mello — primeiro Chefe de Estado brasileiro eleito pelo voto direto após o *Movimento Militar* de 1964 — no dia 15 de março de 1990, em seguida a um período de transição atribulado, representou o coroamento da *Distensão Lenta e Gradual*, iniciada na administração Ernesto Geisel, e para a qual o general Golbery contribuiu ativamente com sua inteligência e prestígio. Afinal, ele havia previsto a inevitabilidade da *Abertura* e o fato de que o Regime Militar se estendera para muito além do tempo desejado pelos conspiradores de então.

Pode-se dizer que foi efetivamente esse o *Vôo do Falcão*, a maior empreitada realizada no País depois da articulação contra o Presidente João Goulart, principalmente porque, naquele momento da História Política Brasileira, ganhavam corpo em todos os segmentos da sociedade as críticas tanto ao modelo econômico como ao Regime Militar.

Para caracterizar melhor as tendências do Governo em relação àquele audacioso projeto político, Golbery apresentou, durante conferência realizada na Escola Superior de Guerra (em 1980), as linhas que norteariam a atuação do Poder Executivo. Entre as reflexões, a mais importante dizia respeito à longevidade do Regime Militar e do autoritarismo praticado até então. Segundo Golbery:

(...) a Revolução de 31 de Março, sem quaisquer propósitos definidos de centralização ou de autoritarismo; ela que, afinal, nem pensava em durar mais

que um simples instante de redenção, seria gradativamente empurrada a espá-los, afirmar e reafirmá-los ⁶⁰.

Essa passagem da longa explanação, permite ao pesquisador (seja ele historiador, jornalista, cientista político) de hoje uma interpretação mais ampla sobre o verdadeiro poder exercido pelos generais. O articulista Carlos Chagas, em artigo publicado no *O Estado de São Paulo*, dissecou a questão. Para ele, no Brasil, pós-64,

o poder tem sido mais pessoal que de grupo, mesmo quando dividido em condomínio, pois certas pessoas, representando grupos, sempre valeram mais do que eles. Não obstante a existência do chamado Sistema, nos últimos anos mais um pretexto para justificar atos pessoais que um núcleo paralelo de influência, os que mandam são pessoas físicas, cidadãos com certidão de batismo e título de eleitor. Ora apenas os presidentes, ora eles, seus auxiliares e os generais, ora mais os auxiliares do que eles, ora mais os generais do que todos ⁶¹.

Partindo dessa premissa, como avaliar o papel desempenhado por Golbery do Couto e Silva especialmente durante os dois últimos governos militares? Como *persona* insubstituível?

“De modo algum”, observou Carlos Chagas, acrescentando:

(...) se precisasse afastar-se, outro tomaria as suas funções. Mas inimitável, por certo, já que outro precisaria de, no mínimo, 17 anos e meio para adquirir a experiência, isso se já dispusesse de sua competência, ou malícia e do seu maquiavelismo, como dizem os que não gostam dele ⁶².

Em que pese o maquiavelismo prevalente no *núcleo duro* dos conspiradores de 1964, Golbery do Couto e Silva conquistou e manteve posição como um dos mais abertos ao diálogo, fato esse posteriormente confirmado e publicizado por intermédio dos depoimentos do então cardeal-arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, do historiador norte-americano, Thomas Skidmore (Universidade de Wisconsin) e do diretor, à época, do Centro para Assuntos Internacionais da Universidade de Harvard, Samuel Huntington.

O primeiro, um dos mais respeitados líderes da Igreja Católica no País, disse, na ocasião, que, nos diversos encontros mantidos com o general Golbery, sempre encontrou um momento de convergência, exemplificando:

*Quando descendentes de índios na Amazônia foram expulsos de suas terras cultivadas comunitariamente, fui direto ao Golbery e pedi que verificasse se essa expulsão era efetiva e se ele não poderia conseguir para eles uma titulação das terras. Um mês e meio depois ele me disse: o senhor não avise que isto foi feito por meu intermédio, mas eles já conseguiram a titulação*⁶³.

Por sua vez, Thomas Skidmore destacou, naquela circunstância, que o general Golbery

*Prestou um serviço relevante para a democracia brasileira. Sem esse esforço dentro do Governo não ocorreria uma abertura de êxito. Foi, é claro, quem inventou o SNI, mas ao mesmo tempo o seu papel no Governo Ernesto Geisel foi importantíssimo*⁶⁴.

Samuel Huntington dizia que:

*Golbery foi provavelmente a figura central no processo de (re)democratização no Brasil. Tinha uma idéia muito clara quando foi trabalhar com Ernesto Geisel, sobre como o sistema político brasileiro devia ser gradualmente adaptado. Tinha consciência da necessidade, já naquela época (1973), de começar a ter os grupos sociais no País participando da política novamente, da necessidade de recriar a sociedade civil*⁶⁵.

O “*Mago da Abertura*” ampliou o crédito de que dispunha entre os políticos e empresários e, por conta disso, acabou consolidando a reputação de *moderado* entre o segmento dos militares.

Sístoles e diástoles

José Honório Rodrigues, historiador e ensaísta, foi provavelmente o intelectual brasileiro que mais se ocupou em analisar detalhadamente o teor da conferência proferida pelo então chefe do Gabinete Civil na Escola Superior de Guerra.

*A centralização e o autoritarismo destes quase 20 anos (registre-se que o ensaio em questão foi elaborado em 1981), não só conduziram à crescente hipertrofia do Executivo, como à multiplicação, de que fala(va) o ministro Golbery, dos instrumentos de controle não somente na administração direta como na indireta, novas empresas públicas ou de economia mista. Ele reconhece(ia) que as forças em oposição, geradas pela própria dinâmica dialética do sistema passaram a atuar cada vez com maior intensidade, fazendo com que o processo e a consciência do fenômeno contagiassem várias camadas da população, que com suas iniciativas, protestos e reações mostrassem a necessidade da descentralização e do autoritarismo*⁶⁶.

Daí, concluiu José Honório Rodrigues, o esforço descentralizador do Governo,

*conduzindo a vida pública a uma abertura política democrática, desencadeada através da liberação progressiva da censura. O prazo para não fugir ao controle seria bastante longo e a condução vigilante e segura*⁶⁷.

A ideia-força dessa *descompressão lenta e gradual* — como, aliás, ressaltou Ricardo Vélez Rodriguez (professor do Centro de Estudos Estratégicos da Universidade Federal de Juiz de Fora) — fora abordada antes por Oliveira Vianna, “e retomada pelas chamadas expressões da *Escola Weberiana Brasileira*, notadamente Wanderley Guilherme dos Santos”⁶⁸.

Os primeiros passos para consolidar essa estratégia de distensão seriam o fim da *Censura Prévia* que tanto contribuiu para impedir à população brasileira o conhecimento sobre as graves questões nacionais e internacionais, e a *Abertura Democrática*, traduzida e consolidada por uma ampla reforma partidária.

Golbery desenvolveu intenso esforço no sentido de impedir a formação de uma frente oposicionista única, manipulável por setores não político-partidários, como a Igreja Progressista:

*A estratégia recomendaria — como requeria, aliás, também a própria intenção democratizante — pronta desarticulação do sistema oposicionista, propiciando-se o surgimento de múltiplas frentes distintas, em relação às quais voltasse a ser possível levar a cabo novo tipo, mais ampliado, da mesma manobra em posição central que fora penhor do êxito alcançado na fase anterior*⁶⁹.

Segundo ele, o processo de consolidação dessa nova realidade político-partidária estava voltado diretamente para a

*(...) melhor caracterização, individualização melhor das forças políticas, por intermédio de partidos mais homogêneos e mais autênticos em sua representatividade, acenando-lhes com o justo monopólio entre eles e somente entre eles compartilhado, da ação política, da qual são de direito, os únicos instrumentos especializados*⁷⁰.

Partindo dessa premissa, caberia ao Estado intervir objetivando reeducar a convivência democrática, de tal modo que as agremiações políticas não se desviassem do esforço destinado a consolidar o convívio democrático mediante a autêntica representação. Aliás, Ricardo Vélez

Rodriguez lembrou que ali estavam embutidos os principais argumentos de Oliveira Vianna sobre as *transformações exógenas* que exigiam um *modicum de coação* por parte do Estado. Ricardo Vélez acrescentou que Golbery,

*(...) alicerçado no conceito de retardo cultural da Sociologia de (William Fielding [1886-1959] presidente da Sociedade Sociológica Norte-Americana) Ogburn, advertia para o risco de um potencial catastrófico ou de ruptura do sistema, caso um dos setores sociais, como o Militar, o Psicossocial ou o Econômico, permanecessem fechados numa visão autoritária e não se abrissem à descentralização democrática*⁷¹.

Uma abertura tão-somente parcial no regime implicaria, segundo a percepção de Vélez Rodriguez, no risco de retrocessos ou rupturas proporcionando consequências gravíssimas para a sociedade brasileira.

No alentado estudo que elaborou sobre o pensamento de Oliveira Vianna e o papel modernizador do Estado Brasileiro, Ricardo Vélez Rodriguez abriu generoso espaço sobre a atuação do general Golbery do Couto e Silva, estendendo sua análise ao processo desencadeado rumo à *redemocratização*. Segundo ele, consolidado o sistema democrático, seria viável a descentralização da política administrativa do Governo, delegando maior responsabilidade e iniciativa aos Estados e Municípios, bem como gerando estímulo às atividades comunitárias.

Essa descentralização, tantas vezes enfatizada e reiterada por Golbery na conferência realizada na ESG, corresponderia (cf. Ricardo Vélez) “à descentralização administrativa num contexto de forte centralismo político, outrora proposta por Oliveira Viana”⁷².

A força-motriz dessa ideia visava conciliar o princípio da unidade e da autoridade política nacional com o imperativo da descentralização administrativa imposta pela extensão territorial do País.

Sobre essa proposta democratizante do general Golbery do Couto e Silva, comentou Ricardo Vélez Rodriguez:

O seu pensamento reflete a linha modernizadora ensejada pela sociologia de Oliveira Viana, e continuada pela Escola Weberiana Brasileira. Em que pese o caráter minoritário dessa linha de pensamento no seio da intelligentzia brasileira, os seus princípios permearam os quadros da Escola Superior de Guerra, tendo-se estendido daí à cúpula dos dois últimos governos revolucionários (Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo), como se pode deduzir da conferência do general

Golbery (...). A atual abertura democrática que o Brasil vive, revela a força da proposta democrática de que Oliveira Viana e a Escola Weberiana Brasileira se tornaram portadores ⁷³.

O argumento mais forte apresentado por Golbery, recorda por sua vez José Honório Rodrigues, “baseia-se no curso de História do Brasil numa visão geopolítica”⁷⁴, acrescentando que a primeira parte intitulada *Sístoles e Diástoles na Vida dos Estados* resumia uma das contradições da vida política brasileira; qual seja: a luta entre a centralização e a descentralização.

No ensaio supracitado, José Honório Rodrigues aproveitou para estender suas críticas à obra de Oliveira Viana, muito especialmente à síntese histórica e interpretativa constante do livro *Evolução do Povo Brasileiro* (fundamental à base sociológica e política da explanação de Golbery), justificando:

Note-se que as teses de Oliveira Viana neste livro, que também influiu no pensamento de Getúlio Vargas, na sua primeira fase autoritária, e no de todos os autoritários modernos do Brasil, não são simpáticos ao povo, mas às elites dirigentes ⁷⁵.

José Honório Rodrigues observou ainda, em *Tese e Prognóstico*, que Oliveira Viana defendia a força do Poder Central (fórmula adotada não somente durante o Governo de Getúlio Vargas como ao longo do Regime Militar pós-1964). Segundo o ensaísta e historiador, contrariamente ao que Golbery assegurara na explanação, o Brasil não sofria somente de “arritmias, isquemias, enfartes e taquicardias, mas principalmente de atrasos econômicos, sociais e psicológicos” ⁷⁶, complementando:

Não se educa e prepara o povo para o exercício normal da democracia e nem vale, como assinalou Macaulay — o grande historiador inglês, membro do Parlamento — dizer que só podemos permitir democracia quando o povo estiver preparado e educado, pois isso significa capá-lo, sem prazo, do seu exercício cívico e patriótico, treiná-lo para a convivência nos debates, na abertura, na liberdade, todas de imprensa, de opinião e de reunião pacífica para tratar de interesses do povo e do nosso querido Brasil ⁷⁷.

Neste que, provavelmente, foi o mais completo contraponto acadêmico à argumentação apresentada na ESG pelo general Golbery, José Honório Rodrigues observou, com propriedade, que os problemas brasileiros não decorriam apenas da dívida externa — “os juros, as

amortizações que devemos pagar devido aos empréstimos feitos no estrangeiro, todos sem licença da representação nacional —, mas da imensa dívida social que cresce nesses dias de crise”⁷⁸.

Ressaltou, ainda, que essa dívida social — ainda não paga — era superior à dívida externa, e incluiu entre as metas não apontadas pelo general Golbery (este citou na conferência o aperfeiçoamento do sistema democrático; a descentralização adequada e sistemática do Governo; o saneamento e fortalecimento do setor econômico; a expansão cultural do Brasil e sua maior projeção no exterior), as seguintes:

*a saúde, a educação, a liberdade sindical, o fim das leis opressivas, como a Lei de Segurança e a Lei Falcão e, finalmente, a elaboração de nova Constituição por uma Assembléia Constituinte*⁷⁹.

Felizmente, algumas dessas metas foram alcançadas com algum esforço: liberdade sindical plena, fim das leis de exceção e a elaboração da nova Carta Constitucional.

De modo a corroborar com o raciocínio de José Honório Rodrigues, no artigo intitulado *A Dívida Social*, publicado em *Problemas Brasileiros*, edição de dezembro de 1980, páginas 4 a 9, Rubens Vaz da Costa lembrou que o Brasil era o quinto país do mundo em área geográfica, o sexto em população, o décimo em termos de Produto Interno Bruto, o oitavo PIB no Ocidente e (na ocasião) ocupava o quadragésimo sétimo lugar no que tange à qualidade de vida.

Por oportuno, transcrevo as palavras de Rubens Vaz da Costa, reproduzidas *in verbis* por José Honório Rodrigues ao tratar da dívida social:

*Dívida social é a diferença entre o nível de vida e de consumo que a sociedade aceita que todos devem ter, e aquele nível de vida e consumo que alguns milhões de brasileiros realmente têm*⁸⁰.

Et Finis

Sobre a trajetória política de Golbery do Couto e Silva há — e haverá — muito que refletir e escrever. Além de ter feito de uma capa de mistério a sua principal arma de defesa e do silêncio uma virtude criteriosamente cultivada, foi um mestre no *jogo-de-xadrez* do Poder.

Negar a capacidade premonitória do general Golbery relativa à evolução da conjuntura política do País é, digamos, impossível. Mesmo agora, transcorridos tantos anos da sua morte, o tempo não comprometeu a exatidão das suas palavras.

Inúmeros estudos podem ser desenvolvidos a partir das questões suscitadas durante a já citada conferência na ESG. A primeira delas (focada na Expressão Militar embutida na política externa) aborda as dificuldades para que seja plenamente efetivada a integração latino-americana. Segundo ele, ainda que os governos dos países sul-americanos mantivessem (agora nem tanto!!!, grifo do Autor) convivência cordial,

*Não estamos livres de que episódios noutras regiões mais incertas do planeta possam desbordar nossas áreas periféricas e, portanto, influir decisivamente nas deliberações que tenhamos que tomar*⁸¹.

Convulsões, conflitos de baixa e média intensidade, bem como reinterpretações geopolíticas e econômicas em outros continentes vêm, nos últimos anos, modificando o ritmo/ equilíbrio nas negociações internacionais. Por hipótese: quem poderia supor (nos idos anos sessenta/ setenta) que o Brasil viria se transformar num dos maiores parceiros comerciais da República Popular da China? Que o Muro de Berlim seria derrubado? Que a Iugoslávia e a poderosa União Soviética se fragmentariam? Que a Índia e o Paquistão passariam a integrar o seleto *clube* das potências dotadas de arsenal atômico? Que os Estados Unidos da América seriam vitimizados pelo maior atentado da História?

Golbery do Couto e Silva preocupava-se com a vulnerabilidade do Brasil face às limitadas reservas estratégicas de combustível (hipótese que, desde sempre, fora objeto da atenção do general Ernesto Geisel). Durante a citada conferência na ESG, ele também ressaltou a utilização dos programas de produção de álcool aditivado, o fomento do carvão e de outras fontes alternativas de energia, advertindo, entretanto, que a adoção de uma *Economia de Guerra* dificultaria o Projeto de *Abertura*.

Golbery reafirmou àquele seleto público de estagiários que a redemocratização do País era imprescindível. Assim, ao refletir sobre o chamado *fator participação* como questão absoluta, acentuou:

*A democracia, para mim, é muito mais participativa do que propriamente garante a liberdade. Há um mínimo de liberdade que é indispensável, realmente, e deve ser assegurada à sociedade*⁸².

Acrescentou que a abertura política aconteceria desde que a sociedade participasse das grandes decisões e colaborasse com o Governo na execução das leis e medidas a serem tomadas.

*Esse mínimo de liberdade irá sendo acrescido pelo próprio esforço, aí já com boa presença efetiva do povo no poder. Acredito, por outro lado, que a participação é indispensável, para que se possa, realmente, conduzir certas ações que exigem sacrifícios, como as de hoje na área econômica*⁸³.

Na mesma ocasião, Golbery abordou outros temas sensíveis, tais como o controle da natalidade (sobretudo nos grandes bolsões de pobreza existentes no País), destacando que a *explosão demográfica* inibia o progresso do Brasil, muito especialmente no campo do desenvolvimento econômico-social. Avaliação essa que remete a um dos argumentos de Oliveira Viana, para quem o Brasil era *descontínuo e ganglionar*. Dizia Oliveira Viana que, no conjunto, percebia-se

*Uma série numerosa e variada de núcleos ou gânglios regionais (...) que se subdividem em núcleos menores, separados (...) por enormes espaços desertos. Núcleos estes praticamente destituídos de circulação material e espiritual e vivendo, por isto mesmo, um regime de isolamento*⁸⁴.

...

Retornando a um dos eixos da conferência, qual seja: a *Revitalização da Política*, Golbery justificava esse processo como a razão da retomada do pluripartidarismo. Reiterava ele que o Estado Brasileiro emergia:

*(...) De uma fase de bipolarismo, de uma bipolaridade política mais ou menos forçada e (em sendo assim) não poderíamos alcançar maior taxa de democracia e de liberalização do regime senão permitindo a entrada de outros partidos*⁸⁵.

Reconhecia que o bipartidarismo forçado apresentava inúmeras vantagens:

(...) eu não veria, pessoalmente, mal — até gostaria de ver — o País ingressando numa fase de bipartidarismo. Parece até um paradoxo. É que nós saímos de um bipartidarismo imposto, mais ou menos, pelas condições criadas pelo Governo, para um regime pluripartidário, do qual, numa segunda fase, eu desejaria ver renascido um bipolarismo autêntico — um bipartidarismo, na prática, que não

seria um regime de apenas dois partidos existentes por imposição legal, mas dois partidos constituídos por um bipolarismo pragmático, como o existente nos Estados Unidos⁸⁶.

Relativamente aos desdobramentos da vida política nacional, Golbery teceu alguns comentários bastante atuais. Senão vejamos:

Sobre as elites:

Eu também penso, como (Samuel) Huntington e, bem antes dele, (Arnold) Toynbee, que as elites precisam enfrentar desafios pela frente para que sejam capazes de manter a criatividade na condução dos negócios⁸⁷ do País. Elite sem contestação acaba perdendo inteiramente o poder criador .

Mesmo percebendo que as etapas de centralização e descentralização admitiam limites variáveis para determinados estágios da evolução do Brasil, mostrou-se Golbery irredutível quanto à hipótese de legalização do *Partido Comunista*, justificando que a fácil identificação dos comunistas não seria útil ao País. Disse ele:

O Partido Comunista na legalidade, com sua atuação mais ou menos tolerada, não fará com que se veja efetivo e real o braço oculto do Comunismo, e eles terão, então, a facilidade de combinar uma ação ostensiva e legal com uma ação clandestina e disfarçada, como sempre fazem. (...) acho até um absurdo que um partido, qualquer que ele seja, que pretenda alterar inteiramente os princípios básicos da Constituição, da própria tradição da nacionalidade brasileira, possa funcionar⁸⁸ .

Prosseguindo, Golbery disse que todo conselheiro político deveria utilizar conceitos elásticos para, se necessário, compatibilizar opiniões divergentes ou reduzir atritos.

Assim, a participação da *Ala Esquerdista da Igreja* foi examinada com cautela. Ele acreditava que o problema era de difícil solução, justificando:

(...) temos que admitir que esse partidarismo esquerdista aconteceu com organizações que não são partidárias, mas que acabaram sendo atores principais no campo político, até por falta de atuação dos próprios partidos e pelas dificuldades que os dois partidos (à época existentes) encontravam em sua atuação. (...) De fato, um dos problemas mais sérios que temos no Brasil é o do relacionamento do governo com a Igreja, mas não sou pessimista e acho que é preciso restabelecer o bom diálogo e ter paciência que o tempo permitirá chegar a um resultado favorável⁸⁹ .

Mostrou-se implacável com o papel exercido pelas lideranças sindicais, observando que esse fato decorria da quase inexistência, naquele momento, de uma “elite sindical em condições de oferecer bom nível de atuação, sem *revanchismo ideológico*”⁹⁰. Segundo ele, havia necessidade de líderes autênticos.

*(...) como o senhor Lula (Luiz Ignácio Lula da Silva) poderia ter sido. Francamente, achava-o um bom líder sindical, mas, no fim, acabou decepcionando — a mim pelo menos — atraído que foi para as atividades mais políticas que propriamente sindicais. Nosso sindicalismo sofre de males históricos que todos conhecemos, embora não creia que se deva falar tão mal assim das leis trabalhistas brasileiras. Mas o paternalismo do Governo no setor sindical — em grande parte originado dos moldes italianos que foram utilizados — tem, na realidade, admito isso, dificultado os posicionamentos das lideranças vigentes*⁹¹.

A (hipótese da) adoção do regime parlamentarista foi também examinada. Golbery acreditava que — *ao menos teoricamente* — não havia condições desfavoráveis ao funcionamento deste sistema político no Brasil; mas argumentava que, antes mesmo de se pensar nisso, seria necessário formar partidos melhor estruturados, com dosagem maior de *autenticidade* e *representatividade*, acrescentando que, em essência: “Parlamentarismo é Governo com predominância do Parlamento e o Parlamento (aqui interpretado pela ação dinâmica e constante das respectivas bancadas) são os partidos”⁹². Complementando:

*Não tenho predileção pelo Parlamentarismo. Acho que, de qualquer forma, é preciso haver um Executivo forte, sobretudo num país como o Brasil, um país em desenvolvimento, um país de território imenso e de problemas mil (...). De qualquer forma, o que me parece é que isso é um assunto do qual ainda devemos nos resguardar, aguardando um pouco a evolução do país para poder analisar isso convenientemente*⁹³.

E mais: ao discorrer sobre a participação de alguns parlamentares, destacou o esforço empreendido por Petrônio Portella, a quem considerava “a mais alta expressão política do cenário nacional naqueles últimos anos”⁹⁴. Acrescentou, a propósito, que o ex-presidente do Senado e (até pouco antes daquele momento) líder do partido governamental, além de articulador político do Governo, preenchia os requisitos para ser elevado à suprema magistratura da Nação, caso a morte não o tivesse surpreendido:

(...) Estrategista político de raça, Petrônio Portella era emérito em atuar nesse ambiente de incerteza essencial, perspicaz no entrever qual a mais plausível alternativa de futuro e no enxergar de longe a balizar rumos bem definidos, prevendo a tempo os objetivos, ação e reação dos antagonistas⁹⁵.

Sobre a intromissão e/ou penetração das empresas transnacionais (tema esse atual na realidade brasileira, grifo do Autor), complementou:

(...) devemos ter presente que o Brasil é um país de poupança bastante baixa e estamos, portanto, defronte a certo dilema quanto aos recursos para o desenvolvimento. Poderemos nós, com recursos próprios — qual o Barão de Munchausen, que quando entrava num atoleiro puxava pelo rabicho da cabeça e tirava o cavalo da lama — poderemos nós, apenas com recursos próprios, desenvolver o País? Sim. Mas vamos levar demasiado tempo. E passar por sacrifícios muito grandes! A poupança estrangeira, em certa medida, é indispensável para que asseguremos o próprio processo do desenvolvimento (...)⁹⁶.

Golbery apresentava uma percepção aguda sobre o papel do verdadeiro estadista; isto é: alguém que partia de um quase nada,

Por vigorosa — quase direi sagrada — empatia com a alma popular em seus impulsos menores, ainda sem clara afirmação no âmago da vontade coletiva e, captando-os ainda em estado nascente, dá-lhes corpo coerente e conteúdo mais rico e com eles vem a inspirar, como que em promissora autofecundação, o próprio povo, para catequizá-lo e mobilizá-lo ao pragmatismo e dinamismo de ação efetiva⁹⁷.

Senso de responsabilidade, de proporção e paixão. Essas três qualidades, indissociáveis a um político, Golbery do Couto e Silva dispunha de sobra. Daí, até mesmo como consequência desse somatório de atributos, ter rejeitado a hipótese de candidatar-se à Chefia do Executivo por intermédio de eleição indireta.

Sabia, tinha plena convicção da resistência à indicação do seu nome em alguns setores das Forças Armadas. Certos militares de alta patente julgavam-no *moderado demais*.

Indagado, já no fim da vida, sobre essa possibilidade, concluiu:

Eu só tenho compromisso com o meu passado de relativa coerência. Não tenho qualquer aspiração política e já dei larga e pesada cota de sacrifícios, palavra em que muita gente não acreditará⁹⁸.

Bibliografia

1 - Obras de Golbery do Couto e Silva

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional - O Poder Executivo e Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 3.ed., 1981, 273 p.

_____. *O planejamento estratégico*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2.ed. 1981, 536 p.

2 - Outras obras de referência

ARGOLO, José A., FORTUNATO, Luiz Alberto, RIBEIRO, Kátia. *A Direita Explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996, 332 p.

BRANCO, Carlos Castello. *O Ato 5*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, 313 p.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1979, 116 p.

COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3.ed., 1980, 251 p.

DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky: o profeta desarmado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 520.

DREIFUSS, René A. *1964 - A Conquista do Estado*. Rio de Janeiro: Vozes, 3.ed., 1981, 813 p.

MATTOS, Meira. *Brasil - Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

MOTA, Lourenço Dantas (Coord.). *História Vivida*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1981-1982, v.II, 366 p.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980, 160 p.

_____. *Oliveira Viana e o papel modernizador do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1981. (Tese de Doutorado, reprografado, 192 p)

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978, 172 p.

_____. *Poder e Política: Crônica do Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978, 211 p.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Campos, 1982, 163 p.

SILVA, Hélio. *O Poder Militar*. Porto Alegre: L&PM, 1985. 565 p.

SOBRINHO, Barbosa Lima. *Presença de Alberto Torres, sua vida e pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 520 p.

STEPAN, Alfred. *Os militares, da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 64-65.

TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*. 3.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. 331 p.

_____. *O Problema Nacional Brasileiro, Introdução a um Programa de Organização Nacional*. 3.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. 133 p.

VIANA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. 3.ed., 2v. Rio de Janeiro: Record, 1974. 524 p.

3 - Hemerografia

Agência Noticiosa Diários Associados

GATTO, Coriolano. *Golbery/Constituinte*. (telegrama) 5 jul. 1986. Arquivo *O Dia*.

Folha de S. Paulo

SCARTEZINI, A. C. *O irremovível Golbery*. Arquivo *O Dia*, s/data.

GÓES, Walder de. *Golbery no alto do Poder*. 18 fev. 1979, p.1, Caderno Especial.

O maquiavélico fiador da abertura. 7 ago. 1981, Primeiro Caderno.

Para Golbery, abertura política se consolidou. 25 set. 1981, Primeiro Caderno.

SNI agiu fora de suas atribuições. 29 mar. 1983, Primeiro Caderno.

Golbery apóia ex-governador e não acredita em tertius. 12 jul. 1983, Primeiro Caderno *Entrevista toca nervo exposto do Governo, dizem amigos de Golbery*. 10 ago. 1983, Primeiro Caderno.

Golbery deixa as sombras e condena. 4 mai. 1984, Primeiro Caderno.

SINGER, André. *Diretas já deveriam ter voltado há muito tempo*. 18 ago. 1984, Primeiro Caderno.

General Golbery do Couto e Silva morre aos 76 anos. 19 set. 1987, p.5.

GÓES, Walder de. *Golbery pensava a política como se fosse uma engenharia*. 19 set. 1987, p.A-7.

IstoÉ

PINHEIRO, Paulo Sérgio, DIAS, Maurício. *De Golbery para o príncipe, com afeto*. 10 jun. 1981, p. 60-62.

De conspirador a mágico da abertura. 12 ago. 1981, p.20-22.

Jornal do Brasil

Golbery diz que às vezes gostaria de falar mais. 1 ago. 1975, Primeiro Caderno.

Golbery quer desenvolver setores político e social. 22 ago. 1978, Primeiro Caderno.

BRANCO, Carlos Castello. *Os poderes de Golbery.* 8 mai. 1980, p.2, Primeiro Caderno.

RODRIGUES, José Honório. *Tese e prognóstico.* 26 abr. 1981, p.1-2, Caderno Especial.

Golbery reconhece que atentados são contra governo e democracia. 29 ago. 1981, Primeiro Caderno.

Amigos de Golbery dizem que ele deseja recompor os deserdados do poder. 11 set. 1981, Primeiro Caderno.

Geisel examinou hipóteses. 19 set. 1981, Primeiro Caderno.

General não critica reforma eleitoral. 25 set. 1981, Primeiro Caderno.
Golbery garante calma e só lamenta doença de Figueiredo. 25 set. 1981, Primeiro Caderno.

A Bíblia do chefe militar dos anos 60. 13 fev. 1982, Primeiro Caderno.

CARDOSO, Teresa. *Golbery intensifica suas conversas com políticos.* 31 jul. 1983, Primeiro Caderno.

Golbery tem com Tancredo um encontro de trabalho. 3 ago. 1983, Primeiro Caderno.

BARROSO, Jadir. *Golbery condena reeleição e elogia Aureliano.* 4 ago. 1983, Primeiro Caderno.

Figueiredo sente só decepção com entrevista. 9 ago. 1983, Primeiro Caderno.

Golbery pede desculpas a Antônio Carlos. 9 ago. 1983, Primeiro Caderno.

Médico admite que Golbery corre risco de vida. 14 jan. 1984, Primeiro Caderno.

CANTANHEDE, Eliane. *Golbery acha que é hora de acelerar a campanha.* 17 set. 1984, Primeiro Caderno.

Golbery errou? Ele próprio analisa a sorte de Maluf. 9 dez. 1984, Primeiro Caderno.

Golbery exalta amadurecimento. 23 abr. 1985, Primeiro Caderno.

O Estado de S. Paulo

Casa civil. 22 fev. 1974.

FERREIRA, Oliveiros S. *Geopolítica do Brasil.* 19 jul. 1981, p. 8-9. (Caderno de Cultura, n.58).

CHAGAS, Carlos. *Golbery, a silenciosa figura do poder.* 26 jul. 1981, Primeiro Caderno.

Golbery acompanha a sucessão presidencial. 6 mai. 1982, Primeiro Caderno.

Um estrategista em vários governos. 7 ago. 1982. p.5, Primeiro Caderno.

Para Golbery, eleição é coroamento da abertura. 12 nov. 1982, Primeiro Caderno *Para político, é o rompimento.* 11 mai. 1983. Primeiro Caderno.

As maquinações de Golbery. 11 ago. 1983, Primeiro Caderno.

Andreazza: discordo da opinião de Golbery. 17 ago. 1983, Primeiro Caderno.

Golbery não acredita em entendimento. 4 mai. 1984, Primeiro Caderno.

Quería Golbery preso. 11 jan. 1985, Primeiro Caderno.

PINTO, José Nêumanne. *O poder como estilo de vida.* 19 set. 1987, p.5.

O Globo

Senado ouve a resposta de Golbery. 12 out. 1978, Primeiro Caderno.

Golbery, o capitão silencioso que comanda um exército de generais. 20 jan. 1979, Primeiro Caderno.

Governadores e ministro com Golbery. 12 ago. 1981, Primeiro Caderno.

Ex-ministro defende sistema indireto mais democrático. 4 ago. 1982, Primeiro Caderno.

Golbery I, II, III. Ago. 1983, Primeiro Caderno.

Golbery volta a falar sobre sucessão. 19 ago. 1983, Primeiro Caderno

Marchezan diz que em matéria de diálogo quem mudou foi Golbery. 14 mai. 1984, Primeiro Caderno.

Golbery: diretas deveriam ter sido fixadas por Médici. 18 ago. 1984, Primeiro Caderno.

Tribuna da Imprensa

FERNANDES, Hélio. *Onde está Golbery está certamente o golpe.* 6 nov. 1984, Primeiro Caderno.

FRANCIS, Paulo. *Confissões de um jornalista.* 28 fev. 1987, Primeiro Caderno.

Veja

O inimigo predileto. 18 out. 1978, p.29-30.

Golbery e sua misteriosa força palaciana. 22 ago. 1979.

GASPARI, Élio. *O fabricante de nuvens.* 19 mar. 1980, p. 22-24.

_____. *O feiticeiro desistiu.* 12 ago. 1981, p. 20-33.

Improvisos de Golbery. 19 ago. 1981.

Golbery revela que o sítio já foi atacado. 30 mar. 1983.

Um bruxo na sucessão. 17 ago. 1983, p.38-41.

GASPARI, Élio. *O momento de falar.* 16 mai. 1984, p. 8-13.

_____. *Os papéis secretos de Golbery.* 23 set, 1987, p. 20-31.

Notas:

¹ SILVA, Hélio. *O Poder Militar*, p. 274-275.

² SILVA, Golbery do Couto e. *De conspirador a mágico da abertura.* IstoÉ, 12 ago.1981, p. 20-21.

³ DREIFUSS, René. 1964 - *A conquista do Estado*, p. 186.

⁴ PAIVA, Glycon. *De conspirador a mágico da abertura.* IstoÉ. 12 ago.1981, p.21.

⁵ DREIFUSS, René. *Ibidem.* p. 192-192.

⁶ DREIFUSS, René. *Ibidem.* p. 363. Sobre a participação dos militares no IPES, acentuou o historiador e cientista político: “O general Golbery rodeou-se de um grupo de jovens e talentosos oficiais, entre os quais o capitão Heitor de Aquino Ferreira, os tenentes-coronéis Gustavo Moraes Rego, Rubens Resteel, João Baptista Figueiredo (primo do líder do IPES, João Baptista Leopoldo Figueiredo e irmão dos tenentes-coronéis Diogo e Euclides Figueiredo), os majores Leônidas Pires Gonçalves, Danilo Venturini, Octávio Aguiar de Medeiros, coronel Ivã Perdigão e outros oficiais que trabalhavam na administração oficial ou que estavam na Reserva”. Dreifuss acrescenta que, no conjunto dos que auxiliavam Golbery, o tenente-coronel João Baptista Figueiredo foi essencial na liderança de um amplo círculo de oficiais de médio escalão. Esses oficiais faziam parte do comando operacional da campanha para o golpe e permitiram que o general Jurandir de Bizarria Mamede (um dos fundadores da Escola Superior de Guerra), um conspirador histórico e chefe da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, agisse como um verdadeiro chefe das operações, fornecendo-lhes as bases hierárquicas e operacionais necessárias.

⁷ NASSIF, Luiz. *Golbery deixa as sombras e condena.* Folha de S. Paulo, 14 mai. 1984.

⁸ NASSIF, Luiz. *Ibidem.*

⁹ NASSIF, Luiz. *Ibidem.*

- 10 NASSIF, Luiz. *Ibidem*.
- 11 LACERDA, Carlos. De conspirador a mágico da abertura. *IstoÉ*, 12 ago.1981, p.21.
- 12 LACERDA, Carlos. De conspirador a mágico da abertura. *IstoÉ*, 12 ago.1981 (na época, devido a estratégias comerciais, alguns diários do País não circulavam às segundas-feiras).
- 13 O fabricante de nuvens. *Veja*, 19 mar.1980, p.22.
- 14 GÓES, Walder de. Golbery no alto do Poder. *Folha de S. Paulo*, 18 fev.1979, p. 1.
- 15 FERNANDES, Hélio. Onde está Golbery está certamente o golpe. *Tribuna da Imprensa*, 6 nov,1984.
- 16 FERNANDES, Hélio. *Art. cit.*
- 17 SCARTEZINI, A. C. O irremovível Golbery. *Folha de S. Paulo* (arquivo de *O Dia*, s/data).
- 18 GEISEL, Ernesto. O fabricante de nuvens. *Veja*, 19 mar.1980, p. 22.
- 19 SILVA, Golbery do Couto e. O fabricante de nuvens. *Veja*, 19 mar.1980, p. 27.
- 20 CHAGAS, Carlos. A silenciosa figura do Poder. *Folha de S. Paulo*, 26 jul.1981.
- 21 CHAGAS, Carlos. *Art. cit.*
- 22 CHAGAS, Carlos. *Art. cit.*
- 23 GATTO, Coriolano. Golbery/Constituinte. *Agência Noticiosa Diários Associados*, 5 jul.1986.
- 24 O feiticeiro desistiu. *Veja*, 12 ago.1981, p. 21.
- 25 Declarações de ROMANO, Guilherme in. O feiticeiro desistiu. *Veja*, 12 ago.1981, p.22.
- 26 O feiticeiro desistiu. *Veja*, 12 ago.1981.
- 27 NEVES, Tancredo. Sucessão no Planalto. *IstoÉ*, 12 ago.1981, p.13.
- 28 SILVA, Golbery do Couto e. O momento de falar. (entrevista a Élio Gaspari) *Veja*, 16.mai.1984, p. 8.
- 29 SILVA, Golbery do Couto e. O momento de falar (entrevista a Élio Gaspari). *Veja*, 16 mai.1984, p. 8-9.
- 30 SINGER, André. Diretas Já deveriam ter voltado há muito tempo. *Folha de S. Paulo*, 18 abr.1984.
- 31 SILVA, Golbery do Couto e. Golbery exalta amadurecimento. *Jornal do Brasil*, 23 abr.1985.
- 32 GATTO, Coriolano. *Agência Noticiosa Diários Associados*, telegrama citado.
- 33 REGO, Moraes. Golbery quer desenvolver setores político e social. *Jornal do Brasil*, 22 ago.1978 (Pesquisa JB).
- 34 FERREIRA, Oliveiros S. Geopolítica do Brasil. *O Estado de S. Paulo*, *Caderno de Cultura*, 19 jul. 1981, p. 8.
- 35 SILVA, Golbery do Couto e. Geopolítica do Brasil, p. 7.
- 36 SILVA, Golbery do Couto e. *Ibidem*, p. 7.
- 37 SILVA, Golbery do Couto e. *Ibidem*, p. 7.
- 38 SILVA, Golbery do Couto e. *Ibidem*, p. 8.
- 39 SILVA, Golbery do Couto e. *Ibidem*, p. 9.
- 40 SILVA, Golbery do Couto e. De conspirador a mágico da abertura. *IstoÉ*, 12 ago.1981, p.21.
- 41 SILVA, Golbery do Couto e. Um bruxo na sucessão. *Veja*, 17 ago.1983, p. 40.

- 42 ROCHA, Glauber. Um bruxo na sucessão. *Veja*, 17.ago. 1983, p. 40.
- 43 FRANCIS, Paulo. Confissões de um jornalista. *Tribuna da Imprensa*, 28.set.1987, p. 1.
- 44 FRANCIS, Paulo. Art. cit.
- 45 SARDEMBERG, Idálio. A ESG queria chegar à segurança pelo desenvolvimento. Entrevista a MOTA, Lourenço Dantas, PEREIRA, Antonio Carlos e LISBOA, Luiz Carlos in *A História Viva* (O Estado de S. Paulo), v. 2, p. 366.
- 46 SILVA, Golbery do Couto e. O fabricante de nuvens. *Veja*, 19 mar. 1980, p. 31.
- 47 KLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*, p. 116.
- 48 SILVA, Golbery do Couto e. Golbery diz que às vezes gostaria de falar mais. *Jornal do Brasil*, 1 ago.1975.
- 49 Élio Gaspari, por certo, um dos mais conceituados jornalistas brasileiros, recebeu aproximadamente dez mil recortes (de jornais e revistas), bem como cópias de documentos chancelados pelo próprio general Golbery do Couto e Silva.
- 50 RODRIGUES, José Honório. Tese e Prognóstico. *Jornal do Brasil*, 26 abr.1981, p.1(Caderno Especial).
- 51 SILVA, Golbery do Couto e. O fabricante de nuvens. *Veja*, 19. Mar.1980, p. 29.
- 52 CANTANHEDE, Eliane. O agradecimento do ministro. *Jornal do Brasil*, 17 set.1984.
- 53 CANTANHEDE, Eliane. Art. cit.
- 54 CANTANHEDE, Eliane. Art. cit.
- 55 CANTANHEDE, Eliane. Art. cit.
- 56 FIGUEIREDO, João Batista de Oliveira. Desacordo causou saída, diz Figueiredo. *Folha de S. Paulo*, 19 set.1987, p. A-7.
- 57 YOFFE, Adolf Abramovich. Carta a Leon Trotsky. In DEUTSCHER, Isaac, *O profeta desarmado*, p. 401-402.
- 58 PINTO, José Nêumanne. O Poder como estilo de vida. *O Estado de S. Paulo*, 19 set.1987, p.5.
- 59 PINTO, José Nêumanne. Art. cit.
- 60 SILVA, Golbery do Couto e, *Conjuntura política nacional - o Poder Executivo e Geopolítica do Brasil*, p. 12.
- 61 CHAGAS, Carlos, Golbery, a silenciosa figura do poder, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 26 jul., 1981.
- 62 CHAGAS, Carlos, art. cit.
- 63 ARNS, D. Paulo Evaristo, Para Sarney, general é personagem da História do País, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 set., 1987, p.A-7.
- 64 SKIDMORE, Thomas, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 set., 1987, p.A-7.
- 65 HUNTINGTON, Samuel, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 set., 1987, p.A-7.
- 66 RODRIGUES, José Honório, Tese e prognóstico, *Jornal do Brasil*, Caderno Especial, Rio de Janeiro, 26 abr., 1981, p.1.
- 67 RODRIGUES, José Honório, art. cit. p. cit.
- 68 RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez, Oliveira Vianna e o papel modernizador do Estado Brasileiro, p.185.

- 69 SILVA, Golbery do Couto e, *Conjuntura Política Nacional - O Poder Executivo e Geopolítica do Brasil*, p.28.
- 70 SILVA, Golbery do Couto e. *Ibidem*, p.32.
- 71 RODRIGUEZ, Ricardo Vélez, *Oliveira Vianna e o papel modernizador do Estado Brasileiro*, p.186.
- 72 RODRIGUEZ, Ricardo Vélez, *op. cit.*, p.186.
- 73 RODRIGUEZ, Ricardo Vélez, *op. cit.*, p.187.
- 74 RODRIGUES, José Honório. *Ibidem*.
- 75 RODRIGUES, José Honório. *Ibidem*.
- 76 RODRIGUES, José Honório. *Ibidem*.
- 77 RODRIGUES, José Honório. *Ibidem*.
- 78 RODRIGUES, José Honório. *Ibidem*.
- 79 RODRIGUES, José Honório, *art. cit.*, p.2.
- 80 COSTA, Rubens Vaz da, citado por RODRIGUES, José Honório, in *Tese e prognóstico*, p.2.
- 81 SILVA, Golbery do Couto e. *O planejamento estratégico*, p. 503.
- 82 SILVA, Golbery do Couto e. *Ibidem*, p. 501.
- 83 SILVA, Golbery do Couto e. *Ibidem*, p. 501.
- 84 VIANA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*, v. 2, p. 79.
- 85 SILVA, Golbery do Couto e. *Ibidem*, p. 509.
- 86 SILVA, Golbery do Couto e. *Ibidem*, p. 509.
- 87 SILVA, Golbery do Couto e. *Ibidem*, p. 509.
- 88 SILVA, Golbery do Couto e. *Ibidem*, p. 531.
- 89 SILVA, Golbery do Couto e. *Ibidem*, p. 521.
- 90 SILVA, Golbery do Couto e. *Ibidem*, p. 521.
- 91 SILVA, Golbery do Couto e. *Ibidem*, p. 521.
- 92 SILVA, Golbery do Couto e. *Ibidem*, p.527.
- 93 SILVA, Golbery do Couto e. *Ibidem*, p.527.
- 94 SILVA, Golbery do Couto e. *Ibidem*, p.457
- 95 SILVA, Golbery do Couto e. *Ibidem*, p. 460.
- 96 SILVA, Golbery do Couto e. *Ibidem*, p. 516.
- 97 SILVA, Golbery do Couto e. *Ibidem*, p. 457.
- 98 PINTO, José Nêumanne. *O poder como estilo de vida. O Estado de S. Paulo*, 19 set.1987, p. 5.

A Importância Estratégica do Mar para o Brasil no Século XXI

Luiz Henrique Caroli

Contra-Almirante da Marinha do Brasil, Diretor do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra (ESG) e Assistente da Marinha do Comando da ESG de 2009 até março de 2010. Atualmente é o Comandante da 2ª Divisão da Esquadra.

Resumo

A III Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar, também conhecida como Convenção da Jamaica, definiu normas que permitirão ao Brasil incorporar uma área marítima correspondente a cerca de metade da sua superfície territorial, atualmente denominada como “Amazônia Azul”. O presente trabalho tem o propósito de analisar a influência estratégica desses espaços marítimos para o Brasil, no século XXI, e sua importância no desenvolvimento do País, nas diferentes expressões do Poder Nacional. Outras questões de relevância também são abordadas neste artigo, como os fatores geopolíticos que orientam o uso do mar e o valor econômico de seus recursos naturais, assim como os aspectos psicossociais, científicos e tecnológicos, e ambientais que condicionam a exploração do mar em benefício do País. A seguir, apresentam-se aqui temas que estão sendo debatidos em âmbito nacional, como o estabelecimento dos limites das águas jurisdicionais brasileiras, os antecedentes históricos do Direito Marítimo, as normas da Convenção da Jamaica, o levantamento da margem exterior da plataforma continental brasileira, e as recomendações da Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas. E, para concluir, trata-se dos novos desafios enfrentados pelas Forças Armadas brasileiras, com ênfase nas tarefas da Marinha do Brasil no sentido de aumentar a capacidade de vigilância e defesa dessa área marítima ampliada, destacando-se a necessidade de proteger os recursos naturais existentes.

Palavras-Chaves: Amazônia Azul. Convenção da Jamaica. Direito Marítimo. Poder Marítimo. Poder Naval. Segurança Marítima.

Abstract

The Law of the Sea Convention set standards that will enable Brazil to incorporate a maritime area which corresponds to about half of its continental territory, the currently designated “Blue Amazon”. The purpose of this work is to analyze the strategic importance of those maritime spaces to the Country in the 21st century. The monograph studies the importance of the sea to the development of Brazil in the different fields of the National Power. Geopolitical factors that direct the use of the sea and the economical importance of its natural resources, as well as the psychosocial, scientific and technological, and environmental aspects that create conditions for the exploitation of the sea in behalf of the Country are presented. Next, the work examines the establishment of the limits of the Brazilian jurisdictional waters, introducing the historical background of the Law of the Sea, the rules of the United Nations Convention on the Law of the Sea, the establishment of the outer edge of the Brazilian continental shelf and the recommendations of the United Nations Commission on the Limits of the Continental Shelf. Subsequently, it analyzes the new challenges faced by Brazilian Armed Forces, with emphasis on the tasks of the Brazilian Navy, to increase the capacity of surveillance and defense of that enlarged maritime area. At the end, the main conclusions that demonstrate the strategic importance of the sea to the development of Brazil as well as the need to protect its natural resources are presented.

Keywords: Blue Amazon. Law of the Sea. Law of the Sea Convention. Maritime Security. Naval Power. Sea Power.

Introdução

“... o mar continuará a ser importante para o futuro de nosso mundo e, em particular, para o Brasil, em uma época em que o mar, além do transporte marítimo em escala mundial, provê bens naturais e minerais em quantidade. É até possível dizer que, no futuro, a importância dos mares tende a aumentar, como consequência do crescimento dos recursos que vêm, cada vez mais, colocando à disposição da humanidade.” Professor Dr. Geoffrey Till, 2005.

O Brasil é um país continental. Com seus 8,5 milhões de km², distribuídos por regiões com características físicas diferentes, possui variados tipos de recursos minerais. Seu território apresenta grandes reservas hídricas e diversidade climática, o que o torna um dos maiores produtores agropecuários mundiais.

O seu litoral tem cerca de 8.500 km e uma plataforma continental igualmente rica em recursos biológicos e minerais, cuja contribuição para o desenvolvimento nacional cresce a cada ano. Essa tendência é explicada pelo acelerado avanço tecnológico e pela provável escassez de alguns recursos naturais ao longo deste século.

A III Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar (CNUDM III), também conhecida como Convenção da Jamaica, foi concluída em 1982, em Montego Bay, na Jamaica, com a assinatura de um tratado por 117 Estados. Ela consagrou os conceitos de mar territorial, zona contígua, zona econômica exclusiva e de plataforma continental, além de estabelecer direitos e deveres para os países signatários.

A Convenção definiu normas que possibilitaram ao Brasil exercer jurisdição sobre um espaço marítimo de 3,5 milhões de km² e, ainda, reivindicar a extensão dos limites de sua plataforma continental, além das 200 milhas náuticas, em 900 mil km². Caso tenha seu pleito atendido, a área marítima poderá atingir, aproximadamente, 4,5 milhões de km², o que corresponde a cerca de metade do território nacional e que, hoje, é designada como “Amazônia Azul”¹, por analogia às riquezas e às dimensões da Amazônia. Os recursos naturais existentes nessa área marítima representam um patrimônio das atuais e futuras gerações de brasileiros.

Portanto, a ampliação da extensão das águas jurisdicionais nos leva à reflexão sobre o significado do mar para o País neste século. Os aspectos centrais desta análise dizem respeito ao desenvolvimento proporcionado pelo uso sustentável dos recursos naturais e à defesa do patrimônio a ser incorporado.

Assim, este artigo tem o propósito de analisar a importância estratégica do mar para o Brasil, no século XXI, segundo as características geopolíticas, econômicas, psicossociais, científicas e tecnológicas, e ambientais. A seguir, o estabelecimento dos limites do mar e os aspectos

¹ A marca “Amazônia Azul” está registrada pela Diretoria de Marcas (DIRMA) do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) como evento cultural e político oficial da Marinha do Brasil, de acordo com a Nota Técnica no 032/2008 – INPI/DIRMA, de 14 de agosto de 2008.

militares decorrentes da ampliação dos espaços marítimos sob jurisdição nacional serão examinados e, finalmente, apresentadas as principais conclusões sobre o assunto, enfatizando-se a necessidade de proteger os recursos naturais da cobiça internacional.

A Importância do Mar para o Brasil

Aspectos Geopolíticos

Para estudar a importância do mar para o desenvolvimento do Brasil no século XXI, sob o enfoque geopolítico, foram selecionados os principais conceitos de três teorias com diferentes pontos de vista em relação ao papel desempenhado pelo mar. São elas: a *Teoria do Poder Marítimo*, de autoria do Almirante norteamericano Alfred Thayer Mahan; a *Teoria do Poder Terrestre*, do Professor inglês Sir Halford J. Mackinder; e a *Teoria das Fímbricas*, do Professor holandês, naturalizado norteamericano, Nicholas John Spykman, que utiliza conceitos das duas anteriores.

A Teoria do Poder Marítimo foi descrita pelo Almirante Mahan, em 1890, em seu livro **A Influência do Poder Naval na História**. Desenvolvida a partir do estudo de exemplos históricos de nações como Portugal e Grã-Bretanha, que conseguiram conquistar colônias pelo mundo, construindo impérios, por possuírem uma Marinha de Guerra eficaz, apoiada por bases navais, uma grande Marinha Mercante, estaleiros e eficientes portos no País e no exterior.

Segundo Mahan, esse conjunto, definido como Poder Marítimo, permite que uma nação controle o mar, considerado por ele uma grande planície, e, conseqüentemente, explore as riquezas do mundo em diferentes continentes por meio de um intenso comércio exterior.

As ideias de Mahan, baseadas no princípio de que “quem dominar os mares dominará o mundo”, influenciaram nações como, por exemplo, o Japão. Esses países buscaram desenvolver seus poderes marítimos, o que contribuiu para a ocorrência de alguns dos conflitos armados do século passado, dentre os quais se destacam as duas Guerras Mundiais.

Os Estados Unidos da América (EUA), também influenciados pela teoria do Almirante Mahan, transformaram-se em uma potência mundial, após a II Guerra Mundial. Essa mudança foi possível graças à formação de um poder marítimo inigualável, com a presença de sua

Marinha de Guerra em todos os oceanos, com bases de apoio logístico, e um comércio exterior vigoroso realizado pela sua Marinha Mercante.

A teoria do Poder Terrestre, formulada, em 1904, por Mackinder, contrariou as ideias de Mahan. Apesar de criada por um geógrafo inglês e professor de Oxford, afirmava que o Poder Terrestre substituiria o Marítimo no século XX, diminuindo, por conseguinte, a importância do mar na exploração e expansão territorial das nações no novo século.

Mackinder acreditava que quem dominasse a Europa Oriental controlaria o coração do mundo (*Hearthland*); quem dominasse o coração do mundo controlaria a “ilha do mundo” (a grande massa terrestre formada pela Europa, Ásia e África), e, finalmente, quem controlasse a “ilha mundial” dominaria o mundo (MAFRA, 2008, p.44).

A Alemanha adotou os conceitos da teoria de Mackinder, durante a II Guerra Mundial, influenciada pelos estudos do Instituto de Geopolítica da Universidade de Munique, do General Haushofer, o que explica o ataque de Hitler à União Soviética (URSS), que tinha como objetivo conquistar a Europa Oriental e, depois, a *Heartland*.

Após o fim da II Guerra, a antiga URSS, na condição de potência terrestre, incorporou a Geopolítica de Mackinder. De sua localização no centro da Eurásia, passou a disputar com os EUA, expandindo sua área de influência em direção aos mares.

Assim sendo, ao final da guerra, o sistema internacional havia assumido um perfil bipolar, baseado no confronto ideológico entre uma potência marítima – os EUA – e uma terrestre – a URSS. Em termos geopolíticos, essa disputa representava o choque das duas teorias, a de Mahan contra a de Mackinder.

Para se contrapor à Teoria de Mackinder, o professor Spykman defendia a tese de que a expansão de um país que dominasse o *Heartland* somente poderia ser evitada com a ocupação das bordas (ou fímbrias) da “Ilha do Mundo”, que ele chamou de *Rimland* (MAFRA, 2008). Segundo essa teoria, quem controlar o *Rimland* dominará a Eurásia e quem dominar a Eurásia controlará o mundo.

Nesse contexto, os EUA decidiram impedir a expansão soviética, adotando os princípios geopolíticos da Teoria das Fímbrias, elaborada, em 1942, por Spykman.

Esses conceitos foram complementados, em 1947, pelo americano George F. Kennan, por meio da *Teoria da Contenção*. Assim, os países ocidentais, liderados pelos EUA, procuraram ocupar as fímbrias para

impedir a expansão comunista, por meio de acordos e tratados, como, por exemplo, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a Organização do Tratado do Sudeste da Ásia (OTASE). A Guerra do Vietnã, por exemplo, é uma das consequências da aplicação dessa tese.

Além das teorias comentadas, existem outras elaboradas do estudo de cenários prospectivos, que procuram orientar as políticas e ações estratégicas das nações. Elas visam a manter a supremacia das grandes potências ou, ainda, a buscar o desenvolvimento e segurança dos demais países.

No entanto, as três aqui apresentadas são as que melhor se prestam para entender a importância do mar sob o enfoque geopolítico. A análise delas mostra que o mar era visto apenas como uma via de acesso para o comércio exterior, ou “uma planície aberta”, como definiu Mahan, enquanto a terra representava um obstáculo. Sua relevância decorria do fato de permitir as trocas comerciais entre nações e a exploração de mercados e riquezas de terras distantes.

Não obstante, os avanços científicos e tecnológicos possibilitaram o domínio pelo homem, no século XXI, de novos espaços geográficos e virtuais. As tecnologias da informação e de comunicações permitiram a formação de redes e a troca de mensagens instantaneamente com reflexos em todas as expressões do poder nacional. De forma semelhante, o emprego de aviões, mísseis e satélites no espaço aéreo e no sideral comprometeu a soberania do Estado-Nação (MATTOS, 2007).

No que tange aos espaços marítimos, a exploração de recursos naturais da plataforma continental e da massa líquida conferem ao mar um papel diferente do atribuído pelas teorias geopolíticas comentadas. Ele não pode mais ser visto, apenas, como uma via de acesso para o comércio exterior. Os seus recursos representam riquezas importantes para o País, que precisam ser protegidas, da mesma forma que as continentais. Para tal, a presença do Estado nas águas jurisdicionais deve ser intensificada.

Portanto, no século XXI, essas novas dimensões geográficas e virtuais precisam ser consideradas e reavaliadas pela Geopolítica para que se compreenda a real influência desses fatores sobre a Política do Estado.

Mas, para que se possa entender a evolução do pensamento geopolítico brasileiro e o papel desempenhado pelo mar segundo seus autores, é preciso efetuar uma breve síntese histórica. Os primeiros

estudos da Geopolítica no Brasil remontam à década de 1920. Desde então, alguns pesquisadores passaram a defender projetos para elevar o País à condição de potência regional.

Essas obras sugeriam, dentre outras propostas, a adoção de outras diretrizes para o transporte, a ocupação das fronteiras continentais e o desenvolvimento socioeconômico de todo o território nacional. Por sua vez, a escassez demográfica, a concentração da população no litoral e os desequilíbrios regionais levaram a maioria desses estudiosos a defender a necessidade de uma interiorização, a fim de integrar todas as regiões do Brasil. Nesses projetos, a consciência da importância do desenvolvimento e da defesa da região amazônica vem adquirindo uma crescente prioridade com o passar dos anos (MATTOS, 2007). Deste modo, observa-se que a maior parte dos geopolíticos brasileiros atribui prioridade para a conquista do interior em detrimento dos assuntos marítimos.

Ainda assim, a presença estratégica brasileira no Atlântico Sul foi defendida por autores como Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e, especialmente, pela professora Therezinha de Castro.

Na realidade, apesar da importância atribuída ao Atlântico Sul e da existência de ações governamentais para o setor, o Poder Marítimo precisa estar capacitado para atender às necessidades nacionais, pois apenas 3% do comércio exterior do País são transportados por navios de bandeira brasileira (MOURA NETO, 2008).

Cabe ressaltar que os interesses nacionais no Atlântico Sul são crescentes. É lá que o País está fixando sua última fronteira e onde, em consequência, passará a exercer direitos e deveres sobre uma área marítima ampliada, equivalente à metade do território continental. Além disso, os eixos de projeção da política externa do Brasil desenvolvem-se nesses espaços marítimos, com um comércio exterior que cresce anualmente.

A exploração de petróleo e gás da plataforma continental ganhou uma nova dimensão após as recentes descobertas dos campos de Tupi e Júpiter, na Bacia de Santos. Esses campos transformarão o Brasil em exportador desses recursos energéticos, aumentando a importância estratégica do Atlântico Sul para o País.

Estima-se que a província geológica, que se estende de Santa Catarina ao Espírito Santo, possua reservas, na camada de pré-sal, superiores a 50 bilhões de barris de petróleo leve e gás natural. Se essas

previsões se confirmarem, o Brasil estará entre os 10 maiores produtores mundiais de hidrocarbonetos, o que elevará a importância geopolítica do Atlântico Sul no contexto mundial.

Como consequência dessas descobertas, os EUA, seguindo sua estratégia de manter presença militar nas principais áreas produtoras de petróleo do mundo, reativou a sua 4ª Esquadra, em 1º de julho de 2008 (PEREIRA, 2008a).

Segundo análises geopolíticas norte-americanas, publicadas no site *Strategic Forecasting, Inc*², as descobertas dessas reservas em águas nacionais e o aumento da presença e influência do Poder Naval brasileiro no Atlântico Sul levaram os EUA a reativar a 4ª Esquadra. Ela terá como responsabilidade as operações navais nas Américas Central e do Sul e no Caribe, com o propósito de manter a segurança marítima da área, que passará a possuir uma maior relevância geopolítica.

Desse modo, observa-se uma mudança de postura dos EUA em relação ao Atlântico Sul, com a possível intenção de conter a influência brasileira na região. A presença da Marinha Norte-Americana (USN) pode ser vista sob o enfoque cooperativo. Contudo, independente da possibilidade de ocorrerem disputas e questionamentos a respeito da soberania brasileira sobre esses recursos energéticos, a Marinha do Brasil precisa ser capaz de controlar as águas jurisdicionais, a fim de defender o patrimônio nacional e contribuir para a dissuasão estratégica.

Os recursos naturais da plataforma continental constituem um patrimônio das atuais e futuras gerações de brasileiros e precisam ser preservados da cobiça internacional, bem como as linhas de comunicação marítimas, vitais para a economia nacional. Por esse motivo, os governantes devem estabelecer políticas e ações estratégicas que capacitem o Poder Marítimo para melhor cumprir suas tarefas no mar.

Portanto, em face dos comentários apresentados, é possível concluir que o mar tem uma grande importância geopolítica para o Brasil. Da mesma forma, pode-se afirmar que os recursos existentes nas áreas marítimas podem levar a antagonismos em um futuro breve. Logo, o Poder Naval deve estar preparado para garantir os interesses nacionais.

² www.stratfor.com.

Aspectos Econômicos

A importância do mar para a economia brasileira remonta à época do descobrimento. O transporte de mercadorias e de pessoas era integralmente realizado por via marítima, assim como o escoamento da produção da colônia e a interligação entre os povoados localizados no litoral.

Atualmente, 95% de todo o comércio exterior brasileiro fluem por via marítima, o que representou, em 2007, cerca de 230 bilhões de dólares, somadas as exportações e as importações (MOURA NETO, 2008). Esses números comprovam a relevância do transporte marítimo para o País. No futuro, esses valores tendem a crescer se considerarmos o processo de globalização que aumenta, cada vez mais, o intercâmbio comercial entre as nações.

O valor pago pelo frete marítimo dessas cargas é da ordem de 7,5 bilhões de dólares/ano, que são recebidos, quase que integralmente, por empresas estrangeiras. Desse total, apenas 3% é transportado por navios de bandeira brasileira, o que se explica pela redução da Marinha Mercante nacional, ocorrida na década de 90. Essa dependência de navios estrangeiros, além de aumentar o déficit na conta corrente do balanço de pagamentos do Brasil com o exterior, afeta a competitividade de nossas mercadorias (MOURA NETO, 2008).

Por isso, a recuperação do setor naval é condição essencial para o desenvolvimento socioeconômico nacional. O crescimento da Marinha Mercante e dos estaleiros de construção e reparos navais, associado à modernização da infraestrutura dos portos e à formação dos recursos humanos necessários, contribuirá para o aumento das exportações e para a conquista de novos mercados, na medida em que reduzirá o preço dos fretes marítimos e os custos portuários, tornando os produtos brasileiros mais competitivos.

A pesca na plataforma continental é, basicamente, artesanal e sua produção encontra-se no limite de esgotamento da maioria dos estoques, sem possibilidade de expansão das capturas. O que explica as pequenas quantidades existentes é a baixa concentração de nutrientes ocasionada pela salinidade e temperatura elevadas de nossas águas. A manutenção dessa atividade só será possível com o aprimoramento do ordenamento jurídico e da fiscalização, a fim de assegurar a sua sustentabilidade (SERAFIM, 2006b).

Não obstante, no que tange à pesca oceânica, de atuns e espécies afins, a situação é bem diferente, já que esta é a principal alternativa para o crescimento do setor pesqueiro nacional. A participação brasileira é muito reduzida, uma vez que representa apenas cerca de 10% do total de captura dessas espécies no Atlântico. A adoção de políticas que possibilitem a qualificação de mão de obra especializada e o financiamento de embarcações adequadas, dentre outras, poderão elevar a produção nacional (SERAFIM, 2006b).

Por sua vez, a aquicultura vem apresentando um crescimento acentuado nos últimos anos. Ainda assim, a produção nacional é inexpressiva, girando em torno de duzentos e oitenta e cinco mil (285.000) toneladas/ano, o que representa menos de 1% do cenário mundial. Desse modo, considerando-se o potencial do Brasil para o cultivo aquícola, acredita-se que este segmento poderá, no futuro, contribuir significativamente para o aumento da produção nacional de pescados (SERAFIM, 2006b).

A exploração de petróleo e gás natural no mar foi viabilizada economicamente, nas últimas décadas, pelas crises mundiais de 1973 e 1979, que elevaram o preço dos combustíveis. O Brasil, aproveitando essas oportunidades, desenvolveu tecnologia pioneira para a extração de hidrocarbonetos de grandes profundidades. Hoje, essas reservas petrolíferas representam uma das principais riquezas naturais do País.

A prospecção em águas profundas, de campos localizados até a distância de 140 milhas náuticas (255 km) de terra, possibilitou que o Brasil atingisse o limiar da autossuficiência de petróleo. Do total da produção nacional, em 2007, 89% do óleo e 78,6% do gás são extraídos do mar, o que significa algo na ordem de 1,75 milhões de barris por dia de óleo e 49,7 milhões de m³/dia de gás natural (LIMA, 2008).

As recentes descobertas no mar dos campos de Tupi e Júpiter, na Bacia de Santos, em 2007, seriam suficientes para tornar o País um dos principais produtores mundiais de petróleo e gás. Entretanto, no primeiro semestre de 2008, novos megacampos, como os de Carioca, Bem-te-vi e Guará, foram descobertos, adjacentes aos anteriores.

Essas descobertas levaram à conclusão de que existe uma província geológica, que se estende de Santa Catarina ao Espírito Santo, com reservas, na camada de pré-sal, superiores a 50 bilhões de barris de petróleo leve e gás natural. Para efeito de comparação, a Arábia Saudita, que é o maior produtor de petróleo, possui reservas estimadas

em 264,2 bilhões de barris, que representam cerca de 25% das reservas mundiais conhecidas. Logo, se essas previsões se confirmarem, o Brasil estará, em um futuro breve, entre os 10 maiores produtores mundiais de hidrocarbonetos, quase que integralmente extraídos no mar (PEREIRA, 2008a).

Mas, para que essas reservas sejam exploradas, será preciso desenvolver novas tecnologias e a extração ser economicamente viável, uma vez que o óleo se encontra em profundidades superiores a 5.000 metros. As estimativas iniciais davam conta da necessidade de cerca de 10 anos para explorar o petróleo da camada de pré-sal. Porém, devido a uma série de fatores geopolíticos e econômicos, o preço do barril de petróleo no mercado internacional sofreu sucessivos aumentos, atingindo valores em torno de US\$140.00, em junho de 2008.

Assim, a Petrobras, com a colaboração de institutos de pesquisa brasileiros, desenvolveu as tecnologias exigidas e iniciou os testes de extração de petróleo da camada de pré-sal no campo de Jubarte, no litoral do Espírito Santo, em 1º de setembro de 2008. No entanto, o início da produção dependerá da viabilidade econômica da exploração.

Como consequência da elevada quantidade de investimentos para a exploração e do lucro esperado, iniciou-se o debate envolvendo diversas questões, como: a revisão da Lei nº. 9.478, de 1997, que quebrou o monopólio estatal para a exploração de petróleo; a formação de uma nova empresa de capital 100% estatal para explorar o pré-sal; a distribuição de *royalties*; e a criação de fundos soberanos para aplicação das reservas financeiras (PEREIRA, 2008a). Portanto, a exploração de petróleo no mar não é uma perspectiva para o futuro. Ela é uma realidade que, além de atender às necessidades energéticas e da petroquímica, produzirá riqueza para o Brasil.

Dentre os recursos minerais existentes na plataforma continental brasileira, foram constatadas ocorrências de nódulos polimetálicos e de crostas de ferro-manganês em águas relativamente rasas do platô marginal de Pernambuco. A composição desses nódulos é variável, mas eles são fontes de manganês, ferro, níquel, cobre e cobalto (Plano Setorial para os Recursos do Mar – PSRM).

Jazidas de carvão mineral foram localizadas no sul da margem continental, na costa dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, onde camadas com espessura de cerca de nove metros foram identificadas em profundidades entre 700 e 800 metros (PSRM).

Ainda assim, de uma maneira geral, os minerais existentes na margem continental brasileira são pouco estudados e explorados. No entanto, eles representam importantes reservas naturais, que poderão ser exploradas ao longo do século XXI, que será caracterizado pela escassez de alguns dessas riquezas.

Aspectos Psicossociais

O Brasil é, inquestionavelmente, um país de vocação marítima. O mar é vital para sua economia. A análise de seus antecedentes históricos e de suas características geográficas e sociais confirma esta afirmativa. Por isso, pode-se concluir que é de grande importância estratégica para o povo brasileiro, tanto agora como no futuro.

Não obstante, apesar dessa vocação, não existe na sociedade e, principalmente, nas elites nacionais uma mentalidade marítima³ desenvolvida. Uma pesquisa realizada, em 1997, pela Comissão Nacional Independente sobre os Mares mostrou que a maioria das pessoas vê o mar como fonte de alimentos e de lazer, desconhecendo a importância de atividades como o transporte e a exploração de petróleo e gás da plataforma continental (Serafim, 2006b, p.29).

Um indicador, que demonstra a falta de mentalidade marítima no povo, é o pequeno número de livros escritos sobre o tema. Em consulta realizada ao sítio da Fundação Biblioteca Nacional⁴, em 25 de julho de 2008, no Catálogo Corrente (Catálogo / Acervo Geral de Livros), que reúne as obras incorporadas a partir de 1982, usando a palavra “mar” para busca, constatou-se que de um total de 467.345 livros somente 1.439 tratam do assunto, o que representa apenas 0,3%.

Logo, a população brasileira vive no litoral⁵, mas “de costas para o mar”, o que talvez se explique pela dificuldade histórica, ainda hoje presente, de se conquistar e integrar o interior, especialmente a região amazônica. Esse motivo, como se sabe, foi um dos fatores que levou o Brasil a transferir sua capital para o planalto central na década de 1960.

Para que se explorem todas as potencialidades do mar, é preciso que a sociedade compreenda a sua importância. Existem exemplos de

³ Mentalidade marítima pode ser definida como a crença “na importância do mar para a grandeza e a riqueza do Brasil” (VIDIGAL, 2006).

⁴ www.bn.br.

⁵ 80% da população brasileira vivem a menos de 200 km do litoral. (JORGE, 2008).

países, como a Inglaterra e Portugal, que dominaram impérios graças aos seus poderes marítimos, construídos como resultado da mentalidade marítima de seus povos ou, pelo menos, de suas elites.

A inexistência dessa conscientização por parte das elites brasileiras pode ser sentida pela baixa prioridade das políticas e das ações estratégicas direcionadas para as atividades do setor, observada em diversos períodos da história do Brasil, principalmente na fase republicana. A falta de uma Marinha Mercante compatível com as necessidades do País é o melhor exemplo dessa situação.

Aspectos Científico-Tecnológicos

No Brasil, existem diversos planos e programas criados com o propósito de conhecer e explorar os recursos e capacidades do mar. No âmbito do Governo Federal, esses programas são coordenados pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) que conta com a participação de 15 representantes de Ministérios e outras instituições, coordenados pelo Comandante da Marinha, que, por lei, é a “Autoridade Marítima” nacional.

O Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), que está em sua sexta versão, tem a finalidade de conhecer e avaliar as potencialidades do mar e monitorar os recursos vivos e não-vivos e os fenômenos oceanográficos e climatológicos das áreas marítimas de interesse nacional.

O PSRM desdobra-se em diversos programas e ações, dos quais se destacam os seguintes: Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE); Programa-Piloto para o Sistema Global de Observação dos Oceanos (GOOS/BRASIL), que realiza o monitoramento oceanográfico e climatológico no Atlântico Sul e Tropical; Avaliação do Potencial Sustentável e Monitoramento dos Recursos Vivos Marinhos (REVIMAR); e Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Jurídica Brasileira (REMLAC).

Existem, ainda, outros programas e planos que realizam pesquisas científicas na área de aquicultura e pesca, na Antártica, na Ilha da Trindade, e no Arquipélago de São Pedro e São Paulo. Cabe ressaltar que essas ações contam com a participação da comunidade científica, setor empresarial, setores da sociedade civil e órgãos governamentais.

As pesquisas científicas e tecnológicas ligadas ao mar não são desenvolvidas apenas na Marinha do Brasil (MB). Existem no País,

segundo a obra **Amazônia Azul**, 56 instituições públicas e privadas que se dedicam à pesquisa e à formação de recursos humanos, com cursos de graduação e de pós-graduação oferecidos por universidades de nove estados brasileiros. Estes dados demonstram a importância do assunto para a comunidade acadêmica (VIDIGAL, 2006).

O estímulo financeiro ao desenvolvimento científico e tecnológico provém de fundos e programas federais, estaduais e de fundações de amparo à pesquisa. Algumas agências possuem verbas para financiar essas pesquisas como, por exemplo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Financiadora de Estudos e Projetos, ambas subordinadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Por conseguinte, é possível afirmar que existem instrumentos científicos e tecnológicos que possibilitam o uso sustentável dos recursos do mar, com o propósito de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico nacional, bastando, para tanto, que esses programas recebam a devida prioridade do Governo Federal.

Aspectos Ambientais

Estima-se que 80% da poluição marinha são de origem terrestre ou pelo homem. As causas são os efluentes industriais, agrotóxicos, lixo e esgotos domésticos. Um dos efluentes mais comuns é o petróleo, que pode ser decorrente da exploração *offshore*, do vazamento ou derramamento de navios, ou lançado nos rios (VIDIGAL, 2006).

No caso específico dos oceanos, considerando a continuidade dos espaços e as correntes marinhas, a capacidade de degradação do meio ambiente pode ser consequência da ação de outro país. É o que ocorre, por exemplo, no caso de poluição causada por derramamento de óleo ou por águas de lastro de navios. Com a finalidade de solucionar esses problemas, existem vários acordos internacionais, entre estes, a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios (MARPOL 73/78).

Além da poluição, existem outras questões ambientais que preocupam os especialistas, como a extinção de espécies marinhas devido à pesca predatória; o aumento do nível dos oceanos que ameaça zonas costeiras; e a elevação da temperatura das águas dos oceanos, responsável pelo desaparecimento de várias espécies de corais (VIDIGAL, 2006).

Os Estados, segundo a Convenção da Jamaica, têm o dever de proteger e preservar o meio ambiente marinho, criando leis e regulamentos que previnam a poluição de suas águas jurisdicionais e fiscalizando o cumprimento dessas normas.

Todavia, eles têm o direito de explorar e aproveitar as riquezas naturais existentes no solo, subsolo e na massa líquida da plataforma continental. Mas, como, normalmente, a extração de recursos do mar é uma atividade potencialmente perigosa no que diz respeito à poluição ou à extinção de espécies, em algumas situações ocorrem pressões de organizações não-governamentais ou de ambientalistas no sentido de impedir essa exploração, o que é prejudicial ao País. De modo que o Governo Federal precisa fiscalizar com rigor o cumprimento da legislação nas atividades ligadas ao mar, para que sejam observados os conceitos de preservação do ambiente marinho e de desenvolvimento sustentável.

Os Limites do Mar Brasileiro

O uso do mar, com propósitos econômicos ou políticos, foi fundamental para o desenvolvimento das nações ao longo da história e o comércio marítimo responsável pela prosperidade de muitos povos. Como consequência, a disputa pelo domínio marítimo para garantir essas atividades teve início com o surgimento dos primeiros Estados organizados.

O Direito Marítimo

A primeira tentativa de domínio do mar data da Idade Antiga, quando o Império Romano, após conquistar as terras situadas nas duas margens do Mediterrâneo, declarou-o como o *Mare Nostrum*, com o respaldo de seu poder militar. Na época das grandes navegações, a história registra outros casos como o da cidade-estado de Veneza sobre o Adriático, e o da Inglaterra sobre o mar do Norte. O Tratado de Tordesilhas é outro exemplo de controle do Atlântico Sul por Portugal.

No início do século XVII, Inglaterra e Holanda haviam se transformado nas duas principais potências marítimas, sendo que a primeira defendia o conceito de domínio, enquanto a segunda sustentava a liberdade dos mares. Nesse contexto, o jurista holandês Hugo Grotius publicou, em 1609, a obra *Mare Liberum*. Posteriormente, o inglês Jonh

Selden rebateu a teoria de Grotius ao afirmar, na obra *Mare Clausum*, que o mar era suscetível de domínio sem, contudo, afetar a liberdade coletiva de navegação (MARTINS, 2008).

As negociações diplomáticas sobre o assunto levaram ao reconhecimento internacional do princípio da liberdade da navegação marítima, ao final do século XIX. Por outro lado, os Estados começaram a manifestar interesse em incorporar áreas marítimas aos seus territórios⁶, sendo consagrado o tradicional método do tiro de canhão, que equivalia aproximadamente a três milhas náuticas (MN)⁷.

No Brasil, o Decreto nº 9.672, de 1912, instituiu uma zona de pesca de cinco milhas. Posteriormente, o Decreto nº 5.798, de 1940, restabeleceu as três milhas (MARTINS, 2008).

Em 1930, foi realizada a Conferência de Haia da Liga das Nações, com a participação de 33 Estados, que não conseguiu resultar numa convenção sobre o mar territorial.

Em 1945, o Presidente Harry Truman proclamou a soberania dos EUA sobre os recursos existentes em sua plataforma continental até a profundidade de 200 metros, apesar de manter o mar territorial de três milhas. Os EUA entendiam que a plataforma continental era um prolongamento do território do Estado ribeirinho. Esse ato unilateral representou segundo Martins, “um marco efetivo do despertar das nações para o potencial econômico dos mares”.

A iniciativa no sentido de unificar a norma da liberdade dos mares ocorreu em Genebra, em 1958, durante a I Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM I), com a presença de 86 Estados. Ela era composta por quatro convenções que tratavam do assunto e, também, das questões referentes ao mar territorial, zona contígua, plataforma continental, alto-mar, pesca e conservação dos seus recursos biológicos. Porém, a CNUDM I não obteve êxito, uma vez que a maioria dos países, incluindo o Brasil, não a ratificou.

Dois anos após a primeira, em 1960, foi realizada, em Genebra, a II Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM II), com a presença de 88 Estados. Como a anterior, esta conferência não apresentou nenhum resultado no sentido de unificar as normas internacionais do direito do mar.

⁶ No Brasil colônia, o Alvará de 24 de maio de 1805 fixou a largura do mar territorial como o espaço marítimo alcançado pelo tiro de canhão situado na costa (MARTINS, 2008).

⁷ Uma milha náutica ou marítima, neste trabalho designada “milha”, é igual a 1.852 metros.

No Brasil, o Decreto-Lei nº44, de 1966, aumentou o mar territorial para seis milhas e criou uma zona contígua de mais seis milhas. Posteriormente, o Decreto-Lei nº. 553, de 1969, ampliou o mar territorial para doze milhas, absorvendo a zona contígua (MARTINS, 2008). Em 1970, o País estendeu esse limite até 200 milhas, pelo Decreto-Lei nº 1.968/70.

A Convenção da Jamaica

A necessidade de regulamentação do direito do mar levou a ONU a realizar, em 1973, a CNUDM III, que contou com a participação de 166 Estados. Essa conferência foi concluída em 1982, em Montego Bay, na Jamaica, com a assinatura de um tratado por 117 países.

Conhecida como *Convenção da Jamaica*, a CNUDM III entrou em vigor em 16 de novembro de 1994, com a ratificação do sexagésimo Estado, e consagrou a noção de *res communis*, que considera os espaços marítimos comuns à humanidade, em contraposição a de *res nullius* (coisa de ninguém). Ela, ainda, sistematizou o direito do mar, instituindo os conceitos de mar territorial, zona contígua, zona econômica exclusiva, plataforma continental e alto-mar, assim como estabeleceu direitos e deveres dos países signatários (MARTINS, 2008).

A CNUDM III, além de definir os espaços marítimos, incorporou conceitos baseados nos costumes internacionais e apresentou inovações em diversas áreas como o direito de navegação, a investigação científica marinha, o desenvolvimento e a transferência de tecnologia marinha, o direito de exploração de recursos, e a proteção e a preservação do ambiente marinho (MARTINS, 2008).

O mar territorial foi estabelecido como a faixa que se estende desde a linha de base⁸ até a distância que não pode exceder a doze milhas.

A zona contígua é uma segunda faixa de até doze milhas além do limite do mar territorial, ou 24 milhas das linhas de base. O Estado costeiro não exerce soberania nesta área. Ele tem o direito de fiscalização em assuntos aduaneiros, fiscais, sanitários e de imigração, bem como para reprimir infrações às leis e aos regulamentos que possam ocorrer no seu território e no seu mar territorial.

⁸ Linha de base é a linha de baixa-mar, ao longo da costa.

A zona econômica exclusiva (ZEE) é definida como uma faixa adjacente ao mar territorial, cuja extensão máxima é de 188 milhas a contar de seu limite exterior ou 200 milhas a partir da linha de base. Nela, o Estado costeiro tem direitos de soberania para fins de exploração, aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais vivos e não-vivos, do leito, do subsolo e das águas sobrejacentes.

O conceito de ZEE, uma das principais inovações da Convenção da Jamaica, representa uma zona de soberania limitada do Estado costeiro. Ela foi instituída para conciliar os interesses dos países em desenvolvimento, que pleiteavam maiores larguras de mar territorial, com o desejo dos países desenvolvidos de proteger a liberdade dos mares (MARTINS, 2008).

A plataforma continental, segundo o artigo 76 da Convenção, compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que vão além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até o bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de 200 milhas das linhas de base, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância. A delimitação do bordo exterior da margem continental deve ser realizada, pelo Estado costeiro, segundo critérios técnicos, e poderá alcançar de 200 a 350 milhas.

O alto-mar é definido como o espaço marítimo não incluído na zona econômica exclusiva, no mar territorial, e nas águas interiores ou arquipelágicas de um Estado. Ele pertence à comunidade internacional onde nenhum Estado exercerá jurisdição.

A Área é o leito do mar e o seu subsolo, na região dos fundos marinhos, além dos limites de jurisdição nacional. A Convenção estabeleceu regimes jurídicos diferentes para o alto-mar e para a Área. Enquanto para o primeiro prevalece a liberdade dos mares, a Área é considerada patrimônio comum da humanidade. Portanto, os Estados só poderão explorar os seus recursos mediante autorização.

A Convenção criou três órgãos para organizar e controlar as normas estabelecidas: a Comissão de Limites da Plataforma Continental; a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos; e o Tribunal Internacional do Direito do Mar.

A CNUDM III foi assinada pelo Brasil em 10 de dezembro de 1982, ratificada em 22 de dezembro de 1988, e promulgada pelo Decreto nº 1.530, de 1995. Os limites das zonas marítimas e o exercício da soberania brasileira são regulamentados pela Lei nº 8.617, de 1993.

O prazo original para que o Estado costeiro apresentasse à CLPC os estudos de levantamento do limite exterior de sua plataforma continental, segundo o artigo 4º do anexo II da Convenção, era de 10 anos após a ratificação da convenção pelo País. Mas esse prazo foi prorrogado para 15 anos.

Por ocasião da entrada em vigor da Convenção, em 16 de novembro de 1994, ela não havia sido ratificada por importantes países como: Canadá, EUA, França, Holanda, Itália, Japão, Noruega, Reino Unido, Rússia e Suécia. O motivo alegado era que as normas para a exploração dos recursos da Área⁹ não atendiam aos interesses desses Estados (VIDIGAL, 2006).

Posteriormente, em julho de 1996, entrou em vigor um Acordo de Implementação da Parte XI que permitiu que todos esses países, à exceção dos EUA, ratificassem a Convenção. Entretanto, os EUA seguem todas as normas estabelecidas pela Convenção e existem setores favoráveis à sua ratificação (VIDIGAL, 2006).

O Levantamento da Plataforma Continental Brasileira

Segundo o artigo 76 da CNUDM III, cabe ao Estado costeiro estabelecer o limite exterior da plataforma continental, quando ultrapassar as 200 milhas das linhas de base. No caso brasileiro, esse trabalho teve início em 1986, por iniciativa da CIRM e da MB, por meio do Plano de Levantamento da Plataforma Continental (LEPLAC). O projeto contou com a participação de especialistas da Marinha, da Petrobras e da comunidade científica, e foi realizado ao longo de 18 anos (1986 - 2004).

Os critérios definidos no parágrafo 4 do artigo 76 da Convenção, para estabelecer a margem exterior da plataforma continental, a serem utilizados pelo Estado, são os seguintes:

⁹ Essas normas estão definidas na Parte XI da Convenção da Jamaica.

- uma linha traçada com referência aos pontos fixos mais exteriores em cada um dos quais a espessura das rochas sedimentares seja pelo menos 1% da distância mais curta entre esse ponto e o pé do talude continental¹⁰;

- ou uma linha traçada com referência a pontos fixos a não mais de 60 milhas a partir do pé do talude continental.

A Convenção estabelece, ainda, dois critérios restritivos que, alternativamente, limitam a margem exterior da plataforma. Os pontos não podem exceder 350 milhas contadas das linhas de base, ou a distância de 100 milhas da isóbata de 2500m. Os levantamentos mostraram que, no caso do Brasil, o critério mais vantajoso foi usar a distância de 350 milhas das linhas de base.

Assim, era preciso determinar o pé do talude para se saber qual dos critérios seria mais vantajoso para definir o limite exterior da plataforma continental. Com esse propósito, o LEPLAC adotou as seguintes ações:

- a) determinar as linhas de base ao longo de todo o litoral;
- b) determinar o pé do talude continental e a isóbata¹¹ de 2500m ao longo da margem continental, por meio de batimetria¹²;
- c) realizar pesquisas geofísicas (sísmicas multicanal, gravimétricas e magnetométricas), a fim de determinar a espessura das rochas sedimentares e a respectiva distância ao pé do talude;
- d) processar e interpretar os dados batimétricos e geofísicos coletados; e
- e) elaborar as cartas náuticas e relatórios científicos e técnicos (TORRES, 2007).

O levantamento dos dados geofísicos foi realizado por quatro navios da MB¹³, no período compreendido entre 18 de julho de 1987 e 08 de novembro de 1996. Ao final dos trabalhos foram coletados 86.707 km de batimetria, 46.366 km de sísmica de reflexão multicanal, 97.237 km de gravimetria e 93.604 km de magnetometria. (TORRES, 2005).

Os resultados alcançados pelo LEPLAC foram apresentados em forma de cartas, duas das quais reproduzidas nas figuras 1 e 2 (TORRES, 2005).

¹⁰ Talude é a inclinação lateral da plataforma continental. Segundo a Convenção, o pé do talude é o ponto de variação máxima do gradiente na base da plataforma continental.

¹¹ Nas cartas hidrográficas, linha imaginária que une todos os pontos de igual profundidade no relevo submarino.

¹² Ciência do mensuramento da profundidade das massas de água (oceanos, mares, lagos etc.) para determinação da topografia do seu leito.

¹³ Navio Oceanográfico Almirante Câmara, Navio Oceanográfico Almirante Álvaro Alberto, Navio Oceanográfico Antares e Navio Hidrográfico Sirius.

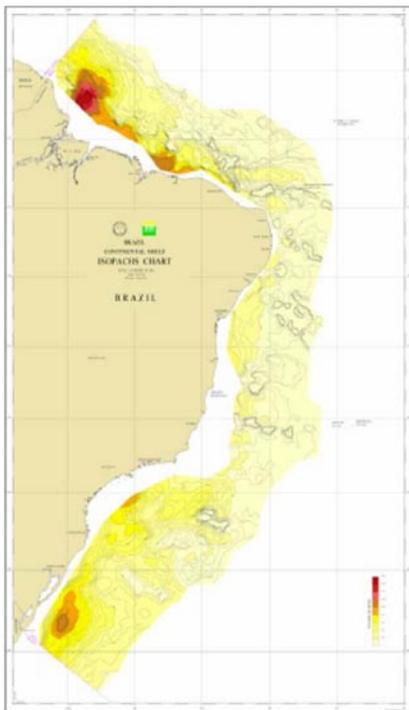


Fig. 1 – Mapa de isóbatas (linhas de mesma espessura de sedimentos). Os dois extremos da margem continental brasileira apresentam as maiores espessuras de sedimentos em virtude da ação do cone do Amazonas e do cone do Rio Grande. Fonte: TORRES (2005).

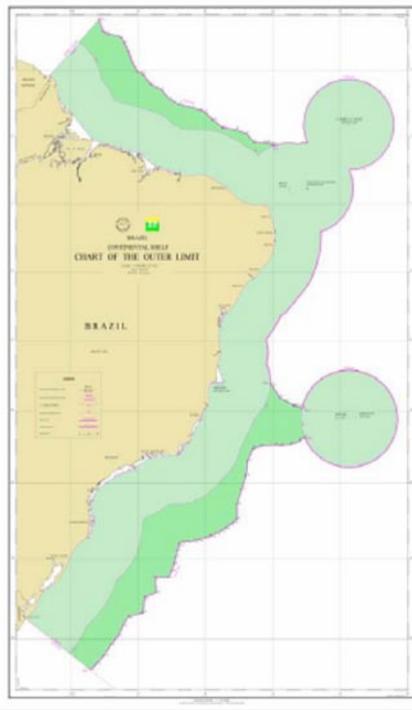


Fig. 2 – Mapa do limite exterior da plataforma continental brasileira. Em verde claro, a ZEE e, em verde escuro, a plataforma continental além da ZEE. Fonte: TORRES (2005).

Pode-se observar, na figura 2, a existência de uma significativa sedimentação nas seguintes regiões: na cadeia norte brasileira (foz do Amazonas); na cadeia Vitória-Trindade; no platô de São Paulo; e no cone do Rio Grande. Isso possibilitou ao Brasil reivindicar uma área marítima de 911.847 km² que, somada aos 3.539.919 km² de sua ZEE, perfazem uma área total de 4.451.766 km².

Cabe, ainda, destacar que a ocupação das ilhas e rochedos localizados na plataforma continental¹⁴ vai proporcionar ao Brasil a incorporação de uma grande área marítima correspondente à ZEE dessas ilhas.

Após a conclusão dos trabalhos, a proposta brasileira foi entregue à ONU em 17 de maio de 2004 e apresentada aos 21 membros da Comissão de Limites da Plataforma Continental em 31 de agosto de 2004.

¹⁴ Arquipélago de São Pedro e São Paulo; Arquipélago de Fernando de Noronha; e Ilha da Trindade.

As Recomendações da Comissão de Limites da Plataforma Continental

A proposta brasileira foi apreciada por uma subcomissão¹⁵ por cerca de três anos. Em abril de 2007, ela finalizou suas recomendações que foram aprovadas pelo plenário da CLPC.

A análise das recomendações da CLPC está sendo realizada por um Grupo de Trabalho (GT) do LEPLAC e abrangem quatro áreas: cone do Amazonas; cadeia norte brasileira; cadeia Vitória-Trindade; platô de São Paulo e margem sul. A figura 3 mostra as regiões citadas nas recomendações. Elas totalizam quase 200.000 km², o que representam aproximadamente 20% da área reivindicada pelo Brasil na plataforma continental além das 200 milhas. Para efeito de comparação, atualmente, o total aproximado de toda a área marítima de exploração e produção, sob concessão da Petrobras, é da ordem de 150.000 km² (FONSECA, 2008).

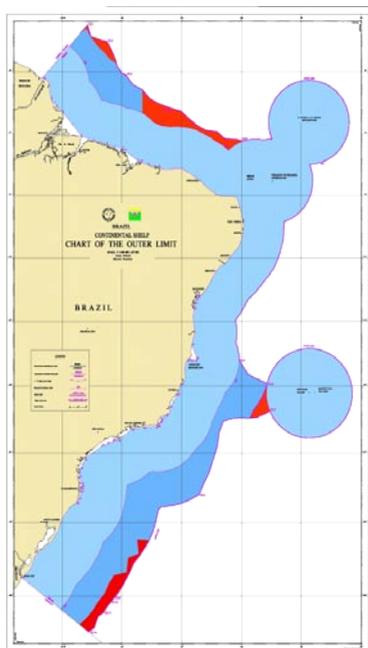


Fig. 3 – Áreas (em vermelho) que foram motivo de recomendações da Comissão de Limites da Plataforma Continental. Fonte: FONSECA (2008).

¹⁵ A subcomissão é composta por sete membros eleitos, representantes dos seguintes países: México, Argentina, Nigéria, Croácia, China, Coreia do Sul e Austrália. Seis desses membros foram reeleitos para o período 2007 a 2012. O representante da Croácia será substituído.

As recomendações pela CLPC podem levar a uma conclusão equivocada sobre a existência de falhas técnicas na proposta brasileira. Na verdade, os estudos realizados pelo Brasil, além de pioneiros, estão corretos. Os motivos que levaram às sugestões da Comissão são baseados na interpretação dos dados, haja vista que nem sempre o leito marinho é regular. Em alguns locais, há mais de uma inclinação lateral da plataforma. Logo, será considerado o pé do talude aquele que possuir a maior inclinação, o que dá margem a diferentes interpretações.

Os seguintes países encaminharam, até junho de 2008, seus estudos à CLPC¹⁶: Rússia (2001); Brasil e Austrália (2004); Irlanda (2005); Nova Zelândia; Noruega; e o levantamento conjunto da França, Irlanda, Espanha e Reino Unido (2006); França e México (2007); Barbados e Reino Unido (2008). Como o da Rússia não foi aceito pela Comissão, o do Brasil foi o primeiro a ser analisado.

As propostas dos países são examinadas por diferentes subcomissões e, posteriormente, pela CLPC. A brasileira, por ter sido a pioneira, foi apreciada pela sua subcomissão por cerca de três anos. Entretanto, o tempo dedicado a ela pela CLPC foi de apenas uma semana, a última da XVIII Sessão da Comissão. Segundo o GT LEPLAC, essa rapidez levou à falta de clareza das recomendações, tanto na forma como no conteúdo. Logo, o Grupo elaborou uma relação de itens que deverão ser esclarecidos pela CLPC (FONSECA, 2008).

Cabe destacar que não há um limite de tempo pré-estabelecido para que o Brasil encaminhe uma nova ou a revisão da anterior. O artigo 8º do Anexo II da Convenção estabelece que “no caso de o Estado Costeiro discordar das recomendações da Comissão, deve apresentar à Comissão dentro de um prazo razoável (grifo nosso) uma proposta revista ou uma nova proposta”.

Por conseguinte, todos os questionamentos devem ser esclarecidos e outros levantamentos geofísicos realizados, já que, após 20 anos, foram desenvolvidas tecnologias que permitem uma análise mais precisa dos dados que reforçarão os levantamentos brasileiros. As novas conclusões também precisam ser debatidas e amadurecidas pela comunidade científica, a fim de facilitar a aceitação dos nossos estudos técnicos. Do mesmo modo, acredita-se que o Brasil deve dar um tratamento político à questão e aguardar o momento mais favorável, considerando que,

¹⁶ Dados obtidos no sítio da CLPC (http://www.un.org/depts/los/clcs_new/clcs_home.htm).

enquanto for mantida uma interação com a CLPC, o prazo utilizado pode ser considerado razoável.

Assim sendo, a Subcomissão para o LEPLAC submeteu à apreciação do Coordenador da CIRM a adoção das seguintes ações:

- a) elaborar uma nova proposta do limite exterior da plataforma continental Brasileira (total ou parcial) a ser encaminhada à CLPC;
- b) alocar os meios necessários para o GT LEPLAC; e
- c) prover os recursos financeiros para apoiar as atividades decorrentes (FONSECA, 2008).

A tarefa exigirá tempo e dinheiro. Será necessário reativar o LEPLAC, disponibilizando pessoal, navios, equipamentos e verbas da MB e da Petrobras. Deverão ser realizados novos levantamentos geofísicos e confeccionados novos estudos, a fim de rever a proposta original. Porém, a dimensão da área contestada pela CLPC justifica esse esforço, considerando que o País está estabelecendo a sua última fronteira, onde, provavelmente, existem grandes reservas de riquezas naturais fundamentais para o desenvolvimento do Brasil.

A Vigilância e a Defesa do Mar

Segundo as normas do Direito Marítimo, estabelecidas pela Convenção da Jamaica, o Brasil exerce direitos sobre uma área marítima de aproximadamente 3,5 milhões de km² e está pleiteando a incorporação de mais 900 mil km². Esses espaços devem ser vigiados e protegidos pelas Forças Armadas. Conseqüentemente, a Marinha terá sua área de atuação ampliada no que diz respeito à fiscalização dos recursos lá existentes.

A Segurança Marítima

Após o fim da Guerra Fria, os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 chamaram a atenção do mundo para as “novas ameaças”¹⁷. No ambiente marítimo, as ações terroristas ocorridas no mar, no início deste século, contra o *USS Cole*, em 2000, e contra o superpetroleiro francês *Limburg*, no Golfo de Éden, em 2002, reforçaram o entendimento que elas também afetam a segurança marítima em âmbito internacional.

¹⁷ As novas ameaças são comumente identificadas como o terrorismo; o tráfico ilegal de armas, de drogas e de pessoas; e a pirataria.

Assim, as “novas ameaças” transformaram-se, no século XXI, em uma das maiores preocupações para alguns Poderes Navais além dos EUA. Considerando a extensão das áreas marítimas a serem protegidas e a incapacidade da USN prover segurança em escala mundial, o Governo norteamericano passou a defender a cooperação internacional para garantir a liberdade e a segurança dos mares.

Esse fato significou uma mudança de atitude desse país, que durante as negociações na Convenção da Jamaica se posicionou contra a extensão da soberania das nações sobre os recursos da plataforma continental, o que poderia resultar em restrições à mobilidade dos poderes navais e à liberdade de navegação. Mas, após o 11 de setembro, os EUA passaram a apoiar o controle dos Estados sobre suas águas jurisdicionais, a fim de garantir a segurança dos mares (SILVA, 2006).

Da mesma forma, observa-se uma tendência mundial no sentido de aumentar o uso do Poder Naval em tarefas de fiscalização das águas jurisdicionais, o que representa um desafio para todas as marinhas, pois deverão aperfeiçoar o emprego de suas unidades em prol da segurança marítima, sem perder a capacidade de realizar as operações navais clássicas, necessárias ao cumprimento de sua missão constitucional de defesa da Pátria.

Como consequência, essas questões levaram ao debate sobre as novas missões das Forças Armadas relacionadas à garantia da segurança e à defesa territorial. No caso brasileiro, esse tema está na Estratégia Nacional de Defesa. O documento, recentemente aprovado, dentre outros aspectos, apresenta as concepções gerais de emprego conjunto e as Hipóteses de Emprego (HE) das Forças Armadas, que, no caso da Marinha, abrange as exigências decorrentes da incorporação de novas áreas marítimas (JOBIM, 2008a).

No âmbito internacional, as “novas ameaças” motivaram a criação de dispositivos internacionais de segurança¹⁸, como o Código Internacional de Proteção para Navios e Instalações Portuárias (ISPS CODE) da Organização Marítima Internacional (IMO). Outro exemplo é a aprovação do Protocolo para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação (SUA 88), que estabelece restrições ao transporte, por via marítima, de material explosivo ou radioativo.

¹⁸ Esses dispositivos contêm normas que garantem tanto a segurança da vida humana no mar (safety, em inglês), como a segurança de instalações (security).

No Brasil, cabe à Marinha coordenar as ações dos órgãos do Poder Executivo, civis ou militares, federais ou estaduais, que têm atribuições para a fiscalização do cumprimento de leis e regulamentos no mar e nas águas interiores, a fim de garantir a segurança marítima e a presença do Estado em nossas águas.

O Controle do Mar

Segundo a Política de Defesa Nacional, o País deve aprimorar a vigilância, o controle e a defesa de suas águas jurisdicionais¹⁹, bem como dispor de meios para executar essas tarefas e a segurança das linhas de comunicações marítimas²⁰.

Para cumprir essas missões, a Marinha do Brasil (MB) precisa manter um grau adequado de controle das áreas marítimas, o que só é possível com a presença nessas águas, realizando atividades de patrulha naval. Para tanto, são exigidos navios de patrulha com capacidade de permanência e de desenvolver altas velocidades para perseguir, inspecionar e, se necessário, apresiar embarcações suspeitas de violar a legislação brasileira. É desejável que eles sejam apoiados pela aviação baseada em terra, da Força Aérea ou, preferencialmente, da Marinha, ou então por aeronaves embarcadas, o que amplia a capacidade de atuação desses navios.

Nesse sentido, para que se possa exercer um grau eficaz de controle do mar, é preciso ainda dispor de capacidade de vigilância ou monitoramento das águas jurisdicionais brasileiras. Atualmente, a MB possui uma estrutura de Comando e Controle, que processa as informações de sistemas como os de Informações sobre o Tráfego Marítimo; de Identificação Automática de Navios; e de Informações e Previsões Ambientais.

Além desses, outros serão incorporados, dos quais se destacam: o Sistema de Identificação e Acompanhamento de Navios a Longa Distância e o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite.

Os atuais, reforçados pelos que serão incorporados, permitem que a Marinha exerça a vigilância das águas. Porém, a ampliação da dimensão

¹⁹ Diretriz Estratégica no. V.

²⁰ Orientação Estratégica no. 6.14.

das águas jurisdicionais brasileiras, associada às novas demandas no sentido de garantir a segurança marítima, levaram a MB a apresentar ao Ministério da Defesa uma proposta no sentido de incorporar outros sistemas que aumentem a capacidade de gerenciamento da Amazônia Azul.

Essa proposta prevê a instalação de sensores ativos, como radares instalados em terra e satélites de sensoriamento remoto, e o emprego de aeronaves de patrulha marítima com base em terra, que aumentariam o grau de vigilância das águas. Como consequência, seria incrementada a capacidade de monitoramento das águas jurisdicionais brasileiras, de acompanhamento do tráfego marítimo e de embarcações de pesca, de prevenção de poluição ambiental, de segurança da navegação, e a salvaguarda da vida humana no mar.

Apesar do aumento da vigilância, cabe lembrar que o monitoramento das águas contribui, mas não garante o efetivo controle de áreas marítimas e a defesa do patrimônio nacional. Esse controle só será possível com a presença de navios de guerra capazes de proteger o tráfego marítimo, as plataformas de petróleo e os recursos naturais existentes na plataforma continental.

Da mesma forma, a fiscalização do cumprimento da legislação brasileira, o combate aos ilícitos transnacionais e a garantia da segurança marítima demandam navios de patrulha, apoiados por aeronaves, realizando atividades de patrulha naval.

Assim sendo, a soberania brasileira nos espaços marítimos só será garantida pela disponibilidade balanceada de navios de superfície, submarinos, aeronaves e sistemas de monitoramento. Os navios de guerra representam a presença do Estado no mar e somente eles serão capazes de patrulhar as fronteiras marítimas e impor os direitos nacionais sobre os recursos existentes na Amazônia Azul.

Portanto, com o aumento dos espaços marítimos sob jurisdição brasileira, a Marinha precisará incorporar navios, aeronaves e sistemas de vigilância do mar, preferencialmente construídos no País, além de ter que aumentar seus efetivos para guarnecê-los. O cálculo da quantidade de novos meios necessários foge ao escopo deste trabalho, mas consta dos documentos de planejamento de alto nível da MB. Não obstante, pode-se afirmar que quanto maior for o número de meios e sensores disponíveis, maior será o grau de controle exercido pela Marinha sobre as águas e, conseqüentemente, maior será a possibilidade de o Brasil

exercer seus direitos sobre essas áreas a fim de proteger o patrimônio incorporado.

A Organização das Forças Armadas

A estrutura organizacional das Forças Armadas é alterada quando da ocorrência de crise ou conflito armado. Nessas situações, a Estrutura Militar de Guerra é ativada com a formação de Comandos Operacionais Combinados²¹, cujo Comandante Supremo é o Presidente da República. Em tempo de paz, as Forças são preparadas para atender às hipóteses de emprego, por meio de adestramentos em ambiente operacional específico, seja de forma singular ou combinada (conjunta).

No caso da Marinha, o Poder Naval é empregado no cumprimento de quatro amplas tarefas básicas: controlar áreas marítimas; negar o uso do mar ao inimigo; projetar poder sobre terra; e contribuir para a dissuasão. Para atender a essas tarefas, a Marinha conduz diversos tipos de operações como defender o tráfego marítimo e as plataformas de exploração de petróleo.

Por conseguinte, é possível concluir que algumas delas são realizadas tanto em períodos de crise quanto na paz, especialmente as atribuições subsidiárias da MB²². Outros exemplos são as de patrulha naval, de socorro e salvamento, e as de presença em águas jurisdicionais. Consequentemente, a organização das Forças Navais permite que elas sejam empregadas em situações reais mesmo em tempo de paz.

Alguns países optaram por criar uma guarda costeira para fiscalizar suas águas. A maior delas é a Guarda Costeira dos EUA, que possui em seu inventário cerca de 50 navios e 80 embarcações de patrulha, com um efetivo de, aproximadamente, 40.000 oficiais e praças. Sua missão é patrulhar as águas dos EUA, uma vez que a Marinha norte-americana tem a responsabilidade de atuar em todos os mares do mundo (CLARKE, 1994).

Por outro lado, o Brasil, como muitas outras nações com tradição naval, como Reino Unido, França e Portugal, optou por concentrar todas as responsabilidades na Marinha de Guerra, que parece ser a solução mais racional e econômica (VIDIGAL, 2006). A criação de uma força

²¹ Segundo a nova Estratégia Nacional de Defesa as operações “combinadas” passarão a ser designadas como “conjuntas”.

²² As atribuições subsidiárias da Marinha são estabelecidas pela Lei Complementar no. 97, de 1999, alterada pela Lei Complementar no. 117, de 2004.

auxiliar de estrutura similar a da MB demandaria grandes quantidades de recursos para sua implantação e manutenção. Além disso, as tarefas das duas forças seriam muito semelhantes, haja vista que a área estratégica de atuação de ambas seria praticamente a mesma.

Assim, a ampliação de áreas marítimas do Brasil levou a Marinha a estabelecer diferentes níveis de controle para as informações que serão geradas pelos sistemas de vigilância do mar, a fim de controlar as águas jurisdicionais brasileiras. As informações serão disponibilizadas nos níveis: local, para as Capitânicas dos Portos; regional, para os Distritos Navais; e nacional, para o Comando de Operações Navais. Essas informações permitirão o cumprimento das atribuições dos diferentes Comandos sem que seja necessário alterar a atual estrutura da Marinha.

Para que se possa aumentar a eficácia desses novos recursos, seria desejável que os órgãos do Poder Executivo, federais e estaduais, que em razão de competências específicas devam cooperar com a Marinha, mantivessem representantes nos centros de controle. A presença desses profissionais facilitaria o planejamento e a execução de operações de fiscalização do cumprimento das leis e regulamentos no mar, e as de repressão a delitos.

Outro aspecto que deve ser enfatizado é a necessidade de aviões de patrulha marítima com base em terra. O ideal é que pertençam à Marinha, operados por pilotos aeronavais, familiarizados com missões sobre o mar. Entretanto, até que isso ocorra, essas aeronaves, da Força Aérea Brasileira (FAB), devem estar sob o controle operativo da MB, a fim de proporcionar a desejada unidade de comando dos meios envolvidos na patrulha das águas jurisdicionais brasileiras.

Deste modo, com essas medidas, acredita-se que a Marinha ampliará sua capacidade de controle de áreas marítimas, proporcionando uma maior fiscalização do cumprimento das leis e regulamentos no mar, a repressão aos delitos cometidos em águas nacionais e a proteção do patrimônio brasileiro no mar.

O Preparo e o Emprego do Poder Naval

Com o fim da Guerra Fria, o surgimento das “novas ameaças” e a incorporação dos recursos de extensas áreas marítimas pelos países no século XXI, proporcionada pela Convenção da Jamaica, a maioria das marinhas passou a priorizar o controle de suas águas jurisdicionais. Logo,

observa-se uma tendência em se dar mais importância às operações em águas marrons²³, dentre as quais se destaca a patrulha naval, sem se descuidar das realizadas em águas azuis²⁴.

Na verdade, as atividades de patrulha naval não são incompatíveis com as operações navais clássicas. Elas podem coexistir, uma vez que ambas derivam da tarefa básica de controle de área marítima.

O principal requisito para que navios de guerra possam executar missões de patrulha naval é a qualificação das equipes de inspeção. Os militares componentes das equipes precisam receber instrução específica sobre: legislação marítima; documentação de navios mercantes e de embarcações de pesca; uso de armamento não letal; técnicas de defesa pessoal e de inspeção de compartimentos; procedimento para efetuar prisão em flagrante; e manutenção de suspeitos sob custódia.

Contudo, cabe ressaltar a importância da Marinha manter a capacidade e o adestramento para a realização das operações navais clássicas, uma vez que preparada para atuar em águas azuis, poderá, com pequenas adaptações, operar em águas marrons. Por outro lado, a recíproca não é verdadeira. Um poder naval que não possua em seu inventário os meios exigidos para águas azuis dificilmente poderá fazê-lo.

A fim de aprimorar sua capacidade de realizar patrulha naval, a Marinha do Brasil incluiu nos currículos dos cursos de carreira de todos os oficiais e praças unidades de ensino sobre a atuação da MB em águas marrons. Da mesma forma, criou um curso especial da patrulha e inspeção naval, com o propósito de adestrar os componentes das equipes de inspeção de seus navios, sejam eles oficiais ou praças.

Com o propósito de incorporar novos conhecimentos sobre o assunto, o Comando de Operações Navais realiza, anualmente, seminários de patrulha naval que contam com a presença de Oficiais de todos os Distritos Navais e demais Comandos envolvidos no cumprimento dessas atividades. Para esses seminários são convidados representantes dos órgãos do Poder Executivo que possuem responsabilidade na fiscalização do mar. Desse modo, comparecem a esses eventos representantes da Polícia Federal, IBAMA, Receita Federal, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, além de especialistas em Direito Internacional Marítimo.

²³ Águas costeiras.

²⁴ Alto-mar.

Assim sendo, entende-se que a MB está adotando as providências requeridas pelo aumento de suas responsabilidades. Mas, para que sua atuação seja eficaz, frente ao aumento das atividades marítimas, será preciso fortalecer o Poder Naval brasileiro. Caso contrário, essas atividades, como, por exemplo, a exploração de petróleo e gás do mar, poderão se transformar em vulnerabilidades para o País.

Considerações Finais

A importância estratégica da Amazônia Azul para o Brasil, no século XXI, pode ser evidenciada pela análise de suas potencialidades e de sua contribuição para o desenvolvimento.

Os interesses brasileiros no Atlântico Sul são crescentes. O Brasil está estabelecendo, no mar, sua última fronteira, após o que, passará a exercer jurisdição e direitos sobre uma área marítima equivalente à metade de seu território continental.

Os eixos de projeção da política externa brasileira desenvolvem-se a partir dos espaços marítimos, que não podem mais ser visto, apenas, como uma via de acesso para o comércio exterior. Os recursos existentes no mar representam riquezas importantes para o desenvolvimento do País, que precisam ser exploradas e protegidas, da mesma forma que o território continental. Daí, a importância geopolítica do mar.

A prospecção de petróleo e gás natural em águas profundas possibilitou que se atingisse o limiar da autossuficiência de petróleo. Além disso, a descoberta de uma província petrolífera, que se estende de Santa Catarina ao Espírito Santo, com reservas, na camada de pré-sal, se confirmada, transformará a Nação em uma das dez maiores produtoras mundiais de hidrocarbonetos, algo impensável até o início de 2008.

A descoberta dessas novas reservas em águas sob jurisdição nacional aumentou a relevância geopolítica do Atlântico Sul no contexto mundial. Por conseguinte, o Poder Naval brasileiro precisa aumentar sua presença em águas jurisdicionais, a fim de garantir a segurança marítima, assim como contribuir para a dissuasão estratégica e, se necessário, defender o patrimônio nacional.

O transporte marítimo é vital para a economia nacional, já que 95% de todo o comércio exterior brasileiro fluem pelo mar. Ademais, esses valores tendem a crescer, no futuro, haja vista o processo de

globalização da economia mundial que aumenta, cada vez mais, o intercâmbio comercial entre as nações.

Assim, fica evidente a relevância econômica do mar para o Brasil, bem como as perspectivas de crescimento de suas atividades ao longo do século XXI. Mas, para que o País explore todas as suas potencialidades, é preciso que seu povo e suas elites desenvolvam uma mentalidade marítima, ou seja, que acreditem na sua importância para a grandeza e a riqueza do Brasil.

Os limites de jurisdição sobre os espaços marítimos são definidos pela Convenção da Jamaica. A proposta foi apresentada à CLPC em 31 de agosto de 2004. Por ela, reivindica-se uma área marítima de 911.847 km², que, somadas aos 3.539.919 km² de sua ZEE, perfazem um total de 4.451.766 km².

Em resposta, a CLPC encaminhou, em 2007, recomendações sobre quatro áreas, que totalizam cerca de 200.000 km², aproximadamente 20% da área reivindicada.

A Subcomissão para o LEPLAC sugeriu que seja elaborada outra proposta, de tal modo que será necessário reativar o programa, alocando pessoal, meios e recursos financeiros da MB e da Petrobras. Deverão ser realizados novos levantamentos geofísicos e confeccionados estudos, a fim de rever a proposta original.

Cumpram ressaltar, porém, que a dimensão contestada pela CLPC justifica esse investimento. O Brasil não pode abrir mão dessas áreas, onde, provavelmente, existem grandes reservas de recursos naturais.

Como consequência dessas normas, os espaços marítimos sob jurisdição brasileira serão ampliados e precisam ser vigiados e protegidos pelas Forças Armadas. Dessa forma, a MB, assim como outras marinhas, passou a atribuir maior prioridade ao controle das águas jurisdicionais brasileiras.

Nesse sentido, a Marinha apresentou uma proposta para incorporar sistemas de vigilância do mar para ampliar a capacidade de gerenciamento da Amazônia Azul. Todavia, uma maior vigilância ou monitoramento das águas não garante o controle de áreas marítimas e a defesa do patrimônio nacional. Esses resultados só serão obtidos com a presença de navios de guerra capazes de proteger o tráfego marítimo, as plataformas de petróleo e os recursos naturais existentes na plataforma continental.

Portanto, a Marinha precisará incorporar navios, aeronaves e sistemas de vigilância do mar, além de ter que aumentar seus efetivos para guarnecê-los. Quanto maior for o número de meios e sensores disponíveis, maior será o grau de controle exercido em nossas águas e, conseqüentemente, maior será a capacidade de o País exercer seus direitos sobre essas áreas.

Não obstante, um dos grandes desafios que se impõe neste início do século XXI ao Poder Naval brasileiro será aperfeiçoar o emprego de suas unidades em águas marrons, em atividades de patrulha naval, sem perder a capacidade de realizar as operações navais clássicas, em águas azuis, necessárias para o cumprimento de sua missão constitucional de defesa da Pátria.

Assim sendo, a importância do mar para o Brasil exige que o seu Poder Naval seja fortalecido. A soberania brasileira só será garantida pela disponibilidade de uma marinha balanceada, dotada de navios de superfície, submarinos, aeronaves e sistemas de monitoramento. Os navios de guerra, por sua vez, simbolizam a presença do Estado brasileiro no mar. Somente eles serão capazes de patrulhar as fronteiras marítimas, contribuir para a dissuasão estratégica e impor os direitos brasileiros sobre as riquezas da Amazônia Azul.

Referências

ABREU, Guilherme Mattos de. “Amazônia Azul: o mar que nos pertence”, in *Cadernos de Estudos Estratégicos*, n. 6, p. 17-66, mar. 2007. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra.

BARBOSA JÚNIOR, Ilques. “A importância do Atlântico Sul para a segurança nacional e a integração regional”. Rio de Janeiro: ESG, 2007. (Trabalho de Conclusão do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia).

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2008.

_____. *Decreto nº 1.265, de 11 de outubro de 1994: Aprova a Política Marítima Nacional (PMN)*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 23 abr. 2008.

_____. *Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998: Implanta a Agência Nacional de Petróleo – ANP.* Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2008.

_____. *Decreto nº 2.705, de 3 de agosto de 1998: Define critérios para cálculo e cobrança das participações governamentais de que trata a Lei no. 9.478/1997, aplicáveis às atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, e dá outras providências.* Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2008.

_____. *Decreto nº 5.129, de 06 de julho de 2004: Dispõe sobre a Patrulha Naval.* Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 23 jun. 2008.

_____. *Decreto nº 5.377, de 23 de fevereiro de 2005: Aprova a Política Nacional para os Recursos do Mar – PNRM.* Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 23 abr. 2008.

_____. *Decreto nº 5.382, de 3 de março de 2005: Aprova o VI Plano Setorial para os Recursos do Mar (VI PSRM).* Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 23 abr. 2008.

_____. *Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005: Aprova a Política de Defesa Nacional.* Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2008.

_____. *Decreto nº 6.107, de 2 de maio de 2007: Dá nova redação ao art. 3º do Decreto nº 3.939, de 26 de setembro de 2001, que dispõe sobre a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM).* Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 23 abr. 2008.

_____. *RIP – 023. A Convenção da Jamaica – Implicações sobre o Poder Naval Brasileiro.* Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2001.

_____. *Manual para elaboração do Trabalho de Término de Curso – TTC Monografia.* Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2008.

_____. *Ofício nº. 10-201, de 26 de outubro de 2007, ao Comandante da Marinha: Encaminha proposta do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul*. Brasília, 2007.

_____. *Lei no. 9.478, de 6 de agosto de 1997: Dispõe sobre a Política Energética Nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional de Petróleo*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2008.

_____. “Amazônia Azul: Patrimônio Brasileiro no Mar” in *NOMAR*, v. 41, p. 8, dez. Brasília: Serviço de Relações Públicas da Marinha, 2005.

CABRAL FILHO, Severino Bezerra. *Palestras e Conferências sobre Geopolítica*. Rio de Janeiro: ESG, 2008. (Proferidas, em 2008, para o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia). Disponível em: <<http://www.esg.br>>. Acesso em: 15 abr. 2008.

CASTRO NETO, Alberto Correa *et al.* “Em Defesa da Amazônia Azul” in *Revista do Clube Naval*, Rio de Janeiro, n. 345, p. 20-24, jan./fev./mar. 2008.

CLARKE, Barry *et al.* *Coastal Forces*. London: Brassey’s, 1994.

CUNHA, Murillo Alves da. *Geografia Geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CURI, César *et al.* *A Exploração de Recursos na Plataforma Continental Brasileira e sua Proteção*. Rio de Janeiro: ESG, 2007.

FONSECA, Luiz Fernando Palmer. *Apresentação do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre o Plano de Levantamento da Plataforma Continental (LEPLAC) para a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM)*. Brasília, 2008. (Palestra proferida em 24 de maio de 2008).

GÓES, Guilherme Sandoval de. “Geopolítica e pós-modernidade” in *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 48, p. 95-126, jul./dez. 2007.

HAZIN, Fábio Hissa Vieira. “O Atlântico Sul: cenário de oportunidades/recursos vivos” in *Cadernos de Estudos Estratégicos*, n.6, p. 127-142, mar. Rio de Janeiro: ESG, 2007.

HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1998.

JOBIM, Néelson. “A Defesa na Agenda Nacional: O Plano Estratégico de Defesa” in *Revista Interesse Nacional*. São Paulo, ano 1, n. 2, jul.-set. 2008. Disponível em <<http://www.interessenacional.com>>. Acesso em: 22 ago. 2008.

_____. *Palestra para o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia*. Brasília: Ministério da Defesa, 2008. Proferida em 13 de maio de 2008b.

JORGE, Júlio Saboya de Araújo. Rio de Janeiro, 2008. (Aula Inaugural para os Cursos de Altos Estudos da EGN, proferida em 29 de fevereiro de 2008). Disponível em: <<http://www.egn.mar.mil.br/eventos/ocorridos/2008/aula2008.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2008.

LIMA, Haroldo Rodrigues Borges de. *Os Novos Desafios da Política Petrolífera Brasileira*. Rio de Janeiro: ESG, 2008. (Palestra proferida para o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, em 10 de julho de 2008).

MACKINDER, Halford J. *Democratic Ideals and Reality*. Washington, DC: National Defense University Press, 1996. 213 p.

MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. *Geopolítica: introdução ao estudo*. Rio de Janeiro: ESG, 2008. 78 p.

MAHAN, Alfred Thayer. *The Influence of Sea Power upon History 1660 – 1783*. Boston: Little, Brown and Company, 1949. 557 p.

MARTINS, Eliane M. Octaviano. *Curso de Direito Marítimo*. 3. ed., v. 1. São Paulo: Manole, 2008a.

_____. *Curso de Direito Marítimo*. 1. ed. São Paulo: Manole, 2008b. v. 2.

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e Modernidade*. Rio de Janeiro: ESG, 2007. 104 p.

MELO, Liana. “Militar Carioca está na arbitragem da disputada corrida ao fundo do mar” in *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 mar. 2008, p. 17.

MOREIRA, José Benedito de Barros. “A nova geopolítica mundial e seus reflexos para o Brasil” in *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 48, p. 7-22, jul./dez. 2007.

MOURA NETO, Júlio Soares. *Aula para os Cursos de Altos Estudos Militares – CAEPE, CPEM, CPEAEx, CPEA*. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2008. Proferida em 25 de março de 2008.

NICACIO, Adriana; GANTOIS, Gustavo. “A Conquista do Oceano” in *Isto é Dinheiro*, São Paulo, 07 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/Revistas>>. Acesso em: 15 abr. 2008.

PAUL, Gustavo. “Amazônia Azul” in *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 mar. 2008, p. 16.

PELLEGRINO, Carlos Roberto. *Da Guerra Marítima e o Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1989. 466p.

PEREIRA, João Eduardo de Alves. *Geopolítica do Petróleo e Gás Natural nas Primeiras Décadas do Século XXI*. Rio de Janeiro: ESG, 2008. Conferência proferida para o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, quatro jul. 2008 a.

_____. *Geopolítica, Segurança Jurídica e Inserção do Brasil na Questão Energética Internacional*. Rio de Janeiro: UERJ, 2008b.

SANTOS, Rafael Silva dos. Patrulha Naval: contribuindo para a manutenção da soberania nas Águas Jurisdicionais Brasileiras. **Revista Passadiça**, Rio de Janeiro, ano 20, n. 27, p. 24-27, 2007.

SERAFIM, Carlos Frederico Simões *et al.* *A Importância do Mar na História do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, 2006 a.

_____. *O Mar no Espaço Geográfico Brasileiro*. Brasília: Ministério da Educação, 2006b.

SILVA, Alípio Jorge Rodrigues da. *Amazônia Azul: a nova realidade geopolítica brasileira*. Rio de Janeiro: EGN, 2007. (Trabalho de Conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas).

SILVA, Antonio Ruy de Almeida. "As novas ameaças e a Marinha do Brasil" in *Revista da Escola de Guerra Naval*. Rio de Janeiro, jun. 2006. Disponível em <<http://www.egn.mar.mil.br/revistaEgn/junho2006/05-novasAmeacas.pdf>>. Acesso em: 4 de maio 2008.

SOUZA, José Eduardo Borges de. "Arquipélago de São Pedro e São Paulo" in *Revista Passadiço*. Rio de Janeiro, ano 20, n. 27, p. 68-72, 2007.

STRATEGIC FORECASTING, INC. *U.S.: The Return of the 4th Fleet*. Disponível em: <<http://www.stratfor.com>>. Acesso em: 28 abr. 2008.

TILL, Geoffrey. "Poder Marítimo: Questões Relevantes e Desafios" in *Revista da Escola de Guerra Naval*. Rio de Janeiro, jun. 2006. Disponível em <<http://www.egn.mar.mil.br/revistaEgn/junho2006/04-poderMaritimo.pdf>>. Acesso em: 22 ago 2008.

TORRES, Luiz Carlos *et al.* *The Outer Limit of the Continental Shelf in the Brazilian Northern Continental Margin*. Niterói: Centro de Hidrografia da Marinha, 2007. 1 CD-ROM.

TORRES, Luiz Carlos. *O mapa do Brasil está mudando de cara*. Niterói: Centro de Hidrografia da Marinha, 2005. 1 CD-ROM.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira *et al.* *Amazônia Azul: o Mar que nos Pertence*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

ZENTGRAF, Maria Christina. *Introdução ao estudo da metodologia científica*. Rio de Janeiro: COPEAD/UFRJ, 2008. Módulo de Ensino.

Lista de Abreviaturas e Siglas

AIS	-	Sistema de Identificação Automática (<i>Automatic Identification System</i>)
BIOMAR	-	Programa de Biotecnologia dos Organismos Marinhos
CIRM	-	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CLPC	-	Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU
CNUDM	-	Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
COI	-	Comissão Oceanográfica Intergovernamental
DHN	-	Diretoria de Hidrografia e Navegação
EUA	-	Estados Unidos da América
GOOS/BRASIL	-	Programa-Piloto para o Sistema Global de Observação dos Oceanos (<i>Global Ocean Observing System</i>)
HE	-	Hipóteses de Emprego
IMO	-	Organização Marítima Internacional (<i>International Maritime Organization</i>)
ISPS CODE	-	Código Internacional de Proteção para Navios e Instalações Portuárias (<i>International Ship and Port Facility Security Code</i>)
LEPLAC	-	Plano de Levantamento da Plataforma Continental
LRIT	-	Sistema de Identificação e Acompanhamento de Navios a Longa Distância (<i>Long Range Identification and Tracking Systems</i>)
MB	-	Marinha do Brasil
MIO	-	Operação de Interdição Marítima (<i>Maritime Interdiction Operation</i>)
ONU	-	Organização das Nações Unidas
PDN	-	Política de Defesa Nacional
PMN	-	Política Marítima Nacional
PNRM	-	Política Nacional para os Recursos do Mar
PNGC	-	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PREPS	-	Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite
PROMAR	-	Programa de Mentalidade Marítima
PSRM	-	Plano Setorial para os Recursos do Mar
REMLAC	-	Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Jurídica Brasileira
REVIMAR	-	Avaliação do Potencial Sustentável e Monitoramento dos Recursos Vivos Marinhos
REVIZEE	-	Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva
SAR	-	Busca e Salvamento (<i>Search and Rescue</i>)
SEAP/PR	-	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República

SISTRAM	- Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo
SOLAS	- Convenção sobre a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (<i>International Convention for the Safety of Life at Sea</i>)
TOM	- Teatro de Operações Marítimas
USN	- Marinha dos Estados Unidos da América (<i>United States Navy</i>)
ZEE	- Zona Econômica Exclusiva
AIS	- Sistema de Identificação Automática (<i>Automatic Identification System</i>)
BIOMAR	- Programa de Biotecnologia dos Organismos Marinhos
CIRM	- Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CLPC	- Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU
CNUDM	- Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
COI	- Comissão Oceanográfica Intergovernamental
DHN	- Diretoria de Hidrografia e Navegação
EUA	- Estados Unidos da América
GOOS/BRASIL	- Programa-Piloto para o Sistema Global de Observação dos Oceanos (<i>Global Ocean Observing System</i>)
HE	- Hipóteses de Emprego
IMO	- Organização Marítima Internacional (<i>International Maritime Organization</i>)
ISPS CODE	- Código Internacional de Proteção para Navios e Instalações Portuárias (<i>International Ship and Port Facility Security Code</i>)
LEPLAC	- Plano de Levantamento da Plataforma Continental
LRIT	- Sistema de Identificação e Acompanhamento de Navios a Longa Distância (<i>Long Range Identification and Tracking Systems</i>)
MB	- Marinha do Brasil
MIO	- Operação de Interdição Marítima (<i>Maritime Interdiction Operation</i>)
ONU	- Organização das Nações Unidas
PDN	- Política de Defesa Nacional
PMN	- Política Marítima Nacional
PNRM	- Política Nacional para os Recursos do Mar
PNGC	- Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PREPS	- Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite
PROMAR	- Programa de Mentalidade Marítima
PSRM	- Plano Setorial para os Recursos do Mar
REMPLOC	- Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Jurídica Brasileira
REVIMAR	- Avaliação do Potencial Sustentável e Monitoramento dos Recursos Vivos Marinhos

REVIZEE	- Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva
SAR	- Busca e Salvamento (<i>Search and Rescue</i>)
SEAP/PR	- Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República
SISTRAM	- Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo
SOLAS	- Convenção sobre a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (<i>International Convention for the Safety of Life at Sea</i>)
TOM	- Teatro de Operações Marítimas
USN	- Marinha dos Estados Unidos da América (<i>United States Navy</i>)
ZEE	- Zona Econômica Exclusiva

O Mundo Não Vai Acabar em 2010¹

(A Crise e a Reestruturação do Brasil)

Luiz Alfredo Salomão

Secretário Executivo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e Diretor (Licenciado) da Escola de Políticas Públicas e Governo do Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro.

*“Há três maneiras de o homem conhecer a ruína:
a mais rápida é pelo jogo; a mais agradável é com as
mulheres;
a mais segura é seguindo os conselhos de um economista”*
(autor desconhecido)

Resumo

O artigo relaciona as principais dimensões da crise financeira-econômica que assolou o mundo em meados de 2008 e analisa porque o Brasil não deveria sofrer com seus reflexos tanto quanto era alardeado pelos analistas e reverberado pelos principais meios de comunicação. Os processos econômicos em curso e os que foram adotados, de diversificação dos mercados para as exportações brasileiras e a política anticíclica adotada pelo governo brasileiro, basicamente através da continuidade das políticas de redistribuição da renda, de incentivos fiscais a certos setores produtivos estruturantes, a expansão do crédito pelos bancos públicos e o programa de investimentos em infraestrutura (PAC), seriam capazes de atenuar os efeitos dos choques externos provocados pela crise. Assim, o comércio exterior reduziu-se, o crédito externo encolheu nos primeiros meses, os investimentos privados (tanto nacionais, quanto estrangeiros) também se retraíram rebaixando a formação bruta de capital fixo, mas o impacto no PIB foi mitigado, se comparado com o que ocorreu em outras economias.

Palavras-chave: Crise Econômica. Diversificação de Mercados. Política Anticíclica. Impacto nos Investimentos e no PIB. Superação para Sair mais Forte da Crise.

¹ Este artigo foi enviado pelo autor à Editoria dos Cadernos de Estudos Estratégicos em fevereiro de 2009 e está sendo publicado, concomitantemente com o desenrolar da crise econômica iniciada em 2008, em função do conteúdo das idéias, então, apresentadas.

Abstract

The article lists the key dimensions of financial-economic crisis that swept the world in mid-2008 and discusses why Brazil should not suffer from its effects as much as was touted by analysts and reverberated by the major media. Economic processes under way and that were adopted by the Brazilian government of diversification of markets for Brazilian exports and countercyclical policy, primarily through the continuity of policies to redistribute income, tax incentives to certain structuring productive sectors and expansion of credit by public banks and by the infrastructure investment program (PAC), would be able to mitigate the effects of external shocks caused by the crisis. Thus, foreign trade declined, the foreign debt has shrunk in the first months, private investment (both national and foreign) is also retracted lowering the gross capital fixed, but the impact on GDP was mitigated, if compared with the that occurred in other economies.

Keywords: Economic Crisis. Diversification of Markets. Countercyclical policy. Impact on Investment and GDP. Resilience to emerge stronger from the crisis.

Introdução

O presente ensaio não tem qualquer inspiração asiática, de modo que o leitor não corre o risco neste texto de ser importunado com a repetição de adágios japoneses ou lugares comuns, como a lembrança de que “crise” e “oportunidade” são representadas pelo mesmo ideograma chinês.

Portanto, pretende-se nesse ensaio: (i) estabelecer uma visão consensual sobre as várias dimensões da atual crise do capitalismo mundial (financeira, econômica, política e social) (ii) especular – é isso o que fazem todos os analistas, inclusive os profetas do Apocalipse – sobre os impactos prováveis para o Brasil e seus vizinhos e, finalmente, (iii) preparar as bases para uma futura agenda de reestruturação da economia e da sociedade brasileiras, que permita ao Brasil a sair deste período turbulento mais forte do que hoje. Tal agenda será objeto de outro ensaio.

É preciso ressaltar que não se adotou aqui a perspectiva de um Brasil autárquico, capaz de se manter imune aos efeitos perversos da crise internacional, nem atrelado ao otimismo do governo: afinal, o País está intimamente conectado com o sistema econômico-financeiro

mundial, e vai sofrer tanto pelo lado das exportações, quanto pelo lado do financiamento do *déficit* em transações correntes, porque o Investimento Externo Direto (IED) vai se contrair e o *crunch* do crédito dificultar a colocação de papéis brasileiros no exterior. Além disso, a esperada redução do IED implicará na diminuição da taxa de investimento, o que leva à previsão de redução do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e da geração de empregos.

Também não se extrapolou a curva de crescente prestígio internacional do Brasil, iniciada em 1995, com os primeiros resultados do programa de estabilização econômica, e intensificada nos últimos três a quatro anos com a retomada do desenvolvimento.

Mas vale ressaltar, porém, que aqui se rejeita o hábito sistemático dos economistas em geral, à direita e à esquerda, de fazer previsões conservadoras, quando sempre projetam uma queda em relação ao desempenho do ano anterior, sob hipóteses mais ou menos pessimistas. Os economistas têm pavor de serem flagrados em erro. Para se precaverem contra possíveis cobranças, caso o desempenho do País fique aquém do que projetaram, adotam hipóteses bastantes conservadoras. Ninguém lhes cobrará erros se a realidade futura for mais rósea do que previram. Sabem que o ciclo econômico levará no futuro a uma queda e, então, eles acertarão a previsão pessimista. Só não sabem quando. Ou seja, como disse alguém, uma situação pior do que a de um velho relógio parado, sempre mostrará a hora certa pelo menos duas vezes ao dia...

Esta crise, após um ciclo de expansão extraordinário do capitalismo mundial, iniciado em 2002, não vai representar o fim do mundo, como apregoam certos analistas e amplificam os meios de comunicação. Tudo vai depender das políticas públicas adotadas pelos países centrais e, paralelamente, do comportamento individual de cada nação. Como muitos interesses serão contrariados, é preciso liderança política para conduzir reformas e arriscar medidas. Há muita esperança com base na nova administração estadunidense. É importante agora esperar para verificar se seu desempenho corresponderá às expectativas.

Pressupostos para Entender a Crise

Há um razoável consenso sobre quais foram os detonadores da crise, que “derreteu” o mercado financeiro em função da super

alavancagem das instituições financeiras norte-americanas, bancárias e não-bancárias. Discute-se a raiz da crise. Se é remota e devida à regulação inadequada, como dizem os neoliberais, ou mais recente e fruto da falta de regulação, como querem os keynesianos.

E, também, se os responsáveis deveriam ser: (i) o presidente Carter e a maioria democrata do Congresso que, em 1977, emitiu legislação² obrigando os bancos de crédito hipotecário a emprestar sem discriminação do tomador do empréstimo em função de sua classe social, do local onde morava, da cor da pele e da origem étnica, de sua condição de proprietário, ou não, de bens imóveis ou de cartões de crédito —, e o presidente Clinton que promoveu o *enforcement* desta legislação, o que se tornou funcional para os agentes de crédito imobiliário quando a taxa de juros real passou a ser negativa; (ii) ou a dupla *Greenspan/Bush* que, em 2001, comandou as decisões colegiadas de reduzir a taxa de juro nominal a 1 a 2% a.a. (taxa real de aproximadamente -2% a -3% a.a.), propiciando o relaxamento das condições de concessão de crédito e a super alavancagem das instituições financeiras.

Minha análise dos fatos até agosto de 2008 (veja SALOMÃO, L.A. - 2008) — quando o governo Bush: (i) resgatou os bancos hipotecários de segunda linha *Fannie Mae*, *Freddie Mac* e mais doze bancos “federais” de empréstimo habitacional, (ii) emitiu uma nova lei³ reformando a regulação e a supervisão do financiamento através de hipotecas e (iii) destinou recursos no montante de US\$ 400 bilhões para socorrer devedores hipotecários e as instituições especializadas em situação de iliquidez e insolvência, prevendo uma lenta recuperação do mercado de crédito imobiliário⁴ — concluiu que os dois lados têm razão: houve regulação equivocada e excessiva em certos aspectos e faltou regulação em muitos outros.

Em outro artigo (vide SALOMÃO, L.A. – 2007), foi descrito como a complexa instituição Sistema Financeiro Internacional (SFI) evoluiu, a partir da crise da dívida externa deflagrada pelo *default do México* em 1982, no sentido de transferir o risco de crédito dos balanços dos

² A lei do Reinvestimento Comunitário, ou Community Reinvestment Act, de 1977.

³ A lei federal de Reforma Regulatória do Sistema de Crédito Imobiliário, ou Federal Housing Finance Regulatory Reform Act, de julho de 2008.

⁴ Dados relativos a dezembro de 2008, divulgados recentemente, indicam que houve melhoria na venda e aumento dos preços de residências, o que pode significar que o pacote de agosto começou a fazer efeito sobre o mercado imobiliário. Isso, no entanto, precisa se confirmar nos próximos meses.

bancos comerciais — que captavam recursos junto aos depositantes e tomadores de seus títulos, e concediam empréstimos e financiamentos a empresas e governos estrangeiros — para outros investidores que adquiriram *bonds*, *commercial papers*, produtos estruturados e outros papéis de dívida emitidos diretamente por aquelas empresas e governos. Os bancos comerciais e, também, os de investimentos ficaram apenas com a função de intermediários, que preparam o lançamento dos títulos, recomendam-nos aos seus clientes, mas não assumem risco de crédito (ou somente o fazem na proporção em que adquirem tais papéis para suas carteiras próprias de investimento). Tal mutação do SFI, apoiada no Plano Brady⁵, estendeu-se por toda a década dos anos 1990s e início dos 2000s.

Quatro outras transformações posteriores do SFI se revelaram fundamentais para a gestação e propagação da crise atual e devem ser recordadas para melhor compreensão da atual conjuntura e de seus possíveis desdobramentos.

A primeira foi o fim da segmentação do mercado financeiro norte-americano⁶ após a grande crise do sistema de poupança e empréstimo imobiliário (*Savings&Loans*) dos anos 1980. O mercado financeiro estadunidense possuía um sistema de crédito hipotecário⁷ isolado do sistema bancário.

Com o fim da segmentação, os bancos norte-americanos — a quem antes era vedado operar no crédito imobiliário — passaram a poder comprar ativos baseados em hipotecas *mortgage backed securities* (MBS) e participar do *boom* de operações de crédito imobiliário. Assim,

⁵ Plano do ex-secretário do Tesouro dos EUA, lançado em 1989, que reestruturou as dívidas dos países que entraram em *défaul* na década dos 1980s, e salvou os bancos que resistiram aos calotes e moratórias dos países endividados. Para maiores detalhes sobre a conversão de dívidas contratuais em mobiliárias, veja-se (Salomão, L.A. – 2007 – op.cit.)

⁶ O sistema financeiro estadunidense era composto de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de crédito hipotecário (S&L), bolsas de valores e de mercadorias, corretoras de valores e de derivativos, cada um com funções bem definidas e áreas de atuação delimitadas, além de outros atores não-bancários que captavam poupança e atuavam como investidores institucionais, também muito regulados: seguradoras, fundos de pensão e fundos de investimentos.

⁷ Composto de milhares de agentes de crédito imobiliário hipotecário de 1ª linha, as S&L, de 12 bancos “federalis” privados de crédito habitacional e mais as agências Fannie Mae (originalmente pública, fundada nos anos 1930s, e depois privatizada,) e Freddie Mac (já nasceu privatizada nos anos 1960), que atuavam na segunda linha, comprando os créditos hipotecários das S&L e captando recursos no mercado de capitais, através da colocação de seus próprios títulos, apoiadas em créditos hipotecários (MBS).

além dos 14 agentes privados, mas garantidos pelo governo dos EUA, que atuavam como bancos de segunda linha no mercado de hipotecas, a banca comercial também passou a desempenhar esse papel. Foi esta mudança que permitiu que os bancos se “intoxicassem” com papéis representativos de hipotecas *subprime*, conforme detalhado em SALOMÃO, L.A. – 2008.

A segunda transformação decorreu da globalização das finanças em torno do maior mercado, o estadunidense. A abertura (desregulação) dos mercados financeiros nacionais para permitir a livre circulação dos capitais, iniciada nos anos 1970-80s, associada às facilidades criadas pela internet e a microinformática, particularmente a partir dos anos 1990s, criaram novas dinâmicas de expansão e sofisticação do SFI. Permitiram que não apenas os grandes bancos comerciais e grandes empresas/investidores operassem em escala planetária, mas também poupadores e intermediários financeiros de todos os portes. Estes passaram a conectar-se em tempo real com as bolsas de valores, de mercadorias e com os mercados de balcão ao longo do dia, caminhando do oriente para o ocidente. Milhões de pessoas se incorporaram aos mercados de capitais de todo o mundo.

A contrapartida deste fantástico avanço no contato entre investidores, tomadores de recursos e intermediários financeiros foi que o SFI se tornou muito mais vulnerável à propagação das crises, por efeito de contágios imediatos.

A terceira transformação também diz respeito à arquitetura do SFI, motivada pelos Acordos de Basiléia⁸ que, de uma forma ultrassimplificada, pode ser traduzida pela exigência prudencial de que um banco enquadrado nas regras de Basiléia necessita ter capital e reservas (patrimônio líquido) proporcionais ao valor de suas operações ativas. Se, por exemplo, a exigência de patrimônio líquido for igual a 8% do valor de seus ativos (isto é, de seus empréstimos, créditos e aplicações), significa que pode emprestar/financiar/aplicar até cerca de

⁸ O Acordo de Basiléia (International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards) é uma instituição (conjunto de regras formais, mas não legais) adotada pelos bancos centrais de quase todos os países do mundo, para conferir mais estabilidade e resistência aos sistemas bancários frente a choques financeiros. Foi firmado em 1988 e renovado em 2004 (Basiléia II). Estabelece regras prudenciais de requisitos de capital e reservas (patrimônio líquido) que os bancos devem ter para realizar certas operações. O volume de capital exigido é calculado ponderando o valor das carteiras de cada tipo de operação (câmbio, crédito comercial, empréstimos e financiamentos a pessoas físicas, derivativos etc.) pelos respectivos riscos.

12,5 vezes o seu capital e reservas. Tais regras criaram uma espécie de freio para as operações de cada banco que atua internacionalmente. Por outro lado, limitando o valor global máximo de suas operações ativas igual a um múltiplo de seu capital e reservas, determina-se um limite máximo para suas possibilidades de captação de recursos de terceiros (endividamento, ou passivos exigíveis) para financiar suas operações ativas. Ou seja, limita-se a sua alavancagem. No exemplo acima, não faz sentido o banco ter uma relação entre dívida e patrimônio líquido superior a 11,5 vezes.

Nos EUA, as regras de Basiléia I e II só se aplicam aos bancos comerciais, únicas instituições que, até recentemente, tinham acesso ao seguro de depósito bancário (até o limite de US\$ 100.000, são garantidos pela *Federal Deposit Insurance Corporation*-FDIC) e ao redesconto junto ao sistema FED de reserva (para uma discussão mais detalhada desse tema, vide Farhi, M et al - 2008). As demais instituições não-bancárias não foram submetidas às regras de Basiléia, de modo que podiam se alavancar mais.

Para fugir do cabresto de Basiléia, ou mitigar seus efeitos limitantes, e poder expandir suas operações, os bancos estadunidenses buscaram – a exemplo do que fizeram nos anos 1990s — meios e modos de “limpar” seus balanços de ativos de maior risco (ativos tóxicos) e torná-los mais líquidos. Para tanto, os grandes bancos estadunidenses utilizaram-se fortemente de inovações financeiras que transferiam riscos de seus balanços para os de outras instituições não-bancárias que os aceitavam durante um período de tempo, obviamente mediante uma remuneração. Assim, driblavam os limites de alavancagem (o que se chama de arbitragem regulatória) e podiam ampliar novamente suas operações, aumentando naturalmente sua exposição a riscos de crédito.

Para realizar tal malabarismo, os bancos comerciais venderam seus créditos “re-empacotados” sob a forma de *securities* (*asset backed securities*) ou os chamados “produtos estruturados”, que ofereciam altos rendimentos e eram bem classificados pelas agências de avaliação de risco (*rating*). As instituições que compravam estes papéis, “limpando” os balanços dos bancos e lhes dando recursos para alavancar novas operações eram: bancos de investimentos independentes, *hedge funds*, fundos de pensão, seguradoras, assim como os 12 bancos “federais” regionais e as agências patrocinadas pelo governo (*Freddie Mac e Fannie Mae*), especializados em crédito imobiliário. Como exposto adiante,

estas instituições não-bancárias passaram a fazer operações típicas dos bancos e a constituir o que se chamou “sistema bancário-sombra” (*shadow banking system*), não reguladas pelo FED.

O que é um produto estruturado? Nada mais que um título ou papel representativo dos rendimentos futuros de um pacote de vários créditos (bônus, hipotecas, debêntures, dívidas de cartão de crédito etc.) ou derivativos de crédito (*credit default swap-CDS*, *credit default option-CDO*, *credit mortgage option-CMO*, *credit mortgage swap-CMS*, etc.) detidos pelo banco, que geram uma série de recebíveis. O valor do produto estruturado, em tese, corresponde ao valor presente da série de recebíveis a certa taxa de juros, ponderado pelos riscos de inadimplência dos mesmos. O risco deste produto é determinado pela composição dos riscos de inadimplência dos diferentes créditos empacotados.

Graças à consultoria das agências de *rating*⁹ — que orientaram os bancos sobre como “estruturar” convenientemente estes créditos e derivativos de créditos, numa atitude eticamente condenável — passou-se a “precificar” estes ativos, classificá-los pelos riscos respectivos (*ratings* dados pelas próprias agências antes referidas) e negociá-los no mercado. Ao serem lançados no mercado com mídia altamente favorável, baseada nos *rating* generosos, tais produtos estruturados foram adquiridos pelos investidores institucionais (instituições não-bancárias) com recursos próprios e, também, alavancados de terceiros, conforme exposto mais adiante.

Mas, além destes investidores institucionais, os bancos comerciais sujeitos à regulação do FED e às regras de Basileia criaram pessoas jurídicas especiais — as *Special Investment Vehicle (SIV)*, *conduits* ou *SIV-lites* — que técnica e formalmente não eram de sua propriedade, de modo que se consideraram aptas a adquirir os títulos estruturados dos bancos, sem que os mesmos figurassem nos seus balanços consolidados! Outro malabarismo amoral, conhecido das autoridades regulatórias, mas tolerado. Os *SVI* ou *conduits*, em última instância subsidiárias dos bancos, naturalmente também fazem parte do sistema bancário-sombra, desregulado e livre para alavancar.

Não podendo captar depósitos junto ao público, os *shadow banks* recorreram ao mercado de capitais, onde lançavam seus *commercial*

⁹ As mais famosas agências de classificação de risco estadunidenses são a Fitch, Standard&Poor e a Moody's. Mas há outras. As agências de *rating* são acusadas de terem atuado de forma antiética, pois ganharam muito dinheiro dando consultoria aos bancos, para depois dar conceito aos produtos por eles estruturados.

papers (asset-backed commercial papers) de 90-120 dias de prazo, que atraíam aplicadores afeitos a riscos em troca de elevadas taxas de rendimento, de prazo curto (menor risco) e acompanhados de *ratings* (nota ou conceito sobre a qualidade do papel) atraentes.

- Desta forma, os *shadow banks* atuavam como quase-bancos comerciais, pois captavam recursos de curto prazo no mercado de capitais e os repassavam aos bancos comerciais — adquirindo seus títulos estruturados sobre recebíveis de créditos e derivativos. Estes financiavam a curto, médio e longo prazo o consumo (crédito direto e cartões de crédito), o crédito comercial, as hipotecas (de até 30 anos), etc. “rolando” sua dívida com novos títulos oferecidos aos “*shadow banks*”. Ou seja, graças a estas engrenagens, houve expansão acentuada do crédito, aumentando os multiplicadores/velocidade de circulação dos agregados monetários (M2, M3 e M4). Isso certamente ajudou a impulsionar o crescimento das economias estadunidense e de outros países que estão atrelados ao consumo dos EUA, mas provocou um aumento ainda desconhecido da alavancagem das instituições financeiras, tornando o sistema muito mais vulnerável. Apesar de ser uma incógnita (veja-se Fahri, Maryse ET all – 2008 –op.cit.), cujo valor não se sabe ao certo, a alavancagem foi violenta. Em alguns bancos que quebraram, chegou a 60 vezes o capital. A regulação bancária dos EUA, a cargo do sistema FED, ignorou este movimento de endividamento em espiral e foi conivente com seu crescimento.

Excetuando países como a Espanha, Austrália e Grã-Bretanha, onde as autoridades de supervisão bancária também foram liberais e permissivas quanto à alavancagem, fora dos EUA, o processo de multiplicação de atores e a “arbitragem regulatória” não foram tão intensos. Mas, de qualquer forma, com a globalização dos mercados financeiros, os agentes de todos os países estão conectados ao sistema financeiro estadunidense. Merece registro, como uma curiosidade, a informação que me foi dada por um ex-presidente do Banco Central da Bolívia de que a instituição tinha reservas aplicadas em títulos baseados em hipotecas da *Fannie Mae* e *Freddie Mac*, ou seja, as escassas reservas bolivianas também alimentavam a bolha de crédito e dos preços dos imóveis nos EUA.

Em paralelo às mudanças arquitetônicas e de interconexão de todos os atores, com os capitais fluindo livremente pelos mercados nacionais do mundo, e a alavancagem furando as regras prudenciais de Basileia, ocorreu a quarta transformação: a explosão do mercado de derivativos, que pode ser mensurada através das estatísticas coletadas pelo Banco Internacional de Compensações (BIS), com base em dados fornecidos pelos bancos centrais dos diversos países. O BIS produz dois tipos de relatórios: uma pesquisa semestral, referente a 13 países¹⁰ (veja-se BIS-2008), e outra trienal, mais completa, que abarca 47 países (veja-se BIS-2007).

O movimento negociado em termos de valor de face dos diferentes tipos de contratos (futuros, *swaps*, opções sobre divisas/câmbio, taxas de juros e derivativos de ações, índices de bolsas de valores e mercadorias) não corresponde ao valor efetivamente movimentado em dinheiro, porquanto as transações são efetuadas mediante o depósito de margens, que podem ou não ser reajustadas ao longo do tempo em função da volatilidade das cotações no mercado à vista das mercadorias, moedas, ações, índices etc. A ordem de grandeza das margens é, em geral, de 10^{-2} (ou seja, de 1% a 10%), mas há a possibilidade de ser aumentada se a especulação e a instabilidade dos mercados crescerem muito. O valor total dos contratos negociados — também conhecido como “valor nocional” — é um bom indicador da intensidade com que os atores do mercado financeiro estão se movimentando, seja para se proteger (*hedge*) de variações nas cotações (de moedas, de mercadorias, de ações, etc.) em negócios a serem fechados no futuro, seja para simplesmente especular.

De acordo com as estatísticas trienais do BIS, o valor nocional total dos contratos negociados em 47 países evoluiu de pouco mais de US\$ 10 trilhões, em 1995, para US\$ 516 trilhões, em 2007, conforme ilustrado na parte à esquerda do Gráfico I seguinte. Em junho 2008, de acordo com a pesquisa trimestral do BIS, o valor cresceu para US\$ 683,7 trilhões (cerca de 50 vezes o PIB dos EUA, ou cerca de 10 vezes o PIB mundial). A taxa de crescimento médio

¹⁰ O G10, criado em 1975, é composto das autoridades de supervisão bancária e bancos centrais de 12 países, a saber: Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Espanha, Suécia, Reino Unido e EUA. Na pesquisa de BIS, além desses, inclui-se a Suíça.

anual no período 1995-2004 foi de 25%, mas no período 2004-2008 acelerou para 33% a.a., com um aumento acumulado de 211% no quadriênio.

Em termos do Valor Bruto de Mercado, que significa o custo de liquidação financeira de todos os contratos em aberto, indicado pela linha vermelha do Gráfico, observa-se um crescimento significativo a partir de 2004 até junho 2007, quando saltou de aproximadamente US\$ 6 trilhões para US\$ 11 trilhões (+74%).

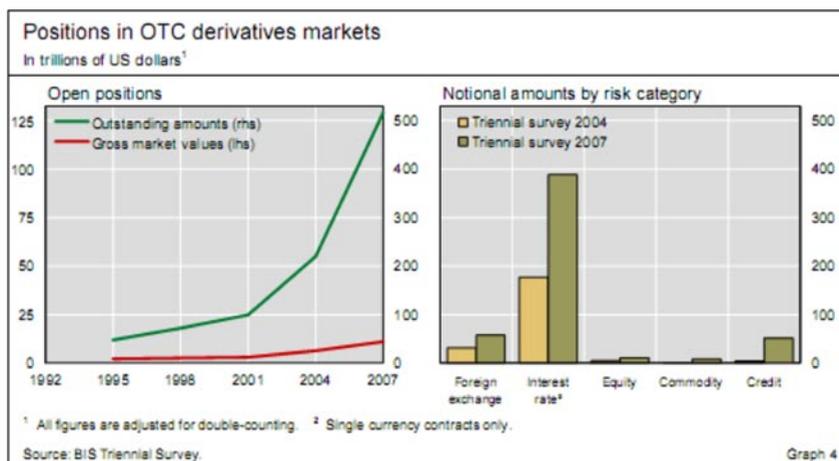


Gráfico I - Mercado de Balcão de Derivativos

A parte direita do Gráfico I ilustra como se divide o valor notional total dos derivativos negociados em balcão — fora de bolsas de valores — pelos diferentes tipos de contrato, vale dizer pelas diferentes categorias de risco, para os anos de 2004 e 2007. Como se observa, os derivativos mais expressivos em termos de valor notional são os contratos de taxas de juros (opções, futuros e *swaps*), preferidos por aqueles que precisam e conseguem se “*hedgear*” (proteger contra variações de valor dos juros), e ascenderam a quase US\$ 400 trilhões, em junho de 2007, com um crescimento da ordem de 120% em relação ao valor notional de 2004.

No entanto, os derivativos que mais cresceram em termos relativos foram os de crédito, saltando de US\$ 5 trilhões, em 2004, para US\$ 55 trilhões em junho de 2007 — taxa de crescimento de 122,4% a.a. — sendo a modalidade predominante a de *credit default swaps*- CDS, que

respondiam por US\$ 48 trilhões¹¹ do total (87%) destes derivativos (BIS - 2007). Os CDS são os ativos financeiros usados preferencialmente pela banca estadunidense, incluídos os *shadow banks*, para transferir riscos. Em junho de 2008, a estimativa do valor nocional somente de CDS foi de US\$ 57.3 trilhões, pouco abaixo do valor observado em dezembro de 2007.

O outro instrumento de crédito utilizado pelos *shadow banks* para captar recursos no mercado de capitais é o *asset backed commercial papers* (ABCP).

De acordo com as estatísticas do BIS (veja BIS-2008/2) sobre o movimento do mercado monetário mundial, o valor total do saldo desses papéis emitidos em diversas moedas, em setembro de 2008, era de US\$ 1,3 trilhões (10% do PIB dos EUA). Deste montante, US\$ 765,6 bilhões (60% do total) correspondiam aos *commercial papers*, lançados por governos, organizações internacionais, empresas e instituições financeiras (*Credit Suisse Securities*-2008). Estas últimas foram responsáveis pela emissão de nada menos do que 84% do total de *commercial papers*, ou seja, US\$ 641,2 bilhões, volume que vem caindo nos últimos meses em função da crise. Tal valor — da mesma ordem de grandeza que o estimado pelo programa de emergência de Barack Obama (US\$ 825 bilhões) — dá uma ideia da intensidade com que as instituições financeiras não-bancárias recorreram a este instrumento para alavancar recursos no mercado de capitais e transferi-los para o mercado de crédito, permitindo que estas ficassem super alavancadas.

Diante das dimensões da alavancagem de recursos nas instituições bancárias e não-bancárias estadunidenses, mas também de outros países, é fácil compreender que, no momento em que estourou a crise de confiança em setembro/outubro — num ambiente já poluído pela inadimplência sistêmica no mercado de hipotecas e pelo fato do tradicional banco de investimentos *Lehman Brothers* não ter conseguido refinar seus “ativos tóxicos” no mercado nem obter socorro do FED — houvesse a paralisia nas transações interbancárias, nacional e internacionalmente.

O mercado monetário tornou-se terreno minado e as linhas de crédito interbancárias foram suspensas por conta do risco de efeito dominó de inadimplência em escala mundial. Quando o interbancário

¹¹ Há uma ligeira diferença entre os valores nominais de CDS em junho de 2007 nos dois relatórios do BIS utilizados nesse ensaio.

estancou, tornou-se essencial a intervenção dos bancos centrais de quase todos os países para dar socorro de liquidez às respectivas bancas e elevar seguros de depósitos, tranquilizando os depositantes e evitando corridas aos bancos. A palavra de ordem das instituições financeiras passou a ser: desalavancar, liquidar ativos de maior risco e saldar dívidas, não expandir operações ativas de nenhuma maneira, proteger-se aplicando recursos líquidos em papéis de absoluta segurança, leia-se: títulos do Tesouro norte-americano (*T-Bonds*).

Como estratégia individual de cada instituição, tal comportamento seria correto. Mas desencadeado como comportamento de manada, foi um desastre que provocou a deflação dos ativos financeiros (ações, bônus, *commercial papers*, contratos de *swaps*, opções, etc.) e a valorização do dólar norte-americano, aprofundando a crise e propagando-a mundo afora.

Tendo de marcar os ativos no balanço a preços de mercado (Basileia), os bancos teriam que fazer grandes provisões para perdas correspondentes à desvalorização de seus ativos. Em consequência, alguns ficariam com patrimônio negativo, ou seja, quebrariam. Para evitar tal fato, os bancos centrais também adquiriram ativos tóxicos aos preços contabilizados pelos bancos — ao invés de preços de mercado — reequilibrando assim os balanços dos bancos tecnicamente falidos. Os contribuintes dos países, que fizeram tais operações, precisaram ser convencidos que o ônus correspondente seria compensado em longo prazo, porque sua banca foi salva.

Dimensões da crise e seus reflexos no Brasil e na América Latina

Em resumo, a crise pode ser descrita pelos seguintes aspectos e indicadores:

- A drástica redução das operações do mercado de moedas e de crédito interbancário, provocada pela falta de confiança, acabou afetando a liquidez e solvência de instituições não-bancárias altamente alavancadas (bancos de investimento, seguradoras, fundos *hedge*, fundos de pensão, etc.). Afetou profundamente também o comércio internacional, em grande parte financiado por linhas de crédito bancário, refreando as exportações/importações. O crédito ao consumo em geral (bens duráveis, cartões de crédito,

viagens, etc.) não chegou a ser reduzido, ainda que se tenha tornado mais seletivo e mais caro em alguns países. As consequências para o crescimento do PIB, do investimento e do emprego de países, como o Brasil, que contavam com o financiamento externo para seu comércio exterior, são óbvias. Apesar dos esforços dos governos para aumentar a liquidez (redução dos juros básicos, liberação dos depósitos compulsórios, aquisição de ativos tóxicos para “limpar” os balanços das instituições financeiras, injeções de capital pelo poder público com estatização parcial, entre outros), a retomada do crédito interbancário ainda está aquém do esperado.

- Há uma deflação de ativos, sejam: imóveis, ações cotadas em bolsa, papéis representativos de derivativos de crédito (MBS, CDS, contratos futuros, opções, etc.) ou produtos estruturados. A redução da alavancagem poderia se dar através do aumento do capital ou da redução do endividamento. Os investidores, à época, desconfiaram que os demonstrativos financeiros dos bancos estivessem falseados e optaram, então, pela liquidez nessa fase de crise anunciada. Por isso, tornou-se inviável capitalizar instituições financeiras (exceto casos especiais, como o dos investidores árabes que investiram no *Citycorp* e a compra de ações preferenciais de bancos pelos governos inglês e norte-americano, por exemplo). Restou a estratégia de reduzir drasticamente o endividamento, vendendo ativos e marcando os que restarem no balanço a preços de mercado, ainda que com enormes prejuízos bancários, como foi o caso do *Deutsche Bank*.

- A deflação de ativos (somente nos EUA estimada em US\$ 30 trilhões, no total) afetou empresas, mas também representou a perda de riqueza de muitas famílias, cujo patrimônio — representado por imóveis, ações cotadas em bolsa, outras aplicações financeiras — se desvalorizou consideravelmente. O sentimento desta perda, aliado ao clima de preocupação geral com a crise e o desemprego de milhões de trabalhadores, levaram os consumidores e os empresários a uma posição de cautela, de adiamento do consumo de bens e serviços não essenciais, bem como da postergação de investimentos. O resultado inevitável foi um arrefecimento da demanda e queda nos investimentos, que apontam no sentido de crescimento baixo ou mesmo negativo do PIB.

- A partir da deflagração da crise geral de crédito, a preferência por liquidez e segurança levou muitos investidores a migrarem em manada de suas aplicações mais arriscadas e rentáveis para os *T-Bonds*, de baixo rendimento, mas garantidos pelo Tesouro estadunidense. A decorrente entrada de enormes volumes de divisas nos EUA provocou a valorização do dólar frente a outras moedas¹², inclusive ao Euro, imprevisível há algumas semanas antes da quebra do *Lehman Brothers*. Frente ao Real antes apreciado, por exemplo, a valorização do dólar foi de 50% aproximadamente. Isso significou para muitos países pressões inflacionárias e ameaça de desequilíbrios sérios no balanço de pagamentos, sobretudo aqueles que são dependentes da importação de alimentos, energia e de outros itens de demanda inelástica. O estrago só não foi maior porque a valorização do dólar foi acompanhada da queda acentuada dos preços do petróleo e de outras *commodities*.
- A política pública, adotada por alguns governos, de estimular as respectivas economias através de taxas básicas de juros nominais próximas de zero (taxas reais negativas), em paralelo com os esforços dos bancos centrais para salvar as respectivas bancas, antes referidos, conduziu a “armadilhas de liquidez”, ou seja, situações em que o valor do dinheiro perde referência, a política monetária do governo não tem efetividade e aumentam consideravelmente os riscos de deflação geral no mercado de bens e alguns serviços. Esta é a maior ameaça para as economias/sociedades dos países centrais do capitalismo internacional. A deflação é o fenômeno a evitar, pois pode ter efeitos devastadores sobre os preços relativos, desorganizar a economia real e gerar desemprego em massa, efeitos que podem levar anos para serem recuperados.
- Reflexos já evidentes da queda de demanda e de investimentos em segmentos da economia real da maioria dos países, sobretudo naqueles setores cuja circulação dos bens produzidos depende do crédito — bens de capital e de consumo durável, notadamente os automóveis. Isto coincide com um momento de fragilidade técnica e comercial-financeira de algumas montadoras, sobretudo

¹² Para uma comparação das cotações de diversas moedas em dólares em 7/01/09 e há um ano, veja-se <http://www.economist.com/markets/indicators/displaystory.cfm?storyid=12903559>. Poucas moedas se valorizaram frente ao dólar: franco suíço, dólar de Hong Kong, enquanto outras poucas ficaram estáveis.

as três gigantes estadunidenses e algumas europeias e japonesas. Os setores dependentes de crédito, afetados pela escassez de financiamento, têm encadeamentos industriais “para trás” muito importantes (siderurgia, metalurgia de não ferrosos, plásticos e borracha, componentes eletrônicos, combustíveis e lubrificantes, etc.) e uma queda em sua produção pode propagar efeitos desastrosos à jusante e à montante.

- Clima psicológico variando da preocupação com o futuro ao pessimismo absoluto, estimulado pela mídia que vem repercutindo com estardalhaço anúncios de queda nos níveis de emprego, demissões, concessão de férias coletivas (ainda que tais processos se repitam sazonalmente todos os anos e, nesse em particular, eram previsíveis, pois a economia estava superaquecida), diminuição nas vendas, na produção de bens de consumo durável, fechamento de minas, entre outros. Tal clima pode tornar a profecia da depressão econômica mundial autorrealizável. Evidentemente, isso será ótimo para os detentores de posições líquidas, pois poderão comprar ativos ainda mais deflacionados, na “bacia das almas”.

- Outros aspectos, menos importantes.

Como tudo isso deve se refletir no Brasil e nos outros países? Vai depender, e muito, da gestão macroeconômica, da agilidade na tomada de decisões e na manutenção de um clima de confiança dos empresários e dos consumidores de cada país. O presidente brasileiro está fazendo o seu papel, estimulando a confiança no país diante da crise e o aumento dos investimentos. Se o primeiro mandatário assumisse uma posição derrotista, os agentes econômicos certamente seriam ainda mais influenciados a agir com excesso de cautela, abdicando dos projetos de investimentos e da contratação de trabalhadores, para não correr riscos.

No curto prazo, é inevitável que os mercados de bens de demanda elástica se retraiam, apesar da deflação de muitas *commodities*. Não se pode esquecer que, até meados de 2008, a demanda mundial de certas *commodities* estava superaquecida, com preços estratosféricos¹³. O Brasil, por exemplo, não tinha mais

¹³ O índice da Bolsa de Metais de Londres cresceu 300%, entre jun/2002 e abr/2008. Neste período, dentre as *commodities* metálicas, destacam-se o alumínio (+200%), chumbo (+700%), cobre (500%), estanho (+400%), zinco (+350%), aço (618%). De abril até o dezembro de 2008, os preços da maioria desses metais voltaram a níveis próximos de 2002/2003.

como aumentar suas exportações de aço, minério de ferro, grãos, além de outras. Muitas minas de ferro brasileiras, de baixa produtividade, haviam sido reabertas porque as cotações subiram tanto que se justificava explorá-las.

No médio prazo, porém, apesar de haver muita incerteza para a construção de cenários seguros, existem elementos suficientes para contestar as previsões mais sombrias, e, até mesmo, exageradamente pessimistas, que estão circulando na mídia. No caso brasileiro, nitidamente, visam pressionar por mudanças na política econômica atual, sobretudo a fiscal, bem como podem estar também encobrendo interesses político-eleitorais e favorecendo especuladores em posições de alta liquidez.

Os mais céticos (veja Credit Suisse – 2008) prevêem recessão nas economias mais desenvolvidas (taxas de crescimento do PIB dos EUA: -0,5 a -1,5%, Japão: --1,5% e Europa: -1,2%) e crescimento no resto da Ásia (+5,5%), sendo que a China (+8,3%) e Índia (+6,5%) serão as locomotivas. Isto produziria um crescimento global do PIB mundial de +1,5%, o que não chega a ser um desastre considerando as dimensões da crise de crédito. Outra previsão, do Fundo Monetário Internacional, pode ser vista no Gráfico II seguinte.



Gráfico II - Projeções do PIB: EUA, EU, JAPÃO E CHINA

O governo brasileiro — otimista, embora apoiado em projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) (WEO/FMI-2008) — trabalha com as previsões mais favoráveis.

Quanto à economia estadunidense, o boletim de conjuntura publicado pelo sistema FED (FED-2009), com avaliações para cada um

dos doze distritos federais de reserva em que o país está dividido¹⁴, afirma que, no último trimestre de 2008, o movimento econômico dos EUA continuou a enfraquecer, com redução da atividade industrial (que caiu entre -5 e -6% em relação a 2007), o comércio tendo de conceder muitos descontos e fazer promoções para evitar um desastre nas vendas de fim de ano. O mercado imobiliário, tanto de residências quanto de imóveis comerciais, continuou piorando na maioria dos distritos. Houve redução nas atividades de turismo e de transportes, bem como nas atividades financeiras. As condições de financiamento se tornaram mais apertadas.

O mercado de trabalho também se mostrou mais fraco, com afrouxamento das pressões salariais. Tudo apontando na direção de um ano de recessão suave em 2009.

No entanto, é preciso ter em mente que o governo Bush agiu intensamente no terceiro e quarto trimestres de 2008 no sentido de reativar a economia e de superar a crise de crédito, adotando medidas cujos efeitos serão sentidos nos próximos meses:

- estimulou o consumo e a redução do endividamento das famílias, concedendo diretamente aos contribuintes cheques de rebate tributário que montaram a US\$ 150 bilhões;
- lançou um programa de socorro de US\$ 400 bilhões para os devedores hipotecários e instituições de crédito imobiliário, já comentado anteriormente.
- ofereceu um pacote de socorro de US\$ 700 bilhões para resgatar instituições financeiras, dos quais US\$ 510 bilhões foram liberados em 2008, e que o novo presidente deseja destinar US\$ 100 bilhões diretamente aos devedores hipotecários.
- socorreu a *American International Group* (AIG), maior seguradora do mundo, à beira da insolvência, a um custo de US\$ 125 bilhões.
- subsidiou financiamento ao JP Morgan para adquirir o *Bear Sterns*, no montante de US\$ 29 bilhões.
- decidiu emprestar US\$ 16 bilhões para as montadoras de automóveis à beira da concordata.

¹⁴ Para uma visualização dos territórios de cada distrito da Reserva Federal, veja-se o sítio <http://www.federalreserve.org/>

- reforçou o capital da *Federal Deposit Insurance Corporation* (FDIC) para que esta garantisse os depósitos em todos os bancos (até US\$ 100.000 cada depositante), evitando assim o risco de uma corrida bancária.
- o FED comprou *commercial papers* “tóxicos” que ninguém mais no mercado quis adquirir e garantiu os investidores do mercado de moedas cujos valores não são conhecidos.

No conjunto, o próximo balanço do *Federal Reserve System* terá um rombo estimado de US\$ 1,8 trilhões, o dobro do observado no final do último ano fiscal. A dívida pública do país ascenderá a quase 50% do PIB, ou cerca de US\$ 6,5 trilhões — relação maior do que a do Brasil — acompanhando os esforços do Tesouro para evitar a recessão. Não é pouca coisa, ainda que possa ser insuficiente para enfrentar o processo de deflação dos ativos que constavam dos balanços das instituições financeiras.

Mas, além disso, o novo presidente Barack Obama assume o governo com propostas ousadas de ativação da economia norte-americana, as quais já foram aprovadas na Câmara dos Deputados. Ainda não se conhece detalhes do Plano Obama, orçado em US\$ 825 bi, mas há fundadas expectativas de que sua aprovação, por si só, melhorará as expectativas da população norte-americana, com reflexos para o resto do mundo.

A situação das nações latino-americanas varia de país para país. O México, por exemplo, vai sofrer bastante posto que aproximadamente 84,6% de suas exportações são para os parceiros do NAFTA (82,2% para os EUA, mais 2,4% para o Canadá). Ora, tal concentração do comércio em único país torna o México altamente vulnerável às flutuações da conjuntura econômica norte-americana. Quanto às sul-americanas, algumas também sentirão duramente as consequências da recessão esperada dos EUA, em função de sua alta dependência deste mercado, agravada pela predominância de algumas *commodities* na sua pauta de exportações, conforme ilustra o Quadro I seguinte. Equador, Colômbia e Venezuela estão muito mais expostos do que Argentina, Uruguai, Chile e Bolívia.

PAÍSES	Part. dos EUA nas Exportações Totais (em %)
ARGENTINA	7,9
URUGUAI	9,4
CHILE	12,5
PARAGUAI	n.d.
PERU	19,5
BOLÍVIA	9,8
EQUADOR	41,9
COLÔMBIA	35,4
VENEZUELA	42,7

Quadro I - Dependência do Mercado dos EUA – 2007
 Fonte: Central Intelligence Agency –The World Factbook

O caso brasileiro não é de grande dependência dos EUA, mas considerando-o em conjunto com a Europa, que deve acompanhar o movimento de queda, esse índice aumenta consideravelmente, conforme ilustra a última coluna do Quadro II seguinte.

	Valor das Exportações		Variação	Participação %	
	<u>2002</u>	<u>2008</u>	%	<u>2002</u>	<u>2008</u>
Parceiros Comerciais					
ESTADOS UNIDOS	15,3	27,4	79	25,3	13,8
UNIÃO EUROPEIA	15,6	46,3	197	24,8	23,4
EUROPA ORIENTAL	1,4	5,5	293	1,3	2,8
CHINA	2,5	16,4	556	3,1	8,3
ALADI	9,9	43,1	335	15,4	21,8
ORIENTE MÉDIO	2,3	8,1	252	2,8	4,1
ÁFRICA	2,4	10,2	325	3,0	5,2
Exportação Total	60,4	197,9	228	100,0	100,0

Quadro II - Parceiros Comerciais do Brasil (em US\$ bilhões e %)
 Fonte: MDIC- SECEX

Note-se que os EUA eram o destino de um quarto de nossas exportações (25,4% do total em 2002) e, hoje, representam pouco mais de um sétimo (13,8% em 2008), ao passo que a China quase triplicou sua participação, a América Latina, o Oriente Médio, a Europa Oriental e a África aumentaram consideravelmente as suas, enquanto a União

Europeia manteve praticamente estável seu peso relativo.

Pode haver uma queda nas exportações brasileiras em 2009, após o recorde espetacular de 2008 (US\$198 bilhões). Mas, se houver, será provavelmente de pequena monta. Cabe ao Brasil diversificar seus parceiros comerciais e esforçar-se por vender mais ainda em regiões que não deverão ter problemas de crescimento (Ásia, Oriente Médio e África). Por isso, cabe consolidar o esforço governo-empresas para aumentar as exportações.

As contas externas do Brasil devem ficar prejudicadas em função da retração do IED, em vista da cautela dos investidores externos e do volume recorde de recursos ingressados em 2008 (US\$45 bilhões). Provavelmente, as empresas estrangeiras que têm empreendimentos físicos em andamento continuarão a investir para garantir a conclusão – como anunciou a *CSA-Thyssen-Kupp* – de seus projetos, ainda que haja alguma paralisação para renegociação de preços dos contratos e aguardar o fim do ajuste das linhas de crédito dos bancos.

Os investimentos em carteira, certamente, não voltarão tão cedo à BOVESPA e ao mercado de títulos de renda fixa. Isto, a meu ver, deve ser motivo de comemoração, pois *flying capital* é um tipo de parasita para a economia real que os governos brasileiros toleraram a partir de 1995¹⁵, como forma de manter as reservas externas artificialmente elevadas. Em larga medida, a atração destes capitais especulativos é que justifica a política monetária de taxas de juros estratosféricos responsáveis pela espoliação do trabalho e da produção.

A outra dimensão que pode trazer prejuízos ao crescimento da economia brasileira é a do crédito interno no país, reduzido em decorrência da preocupação com as repercussões mundiais da crise, além do fato de terem secado as linhas de recursos externos, que a banca brasileira tomava a juro baixo e repassava a seus clientes a juro altíssimos, e do clima geral de “esperar, para ver como é que fica” a situação das empresas tomadoras de recursos — especialmente os grandes exportadores e produtores de *commodities*.

Ao contrário de outros países, a banca brasileira não tem problemas de excesso de alavancagem, nem falta de capitais (para os requisitos de Basiléia I e II) em função da deflação de ativos tóxicos presentes em suas aplicações. Teria, portanto, condições de continuar emprestando sem

¹⁵ E, lamentavelmente, continuam a tolerar durante os governos LULA.

problemas, ainda mais com os incentivos e vantagens oferecidas pelo Banco Central, adiante mencionados. No entanto, não o estão fazendo, ao menos por enquanto.

Pelo visto, o que vai acontecer é um avanço dos bancos públicos (BB e CEF) no mercado de crédito, o qual será concedido às empresas tomadoras com cláusulas que vedem a demissão imotivada, como pregam as centrais sindicais. Será uma inovação brasileira oportuna em matéria de política de defesa do emprego.

Várias medidas foram tomadas pelo governo brasileiro para enfrentar a crise, mas pode-se questionar se foram na direção e sentido mais corretos:

- abertura de uma linha de crédito do Tesouro Nacional de até R\$ 100 bilhões para que o BNDES possa aumentar seu volume de operações de crédito, cujo limite agora passou a ser de R\$ 166 bilhões, um recorde histórico.
- manutenção da taxa TJLP de 6,25% — que poderá ser reduzida, se necessário — além do reforço do programa de construção naval e do Revitaliza. Repasse de R\$ 5 bilhões do Banco Mundial para o BNDES.
- assistência financeira de liquidez ao sistema bancário, prejudicado pela suspensão das linhas de crédito externo (redução do compulsório em US\$ 100 bilhões e agilização do redesconto).
- Swaps de moedas com o FED (US\$ 30 bilhões de linha de crédito), leilões de dólares (em moeda e swaps) para financiar contratos de ACCS e evitar a escassez de moeda estrangeira.
- reforço e antecipação do financiamento agrícola, com recursos adicionais de R\$ 13 bilhões, para impedir que os produtores reduzam o plantio para a próxima safra.
- disponibilização de mais R\$ 10 bilhões para financiamento de giro das exportações, de R\$ 3 bilhões para a construção civil, mais R\$ 5 bilhões para as pequenas e médias empresas via Banco do Brasil.
- estímulos para a construção civil (programa de financiamento habitacional para funcionários públicos da União, no valor de R\$ 4 bilhões, e aumento do crédito direto para aquisição de materiais de construção).
- aquisição de participação acionária em instituições financeiras

em dificuldades e compra de carteiras de ativos.

- linha de crédito do Banco do Brasil de R\$ 4 bilhões para bancos de montadoras de automóveis, com o objetivo de manter o crédito direto para aquisição de automóveis.

Sem descuidar do equilíbrio dos preços e dos fundamentos macroeconômicos conquistados com muito sacrifício nos últimos anos, há espaço para o aproveitamento da crise internacional no sentido de promover reestruturações inadiáveis da economia e da sociedade brasileiras, valendo-nos de algumas vantagens comparativas e avançando em matéria de correção de certas injustiças sociais.

Delinear um programa prioritário para essa reestruturação do Brasil é objetivo a perseguir logo após a presente reflexão.

De qualquer forma, o mundo não vai acabar em 2009 e os impactos do baixo crescimento ou do pequeno encolhimento dos PIBs dos países desenvolvidos deverão ser bem suportados pela economia brasileira.

Abreviaturas

IED – investimento externo direto, ou seja, o valor aportado por investidores registrados como residentes no exterior para ser investido no Brasil, principalmente em aplicações financeiras (mercado de ações, papéis de renda fixa de instituições financeiras confiáveis, opções, futuros, etc.) ou em empreendimentos produtivos

SFI – sistema financeiro internacional, aqui apresentado ilusoriamente como um personagem com sede física existente, dirigentes, reuniões etc., mas que na verdade é uma instituição, ou seja, um fantástico conjunto de regras formais (legislação nacional de cada país, regras pactuadas entre os países para regular as operações, tratados internacionais existentes, instituições de apoio e discussão crítica, etc.) e informais.

S&L – *Saving and Loans*, agentes de crédito hipotecário que captam recursos de poupança popular e emprestam com a garantia de hipoteca sobre imóveis.

MBS – *mortgage backed securities* – título vinculado a/garantido por recebíveis de créditos garantidos por hipotecas.

FED – Sistema de Reserva Federal, corresponde ao Banco Central dos EUA, composto de 12 bancos distritais federais de segunda linha — isto é, cujos clientes são bancos de primeira linha, que operam diretamente com pessoas físicas e jurídicas —, incumbidos também da regulação das atividades bancárias em suas áreas de atuação (*districts*), que cobrem todo o território, sediados em 12 cidades estadunidenses, e mais uma agência federal de reserva (*Board of Governors*). Para maiores detalhes, veja-se <http://www.federalreserveonline.org/>

BIS - *Bank for International Settlements*– Banco Internacional de Compensações, sediado na Suíça, é uma ONG composta de bancos centrais e órgãos de supervisão bancária de todos os países do mundo.

CDS – *credit default swap* - Derivativo baseado na hipótese de inadimplência de um crédito, por conta do risco de falência ou redução no *rating* do devedor. Um CDS de uma instituição supõe um pacote de débitos sobre os quais há expectativa de um risco de não haver pagamento, durante um prazo definido. Caso haja a inadimplência no período de cobertura, a instituição emissora se compromete a pagar ao tomador do CDS.

ABCP- *asset backed commercial papers* – nota promissória que corresponde ao valor presente de uma série de rendimentos gerados por um pacote de créditos vincendos, a certa taxa de juros.

ECFIN - Comitê de Assuntos Econômicos e de Finanças da Comissão Europeia-2008

RM - Região Metropolitana

RIDES - Região Integrada de Desenvolvimento (categoria criada para o entorno de Brasília).

PEA - população economicamente ativa

PO – pessoal ocupado

TEP – tonelada equivalente de petróleo

P&D - pesquisa e desenvolvimento

C&T&I - ciência, tecnologia e inovação

Bibliografia

Bank for International Settlements - 2007- Aspectos más destacados de la actividad bancaria y financiera internacional – Informe Trimestral del BPI, diciembre de 2007, Basilea http://www.bis.org/publ/qtrpdf/rqt0812b_es.pdf

_____. 2008/1 Semiannual OTC derivatives statistics at end-June 2008 – <http://www.bis.org/statistics/derstats.htm>

_____. 2008/2 Quarterly Review – Dic. 2008 <http://www.bis.org/statistics/secstats.htm> – International Money Market Instruments. – Table 13-A, pag. A90

Credit Suisse Securities (USA) LLC - Asset Backed Commercial Papers - Weekly Newsletter – 2008 – Special Edition – 30/12/2008- http://www.securitization.net/pdf/CSFB/ABCP_30Dec08.pdf

CRISP - Centro de Estudos da Criminalidade e Segurança Pública, da UFMG, “Cenários e Diagnósticos da Criminalidade no Brasil www.crisp.ufmg.br/CenariosCriminalidadeBrasil.ppt

Economic and Financial Affairs Committee - European Commission-2009 - Economic Forecast Autumn. http://ec.europa.eu/economy_finance/thematic_articles/article13288_en.htm

EPE-Empresa de Planejamento Energético – 2008 - Balanço Energético Nacional de 2007 – apresentação de Maurício Tolmasquim – Rio de Janeiro 8/5/08

Federal Reserve Bank of St. Louis District– 2009 -Current Economic Conditions by Federal Reserve District – January 2009 – <http://www.federalreserve.gov/fomc/beigebook/2009/>

Fundo Monetário Internacional – 2008 – World Economic Outlook – out/2008 <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2008/02/index.htm>

Marise FARHI, Daniela M. PRATTES, Maria C. Penido de FREITAS e Marcos Antônio M. CINTRA, 2008 - todos da Unicamp, "A Crise e os Desafios da Nova Arquitetura Financeira Internacional", in "Dossiê da Crise", Associação Keynesiana Brasileira, Nov. 2008, P. Alegre, sítio <http://www.pppe.ufrgs.br/akb>

RIBEIRO, L.C.Q.–2008- Para Onde Vão as Cidades Brasileiras? (Dinâmica da Geografia Urbana, Crise das Cidades, Desenvolvimento, Favelas)-INAE- Instituto Nacional de Altos Estudos-Rio de Janeiro <http://forumnacional.org>

SALOMÃO, L.A. 2008 – “Crise nos Estados Unidos: Onde está a saída?”, in Revista Inteligência – Insight – Ano XI, n. 42, setembro 2008, pag. 82, Rio de Janeiro e São Paulo. Ou no sítio: <http://insightnet.com.br>

_____. 2007 “Sistema Financeiro Internacional: Novas Questões, Novos Atores, Novas Agendas”, in Cadernos de Estudos Estratégicos- n. 7/ 2007, Escola Superior de Guerra/Centro de Estudos Estratégicos, Rio de Janeiro.

_____. 2000- “Política de Transportes de passageiros para a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro”-Secretaria de Transportes do Estado do Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro, julho de 2000.

_____. 2000- “Política de Transportes de passageiros para a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro”-Secretaria de Transportes do Estado do Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro, julho de 2000.

San Tiago Dantas: Democracia, Autonomia e Desenvolvimento

Williams Gonçalves

Doutor em Sociologia (USP), Prof. do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UERJ e Conferencista Especial da ESG.

Resumo

O tema do artigo é o pensamento de San Tiago Dantas. O objetivo do autor é relacionar as idéias de San Tiago com a atual conjuntura brasileira, especialmente com a inserção do Brasil no sistema internacional. O argumento central é que San Tiago deu fundamental contribuição intelectual ao pensamento político brasileiro ao pensar as bases do desenvolvimento em condições políticas democráticas como condição para alcançar autonomia nas decisões referentes às relações internacionais.

Palavras chaves: Política Externa. Democracia. Autonomia. Desenvolvimento. Relações Internacionais.

Abstract

The present work is about the thinker San Tiago Dantas. The objective of the author is to associate the San Tiago idea's with the topical brazilian's historical moment, especially with the participation of the country in the international system. The central argument of the article is that San Tiago gave fundamental contribution to brazilian political thought when worked ideas about development in democratic political condition's in order to catch up autonomy in the context of the international relations.

Keywords: Foreign Policy. Democracy. Autonomy. Development. International Relations.

Introdução

É objetivo deste texto retornar ao pensamento de San Tiago Dantas. Por que ele? Porque San Tiago forma a matriz teórica do pensamento

social e político brasileiro que se orienta no sentido de promover o desenvolvimento em condições democráticas para que o Brasil alcance a autonomia no meio internacional. Em virtude da atualidade de suas ideias, julga-se, portanto, oportuno retomá-las, buscando, desta maneira, inspiração para enfrentar o desafio que a época nos apresenta. Assim o fazemos por entender que os clássicos se oferecem como a melhor leitura para a reflexão sobre os momentos de incerteza.

Porém, antes de dar início à apresentação propriamente dita, deseja-se advertir os leitores que a tarefa proposta não é nada fácil. Apesar de ter deixado para a posteridade grande quantidade de material escrito, compreendendo ensaios, discursos e pareceres, San Tiago Dantas não publicou nenhuma obra expondo suas ideias de maneira sistemática. O que se encontrou impresso foi produzido por amigos e discípulos que se dispuseram a reunir materiais dispersos. No caso dos textos jurídicos, por exemplo, foram seus alunos que reuniram apontamentos de sala de aula, transformando aquelas anotações em autêntico trabalho clássico do saber jurídico nacional. Clássico porque não superado pela história, pois continua sendo lido e discutido pelos juristas atuais. Talvez por essa razão, muitos dos estudos sobre o pensamento de San Tiago Dantas sejam constituídos de ensaios assinados por amigos e discípulos, vários deles de vida profissional a serviço do Estado, especialmente à diplomacia, e não propriamente por intelectuais universitários. Entre esses ensaístas que nos ajudam a conhecer os trabalhos do autor, citam-se, entre outros, Marcílio Marques Moreira, Hélio Jaguaribe, Celso Lafer, Renato Archer, Gelson Fonseca Jr. e Celso Amorim, para ficar só com aqueles que dedicaram e têm dedicado suas vidas principalmente ao estudo e à prática da diplomacia.

I

Feitos esses breves esclarecimentos, passemos, pois, à apresentação de San Tiago Dantas.

Francisco Clementino de San Tiago Dantas nasceu em outubro de 1911 e seu óbito ocorreu em setembro de 1964. Incrivelmente precoce, inicia a vida pública em 1930, quando cursava o 3º ano da Faculdade de Direito¹. Seu período de vida pública é balizado, portanto, por duas datas emblemáticas. A primeira vem da Revolução por meio da qual se deu, no Brasil, o início do consenso industrial. Um redirecionamento da

economia brasileira como única saída possível ante a quebra da produção dominante do café, até então sustentáculo da economia nacional, que não resistiu ao impacto da crise de outubro de 1929 nos Estados Unidos. A segunda data, por sua vez, vem da vitória da solução conservadora sobre a solução de esquerda para resolver o impasse políticas diante das reformas que se tornaram necessárias, dados os desdobramentos positivos do consenso desenvolvimentista formado na segunda metade da década de 1950.

A sua vida pública se dividiu em três fases bem demarcadas. A primeira, a fase da juventude, foi aquela da militância política. A segunda, já na maturidade, esteve inteiramente voltada para o Direito. E a terceira fase, a do apogeu na vida pública, consagrada mais uma vez à política².

A atividade política de San Tiago iniciou-se numa conjuntura, tanto nacional como internacional, em que se cobrava convicção e decisão. O ideário liberal, em todas suas dimensões (a econômica, a política e a filosófica), tinha sido lançado no descrédito ao não conseguir apresentar respostas satisfatórias à crise econômica que abalara o capitalismo no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Em toda parte o espectro político apresentava-se fortemente bipolarizado. Num lado, o marxismo-leninismo. Noutro, o fascismo. San Tiago, por sua vez, por seu caráter nacionalista e proveniente de meio intelectual católico, inclinou-se, inicialmente, em favor do Integralismo liderado por Plínio Salgado, mas logo se afastou dele quando sua liderança passou a revelar posições abertamente fascistas.

Começou a carreira jurídica aos vinte e seis anos, quando se tornou professor titular da cátedra de Legislação na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Três anos depois, em 1940, passou a professor titular da cadeira de Direito Civil da Faculdade de Direito da mesma universidade. E, em 1941, foi nomeado diretor da Faculdade de Filosofia ainda naquela universidade.

Como afirma Seabra Cruz Jr., “a contribuição de San Tiago Dantas para o Direito, e somente para o Direito, já o inscreveria no panteão dos maiores juristas e intelectuais brasileiros”³. Interessado nos diversos ramos do Direito, público e privado, nosso diplomata fascinava os estudantes com sua capacidade de pensar os fundamentos jurídicos à luz da realidade social da época, demonstrando a importância do Direito como instrumento de consolidação das lentas e irreversíveis mudanças sociais, ao mesmo tempo em que redigia valorizados pareceres jurídicos e, com trabalhos expressivos, contribuía com o governo.

O retorno de San Tiago à vida política aconteceu em meados dos anos cinquenta. Isso se formalizou mediante sua filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 1956. Como membro do PTB, partido criado em 1945, sob influência direta de Getúlio Vargas, e orientado para atender as demandas das massas trabalhadoras, elegeu-se deputado federal pelo Estado de Minas Gerais, em 1958. De setembro de 1961 a julho de 1962, exerceu o cargo de Ministro das Relações Exteriores na fugaz República Parlamentarista brasileira, presidida por João Goulart e que teve Tancredo Neves como Primeiro Ministro. Foi naquela ocasião, um breve período de tempo na vida nacional brasileira, a rigor só iniciada em 1889, com o período republicano, que San Tiago deu sequência e coerência à Política Externa Independente, cujas linhas mestras ele próprio havia delineado.

Entre os meses de janeiro e junho de 1963, assumiu o Ministério da Fazenda do governo de João Goulart, que, naquele momento, já tinha voltado a ser presidencialista. Na qualidade de Ministro da Fazenda concentrou sua ação no combate à inflação, porém, sempre advertindo que a estabilidade financeira só faria sentido se acompanhada de políticas de reforma social⁴. Ao longo de todo esse período liderou algumas importantes missões no exterior, mas, em 1962, viu sua candidatura ao cargo de Primeiro Ministro ser rejeitada pelo Congresso Nacional, ainda que sua campanha houvesse sido premiada com impressionante ovação por aquele mesmo Congresso, e tivesse recebido, na época, o título “Homem de Visão 1963”⁵.

II

Ao retornar à arena política, em meados dos anos cinquenta, San Tiago se inscreveu como um dos principais protagonistas do grande debate sobre o desenvolvimento brasileiro, que já vinha se dando desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Na segunda metade da década de quarenta, assistiu-se ao embate entre o liberal Eugênio Gudin e o industrialista Roberto Simonsen. Enquanto este defendia a elaboração de políticas governamentais de decidido apoio à industrialização do país, o primeiro considerava que deveriam ser as forças do mercado a decidir o caminho da economia nacional⁶. Na primeira metade da década de cinquenta, a discussão evoluiu para o que o Professor Severino Cabral denomina de uma “essência nova do Ser nacional brasileiro”, que

consistiu, fundamentalmente, “em compreender o papel e a posição do Brasil no sistema internacional, a partir do ciclo de industrialização inaugurado pela Era Vargas e que, ao longo do governo Juscelino Kubitschek, assiste à aceleração e maturidade da etapa de construção do maior parque industrial do hemisfério sul”⁷.

Embora tenha participado do debate entre os economistas perfilando com as ideias industrialistas de Roberto Simonsen, foi na defesa relativa à estratégia do desenvolvimento nacional que o pensamento de San Tiago se projetou com pleno vigor. Os conhecedores de sua obra são unânimes em afirmar que, das intervenções que realizou, dois textos, em particular, são fundamentais na estruturação do que Jaguaribe⁸ entende como “um grande projeto reformista, de cunho social-democrático”, para o Brasil. Esses textos têm os títulos de “Dom Quixote: Um Apólogo da Alma Ocidental” e “Rui e a renovação da sociedade”. O primeiro foi escrito em 1947, quando se comemorou o IV Centenário do “Dom Quixote” de Cervantes. Considerado obra-prima da ensaística nacional, nele San Tiago investiga o conteúdo simbólico contido na obra do escritor espanhol. O segundo texto, também apresentado em forma de conferência em 1949, diz respeito ao grande jurista brasileiro Rui Barbosa, fervoroso defensor dos princípios liberais, e que se destacou também como representante do Brasil na Conferência de Haia sobre o Desarmamento, em 1907, quando defendeu o princípio da igualdade jurídica das nações.

Sem alimentar a pretensão de dizer qualquer coisa de novo sobre matéria a qual se dedicaram as mais expressivas inteligências já aqui citadas, não parece desprovido de razão observar que o objeto de atenção na leitura desses dois magníficos textos, é, sem dúvida, que as qualidades ressaltadas e valorizadas por San Tiago neles, na realidade, são seus atributos. Ou seja, princípios que irão marcar sua atuação como ideólogo e como político prático.

A respeito de Rui Barbosa, deixa de lado os traços que se tornaram sua marca, isto é, “a doutrina liberal e o culto do direito”⁹, para se concentrar no exame da passagem do jurista pelo Ministério da Fazenda do Governo Provisório (1889-1891). Debruçando-se justamente sobre aquele momento da sua vida pública, considerado o menos feliz, devido à inflação e à especulação desenfreada que causaram suas decisões à

frente do Ministério. Ele identifica e exalta o objetivo de Rui Barbosa de promover “progresso econômico, enriquecimento, ampliação e diversificação do trabalho brasileiro, técnica, iniciativa, renovação das lasses dirigentes, reforma social”¹⁰. Como enfatiza em outro momento de sua análise: “Se é certo que suas reformas econômicas impunham sacrifícios e poupanças forçadas à classe agrária, em benefício da burguesia nascente, empenhada na diversificação da economia do país, nem por isso ele desconheceu a importância das exportações, sobre que assentava, como ainda hoje, a riqueza de um país sem mercado interno, e dependendo para o sustento de sua população, de compras substanciais do exterior”¹¹. Pela importância que Rui Barbosa atribuía ao estudo e à educação, bem como o valor que dava ao trabalho e ao respeito às leis, San Tiago sintetiza seu exame formulando a ideia de que Rui distinguiu-se como autêntico defensor da promoção social da classe média, por isso mesmo um verdadeiro “reformador social”.

Não por acaso, assinala no Dom Quixote de Cervantes a imensa capacidade do personagem de acreditar em si mesmo. Embora para todos um louco, Dom Quixote é, na interpretação de San Tiago, a verdadeira encarnação do espírito do homem moderno, especialmente o ibérico e o ibero-americano. Ou seja, aquele que persegue a realização de seu sonho com heroísmo, que se decompõe em: “o dom de si mesmo”; “a fé”; e “a pureza”¹². Contrastando a eficácia do heroísmo aparentemente fracassado de Quixote ao heroísmo utilitarista, chega ao âmago de sua apreciação, que Seabra da Cruz Jr. assimila ao “ideal kantiano, e, mais tarde, rawlsiano, do primado da justiça e da autonomia sobre os constrangimentos do Estado e sociedade. A ética do Quixote (...) é a verdadeiramente liberal, de corte deontológico, que requer o respeito resolutivo e inequívoco aos projetos de vida de outrem, por mais disparatados que pareçam”¹³. Nas próprias palavras de San Tiago:

“Cada vez que, em nossa própria vida, nos recusamos a uma *salida*, porque sabemos que o nosso ato não terá força sobre as condições externas e, assim, não poderá remover os obstáculos opostos ao nosso intento, estamos agindo contra o espírito de D. Quixote.

E cada vez que saímos para o impossível, deixando nas mãos de Deus o segredo da germinação de nossas ações, é conforme o Quixote que estamos procedendo”¹⁴.

III

A clarividência de San Tiago lhe permitia perceber, no início dos anos sessenta, que o momento era de implementação de reformas. A execução do “Programa de Metas” pelo governo Kubitschek (1956-1960), com ênfase na indústria de bens de consumo duráveis, acelerara o processo de desenvolvimento, tornando o processo de industrialização como parte da economia brasileira irreversível. O argumento, segundo o qual a vocação do Brasil era agrícola, perdera, assim, o seu sentido. O consenso industrialista, formado na década de trinta havia progredido, convertendo-se em consenso desenvolvimentista. Porém, o progresso experimentado pelo País cobrava seu preço. As perspectivas ampliavam-se, o otimismo aumentava, as cidades cresciam, a classe média robustecia-se, os salários elevavam-se, mas, as instituições precisavam se ajustar a essa nova realidade. Isto é, as reformas tornaram-se urgentes. A classe trabalhadora organizava-se em sindicatos e em movimentos sociais e os empresários, mais do que nunca, passaram a temer o comunismo. Os estudantes exigiam abertura de mais vagas nas universidades, os trabalhadores no campo e os pequenos agricultores clamavam por reforma agrária. Enfim, todos os setores da sociedade expandiam-se e apresentavam suas demandas. O problema consistia em saber quais as forças políticas que comandariam as reformas, as de esquerda ou os conservadores?

Foi, pois, nesse contexto que San Tiago apresentou seu projeto nacional. Em discurso pronunciado na tribuna da Câmara dos Deputados, quando no exercício do mandato parlamentar, em 1959, já havia sinalizado com os princípios sobre os quais entendia que deviam se realizadas as reformas:

“Se desejamos evitar que os países subdesenvolvidos de hoje apelem para o regime ditatorial, para uma ditadura de classe como base para promover o desenvolvimento econômico, o essencial é adotarmos uma política de melhor distribuição social da riqueza, distanciando menos as classes dentro da sociedade, melhorando o nível de satisfação das camadas populares, fazendo com que a riqueza se distribua de maneira mais eqüitativa, porque a grande fragilidade do regime democrático reside na desigualdade econômica não apenas considerável, mas crescente que se conserva no seu seio e que ela não encontrou os meios seguros de eliminar rapidamente”¹⁵.

Em 1963, em discurso intitulado “Idéias e Rumos”, San Tiago apresentou de maneira ainda mais articulada sua proposta de reforma. Nele, sobressai sua preocupação de combinar abrangentes e profundas mudanças sociais com procedimentos democráticos. Em suas palavras os objetivos das reformas eram os seguintes:

“1º) incorporar às aspirações do povo, partindo das próprias bases sociais, debatida e filtrada nas organizações de classe, e não outorgada pela classe dominante, expressiva apenas de uma concessão sem conciliação;

2º) enfrentar o problema vital da segurança econômica do indivíduo na sociedade; e

3º) produzir, em curto prazo e sem violência, com respeito dos direitos subjetivos, uma redistribuição de renda social, de modo que esta, através do salário, dos serviços coletivos e dos investimentos no setor público e privado, atinja a sociedade no seu todo, eleve o padrão de vida, e crie o número crescente de ocupações e atividades requeridas pelo aumento e pela ativação da população”¹⁶.

Se há uma ideia básica nestas propostas de reforma, é a da solidez da democracia política, diretamente ligada à distribuição equitativa da renda. Por outras palavras, a conservação da desigualdade da distribuição de renda conspira permanentemente contra a estabilidade das instituições. E, complementarmente à distribuição de renda, deveria ser feita uma reestruturação do sistema de ensino público para que tivesse boa qualidade. Tal como Rui Barbosa, e em consonância com a experiência de professor que tanto prezava, confiava na educação como instrumento efetivo de promoção social e democratização da sociedade.

Para se alcançar esse patamar, San Tiago considerava o Direito de essencial importância, porque não acreditava em reformas súbitas e radicais, e, sendo assim, entendia que por meio das leis e de sua observância, passo a passo, em contínuo processo de consolidação, é que se tornaria possível realizar as mudanças necessárias ao País. Segundo expressão que lhe era muito cara, “preferia as conquistas aluvionais aos saltos retumbantes”¹⁷.

IV

O exercício do cargo de Ministro das Relações Exteriores (set/1961 – jul/1962) proporcionou a San Tiago a oportunidade de dar continuidade a mudança na política externa brasileira. Portanto, a conhecida “Política Externa Independente” constituiu, no contexto dos governos Jânio Quadros/João Goulart (1961 – 1964), nítida antecipação reformista de orientação nacionalista. Apesar da política interna em geral, aquela praticada por Jânio Quadros, se caracterizar por um acento conservador, congruente, vale observar, com as ideias professadas pelos elementos dos partidos que lhe garantiam sustentação no Congresso Nacional, a política externa distinguia-se pela inovação e pela ousadia. Por outro lado, embora João Goulart, por pertencer aos quadros partidários do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), uma vez presidente, fosse identificado com as reformas de esquerda, em virtude da forte oposição conservadora que se ergueu no Congresso Nacional contra o seu governo, não conseguiu implementar reformas internas.

Brito Cruz¹⁸, numa análise caracterizada pela profundidade com que aborda seu objeto de estudo, segmenta a “Política Externa Independente” em duas orientações que se desdobram em três fases. A primeira teria sido aquela imprimida por Jânio Quadros (31/01/1961 – 25/08/1961), em que a política externa foi comandada pelo Ministro Afonso Arinos de Melo Franco. A segunda, que se seguiu ao longo do governo de João Goulart, tanto no interlúdio parlamentarista como no sistema presidencialista. A primeira fase coincide com a primeira orientação. Já a segunda orientação se divide em duas fases. A primeira fase da segunda orientação foi aquela em que a política externa esteve sob responsabilidade de San Tiago Dantas, que corresponde ao sistema republicano parlamentarista, cuja chefia foi exercida por Tancredo Neves. A terceira fase, e última, foi aquela em que a política externa recebeu a orientação do Ministro, diplomata de carreira, João Augusto de Araújo Castro (setembro a dezembro de 1963).

Ainda segundo Brito Cruz, a primeira orientação pode ser caracterizada como um “neutralismo tático”, em que “a atuação diplomática multilateral assume a característica, própria do neutralismo, de *mediação* entre as superpotências”¹⁹. Para ele, essa inclinação da política externa adviria das bem conhecidas “simpatias do presidente Jânio Quadros por De Gaulle, Nasser e Tito”²⁰. A orientação subsequente,

por sua vez, seria marcada pela substituição desse neutralismo tático por uma política de acento autonomista: o período de San Tiago, e de acento desenvolvimentista: o período de Araújo Castro.

Finalmente, para o autor citado, as explicações para a mudança de orientação na evolução da “Política Externa Independente” devem ser buscadas tanto no quadro político interno como no quadro político internacional. Ocorridas nos dois cenários políticos teriam convergido no sentido de exigir nuances na condução da política externa. A renúncia do Presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, é considerada como a principal causa. Isto porque, a partir de então, o Parlamento passou a exercer um maior controle sobre a execução das políticas de Estado. Além disso, Brito Cruz destaca também o menor interesse do Presidente João Goulart pela política externa. No que se refere ao cenário internacional, que o autor considera o mais importante, a Crise dos Mísseis (1962) e a *détente*, que se seguem, foram as responsáveis pela mudança. Daquele momento em diante, com as superpotências em diálogo, as questões relativas ao desenvolvimento econômico passavam a gozar prioridade na agenda internacional dos países do Terceiro Mundo, o que, em 1964, teria provado a criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) na Organização das Nações Unidas (ONU) ²¹.

Ainda que a interpretação de Brito Cruz para a “Política Externa Independente” seja inegavelmente arguta, sobretudo no que diz respeito à divisão em orientações diplomáticas distintas, e considerada por Gelson Fonseca Jr. como uma das mais inteligentes interpretações do Programa de Enriquecimento Instrumental (PEI) ²², o que não é pouco, caso se tenha em conta a autoridade de quem fala²³, o fato é que seu entendimento comete um pecado: o de não levar em consideração o processo de elaboração daquela mesma política. O autor apresenta a “Política Externa Independente” praticamente como uma improvisação, que nasce da tática empregada por Jânio Quadros para obter votos junto à esquerda²⁴, enquanto Fonseca Jr, por sua vez, atribui importância a San Tiago mais pelo “Seminário da Casa das Pedras” do que por qualquer outro motivo²⁵.

Permiti-se apresentar aqui como pecado um dos aspectos da interpretação da “Política Externa Independente” de Brito Cruz, que atribui a Jânio Quadros e a seu Ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco, a formulação da PEI, e não a San Tiago a sua autoria. Talvez fosse desnecessário dizer que o fato de San Tiago ter

sido o primeiro e principal formulador da política externa, não o tenha convertido em proprietário dela. Uma vez formulados os princípios básicos da política e, para produzir o efeito desejado, dado publicidade a eles, é claro que qualquer um poderia dela lançar mão, tornando-a política de governo. E isto foi o que aconteceu com Jânio Quadros, que acompanhou muito de perto as ideias apresentadas por San Tiago ao longo do governo de Juscelino Kubitschek, já que Jânio Quadros, nesse período, cumpria mandato de governador de São Paulo, e se destacava como opositorista, protegendo os interesses dos plantadores de café daquele Estado, que se sentiam prejudicados pela política industrialista do Presidente Kubitschek.

Na verdade, como o Professor Severino Cabral revela, ainda no Governo Vargas, em março de 1953, pronunciando conferência na Escola Superior de Guerra (ESG), intitulada “O poder nacional: seus móveis, interesses e aspirações, realismo e idealismo políticos”, San Tiago apresentava uma visão muito objetiva a respeito da inserção do Brasil no sistema internacional. Ao buscar definir as metas nacionais permanentes, afirmava muito claramente que:

“(...) toda a motivação da política externa, se a observarmos, sobretudo depois da segunda grande guerra, que deu ao nosso país a consciência de país subdesenvolvido e de portador de problemas dos países subdesenvolvidos, é no sentido de uma utilização de nossas potencialidades em longo prazo e de uma abreviação desse prazo, em outras palavras, de uma política de desenvolvimento intensivo”²⁶.

Contudo, as linhas mestras daquela que veio mais tarde a ser denominada “Política Externa Independente” foram delineadas nas páginas do Jornal do Comércio, em 1957, quando esse jornal ficou sob sua direção. Portanto, muito antes de Jânio Quadros candidatar-se à presidência da República, na edição de 9 de abril desse ano, p.e., San Tiago, além de argumentar em favor do apoio brasileiro à descolonização da África, defendia enfaticamente a integração regional da América Latina e a formação de um mercado comum sul-americano:

“Diante de uma África que caminha para a expansão econômica intensiva, movida pelos capitais enviados dos países metropolitanos, a América Latina só tem uma resposta capaz de reunir o duplo requisito da elevação moral e da eficiência prática, isto é, apoiar o desenvolvimento africano, mas corrigir paralelamente a emancipação dos países coloniais ou semicoloniais, para que se igualem as condições de concorrência, e

promover a integração econômica do próprio continente americano, de modo a melhorar as nossas próprias condições”²⁷.

Não é este o lugar adequado, evidentemente, para se deter em todos os aspectos substantivos da PEI. Muito haveria a tratar, caso fosse esse o propósito. Basta lembrar difíceis questões como aquelas relativas à situação de Cuba, ao estabelecimento de relações comerciais com os então países socialistas da parte oriental da Europa, ou mesmo a nova posição adotada em face do colonialismo europeu na África, particularmente o colonialismo português. No entanto, o objetivo, como se procurou deixar claro no início, foi apresentar as ideias básicas de San Tiago Dantas, por entender que, ao combinar uma preocupação autêntica e consequente com o desenvolvimento industrial nos marcos de uma sólida democracia política e social com a projeção dos interesses nacionais brasileiros no âmbito do sistema internacional, ele indicou um caminho e inaugurou uma tradição.

Nessa perspectiva, tem-se observado esse caminho sendo percorrido, não retilineamente, é verdade, e a tradição sendo mantida ao longo das décadas de 1970 e 1980 para reacender a partir de 2003, conservando-se até o presente, sob o comando do Presidente Lula e de seu Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Para finalizar, a palavra do próprio San Tiago, citando um trecho que usou para prefaciar os textos reunidos sob o título “Política Externa Independente”, publicado em 1962:

“A política exterior independente, que encontrei iniciada no Itamaraty e procurei desenvolver e sistematizar, não foi concebida como doutrina ou projetada como plano antes de ser vertida para a realidade. Os fatos precederam as idéias. As atitudes, depois de assumidas em face de situações concretas que se depararam à Chancelaria, patentearam uma coerência interna, que permitiu a sua unificação em torno de um pensamento central de governo.

Não quer isso dizer que a sua elaboração tenha sido empírica ou casual. Na origem de cada atitude, na fixação de cada linha de conduta, estava sempre presente uma constante: a consideração exclusiva do interesse do Brasil, visto como um país que aspira (i) ao desenvolvimento e à emancipação econômica e (ii) à conciliação histórica entre o regime democrático representativo e uma reforma social capaz de suprimir a opressão da classe trabalhadora pela classe proprietária.

Esse foi, desde o primeiro instante, o princípio gerador da política externa e a razão determinante de sua unidade. Passados alguns meses, em que episódios dramáticos puseram à prova a coerência e a resistência da Chancelaria, o povo brasileiro se deu conta, e todos os países compreenderam, que o Brasil havia fixado uma posição internacional, e que essa posição não era arbitrária nem provisória, mas correspondia a interesses e aspirações permanentes da nacionalidade ”²⁸.

Notas:

¹ MOREIRA, Marcílio Marques. *O Veio Humanista na Reflexão de San Tiago*. In: COELHO, José Vieira et alii. *San Tiago – Vinte Anos Depois*. Coleção Debates / 1. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. P.23-25.

² DUTRA, Pedro. *A Razão Vencida*. In: MOREIRA, Marques Moreira, NISKIER, Niskier, REIS, Adacir (Coord.). *Atualidade de San Tiago Dantas*. São Paulo, Lettera.doc, 2007 (2ª edição). P. 13.

³ CRUZ JR., Ademar Seabra da. *Pelo Exemplo e pela Germinação: a Atualidade do Pensamento de San Tiago Dantas*. In: *Ius et Iustitia*, nº 01. Centro Universitário de Araras. Araras, São Paulo, 2004. p. 9.

⁴ DUTRA, Pedro. Op. Cit. Pp. 123-124.

⁵ MOREIRA, Marcílio Marques. *De Maquiavel a San Tiago*. Cadernos da UNB. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981. P. 64.

⁶ Como comenta Bielschowsky, “muito mais que um formulador de políticas de desenvolvimento, Gudin foi um crítico das políticas correntes. Ilustram-no suas expressivas e constantes afirmações da ideia de “que, na América latina, o desenvolvimento econômico consiste muito menos em promover novos investimentos do que em minimizar os efeitos dos erros repetidamente perpetuados por seus governantes”. Dedicou-se, sem dúvida com entusiasmo, à tarefa que considerava primordial”. BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro – O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1995 (2ª edição). P. 56.

⁷ CABRAL, Severino. *Brasil megaestado – Nova ordem mundial multipolar*. Rio de Janeiro,

Contraponto, 2004. P. 39.

⁸ JAGUARIBE, Hélio. *San Tiago e o Projeto Nacional*. In: COELHO, José Vieira et alii. Op. Cit. P. 45.

⁹ DANTAS, San Tiago. *Dois Momentos de Rui Barbosa – Conferências*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1949. P. 45.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Ibidem. P. 35.

¹² DANTAS, San Tiago. *Dom Quixote: Um Apólogo da Alma Ocidental*. In: Humanidades, Vol. 01, Nº 03. Brasília, Universidade de Brasília, abril/junho 1983. P. 10.

¹³ CRUZ JR., Ademar Seabra da. Op. Cit. P. 19.

¹⁴ DANTAS, San Tiago. *Dom Quixote: Um Apólogo da Alma Ocidental*. Op. Cit. P. 10.

¹⁵ Apud. MOREIRA, Marcílio Marques. *De Maquiavel a San Tiago*. Op. Cit. P. 68.

¹⁶ Apud. Ibidem. P. 69.

¹⁷ MOREIRA, Marcílio Marques. *O Veio Humanista na Reflexão de San Tiago*. In: COELHO, José Vieira et alii. Op. Cit. P. 27.

¹⁸ BRITO CRUZ, José Humberto de. *Aspectos da Evolução da Diplomacia Brasileira no Período da Política Externa Independente (1961-1964)*. In: DANESE, Sérgio França (Org.). *Ensaio de História Diplomática do Brasil (1930-1986)*. Cadernos do IPRI nº 2. Brasília, Funag/IPRI, 1989. Pp. 65-78).

¹⁹ Ibidem. P. 67.

²⁰ Ibidem. P. 75.

²¹ Ibidem. P. 73.

²² FONSECA JR., Gelson. *Os colóquios da Casa das Pedras: argumentos da diplomacia*

de San Tiago Dantas. In: Cadernos do CHDD-Centro de História e Documentação Diplomática. Ano 6, Nº 11. Rio de Janeiro, Fundação Alexandre de Gusmão, Segundo semestre de 2007.

²³ O Embaixador Gelson Fonseca Jr., além de exercer suas atividades diplomáticas com brilho, tem dado grande contribuição ao conhecimento das Relações Internacionais e da Política Externa Brasileira ao editar e produzir textos de alta qualidade acadêmica, como, p.e., *A Legitimidade e Outras Questões Internacionais – Poder e Ética entre as Nações*. São Paulo, Paz e Terra, 1998.

²⁴ “Originário de uma coalização conservadora, o governo JQ havia utilizado a PEI como instrumento de cooptação de setores da esquerda nacionalista. Assim, embora a “nova política externa” já fosse alvo de críticas (e pretexto para a defecção da UDN lacerdista), não é absurdo supor que ela cumprisse em alguma medida a função de alargar o esquema de sustentação do Presidente – tanto mais porque a eficácia da liderança bonapartista é potenciada pela teatralidade dos gestos simbólicos em que é pródiga a política externa”. BRITO CRUZ, José Humberto. Op. Cit. P. 70-71.

²⁵ O Seminário da Casa das Pedras foi organizado por San Tiago Dantas em novembro de 1961, após ter assumido o Ministério das Relações Exteriores. Dele participaram os principais diplomatas que compunham a equipe do Ministro. O objetivo era discutir e tomar posição em relação às principais questões relativas à agenda internacional do Brasil.

²⁶ Apud. CABRAL, Severino. Op. Cit. P. 44.

²⁷ Apud. GONÇALVES, Williams da Silva. *O Realismo da Fraternidade: Brasil-Portugal – Do Tratado de Amizade ao Caso Delgado*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 2003. P. 215.

²⁸ DANTAS, San Tiago. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962. P. 5.

Vantagens e Desvantagens das Rotas de Produção de Biodiesel para o Brasil

Donato Alexandre Gomes Aranda

Professor Doutor da Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pesquisador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas / MCT e Coordenador do Programa Rio Biodiesel da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

Nelson Cesar Chaves Pinto Furtado

Professor Doutor em Engenharia Metalúrgica e de Materiais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pesquisador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas / MCT e Coordenador do Programa Rio Biodiesel da Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

Yordanka Reyes Cruz

Doutora em Tecnologias de Processos Químicos e Bioquímicos pela Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ana Paula Gama Encarnação

Mestre em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Resumo

O artigo inicialmente descreve as características do biodiesel, como mais um combustível alternativo entre os demais utilizados no âmbito nacional e internacional, enfatizando as vantagens da sua utilização. Em seguida apresenta alguns dos projetos em andamento no território nacional. Finalmente, faz um resumo comparativo das tecnologias das três grandes empresas mundiais fornecedoras de plantas industriais para produção de biodiesel BALLESTRA (italiana), LURGI (alemã), CROWN IRON (americana).

Palavras-chave: Biodiesel. Rotas de Produção. Estado da Arte. Especificações. Processos. Tecnologias Disponíveis.

Abstract

The article first describes the characteristics of the biodiesel, as an alternative fuel used in among other national and international levels, emphasizing the advantages of its use. Then presents some of the projects underway in the country. Finally, do a comparative summary

of the technologies of three major companies worldwide supplier of industrial plants for biodiesel production: BALLESTRA (Italy), LURGI (German), CROWN IRON (USA).

Keywords: Biodiesel. Routes of production. State of Art. Specifications. Processes. Available Technologies. processos. Tecnologias Disponíveis.

1 - OBJETIVOS

1.1 - Levantamento do Estado da Arte da tecnologia disponível por meio de:

- Empresas fornecedoras de plantas industriais para a produção de biodiesel;
- Descrição dos processos;
- Pontos fortes e fracos e recomendações;
- Diferenciações entre rota metálica versus rota etílica; e
- Setores que investem na produção de biodiesel no Brasil.

2 - CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES DO BIODIESEL

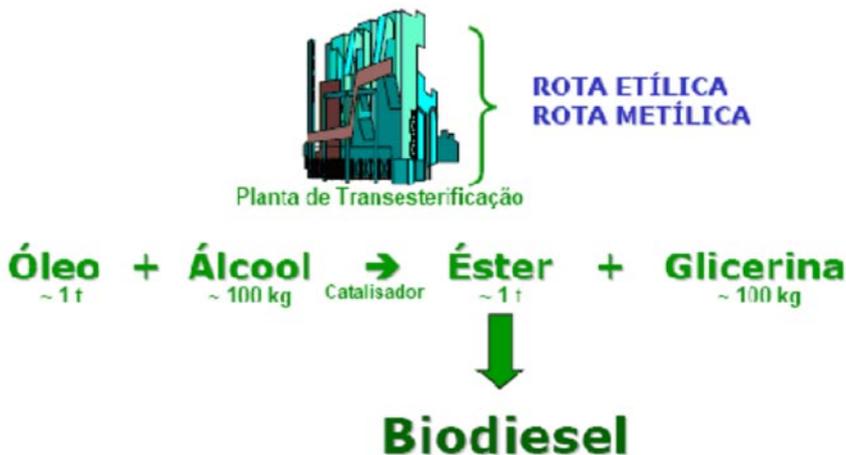
2.1 – Biodiesel

O biodiesel, composto de ésteres de ácidos graxos, é um combustível alternativo obtido a partir de fontes biológicas renováveis, como óleos vegetais e gorduras animais. Em relação ao diesel, proveniente do petróleo (petrodiesel), é considerado ambientalmente limpo, pois reduz as emissões de poluentes atmosféricos e materiais particulados, além de ser biodegradável e atóxico. Por apresentar propriedades físico-químicas semelhantes ao petrodiesel, pode ser usado diretamente no motor sem modificações mecânicas ou gastos em manutenção. O processo mais adotado, a transesterificação dos triglicerídios com um álcool, forma ésteres, que constituem o biodiesel e glicerol.

Nesse processo, são empregados alcoóis, especificamente metanol e etanol e, normalmente, o álcool é adicionado em excesso a fim de deslocar o equilíbrio para um máximo rendimento do éster. A reação pode ser catalisada por bases (NaOH, KOH, carbonatos ou alcóxidos), ácidos (HCl, H₂SO₄ e ácidos sulfônicos) ou enzimas (lipases). A catálise básica homogênea vem sendo a mais aplicada comercialmente.

Após a transesterificação, os produtos são uma mistura de ésteres, glicerol, álcool, catalisador e tri-, di- e monoglicerídeos. O excesso de álcool é recuperado por destilação e o glicerol separado por decantação / centrifugação. O éster é purificado por lavagem, e resulta numa significativa redução da viscosidade, enquadrando-se dentro da especificação do óleo diesel, com elevado índice de cetano e excelentes propriedades lubrificantes.

PROCESSO CLÁSSICO DE PRODUÇÃO DE BIODIESEL



2.2 - Características e Especificações

O biodiesel caracteriza-se por possuir propriedades semelhantes às do diesel, ou seja, densidade, viscosidade, teor de água, teor de cinzas, resíduo de carbono e destilação. E o substitui por apresentar maior número de cetano, ponto de fulgor, lubricidade e menor teor de enxofre. Além destas, existem outras específicas como teor de glicerídeos, índice de iodo e estabilidade à oxidação. O biodiesel é um sucedâneo do diesel, ambientalmente correto, por sua menor emissão de particulados e monóxido de carbono (CO).

Abaixo são apresentadas suas especificações de acordo com as normas da Agência Nacional de Petróleo (ANP) do Brasil resolução 42 da ANP - da União Européia - EN 14214, e dos Estados Unidos da América - ASTM 6751.

PRINCIPAIS ESPECIFICAÇÕES DE BIODIESEL NO MUNDO

CARACTERÍSTICA	UNIDADE	ANP	prEN 14214	ASTM 6751
ASPECTO	---	Límpido	---	---
MASSA ESPECÍFICA A 20°C	kg/m ³	ANOTAR	0,86-0,90	---
VISCOSIDADE CINEMÁTICA A 40°C,	mm ² /s	ANOTAR	3,5-5,0	1,9-6,0
ÁGUA E SEDIMENTOS, MÁX.	% vol.	0,050	0,050	0,050
CONTAMINAÇÃO TOTAL	mg/kg	ANOTAR	24,0	---
PONTO DE FULGOR, MIN.	°C	100,0	120	130
TEOR DE ÉSTER	% massa	ANOTAR	96,5	---
DESTILAÇÃO; 90% VOL. RECUPERADOS, MÁX.	°C	360		360
RESÍDUO DE CARBONO DOS 100% DEST. FINAL, MÁX.	% massa	0,10	0,30	0,05
CINZAS SULFATADAS, MÁX.	% massa	0,020	0,020	0,020
ENXOFRE TOTAL	% massa	ANOTAR	0,001	0,05
SÓDIO + POTÁSSIO, MÁX.	mg/kg	10	5	---
CÁLCIO + MAGNÉSIO	mg/kg	ANOTAR	5	---
FÓSFORO	mg/kg	ANOTAR	10	10
CORROSIVIDADE AO COBRE, 3 H A 50 °C, MÁX.	---	1	1	3
NÚMERO DE CETANO	---	ANOTAR	51	47
PONTO DE ENTUPIMENTO DE FILTRO A FRIO, MÁX.	°C	*	**	---
ÍNDICE DE ACIDEZ, MÁX.	mg KOH / g	0,80	0,50	0,80
GLICERINA LIVRE, MÁX.	% massa	0,02	0,02	0,02
GLICERINA TOTAL, MÁX.	% massa	0,38	0,25	0,24
MONOGLICERÍDEOS	% massa	ANOTAR	0,8	---
DIGLICERÍDEOS	% massa	ANOTAR	0,2	---
TRIGLICERÍDEOS	% massa	ANOTAR	0,2	---
METANOL OU ETANOL, MÁX.	% massa	0,5	0,20	---
ÍNDICE DE IODO		ANOTAR	120	---
ESTABILIDADE À OXIDAÇÃO A 110°C, MIN	h	6	6	---

Nota: observa-se que, ao contrário das normas americanas (ASTM 6751) e européias (EN 14214), a norma brasileira (resolução 42 da ANP) permite que vários parâmetros sejam apenas “anotados” sem exigências quanto a valores mínimos ou máximos.

2.3 - Descrição de Alguns Projetos de Biodiesel no Brasil

O Brasil tem, em sua geografia, vantagens agrônomas por se situar em uma região tropical, com altas taxas de luminosidade, temperaturas médias anuais e associadas à disponibilidade hídrica e regularidade de chuvas, ou seja, as condições ideais para produção de energia renovável. No entanto, no país é explorado menos de um terço da área agricultável, o que constitui a maior fronteira para expansão agrícola do mundo. O potencial é de cerca de 549 milhões de hectares, sendo 63 milhões referentes a novas fronteiras, e outros

486, a terras de pastagens, que podem ser convertidas em exploração agrícola em curto prazo. O programa nacional de produção e uso do biodiesel visa à utilização de terras inadequadas para o plantio de gêneros alimentícios.

Pais	Área Potencial	Área Plantada (2002)	Área Disponível
Argentina	91	33	58
Austrália	125	47	78
Brasil	549	63	486
Canadá	125	34	91
China	202	162	40
EU - 15	179	80	99
EU - 25	239	105	134
EUA	354	134	220
Índia	206	190	16
Rússia	283	80	203



ÁREA AGRICULTÁVEL (milhões de ha)

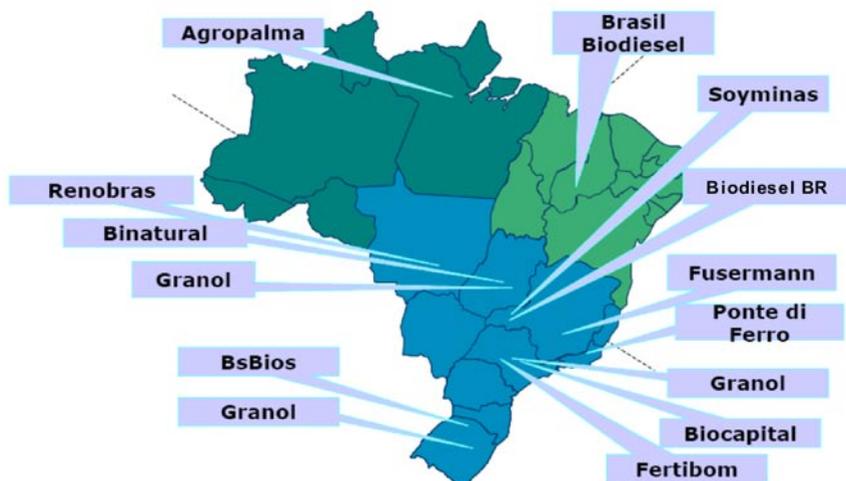
O Brasil tem uma diversidade de plantas oleaginosas para a geração de biodiesel, tais como a palma e o babaçu no norte, a soja, o girassol, o amendoim e o pinhão manso (*Jatropha Curcas* nas regiões norte, nordeste, sudeste e centro-oeste). A sinergia entre o complexo oleaginoso e o setor de álcool combustível traz a necessidade do aumento no consumo de álcool através da transesterificação por rota etílica estimulando o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro.

A Agência Nacional de Petróleo e Biocombustíveis (ANP) estima a produção brasileira de biodiesel na ordem de 1,8 bilhões L/ano, constituindo um grande desafio para o cumprimento das metas estabelecidas no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, que necessita, de aproximadamente, 2,0 bilhões L/ano, ou seja, 90% da demanda, considerando a mistura atual de B4 (4% de biodiesel e 96% de petrodiesel). Porém, com a aprovação das usinas, cuja solicitação tramita na ANP, coincide com a demanda.

Para dimensionarmos uma perspectiva de expansão da produção, foi efetuado um mapeamento dos projetos:

FÁBRICAS DE BODIESEL NO BRASIL			
Identificação	Nome	Identificação	Nome
1	Agropalma	33	Caramuru
2	Brasil Biodiesel 6	34	Biodiesel triângulo
3	Nutec (usina-piloto)	35	Fertibom
4	Petrobras Quixadá	36	Biodiesel BR
5	Fazenda Normal-EM	37	Soyminas
6	DNOCS (usina piloto2)	38	Agrodiesel
7	Brasil Biodiesel 4	39	Biominas
8	DNOCS (usina piloto 1)	40	Fusermann Biodiesel
9	Brasil Biodiesel Filial	41	Biodiesel triângulo 2
10	Brasil Biodiesel - Matriz	42	Ponte di Ferro
11	Petrobras (planta piloto)	43	Petrocad
12	Brasil Biodiesel 7	44	Granol 1
13	Brasil Biodiesel 5	45	Biocapital
14	Petrobras – candeias	46	Granol 4
15	IBR – Indústria Brasileira de Resinas	47	Biolix
16	Grupo Fischer	48	Biopetro
17	Agrosoja	49	Biopetro
18	Fiagril	50	Cocamar
19	Binatural	51	Coamo (planta piloto)
20	Petrobras – Montes Claros	52	Tecpar (usina piloto)
21	Barrálcool	53	Expoglobe
22	Biobrasil	54	Biodiesel Sul
23	Ecomat	55	Coceagro
24	Coabra	56	Coperbio e Coperal
25	Renobras	57	Cooper Butiá (micro-usina)
26	Bio Brasil Italian Oil	58	Coasa
27	Granol 3	59	Oleoplan
28	JR Biogerais	60	Bsbios
29	Projebio	61	Granol 2
30	Biocar Biodiesel	62	Brasil Biodiesel 3
31	Caramuru 2	63	Grupo Bertim
32	Grand Valle- RJ		

LOCALIZAÇÃO DAS EMPRESAS DETENTORAS DO SELO COMBUSTÍVEL SOCIAL



3 - LEVANTAMENTO DO ESTADO DA ARTE DA TECNOLOGIA DISPONÍVEL

Existem três grandes empresas mundiais fornecedoras de plantas industriais para produção de biodiesel: DE SMET BALLESTRA / DEDINI -Indústrias de Base; LURGI; e CROWN IRON.

3.1 - De Smet Ballestra / Dedini - Indústrias de Base

A empresa italiana - De SMET BALLESTRA – empresa fundada em 1946, é líder mundial em tecnologia e fornecimento de instalações e equipamentos para a indústria de óleos e gorduras comestíveis, desde o tratamento de sementes, ou frutos oleaginosos, até o refino de óleos e gorduras e a sua modificação. Desde julho de 2004, associou-se à empresa brasileira DEDINI - Indústria de Base - líder nacional no fornecimento de usinas de açúcar e álcool. O acordo comercial foi formalizado para a venda de unidades industriais destinadas à produção de biodiesel em larga escala no país.

A engenharia de processo, que define como a produção será feita, está sob a responsabilidade da BALLESTRA. A engenharia básica, a fabricação e montagem ficarão a cargo da DEDINI. As usinas terão capacidade de 10, 20, 40, 60, 80 ou 100 mil ton/ano, e outras poderão ser projetadas com até 200 mil ton/ano, com tecnologia que permite um máximo de flexibilidade para “feedstocks” múltiplos e rota (etílica ou metílica).

Na Tabela 3.1 apresenta-se um resumo das características fundamentais das plantas de biodiesel, fornecidas por esta associação de empresas.

Descrição	capacidade diária (ton)	capacidade anual (ton)	capacidade anual (1000 litros)	rotas e processos
Grandes plantas	300	60.000	72.000	etílico/metílico contínuo
	a 400	a 100.000	a 120.000	
Plantas médias	60	20.000	24.000	etílico/metílico contínuo/batelada
	a 180	a 60.000	a 72.000	
Mini-plantas	até 60	Até 20.000	até 24.000	etanol/batelada

Tabela 3.1 - Plantas de Biodiesel – Caracterização e Rotas

3.1.1 - Descrição do processo produtivo

3.1.1.1 - Qualidade das matérias-primas

As plantas de produção de biodiesel, fornecidas pela associação BALLESTRA/DEDINI, exigem as seguintes especificações de qualidade para as matérias-primas. Opcionalmente, pode-se pré-tratar o óleo ou gordura visando atingir as especificações descritas na Tabela 3.2.

Especificação de óleos na entrada do reator		
Características	unidade	limite
Acidez	%	0,1 máx.
Umidade	%	0,1 máx.
Impurezas	%	0,1 máx.
Fósforo	Ppm	20 máx.
Insaponificáveis	%	1 máx.
Ceras	Ppm	1000 máx.
especificação de etanol		
Teor de etanol	% v/v	99,80 mín.
especificação de metanol		
Teor de Metanol	% v/v	99,85 mín.

Tabela 3.2 - Especificações de Qualidade das Matérias-Primas

3.1.1.2 - Qualidade dos Produtos

a) **Biodiesel:** O biodiesel produzido é de qualidade internacional, cumpre com as especificações estabelecidas nas normas da Tabela 2.1.

b) **Glicerina:** As unidades fornecem a possibilidade de escolher a qualidade da glicerina em correspondência com as especificações indicadas na Tabela 3.3.

Características	Percentual (%)
Teor de Glicerol	88
Umidade	6,0
Metanol (*)	0,1
Extraíveis em éter	0,8
Teor de sabão	0,1
Cloreto de Sódio	4,2
Sulfatos	0,2
Citrato de Sódio	0,6
PH	NEUTRO

Tabela 3.3 - Especificações de Qualidade da Glicerina

(*) Planta operando pela rota metílica

No caso de incluir no processo tecnológico a unidade refinadora de glicerina, a qualidade do produto final estará em correspondência com os padrões **DIN 51606, NBB**, considerada como uma glicerina classe farmacêutica de elevada qualidade.

3.1.1.3 - Consumo de utilidades e insumos

A Tabela 3.4 sumariza o consumo de utilidades e insumos para a operação industrial das unidades.

Produção de Biodiesel	para 1000 kg de Biodiesel (produto final)
UTILIDADES	
Energia Elétrica	20 kWh
Vapor a 15 bar	340 kg
Água de resfriamento	28 m ³
METANOL E QUÍMICOS	
Metanol	99 kg
Soda (50%)	1,6 kg
Ácido Clorídrico	8,0 kg
Catalisador	5,5 kg
RECUPERAÇÃO DE ÁLCOOL	
para 100 kg de álcool recuperado	
Vapor	150 kg
Energia Elétrica	3kWh
Água de resfriamento	10 m ³

Tabela 3.4 - Consumo de Utilidades e Insumos

3.1.1.4 - Custo operacional médio de uma planta de Biodiesel BALLESTRA/DEDINI

O custo operacional médio, estimado para as plantas de biodiesel, é apresentado na Tabela 3.5.

Capacidade	ton/ano	10.000	35.000	65.000	100.000
Químicos	R\$/litro	0,11	0,10	0,10	0,10
Energia	R\$/litro	0,05	0,02	0,02	0,02
Depreciação	R\$/litro	0,08	0,08	0,05	0,04
Mão de Obra	R\$/litro	0,11	0,04	0,02	0,015
Adm, Manut	R\$/litro	0,05	0,04	0,03	0,03
Custo Operacional	R\$/litro	0,40	0,30	0,22	0,21
Investimento	US\$ MM	5	8	10	12

Tabela 3.5 - Custo Operacional de uma Planta de Biodiesel

3.1.1.5 - Previsão de investimentos

A Tabela 3.6 mostra uma previsão de investimentos para a instalação de uma unidade de produção de biodiesel com tecnologia BALLESTRA/DEDINI. O orçamento foi estimado para plantas com três capacidades.

Planta de Biodiesel	Equipamentos	100.000 ton/ano	200.000 ton/ano	300.000 ton/ano
Operando 313 dias/ano com rendimento operacional de 98%	neutralização	2.500	4.000	6.000
	planta de transesterificação	19.000	25.000	40.000
	tancagem + plataforma	5.000	8.000	13.000
	utilidades	2.500	4.000	6.000
	obras civis – anti-incêndio	3.000	4.000	6.000
SUBTOTAL (R\$)		32.000	45.000	71.000
SUBTOTAL (U\$)		14.679	20.642	32.569
Prazo de entrega		12 meses	12 meses	16 meses
Área p/ instalação				
TOTAL (R\$)		92.900	128.900	171.500
TOTAL (U\$)		42.615	59.128	78.670

Tabela 3.6 - Previsão de Investimentos (milhões de R\$)

O investimento estimado para a instalação de uma unidade de produção de biodiesel, com capacidade de 100.000 ton/ano e tecnologia BALLESTRA/DEDINI, está entre R\$ 30 milhões e R\$ 50 milhões, dependendo do nível de automação.

4 - SETORES QUE INVESTEM NA PRODUÇÃO DE BIODIESEL NO BRASIL

Os setores que investem na produção de biodiesel no Brasil estão inclusos no ciclo de integração agrícola e industrial, apresentados na Figura 4.1.

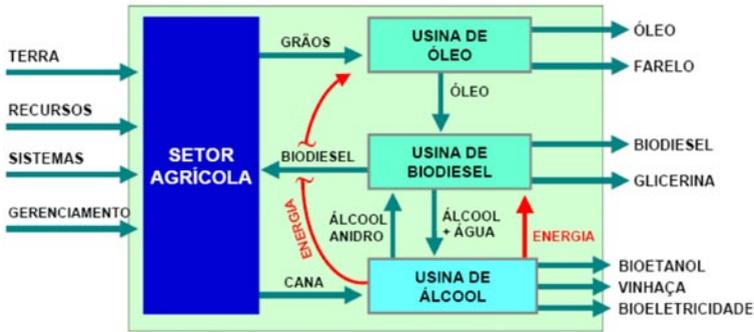


Figura 4.1- Integração Agrícola e Industrial

Algumas empresas, que decidiram investir na produção de biodiesel, seguem o esquema da Figura 4.2, baseado na integração da planta de biodiesel a indústrias de óleos vegetais.



Figura 4.2 - Integração da Planta de Biodiesel em Indústrias de Óleos Vegetais

Outras, como na Figura 4.3, tentam adequar a legislação à natureza do negócio e consideram que as plantas de biodiesel e álcool possibilitem o uso do processo contínuo de transesterificação com rota etílica. Esta variante é a solução de menor custo, menor consumo de energia e utilidades, e a que melhor atende às grandes dimensões do Programa Nacional de Biodiesel, gerando maior número de empregos, inclusão social e adequação ao meio ambiente.

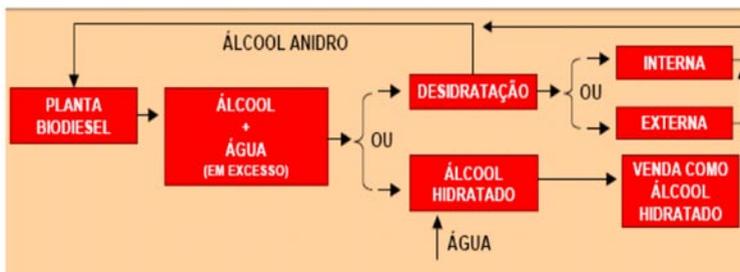


Figura 4.3 - Integração da Planta de Biodiesel em Usina de Alcool

4.1 - Características e desafios das plantas BALLESTRA/DEDINI

4.1.1 - Características principais:

- Processo contínuo de transesterificação / com decanter interno que possibilita a contínua remoção do glicerol formado;
- Permite utilizar multióleos e suas misturas;
- Alto rendimento de conversão óleo em biodiesel;
- Qualidade do produto final assegurada (ANP, EN, ASTM);
- Plantas flexíveis – rota etílica e/ou metílica;
- Baixa geração de efluentes (quase zero);
- Coprodutos com qualidade comercial;
- Completo controle de processo – automatizado;
- Equipamentos de mecânica simples, fácil manutenção e alta eficiência;
- Pequena dimensão das unidades de processo e equipamentos;
- Baixo custo de mão de obra/manutenção/utilidades;
- Equipamentos credenciados na Agência Especial de Financiamento Industrial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (FINAME/BNDES);
- Projeto e implantação em 12 meses;
- Possibilidade de fornecer projeto *turn key* para planta de biodiesel;
- Comissionamento assistido e treinamento; e
- Frete e pintura incluídos.

4.1.2 - Os fatores Chaves:

- Plantas flexíveis (óleos/rota);
- Processo robusto (automação);
- Escala economicamente viável;
- Baixo custo de transformação;
- Alta eficiência (> 98% de conversão);
- Baixa emissão de poluentes;
- Licenças ambientais;
- Produto nível mundial;
- Negócio autossustentável (preço competitivo); e
- Desenvolver cadeia própria (alimentar x energética).

4.1.3 - Plantas de produção de Biodiesel

Além das unidades, que serão apresentadas nos itens **4.1.3.1** e **4.1.3.2**, a associação BALLESTRA/DEDINI, elabora seis orçamentos de

plantas de biodiesel a partir de sebo bovino, com capacidade produtiva que varia de 12 milhões de litros/ano, **(12 mil ton/ano)**, a 110 milhões de litros/ano, **(100 mil ton/ano)**. Cerca de 60 novos projetos de fábricas de biodiesel de óleos vegetais estão em avaliação.

4.1.3.1 - Unidades no Brasil

Na Tabela 4.1 apresenta-se uma lista das plantas produtoras de biodiesel fornecidas no Brasil pela DE SMET BALLESTRA/ DEDINI, e nas Figuras 4.4, 4.5 e 4.6, as fotos das plantas industriais.

Nome da Planta	Localidade	Capacidade ton/ano	Tecnologia	Serviços de Engenharia	Matérias-Primas	Rota	Processo	Data
AGROPALMA	Belém (PA)	12.000	UFRJ	DEDINI	coproduto da produção de óleo de palma	flexível (metilica / etilica)	batelada	março 2005
1Barrálcool	Barra do Bugre (MT)	50.000	BALLESTRA	DEDINI	óleo vegetal/ sebo animal	flexível (etilica/ metilica)	contínuo transesterificação	setembro 2006
2Granol	Anápolis (GO)	100.000	BALLESTRA	DEDINI	soja ⁵	metilica	contínuo transesterificação	setembro 2006
3Bertin	Lins (SP)	100.000	BALLESTRA	DEDINI	sebo animal ⁴	metilica	contínuo transesterificação	novembro 2006
Caramurú	Itumbiara (GO)	100.000	BALLESTRA	DEDINI	soja ⁵	metilica	contínuo transesterificação	janeiro 2007
Confidencial		100.000	BALLESTRA	DEDINI	soja ⁵	metilica	contínuo transesterificação	junho 2007

¹ **Barrálcool**: Planta de biodiesel integrada à usina de álcool.

² **Granol**: Planta de biodiesel integrada à indústria de óleos vegetais.

³ **Bertin**: Planta de biodiesel vendida para o grupo de frigoríficos Bertin s/a, considerada a maior unidade do mundo de produção de biodiesel a partir de sebo. A metade da matéria-prima consumida nesta planta será da produção própria do grupo.

⁴ O custo de produção de biodiesel de sebo é 30% menor que o fabricado de óleos vegetais, mas o rendimento é, em média, 5% menor.

⁵ Considerando rendimento de 19% de óleo obtido a partir do grão de soja.

FIGURA 4.4
Planta Agropalma – Belém, PA (DEDINI/UFRJ)



FIGURA 4.5
Planta Barrálcool – Barra de Bugre, MT (DEDINI/BALLESTRA)



FIGURA 4.6
Planta Granol – Anápolis, GO (DEDINI/BALLESTRA)



4132 - Unidades em outros países

A Tabela 4.2 mostra alguns exemplos de plantas industriais de produção de biodiesel, com tecnologia e engenharia da De Smet BALLESTRA/DEDINI.

Na Tabela 4.3 apresenta-se uma lista mundial de plantas de biodiesel de referência que utilizam esta tecnologia.

A Figura 4.7 mostra a planta de biodiesel em LIVORNO – ITÁLIA.

Tabela 4.2
Plantas Industriais de Produção de Biodiesel

Nome da Planta	Localidade	Capacidade ton/ano	Tecnologia	Serviços de Engenharia	Matérias-Primas	Rota	Processo	Data de Funcionamento
Novaol Livorno factory	LIVORNO ITÁLIA	100.000	BALLESTRA	Novaol	múltiplas	flexível (metilica/etilica)	contínuo transesterificação + esterificação	2004
Tracopol	PORTUGAL	60.000	BALLESTRA	DEDINI	coproduto da produção de óleo de palma	flexível (metilica/etilica)	contínuo	abril 2005
Thessaloniki	GRÉCIA	30.000	BALLESTRA	DEDINI	óleo vegetal/sebo animal	flexível (etilica/metilica)	contínuo transesterificação	abril 2005

Tabela 4.3
Lista Mundial de Referência com Tecnologia de Smet Ballestra

País	Quantidade de plantas	Quantidade de plantas por capacidade (mil t/ano)					
		20	30	50	60	100	150
Bulgária	1					1	
Grécia	1			1			
Itália	2		1			1	
Índia	2					2	
Malásia	2					2	
Polónia	2					1	1
Portugal	1			1			
Romênia	2				1	1	
Espanha	1		1				
Singapura	1					1	
Reino Unido	1					1	
EUA	2	1	1				
Total	21	1	3	3	1	12	1

Capacidade total das plantas: 1.670.000 t/ano = 1,9 bi l/ano

Matérias-primas: óleo vegetal: palma, soja, girassol, canola, amendoim, caroço de algodão, gordura animal e sebo bovino.

Resíduos: óleo de fritura, ácidos graxos, oleína.

Figura 4.7
Planta em Livorno, Itália (BALLESTRA)



5 - BIODIESEL LURGI

5.1 - Perfil da empresa alemã LURGI:

- Líder em tecnologia.
- Empresa de engenharia estabelecida em 1897.
- Empresa do Grupo MG Technologies.

Desde a primeira patente da LURGI, em 1897, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico representam a base de atuação da LURGI: Na Figura 5.1, destaca-se o foco industrial da empresa que objetiva os recursos renováveis, e na Figura 5.2, observa-se que, a cada processo produtivo, um produto de base tecnológica é desenvolvido em suas instalações, que contam com:

- Centro tecnológico com mais de 50.000 m²;
- Unidades piloto e 100 unidades para ensaios tecnológicos;
- Mais de 80 processos tecnológicos inovadores próprios;
- Desenvolvimento e otimização contínua de novos processos; e
- Modulação sistemática e desenvolvimento padrão de produtos.

Figura 5.1
Foco industrial / Recursos renováveis (LURGI)



Figura 5.2
Processos / Produtos tecnológicos (LURGI)

Óleo Comestível

- Extração
- Solventes
- Desodorização
- Refino
- Laminação de sementes
- Degomagem

Amidos

- Moagem de Milho (*wet-milling*)
- Amidos Modificados
- Edulcorantes
- Etanol (*corn dry-milling*)
- Fermentação / Cervejaria

Oleoquímica

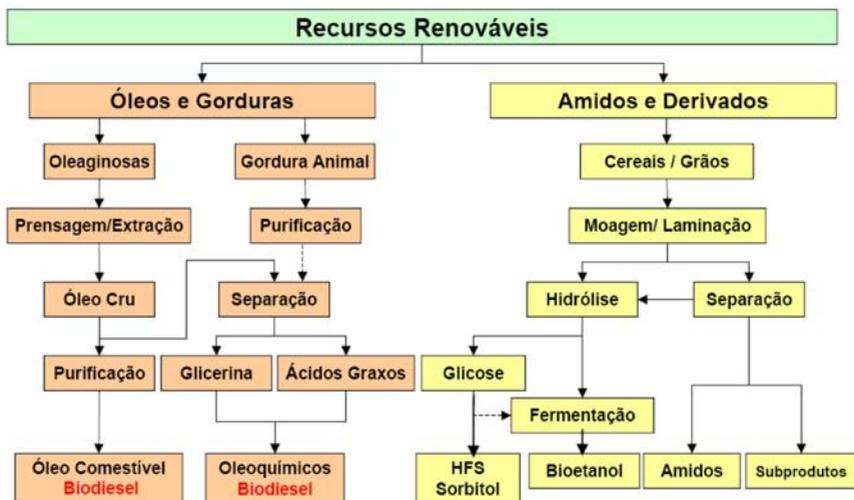
- Destilação / Fracionamento
- Ácidos Graxos / Álcoois Graxos
- Esterificação
- Transesterificação (**Biodiesel**)
- Extração/Destilação de Glicerina
- Hidrogenação

Derivados

- Processamento de Açúcares
- Álcoois de Açúcar (Sorbitol)
- Vitaminas
- Tocoferol
- Ácidos Orgânicos e Inorgânicos

A Figura 5.3 mostra, em uma apresentação esquemática, os produtos tecnológicos da LURGI.

Figura 5.3
Apresentação Esquemática



5.1.1 - Conceito de implementação de projetos aplicados pela LURGI

Atendimento direcionado a projetos:

- Estudos de viabilidade.
- Definição técnica de processos.
- Desenvolvimento de processos.
- Engenharia de processos.
- Engenharia de desenho.
- Automatização de processos.
- Engenharia de licenciamento.

5.1.2 - Fases de Engenharia de processos tecnológicos

Serviços únicos e direcionados:

- Engenheiros registrados.
- Gerência de projetos.

- Definição de processos tecnológicos.
- Engenharia mecânica.
- Engenharia civil e estrutural.
- Engenharia elétrica.
- Engenharia de automatização e controle.

5.1.3 - Fase de construção e implementação

Atendimento completo durante a totalidade do projeto:

- Empreiteiro geral.
- Gerenciamento da construção.
- Compras e equipamentos.
- Fabricação especial.
- Controle de obras.

As plantas industriais que a LURGI passa a disponibilizar ao mercado terão capacidade entre 40.000 e 250.000 ton/ano de produção de biodiesel. Esta empresa projeta e fornece plantas para *feedstocks* múltiplos.

Na Tabela 5.1 apresenta-se um resumo das características fundamentais das plantas de biodiesel fornecidas pela LURGI e as empresas BALLESTRA /DEDINI.

Tabela 5.1
Plantas de Biodiesel – Caracterização e Rotas

Descrição	Capacidade diária (ton)	Capacidade anual (ton)	Rotas e Processos
Grandes Plantas	400	120.000	metanol contínuo
Plantas Médias	200	60.000	metanol contínuo/batelada
Mini-Plantas	Até 25	Até 7.500	metanol/batelada

5.1.4 - Qualidade das matérias-primas

As plantas de produção de biodiesel, fornecidas pela LURGI, exigem as seguintes especificações de qualidade para as matérias-primas (Tabela 5.2).

Tabela 5.2
Especificações de Qualidade das Matérias- Primas

Especificação de óleos		
Características	Unidade	limite
Ácido graxo livre	%	0,1 máx.
Umidade	%	0,1 máx.
Impurezas	%	0,1 máx.
Fósforo	PPM	20 máx.
Insaponificáveis	%	0,8 máx.
Ceras	PPM	1000 máx.
especificação de metanol		
Teor de Metanol	% v/v	99,85 mín.
especificação do catalisador		
O catalisador deve estar livre de água		

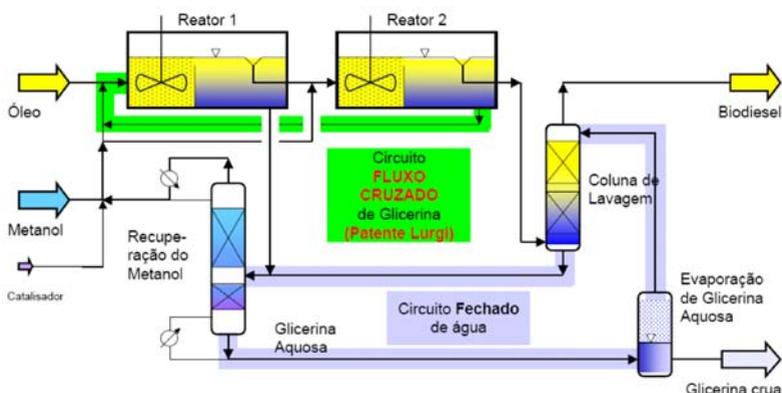
O cumprimento destas especificações garante ao processo:

- Alta eficiência; e
- Baixo consumo de catalisador.

5.1.5 - Fluxograma e *Lay-Out* do Processo

As Figuras 5.4 e 5.5 mostram, respectivamente, o fluxograma do processo e o *lay-out* geral da planta de produção de biodiesel.

Figura 5.4
Fluxograma Simplificado do Processo Lurgi



5.1.6 - Qualidade dos produtos

- a) **Biodiesel:** O biodiesel produzido nas unidades LURGI é de qualidade internacional, cumpre com as especificações estabelecidas nas normas relacionadas na Tabela 2.1 ,e, adicionalmente, as especificações de qualidade estabelecidas na norma Alemanha (E DIN 51606), Tabela 5.3.

Figura 5.5
Lay-Out da Planta de Produção de Biodiesel

Layout Geral

Sistema de Usina Modular

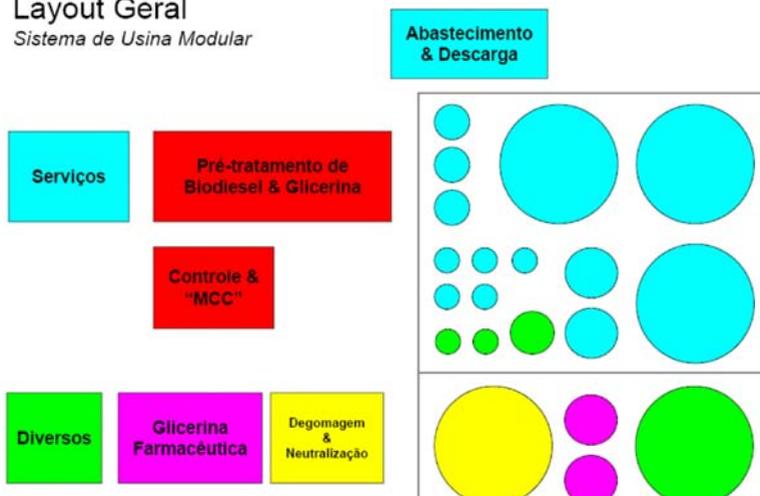


Tabela 5.3
Especificação do Biodiesel da Alemanha (E DIN 51606)

CARACTERÍSTICA	UNIDADE	ANP	prEN 14214	ASTM 6751
ASPECTO	---	Límpido	---	---
MASSA ESPECÍFICA A 20°C	kg/m ³	ANOTAR	0,86-0,90	---
VISCOSIDADE CINEMÁTICA A 40°C,	mm ² /s	ANOTAR	3,5-5,0	1,9-6,0
ÁGUA E SEDIMENTOS, MÁX.	% vol.	0,050	0,050	0,050
CONTAMINAÇÃO TOTAL	mg/kg	ANOTAR	24,0	---
PONTO DE FULGOR, MIN.	°C	100,0	120	130
TEOR DE ÉSTER	% massa	ANOTAR	96,5	---
DESTILAÇÃO; 90% VOL. RECUPERADOS, MÁX.	°C	360		360
RESÍDUO DE CARBONO DOS 100% DEST. FINAL, MÁX.	% massa	0,10	0,30	0,05
CINZAS SULFATADAS, MÁX.	% massa	0,020	0,020	0,020
ENXOFRE TOTAL	% massa	ANOTAR	0,001	0,05
SÓDIO + POTÁSSIO, MÁX.	mg/kg	10	5	---
CÁLCIO + MAGNÉSIO	mg/kg	ANOTAR	5	---
FÓSFORO	mg/kg	ANOTAR	10	10
CORROSIVIDADE AO COBRE, 3 H A 50 °C, MÁX.	---	1	1	3
NÚMERO DE CETANO	---	ANOTAR	51	47
PONTO DE ENTUPIMENTO DE FILTRO A FRIO, MÁX.	°C	*	**	---
ÍNDICE DE ACIDEZ, MÁX.	mg KOH / g	0,80	0,50	0,80
GLICERINA LIVRE, MÁX.	% massa	0,02	0,02	0,02
GLICERINA TOTAL, MÁX.	% massa	0,38	0,25	0,24
MONOGLICERÍDEOS	% massa	ANOTAR	0,8	---
DIGLICERÍDEOS	% massa	ANOTAR	0,2	---
TRIGLICERÍDEOS	% massa	ANOTAR	0,2	---
METANOL OU ETANOL, MÁX.	% massa	0,5	0,20	---
ÍNDICE DE IODO		ANOTAR	120	---
ESTABILIDADE À OXIDAÇÃO A 110°C, MIN	h	6	6	---

- b) **Glicerina:** A qualidade da glicerina obtida no processo tecnológico da LURGI está em correspondência com a especificação **padrão britânico 2621**.

No caso de incluir no processo tecnológico a unidade refinadora de glicerina, a qualidade do produto final estará em correspondência com os padrões da **Farmacopéia Européia 99.5**, considerada como uma glicerina classe farmacêutica.

5.1. 7 - Consumo de utilidades e insumos

A Tabela 5.4 sumariza o consumo de utilidades e insumos necessários para a operação industrial das unidades LURGI.

Tabela 5.4
Consumo de Utilidades e Insumos

Produção de Biodiesel	Para 1000 kg de Biodiesel (produto final)
UTILIDADES	
Energia Elétrica	12 kWh
Vapor a 15 bar	375 kg
Água de resfriamento	-
METANOL E QUÍMICOS	
Metanol	96 kg
Soda (50%)	2,0 kg
Ácido Clorídrico	3,6 kg
Catalisador	5,1 kg

5.2 - Custo operacional médio de uma planta de Biodiesel LURGI

Os custos operacionais de uma planta de biodiesel LURGI coincidem com os das plantas da associação BALLESTRA/DEDINI e foram apresentados na Tabela 3.5.

5.2.1 - Características das plantas LURGI

A seguir, relacionam-se as características principais das plantas fornecidas pela LURGI:

- A LURGI é líder mundial em tecnologias de óleo-química;
- Experiência LURGI: mais de 1 milhão de toneladas de capacidade instalada;
- Tecnologia comprovada com amplas referências em operação comercial;
- Tecnologia capacitada para quase todas as matérias-primas (oleaginosos);
- Processamento contínuo sob pressão atmosférica a 60°C aprox.;

- Alta eficiência de processamento;
- Baixo custo de manutenção e operação;
- Processamento com compatibilidade ambiental;
- Processamento com 100% de eficiência, baixo consumo de catalisadores e de energia;
- Processo contínuo de transesterificação / decantação por gravidade; e
- Possibilidade de fornecer projeto *turn key* para planta de biodiesel.

5.2.2 - Plantas de produção de Biodiesel com tecnologia LURGI

Na Tabela 5.5 listam-se as plantas de produção de biodiesel de referência com tecnologia da empresa.

Nas Figuras 5.6, 5.7, 5.8 e 5.9 apresentam-se algumas fotos destas plantas Industriais.

Tabela 5.5
Plantas Industriais de Produção de Biodiesel

Nome da Planta	Localidade	Capacidade ton/ano	Tecnologia	Serviços de Engenharia	Matérias Primas	Rota	Processo	Data de Funcionamento
Rapsveredelung Vorpommern	MALCHIN ALEMANHA	50.000	LURGI	LURGI	múltiplas	metilica	contínuo transesterificação	janeiro 2004
Southern states power Co.	RIVERSIDE EUA	100.000	LURGI	LURGI	múltiplas	metilica	contínuo transesterificação	abril 2003
Natural Energy West	MARL ALEMANHA	100.000	LURGI	LURGI	múltiplas	metilica	contínuo transesterificação	março 2002
Batamas Megah	ILHA DE BATAM INDONÉSIA	85.000	LURGI	LURGI	múltiplas	metilica	contínuo transesterificação	setembro 1994

Figura 5.6

Planta Natural Energy West, Alemanha

Cliente:	Natural Energy West GmbH (NEW)
Usina:	Biodiesel e Glicerina Farmacéutica
Localidade:	Marl, Alemanha
Capacidade:	300 ton/dia (100.00 ton/a)
Serviços prestados por Lurgi:	
	<ul style="list-style-type: none">• Engenharia Básica• Engenharia de Detalhamento• Gerenciamento de Compras e Construção completa• Gerenciamento de Obras• Testes e Início de Funcionamento
Tipo de Contrato do Projeto:	
Chaves na Mão (LSTK) - Responsabilidade Completa	
Início da Engenharia:	Março de 2001
Início de Funcionamento:	Marco de 2002



Especialidades

- ◆ Processamento de Transesterificação Contínuo
- ◆ Alta Qualidade de Biodiesel e Glicerina
- ◆ Metilato de Sódio como Catalisador

Figura 5.7

Planta Rve Malchin, Alemanha

Cliente:	RVE Malchin
Usina:	Extração, Biodiesel e Glicerina
Localidade:	Malchin, Alemanha
Matéria-Prima:	Canola (rapeseed)
Capacidade:	84.000 tons/ano de Extração 50.000 tons/ano de Biodiesel 4.450 tons/ano de Glicerina
Serviços Lurgi:	"Contrato com Preço Fechado" Responsabilidade Completa Engenharia/Compras/Construção Início de Funcionamento
Início da Engenharia:	Dezembro de 2002
Início de Funcionamento:	Janeiro de 2004



Especialidades:

- ◆ Processamento de Transesterificação Contínuo
- ◆ Alta Qualidade de Biodiesel e Glicerina
- ◆ Projeto Total, inc. Infra-estrutura

Figura 5.8
Planta Batamas Megah, Indonesia

<p>Cliente: Ecogreen Oleochemicals / Batamas Megah, Indonésia</p> <p>Usina: Transesterificação de Óleos Vegetais para Éster Metílico e Subseqüente Hidrogenação para Álcoois Graxos</p> <p>Localidade: Ilha de Batam / Indonésia</p> <p>Capacidade: 250 ton/dia (85.000 t/a)</p> <p>Serviços Lurgi:</p> <ul style="list-style-type: none"> <input checked="" type="checkbox"/> Gestão de Projeto (PM) <input checked="" type="checkbox"/> Engenharia Básica <input checked="" type="checkbox"/> Engenharia de Detalhamento <input checked="" type="checkbox"/> Compras <input checked="" type="checkbox"/> Supervisão da Construção <input checked="" type="checkbox"/> Testes e Início de Funcionamento <input checked="" type="checkbox"/> Capacitação de Pessoal Técnico <p>Início da Engenharia: Julho de 1991</p> <p>Início de Funcionamento: Setembro de 1994</p>	
<p>Caixa de texto: Cliente: Ecogreen Oleochemicals / Batamas Megah, Indo Usina: Transesterificação de Óleos Vegetais par</p>	
<ul style="list-style-type: none"> ◆ Processamento de Transesterificação Contínuo ◆ Destilação e Fracionamento de Éster Metílico ◆ Produção de Glicerina 	

Figura 5.9
Planta Southern States Power Company Inc., Ontário-Eua

<p>Cliente: Southern States Power Company, Inc. Ontário, CA / USA</p> <p>Usina: Biodiesel e Glicerina Matéria-Prima: Óleo de Soja</p> <p>Localidade: Riverside, CA / EUA</p> <p>Capacidade: 300 ton/dia (100.000 ton/a)</p> <p>Serviços Lurgi:</p> <ul style="list-style-type: none"> <input checked="" type="checkbox"/> Projeto Conceitual <input checked="" type="checkbox"/> Engenharia Básica e de Detalhamento <input checked="" type="checkbox"/> Compras <input checked="" type="checkbox"/> Construção Completa, inc. Supervisão <input checked="" type="checkbox"/> Testes e Colocação em Funcionamento <input checked="" type="checkbox"/> Capacitação de Pessoal Técnico <p>=> Projeto Chave na Mão: "Preço Fechado" Responsabilidade Completa</p> <p>Início da Engenharia: Abril de 2002</p> <p>Em Funcionamento desde: Abril de 2003</p>	
<p>Especialidades</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Processo de Transesterificação Contínuo ◆ Alta Qualidade de Biodiesel e Glicerina ◆ Metilato de Sódio como Catalisador ◆ Capacidade para várias Matérias-Primas 	

6 - CROWN IRON Works Co

A empresa, fundada em 1878, é líder mundial em tecnologias de extração de óleos vegetais. Vende tecnologia para processos de óleo-química desde 1920, incluindo destilação, fracionamento, processamento de ésteres metílicos e produção de glicerina.

Em 1996, a CROWN IRON vendeu a primeira planta de produção de biodiesel, em batelada. Em 2002, apareceu como a empresa pioneira fornecendo plantas de produção de biodiesel com fluxo contínuo, usando soja como matéria-prima. A planta foi instalada em Ralston, Iowa nos EUA. Oferece também uma linha de equipamentos para recuperação de glicerina com 99,7% de pureza.

A Tabela 6.1 apresenta um resumo das usinas de biodiesel da CROWN IRON de plantas *feedstocks* com capacidade de até 330 mil ton/ano.

Tabela 6.1
Plantas de Biodiesel – Caracterização e Rotas

Descrição	Capacidade diária (ton)	Capacidade anual (ton)	Rotas e Processos
Grandes plantas	300	100.000	metílica contínuo
	a 1000	a 330.000	
Plantas médias	120	40.000	metílica contínuo/ batelada

6.1 - Descrição do Processo produtivo

6.1.1 - Qualidade das matérias-primas

A CROWN IRON exige as seguintes especificações de qualidade para as matérias-primas (Tabela 6.2).

Tabela 6.2
Especificações de Qualidade das Matérias-Primas

ESPECIFICAÇÃO DE ÓLEOS		
CARACTERÍSTICAS	UNIDADE	LIMITE
ACIDEZ	%	0,5 MÁX.
UMIDADE	%	0,05 MÁX.
FÓSFORO	PPM	20 MÁX.
INSAPONIFICÁVEIS	%	1,0 MÁX.
SABÃO	PPM	50 MÁX.
ESPECIFICAÇÃO DE METANOL		
TEOR DE METANOL	% v/v	99,9 MÍN.

6.1.2 - Qualidade dos produtos

a) **Biodiesel:** O biodiesel produzido nas unidades é de qualidade internacional, cumpre com as especificações estabelecidas nas normas da Tabela 2.1.

b) **Glicerina:** A qualidade da glicerina loira está em correspondência com a especificação **padrão britânico 2621**.

No caso de incluir no processo tecnológico a unidade refinadora de glicerina, a qualidade do produto final estará em correspondência com os padrões **(DIN 51606, NBB)**, considerada como uma glicerina classe farmacêutica de elevada qualidade (99,7% de pureza).

6.1.3 - Consumo de utilidades e insumos

A Tabela 6.3 sumariza o consumo de utilidades e insumos necessários para a operação industrial das unidades CROWN IRON.

Tabela 6.3
Consumo de Utilidades e Insumos

Produção de Biodiesel	para 1000 kg de Biodiesel (produto final)
UTILIDADES	
Energia Elétrica	17 kWh
Vapor a 15 bar	320 kg
Água de resfriamento	50 kg
METANOL E QUÍMICOS	
Metanol	89 kg
Soda (50%)	2,5 kg
Ácido Clorídrico	5,0 kg
Catalisador	6,5 kg

6.1.4 - Características das plantas da CROWN IRON

- Processo contínuo de transesterificação / decantação por gravidade;
- Permite utilizar multióleos e suas misturas;
- Alto rendimento de conversão;
- Qualidade do produto final assegurada (ASTM, prEN);
- Baixa geração de efluentes (quase zero);
- Baixo custo de mão de obra/manutenção/utilidades;
- Possibilidade de fornecer projeto *turn key* para planta de biodiesel;
- Recuperação e reutilização do metanol;
- Reciclagem da água do processo;
- Documentação e assistência, incluindo certificação BQ-9000 (Programa Nacional de Certificação);
- Equipamentos com baixo custo operacional;
- Sistema de controle automático; e
- Treinamento.

6.1.5 - Plantas de produção de Biodiesel com tecnologia CROWN IRON no Brasil e em outros países

O Brasil contará com uma nova planta de produção de biodiesel na região de Passo Fundo no Rio Grande do Sul. A empresa que comanda o projeto é BS Bios (Indústria e comércio de Biodiesel Sul Brasil Ltda.).

A Tabela 6.4 apresenta algumas características desta planta.

Tabela 6.4
Características da Planta de Produção de Biodiesel (Bs Bios)

Características	
Nome da Planta	BSBios
Localidade	Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil
Capacidade, (ton/ano)	100.000
Tecnologia	CROWN IRON
Serviços de engenharia	CROWN IRON
Matérias-primas	soja, girassol e canola
Rota	metélica
Processo	contínuo de transesterificação
Data de funcionamento	janeiro 2007

O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal são os agentes financeiros da operação, em que serão investidos R\$ 40,9 milhões, sendo R\$ 28,1 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Trata-se da primeira indústria de biodiesel do país a ter financiamento aprovado pelo BNDES, no âmbito do “Programa de Apoio Financeiro a Investimentos em Biodiesel”.

A Figura 6.1 mostra a foto com a localização da usina de Passo Fundo - RS.

FIGURA 6.1
Localização: BR 285 km 173, Passo Fundo-RS



A Tabela 6.5 apresenta uma lista das plantas de produção de biodiesel de referência com tecnologia da CROWN IRON.

A Figura 6.2 mostra uma foto da planta de Ralstom-Iowa nos Estados Unidos.

Tabela 6.5
Plantas Industriais de Biodiesel Crown Iron

Nome da Planta	Localidade	Capacidade ton/ano	Tecnologia	Serviços de Engenharia	Matérias Primas	Rota	Processo	Data de Funcionamento
BSBios	Passo Fundo (RS) Brasil	100.000	CROWN IRON	CROWN IRON	soja girassol canola	metilica	contínuo transesterificação	janeiro 2007
Freedom Fuels	Mason City, IA EUA	100.000	CROWN IRON	CROWN IRON	soja	metilica	contínuo transesterificação	2006
Cetral Iowa Energy	Newton, IA EUA	100.000	CROWN IRON	CROWN IRON	soja, sebo animal	metilica	contínuo transesterificação	2006
Iowa Renewable Energy	Washington, IA EUA	100.000	CROWN IRON	CROWN IRON	soja, sebo animal	metilica	contínuo transesterificação	2006
-	Indiana EUA	250.000	CROWN IRON	CROWN IRON	soja	metilica	contínuo transesterificação	2006
Mid. Biofuels / ADM	Merida, MO EUA	100.000	CROWN IRON	CROWN IRON	soja	metilica	contínuo transesterificação	2006
Western Energy	Wall Lake, IA EUA	100.000	CROWN IRON	CROWN IRON	soja, sebo animal	metilica	contínuo transesterificação	2005
Minnesota Soy Processors	Brewster, MN EUA	100.000	CROWN IRON	CROWN IRON	soja	metilica	contínuo transesterificação	2005
Soy Mor	Albert Lea, MN EUA	100.000	CROWN IRON	CROWN IRON	soja	metilica	contínuo transesterificação	2005
West Central Inc.	Ralston, IA EUA	120.000	CROWN IRON	CROWN IRON	soja	metilica	contínuo transesterificação	2003
-	Tegucigalpa Honduras	120.000	CROWN IRON	CROWN IRON	palma	metilica	contínuo transesterificação	1999

FIGURA 6.2
PLANTA EM RALSTON-IOWA, EUA (CROW IRON)



7 - A Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EQ/UFRJ), o Centro Brasileiro de Pesquisas do Ministério de Ciência e Tecnologia (CBPF/MCT) e a Coordenação do Programa Rio Biodiesel da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro (SECT/RJ) têm em seus quadros cientistas, pioneiros nos estudos em biodiesel no Brasil que detêm patentes em processos industriais, catalisadores, novos materiais, mais de uma centena de publicações em revistas indexadas internacionais, trabalhos premiados pelo Governo Federal e pelo Programa de Nacional de Biocombustíveis por inovações tecnológicas em biodiesel.

Na Tabela 7.1 apresenta-se um resumo comparativo das tecnologias BALLESTRA/DEDINI (italiana), LURGI (alemã) e CROWN IRON (americana). O item 7.1 mostra as diferenças entre a rota metílica e a rota etílica.

Na Tabela 7.2 estão as vantagens e desvantagens das rotas de produção de biodiesel para o Brasil.

Tabela 7.1
RESUMO COMPARATIVO DAS TECNOLOGIAS APRESENTADAS

Características principais	BALLESTRA/DEDINI	LURGI	CROWN IRON
Matérias- primas	múltiplas	Múltiplas	múltiplas
Acidez, %	0,1	0,1	0,5
Rota:	metilica / etilica	Metilica	metilica
Qualidade do Biodiesel assegurada pelas normas	res. 42 ANP/ pr EN 14214 / ASTM D 6751	norma alemã EDIN 51606 / pr EN 14214 / ASTM DE 6751	pr EN 14214 / ASTM DE 6751
Qualidade da glicerina loira assegurada pelas normas	tabela 3.3	padrão britânico 2621	padrão britânico 2621
Qualidade da glicerina refinada assegurada pelas normas	DIN 51606, NBB	farmacopeia europeia	DIN 51606, NBB
Processo tecnológico	contínuo; transesterificação	contínuo; transesterificação	contínuo; transesterificação
Recuperação do álcool	contemplam	Contemplam	contemplam
Tipo de projeto	projeto "turn key"	projeto "turn key"	projeto "turn key"
Eficiência	> 98% de conversão	> 98% de conversão	> 98% de conversão
Esterificação de ácido graxo	operam com esterificadores (pré e pós); o sabão formado no processo é desdobrado em ácido graxo, que é esterificado.	operam com esterificadores (pré e pós); o sabão formado no processo é desdobrado em ácido graxo, que é esterificado..	não contemplam esterificadores.
Pré-separação de glicerol do Biodiesel	segregação interna da glicerina; remoção através de dispositivo interno nos reatores.	remoção através de decantadores entre os reatores, com uso de filtros de coalescência.	remoção através de decantadores entre os reatores.
Processo de lavagem	após o 3º reator, o Biodiesel é lavado. O Biodiesel é separado da água por centrifugação,	após o 3º reator, o Biodiesel é lavado. O Biodiesel é separado da água por centrifugação.	após o 3º reator (quando houver), o Biodiesel é lavado. O Biodiesel é separado da água por centrifugação.
Produto usado para desdobrar o sabão	HCl Ácido Cítrico	HCl	HCl

7.1 - Diferenças entre a rota metílica e a rota etílica

A reação de transesterificação etílica é mais lenta que a metílica. Entretanto, os estudos cinéticos publicados não levam em conta a diferença no teor de água entre o metanol e o etanol. No Brasil, o etanol é considerado anidro a partir de 99,3% (7.000 ppm de água), e o metanol, anidro tipicamente com 99,9% (1.000 ppm de água), podendo atingir 50 ppm de água

A umidade promove a saponificação, tornando sensível à separação de fases **biodiesel/glicerina**. A densidade típica do biodiesel (fase apolar) é 0,87 g/cm³ contra 1,25 g/cm³ da glicerina (fase polar). A presença de sabão age como um tenso ativo, criando micro emulsões que evitam a separação de fases. Esse aspecto é crítico para um processo contínuo que, normalmente, opera com vários reatores em série e com a retirada, da fase glicerínica, entre cada um dos reatores.

O azeotropismo é um problema observado no sistema etanol-água. Mesmo com a pré-secagem do óleo e utilizando-se catalisadores anidros como os metóxidos ou etóxidos de sódio, a recuperação cíclica do álcool, em excesso, gera absorção de água o que dificulta a sua reutilização. Os custos dos processos de destilação azeotrópica, extrativa ou peneira molecular, são considerados hoje proibitivos para serem implementados em uma planta de biodiesel.

As plantas de grande porte, que trabalham com etanol, deverão utilizar um teor alcoólico de pelo menos 99,7%, o que representa um maior custo no processo. As empresas experientes do setor alcooleiro não cogitam a possibilidade de uma unidade de desidratação de álcool dedicada a uma planta de biodiesel.

Portanto, o maior custo de uma planta de etanol deve-se a presença de água no álcool, o que gera saponificação, reação lenta e maior consumo de catalisador, uma vez que uma parte do catalisador transforma-se em sabão. Os sabões sequestram triglicerídeos para sua fase, baixando assim o rendimento do processo em, pelo menos, 1 a 2% inferior ao processo metílico.

Em condições ideais (óleo seco, de baixa acidez, com etanol 99,7%), a reação etílica é cerca de 25% mais lenta que a metílica, tornando o custo um pouco maior nos tamanhos dos reatores para uma mesma produção, entretanto, na instrumentação é praticamente o mesmo. A diferença no custo operacional é maior devido aos problemas de recuperação de etanol, descritos anteriormente, e um consumo de aproximadamente 50% a mais de catalisador. Finalmente, a formação de sabão acarreta uma maior quantidade de oleína, como subproduto.

A rota etílica ainda não é competitiva com a rota metílica para a produção de biodiesel, excetuando aqueles casos em que a planta está integrada a usinas produtoras de álcool.

A Tabela 7.2 apresenta as vantagens e desvantagens das rotas tecnológicas de produção de biodiesel.

Tabela 7.2
Vantagens e Desvantagens das Rotas de Produção de Biodiesel

BIODIESEL METÍLICO		Desvantagens
Uso do Metanol		importada
Tecnologia	conhecida	não renovável, ôxido, venenoso, origem fóssil (petróleo).
Matérias-primas	fácil separação da glicerina durante o processo.	-
Reação de transesterificação	25% mais rápida que a etílica; maior rendimento.	-
Separação de fases Biodiesel/glicerina	mais fácil	-
Custos de investimento, recuperação do álcool	menor	-
Impacto econômico e na agricultura	nenhum	importado (remessa de divisas); não gera emprego; não incrementa a área agrícola.
BIODIESEL ETÍLICO		
Tecnologia	100% nacional.	-
Matéria- prima	alta disponibilidade, 100% renovável (origem vegetal).	-
Reação de transesterificação	-	25% mais lenta que a metílica; maior promotor de saponificação com menor rendimento.
Separação de fases Biodiesel/glicerina	mais difícil	-
Custos de investimento, recuperação do álcool	maior (destilação azeotrópica)	-
Impacto econômico e na agricultura	retenção de recursos econômicos no país; maior investimento interno; geração de empregos; incremento da área agrícola; desenvolvimento e aplicação de tecnologia nacional.	-

Nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3 mostram-se algumas semelhanças e diferenças dos processos químicos industriais das três maiores empresas mundiais de produção de biodiesel com vistas ao mercado brasileiro.

7.1.1 - Descrição do Processo de produção de Biodiesel DE SMET BALLESTRA/DEDINI

Após a neutralização, a mistura óleo/álcool/catalisador é submetida ao primeiro dos três reatores, onde ocorre agitação através de uma bomba de recirculação. Internamente, nos dois primeiros reatores, há um decanter, possibilitando a contínua remoção de parte da glicerina formada. No segundo e no terceiro reator ocorrem novas introduções de álcool e catalisador para complementar a reação. Todas as etapas de reação correm a 60° C sob pressão atmosférica. Após o terceiro reator, parte do metanol é evaporado a vácuo e o biodiesel submetido à lavagem, com solução de ácido cítrico, seguido de centrifugação e secagem, para eliminação completa da água. O ácido cítrico completa a remoção do catalisador do biodiesel.

Num reator à parte, recebe-se a fase glicerínica e adiciona-se ácido clorídrico com a finalidade de neutralizar o catalisador dessa fase, bem como o sabão gerado. Desse modo, elimina-se a oleína, (ácidos graxos), do contato com a fase glicerínica, livre de sabão. A fase glicerínica é submetida à evaporação para recuperação de metanol e eliminação de parte da água. A oleína é enviada a um reator de esterificação transformando-a em óleo esterificado, que será misturado ao óleo usado como matéria-prima, no processo de transesterificação. O excedente de álcool é recuperado e re-enviado ao processo.

7.1.2 - Descrição do Processo de produção de Biodiesel: LURGI

No processo LURGI, a reação de transesterificação acontece em três etapas. Seguido de cada reator, há um decantador que possibilita a remoção de parte da glicerina formada. A LURGI utiliza filtros de coalescência, nesta fase, de pré-separação do glicerol do biodiesel.

No segundo e no terceiro reator, há nova introdução de álcool e catalisador para complementar a reação. Todas as etapas de reação acontecem a 60° C, sob pressão atmosférica. Após o terceiro reator, parte do metanol é evaporada a vácuo e o biodiesel submetido à lavagem,

seguido de secagem, para eliminação completa da água. O biodiesel é filtrado e removidas as impurezas.

A glicerina, gerada nas três etapas de transesterificação, é recuperada e neutralizada. A fase glicerínica, submetida à evaporação para recuperação de metanol e eliminação de parte da água. As unidades de fabricação de biodiesel da LURGI fornecem a possibilidade de escolha quanto à qualidade da glicerina.

7.1.3 - Descrição do processo de produção de Biodiesel CROWN IRON

A empresa dispõe de tecnologia de produção de biodiesel, baseada em equipamentos para operação contínua, com máxima eficiência e segurança.

No processo CROWN IRON, a reação de transesterificação ocorre em três etapas: seguido de cada reator, há um decantador que possibilita a remoção de parte da glicerina formada. No segundo e no terceiro reator, ocorre nova introdução de álcool e catalisador, a 60°C, sob pressão atmosférica. Após o terceiro reator, parte do metanol é evaporado a vácuo e o biodiesel lavado, seguido de secagem, e, posteriormente, filtrado para remoção de possíveis impurezas.

A glicerina gerada, nas três etapas de transesterificação, é recuperada e neutralizada. A fase glicerínica evaporada, com recuperação do metanol.

A glicerina é considerada como glicerina loira, dado que contém sais e menos de 99% de pureza. Estes sais podem ser removidos quando a glicerina é destilada ou refinada. As unidades fornecidas, pela CROWN IRON, estão no padrão desejado, de qualidade da glicerina, em sua planta de biodiesel.

O excedente de álcool (quase 100%) é recuperado através de uma coluna de destilação e reenviado ao processo.

Guia para Colaboradores ⁽¹⁾

Normas Gerais

Os Cadernos de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra tem por finalidade publicar artigos originais, relacionados às temáticas do poder, conflitos bélicos, estratégia, relações internacionais, segurança e defesa, cultura, valores e modernidade.

A apreciação dos textos enviados para publicação é efetuada em dois momentos: primeiramente, pela Assessoria de Editoração, que examina a adequação do trabalho à linha editorial da revista e estabelece comunicação com o autor sobre eventuais esclarecimentos; em seguida, o texto é encaminhado ao Diretor do Centro de Estudos Estratégicos que analisa juntamente com o Conselho Editorial, a conveniência de publicar os textos enviados, após o que, o artigo é enviado para a revisão. Do resultado da análise e das revisões, podem, ainda, surgir sugestões de alterações no texto, as quais, mediante a concordância do autor, ficarão em condições de publicação.

Os artigos devem vir acompanhados de uma carta de autorização para publicação nos Cadernos de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra e devem trazer, em anexo, o endereço, telefone, endereço eletrônico e o currículo abreviado do autor.

Publicado o texto, o autor receberá até cinco exemplares, conforme a praxe acadêmica. A publicação não responsabiliza a Editoria pelos conceitos emitidos na matéria assinada.

Os direitos autorais sobre os artigos publicados ficam reservados à Escola Superior de Guerra, condicionando-se a sua reprodução parcial ou integral à autorização expressa e as citações eventuais à obrigatoriedade de citação da autoria e da revista.

Caso o artigo não seja publicado, o autor receberá de volta o original, ficando a cópia em nosso arquivo.

Endereço eletrônico: editorcee@esg.br

¹ Estas instruções poderão ser encontradas, também, no endereço <http://www.esg.br>, na página das Publicações da ESG.

Preparação dos originais

Apresentação

Programa: Editor de texto Microsoft Word

Fonte: Times New Roman

Tamanho da fonte: 12

Cor da fonte: Preta

Número de páginas: entre 10 e 20 páginas

Formato do papel: A4 (210 x 297 mm), impresso somente no anverso

Margens: superior e esquerda – 3 cm; e inferior e direita – 2 cm

Cabeçalho e Rodapé: 1,25 cm

Espaçamento entre linhas: 1,5 cm

Espaçamento do parágrafo: simples

Observação: os artigos escritos, particularmente no Microsoft Word 2007, deverão ser salvos na extensão “doc”.

Ilustrações como quadros, tabelas, figuras e gráficos inseridas no texto devem ser as originais com qualidade necessária a uma boa reprodução gráfica. Na hipótese de cópia digitalizada (obtidas por *scanner*), esta não deve ser inserida no texto. Em qualquer dos casos, o autor deve enviar essas ilustrações em mídia anexada ao texto (disquete, CD, outras) ou por correio eletrônico (e-mail), nos formatos “tiff”, “jpeg”, “png” e “bmp”. Caso não estejam inseridas no texto, essas ilustrações devem ser apresentadas em folhas separadas e sua localização indicada no texto, entre dois traços horizontais.

Estrutura do Texto

O texto deve ser precedido do título, nome e titulação principal do autor, atividade que exerce e filiação institucional e do e-mail, seguido de um “Resumo”, das “Palavras-chave” (cinco a dez), de um *Abstract* (tradução do Resumo para o inglês) e das *Keywords* (tradução das Palavras-chave para o inglês).

O Título, o Resumo e as Palavras-chave devem ser apresentados em português e inglês.

O texto propriamente dito deve conter uma Introdução, o Desenvolvimento e uma Conclusão, seguidos das Referências

(Bibliográficas). Os termos Introdução, Desenvolvimento e Conclusão não necessitam estar explicitamente descritos, apenas a exposição deve seguir esta lógica.

Não há necessidade de ordenação numérica, entretanto, se ela for utilizada deverá obedecer ao sistema de numeração arábica progressiva (NBR6024). Considerando-se a Introdução como o número 1, o Desenvolvimento pode receber tantas subdivisões quantas sejam necessárias, por exemplo: 2; 2.1; 2.2...; 3 e assim por diante. O último número será o da Conclusão.

O Resumo consiste na apresentação concisa do conteúdo do trabalho e objetiva a atrair o leitor para a leitura do texto, passando, em breves palavras, uma idéia completa do seu teor, os conceitos mais importantes do artigo e suas correlações, estabelecendo as conclusões principais. Deve-se dar preferência ao uso da terceira pessoa do singular e do verbo na voz ativa. Atendo-se à idéia central do trabalho, deve, sempre que possível, informar a sua natureza (pesquisa empírica, teórica, histórica; formulação de políticas, estratégias, entre outras), seu objeto, os objetivos visados, as referências teóricas mais importantes para o desenvolvimento do raciocínio e, quando for o caso, os procedimentos metodológicos e técnico-operacionais, além dos resultados alcançados. Deve conter entre 100 e 250 palavras.

As Referências (bibliográficas) devem ser colocadas no final do artigo, em ordem alfabética, obedecendo às normas da ABNT (NBR-6023), cujo resumo segue abaixo:

Livro:

SOBRENOME, Nome. Título: subtítulo (ambos em itálico). Local: editora, ano (Série)

Artigo de Periódico:

SOBRENOME, Nome. Título: subtítulo (ambos em itálico). Título da revista, local de publicação, número do volume, número do fascículo, página inicial - página final do artigo, mês e ano.

Eventos:

(Anais, Resumos, Proceedings etc.)–SOBRENOME, Nome. Título do trabalho apresentado: subtítulo (ambos em itálico). In: Título do evento, numeração do evento, ano local de realização. Título do documento (anais atas... Local, editora, data de publicação. Página inicial e final da parte referenciada).

Tese:

SOBRENOME, Nome. Título: subtítulo (ambos em itálico). Ano de defesa. Tese (Doutorado em ...) –Faculdade, Universidade, Local.

Atos normativos (Leis, Decretos, Portarias etc.):

LOCAL (país, estado ou município) em que se originou o ato. Especificação do ato e número, página inicial - final em que o ato consta, data. Seção, página.

Documento de acesso em meio eletrônico:

AUTOR. Denominação ou título e subtítulo. Indicação de responsabilidade. Endereço eletrônico. Data de acesso.

Elementos do Texto

As notas de rodapé podem ser utilizadas com a finalidade de enriquecer o texto, contendo esclarecimentos do autor ou indicando fontes consultadas. Devem ser escritas no tamanho de fonte 10.

As citações (NBR – 10520/ 2002) no corpo do texto devem aparecer entre aspas, no tamanho de fonte 10, seguindo-se o nome do(a) autor(a) ou autores, data da publicação e o número da página referenciada, entre parênteses e separados por vírgula.

As siglas, ao serem citadas pela primeira vez no texto, devem ser antecedidas pelo nome por extenso que representam e grafadas, em letras maiúsculas, entre parêntesis. As abreviaturas são admitidas na língua portuguesa.

O grifo (negrito ou itálico) é um destaque que se dá a determinados trechos, palavras ou letras. Podem ser utilizados na citação de títulos de publicações, palavras estrangeiras de uso em português, ou, simplesmente, em trechos do texto que se queira enfatizar.

Até dez, os números, preferencialmente, devem ser escritos por extenso, excetuando-se as datas e horas. Mesmo neste caso, se revelar duração, também, deve ser escrito por extenso. A partir de dez, os números são escritos com algarismos. Para separar a parte inteira da decimal, utiliza-se a vírgula.

Este documento foi impresso na gráfica da
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
Fortaleza de São João
Av. João Luís Alves, s/n - Urca - Rio de Janeiro - RJ
CEP 22291-090 - www.esg.br



ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

O Centro de Estudos Estratégicos (CEE) atua como entidade permanente de estudos que permite pesquisar, formular e criar idéias pertinentes ao pensamento político estratégico brasileiro. Com isso, o CEE oferece oportunidade para debates e discussões com a sociedade e a produção de trabalhos a serem publicados pela Escola. As atividades do CEE voltam-se para o contínuo aperfeiçoamento da cultura e do pensamento político e estratégico brasileiro.

Os estudos, pesquisas e eventos promovidos pelo Centro de Estudos visam, principalmente, a discussão de questões político-estratégicas de interesse nacional. Se propõem também a estimular a criação de novos conhecimentos, que venham possibilitar o desenvolvimento de novos trabalhos teóricos.

Para o exercício de suas atividades, o Centro conta com a participação do corpo de professores da Escola, de convidados do meio intelectual, acadêmico, empresarial e integrantes da administração pública do país. A participação se desenvolve por meio de conferências, análise de temas em pauta, comentários sobre comunicações apresentadas, debates e com estudos sobre assuntos de interesse do Centro.

As atividades do CEE, mantendo-se fiel a tradição de mais de meio século de existência da Escola Superior de Guerra, têm como característica o completo afastamento de questões ideológicas e político-partidárias. Apenas questões de caráter nacional e internacional, de todas as áreas de pensamento, são objeto de discussão no Centro de Estudos.

O Centro de Estudos está aberto a relacionamentos com instituições acadêmicas, centros de estudos, com a sociedade em geral, e com todos aqueles que tenham a proposta de participar de atividades conjuntas.

ISSN 1808-947X



9 771808 947002

www.esg.br/cee
cee@esg.br